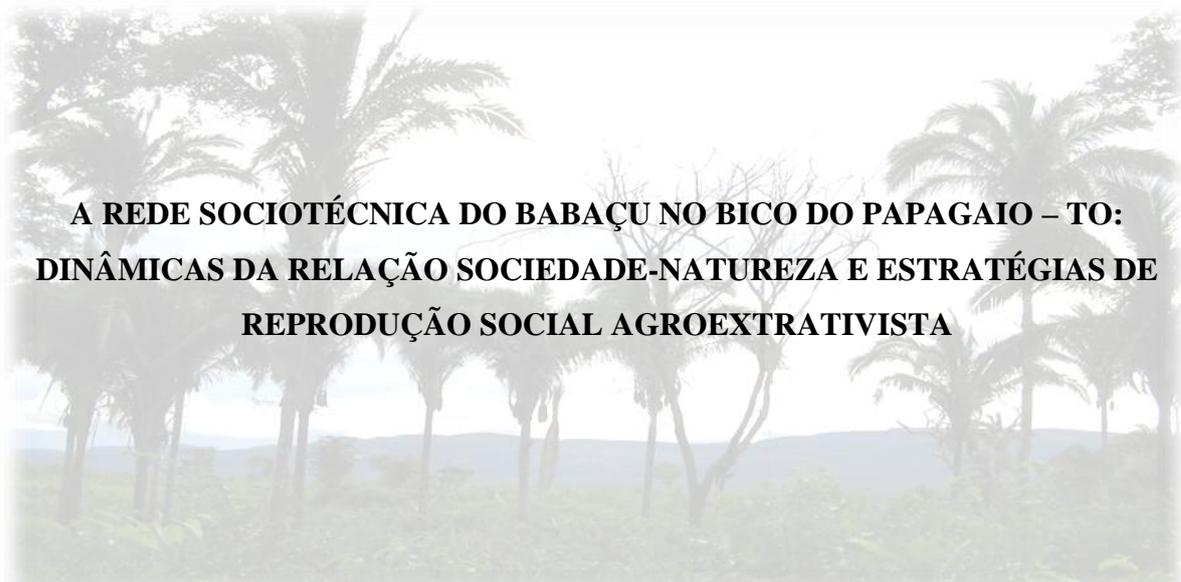


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MARIA REGINA TEIXEIRA DA ROCHA**



**A REDE SOCIOTÉCNICA DO BABAÇU NO BICO DO PAPAGAIO – TO:  
DINÂMICAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E ESTRATÉGIAS DE  
REPRODUÇÃO SOCIAL AGROEXTRATIVISTA**

**Porto Alegre**

**2011**

**MARIA REGINA TEIXEIRA DA ROCHA**

**A REDE SOCIOTÉCNICA DO BABAÇU NO BICO DO PAPAGAIO – TO:  
DINÂMICAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E ESTRATÉGIAS DE  
REPRODUÇÃO SOCIAL AGROEXTRATIVISTA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

**Porto Alegre**

**2011**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

R552R      A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO) : dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista / Maria Regina Teixeira da Rocha. – Porto Alegre, 2011.

252 f. : il.

Orientador: Jalcione Almeida.

(Série PGDR – Tese, n. 44).

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

1. Extrativismo vegetal : Babaçu : Bico do Papagaio, Região (TO). 2. Sociologia rural. I. Almeida, Jalcione. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 630.28

**MARIA REGINA TEIXEIRA DA ROCHA**

**A REDE SOCIOTÉCNICA DO BABAÇU NO BICO DO PAPAGAIO – TO:  
DINÂMICAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E ESTRATÉGIAS DE  
REPRODUÇÃO SOCIAL AGROEXTRATIVISTA.**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada, com louvor, em Porto Alegre, 30 de agosto de 2011.

---

Prof. Dr. Jalcione Almeida (Orientador – Presidente)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/

---

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra  
Universidade Federal do Pará / Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rumi Regina Kubo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Rural

---

Prof. Dr. Sérgio Baptista da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Departamento de Antropologia

---

Prof. Dr. William Santos de Assis  
Universidade Federal do Pará / Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural

Sem os ensinamentos, amor, dedicação e carinho recebido no decorrer de minha vida de minha mãe, dona Domingas, e do meu Pai, seu Antonio Rocha, seria impossível ter chegado até aqui. Com gratidão, saudades e lágrimas nos olhos (pelas muitas e lindas lembranças) dedico esta tese a eles.

Aos meus filhos, Rafael e Daniel e às minhas noras Bruna e Ingrid também quero dedicar esta tese. Em especial, ao meu neto Murilo Rocha, presente de Deus.

## AGRADECIMENTOS

Sinto um imenso prazer ao escrever estes agradecimentos, por dois motivos: porque significa que esta etapa do trabalho está chegando ao fim, consolidando mais uma etapa da minha trajetória pessoal e profissional, e também porque posso deixar registrado de alguma maneira a minha gratidão às pessoas que ajudaram na realização deste trabalho.

Mas antes dos agradecimentos, quero registrar que no meio dessas conquistas (novos conhecimentos, amizades e a conclusão da tese) teve parte de uma vida que eu deixei de viver e que me trouxe perdas irreparáveis: perdi o nascimento do meu primeiro neto, Murilo; não acompanhei minha mãe nos dias que antecederam a sua morte, ocorrida em agosto de 2009; não estive presente nos momentos de alegrias e tristezas compartilhados em família. Peço perdão a cada um de vocês por estas ausências. O que me consola é que essas perdas de alguma maneira foram compensadas com o carinho e as amizades que pude acumular nesses anos de doutorado. Naturalmente devo gratidão a essas pessoas.

Agradecimento especial cabe ao professor Jalcione Almeida (o “Jal”), orientador desta tese de doutorado. Tenho uma eterna dívida de gratidão que certamente não terei a capacidade de retribuir, não somente pela orientação exemplar e profissional, mas também pelo apoio, solidariedade e amizade. Jalcione é um professor/pesquisador com uma rara capacidade intelectual. É rigoroso, exigente, mas também acolhedor e responsável, fazendo com que eu me sentisse cada vez desafiada a continuar. Fica então registrado a minha admiração, reconhecimento e gratidão não só pela orientação da tese, mas também pela responsabilidade, seriedade e constância com que desenvolve os trabalhos à frente do grupo de pesquisa “Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade” – TEMAS. Nesse grupo tive a oportunidade de trocar experiências e aprender muito com os debates e reflexões acadêmicas e com a experiência e conhecimento de cada membro do grupo. Obrigada a todos.

Dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR tive vários apoios e contribuições, que agradeço. Aos professores Marcelo Kunrad, Eduardo Filippi e Renata Menasche. Um agradecimento especial ao professor Egon Roque Fröhlich por seu exemplo de profundo amor pelo trabalho que exerce e pela dedicação incondicional aos seus alunos. Agradeço também ao corpo técnico-administrativo nas pessoas de Eliane, Lisiane e Marilene, profissionais responsáveis e comprometidas.

Agradeço aos professores Cleyton Gerhardt, Gutemberg Guerra e a professora Gabriela Coelho-de-Souza, membros da banca de qualificação deste trabalho pelas contribuições, importantes para a versão final deste texto.

Agradecimento mais que especial aos colegas do mestrado e doutorado da turma de 2007. Agradeço a cada um (em ordem alfabética): Adilson, Anelise, Armando e família, Cláudia, Cristiane, Dilvan, Flávia, Eliziário Toledo, Elvis, Estela Pisoni, Evander, Fernanda Nogueira, Gisele, Ítalo, Joel, Josiane, Juliane, Márcio, Marcos Daniel, Maria Henrique, Paulo Freire, Remi, Sandra, Stella, Tâmara e Viviane. Vocês foram responsáveis por tornar minha vida no Rio Grande do Sul mais fácil e prazerosa. Muitas serão as lembranças que levarei dessa turma: a disciplina obrigatória de 06 créditos, que permitiu o entrosamento de mestrandos e doutorandos; os encontros para os churrascos em seus diversos cenários, os almoços, jantares e viagens; enfim, cada momento foi único e inesquecível. Vale dizer que de encontro a encontro fomos tecendo uma rede de amigos, tecida por meio da afinidade de pensamentos, de sonhos e de anseios comuns. Destaco nessa rede, Patrícia Binkowsky, líder e representante de turma, responsável por iniciar e fixar os nós que teceram essa rede, Armando Lírio e família que dividiram e ajudaram minimizar as saudades do norte por meio dos sabores do Pará, e ao meu amigo Camilo e sua esposa Lina Maria, que me receberam e me hospedaram na Colômbia com muita amabilidade e generosidade. Não vou esquecer!

À Patrícia Pinheiro, pela amizade e apoio incondicional em momentos difíceis pelos quais passei em Porto Alegre e pelas dicas e sugestões. Obrigada Paty!

Agradecimentos especiais às famílias agroextrativistas do Bico do Papagaio que me receberam e me hospedaram em suas casas com tanta gentileza, boa vontade e hospitalidade. A essas famílias (algumas delas espalhei nomes, os que foram possíveis, no decorrer do trabalho) que compartilharam comigo um pouco do muito que sabem, registro o meu afeto e a minha gratidão.

À Sandra Regina, pelo apoio em campo e pela amizade.

Aos meus amigos Carlos Douglas, Myriam e Mauro, que há onze anos, no período do mestrado, cruzaram o meu caminho e firmaram comigo um pacto de amizade que dura até hoje. Agradeço pelo apoio e pela amizade que vêm me dando em todo esse tempo que nos conhecemos.

A todos os pesquisadores da UNITINS-AGRO, pelo apoio e companheirismo nesse e em outros trabalhos. Destaco minhas amigas Andréa, Ana Virgínia e Munique e o amigo Erich Collicchio.

À Cristiane Angélica e meu afilhado Miguel que vem chegando a esse mundo trazendo esperanças e alegrias.

À Danielle Mitja, uma francesa apaixonada pelo Brasil e pelo babaçu. Tenho convicção que ainda vamos desenvolver trabalhos juntas.

À Luiza, Francisco, Helton e Helenice, que se tornaram minha família em Palmas.

À igreja Presbiteriana Renovada de Porto Alegre, pelo acolhimento e orações. Em especial à família do Pr. Marco Lunardelli, que me “adotou” em Porto Alegre. Vocês agora fazem parte de minha vida.

Às amigas e ao amigo de longa convivência: Ana Bastos, Carol, Floriza, Mércia, Mirtes, Neide, Nice, Ruthiane, Samira, Silvianete, Suely, Vera Amengol, Wannuzia e Carlos, apesar da distância no momento atual.

À Mônica Schiavinatto e Socorro Normanha, pela amizade generosa, bom humor e companhia em viagens e trabalhos realizados juntos e, principalmente, à Socorro, pelos telefonemas de incentivo e carinho, particularmente nesse período da tese.

À memória do meu amigo José Romualdo Ferreira, uma das pessoas no Rio Grande do Sul que me estimulou a vir para o PGDR.

Aos meus irmãos e irmãs Rochinha, Mironaide, Idalina, Regina Lúcia, Izabel e Maria, pelo apoio incondicional recebido de cada um de vocês. Mesmo distante temos dividido perdas, lágrimas, alegrias, sonhos e esperanças. Divido com vocês essa vitória!

O meu tributo aos meus filhos Rafa e Dani, minhas noras Bruna e Ingrid, e ao meu neto Murilo Rocha. Esse trabalho é pra vocês, meus amores!

Mas, meu agradecimento maior cabe, sem dúvida alguma, a Deus. A Ele consagro meu louvor e gratidão por ter me guardado e me protegido em toda essa jornada.

Por fim, como não é possível registrar o nome de todas as outras pessoas que compartilharam de perto ou de longe com esta minha trajetória, deixo aqui registrado o meu reconhecimento e gratidão.

*Muito Obrigada, a todas e todos!!!*

## RESUMO

A tese tem como foco central a configuração que assume a rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio – TO, construída pela associação de seres humanos e não humanos e a interface que estes estabelecem com as estratégias de reprodução social e as relações sociedade-natureza. O que se busca destacar na pesquisa são as formas de reprodução social do agroextrativismo do babaçu como produto dessa rede sociotécnica e as dinâmicas atuais das relações sociedade-natureza decorrentes dessas estratégias. Como ponto de partida foram formuladas três questões de pesquisa: a primeira, direcionada à identificação e análise dos elementos (sociais, políticos e naturais) convergentes e/ou divergentes que têm afetado o extrativismo do babaçu; a segunda, no entendimento da interação dos diferentes atores na formação dessa rede; e a terceira, na busca dos desdobramentos dessa interação na reprodução social das famílias agroextrativistas do babaçu e nas dinâmicas das relações sociedade-natureza. A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2009 e no primeiro semestre de 2010, na qual se adotou como referencial teórico-metodológico a Teoria do Ator-Rede (ANT), que parte do pressuposto epistemológico da necessidade de rompimento da dicotomia sociedade-natureza. Após análise dos dados primários levantados por meio de uma pesquisa etnográfica concluiu-se que as mudanças e permanências sofridas no contexto da região do Bico do Papagaio, que as estratégias de reprodução social adotadas pelos agroextrativistas, têm produzido efeitos transformadores, em vários níveis e intensidades, nas dinâmicas de relações sociedade-natureza no sentido de serem produtoras de resultados menos nocivos ao ambiente. Por outro lado, as atividades agropecuárias (criação de gado e monocultivos) e a produção silvícola, contribuem para a produção de efeitos negativos ao ambiente natural com a diminuição da biodiversidade e a ameaça às formas de exploração agroextrativista. Conclui-se, então, que o estabelecimento da rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio - TO, iniciada com a luta pela posse da terra, pelo acesso livre e preservação do babaçu, está inteiramente atrelada a categorias culturais nucleantes, centrais para o agroextrativismo, como a terra, o babaçu, a família e o trabalho. A terra e o babaçu organizam a vida das famílias rurais do Bico do Papagaio, porém elas resignificaram a luta iniciada pelo direito à posse da terra. Atualmente, essa luta baseia-se nas mobilizações em torno do acesso livre ao babaçu, preservação da palmeira, contra a expropriação e em busca de agregação de valor ao fruto.

**Palavras-chave:** Rede Sociotécnica. Agroextrativismo. Preservação. Reprodução social.

## ABSTRACT

The central focus of this thesis is the configuration that takes the sociotechnical network of babassu in the Bico do Papagaio-TO region, constructed by the association of humans and nonhumans, and the interface they establish with the strategies of social reproduction and the relations between society and nature. This research attempts to highlight the forms of social reproduction of the babassu's harvesting as a product of this sociotechnical network and the current dynamics of the nature-society relations derived from these strategies. As a starting point, there were formulated three research questions: the first, targeted on the identification and analysis of the social, political and natural convergent and/or divergent elements that have affected the babassu's harvesting; the second, in the understanding of the interaction of the different actors in the network formation; and the third, in the search of the implication of this interaction within the social reproduction of the families that harvest babassu palm, and in the dynamics of the nature-society relations. The field research was conducted in the second half of 2009 and the first half of 2010. Actor-Network Theory (ANT) was adopted as a theoretical and methodological reference, which assumes the need for an epistemological rupture in the nature-society dichotomy. After analyzing the primary data obtained through ethnographic research, the conclusion is that the changes and continuities occurred in the context of the Bico do Papagaio region, and the social reproductive strategies adopted by the social agroextractivists had produced transformative effects at various levels and intensities, especially in the dynamics of nature-society relations in the sense of producing less harmful results to the environment. On the other hand, agricultural activities (cattle and monocultures) and the silviculture production contribute to produce negative impacts to the natural environment by reducing the threat to the biodiversity and the ways of harvesting babassu. In conclusion, the establishment of the sociotechnical network of babassu in Bico do Papagaio-TO, which began with the fight over land ownership, access and preservation of babassu palm, is entirely tied to cultural nuclear categories key to the extractivism such as land, babassu palm, family and work. The land and babassu palms organize the lives of rural families in Bico do Pagagaio, but they reframe the fight over the right to land ownership. Currently, this fight is based on the mobilizations around the free access to babassu palm coconut, preservation of its palm, and against expropriation and the search of adding value to the fruit.

**Keywords:** Sociotechnical Network. Babassu Harvesting. Preservation. Social Reproduction.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1-	Palmeiras de babaçu .....	24
FIGURA 2-	Área de ocorrências do Babaçu no Brasil.....	25
FIGURA 3-	Localização do Estado do Tocantins no Brasil e a região do Bico do Papagaio.....	27
FIGURA 4-	Propaganda de Governo do Tocantins no ano de 2010.....	30
FIGURA 5-	Quadro de Municípios/organizações/núcleos visitados.....	42
FIGURA 6-	Quadro de Municípios da região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins.....	
FIGURA 7-	Localização do Bico do Papagaio no Tocantins e dos municípios onde se desenvolve a rede sociotécnica estudada.....	67
FIGURA 8-	Localização do município de Augustinópolis.....	71
FIGURA 9-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Augustinópolis – TO.....	73
FIGURA 10-	Localização do município de Axixá do Tocantins.....	75
FIGURA 11-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Axixá do Tocantins.....	77
FIGURA 12-	Localização do município de Buriti do Tocantins.....	79
FIGURA 13-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Buriti do Tocantins.....	81
FIGURA 14-	Localização do município de Carrasco Bonito.	82
FIGURA 15-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Carrasco Bonito.....	84
FIGURA 16-	Localização do município de Esperantina.....	86
FIGURA 17-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Esperantina.....	123
FIGURA 18-	Localização do município de Praia Norte.....	131
FIGURA 19-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Praia Norte.....	132
FIGURA 20-	Localização do município de São Miguel do Tocantins.....	153
FIGURA 21-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de São Miguel do Tocantins.....	153
FIGURA 22-	Localização do município de Sítio Novo	171
FIGURA 23-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Sítio Novo.....	192
FIGURA 24	Localização do município de Tocantinópolis.....	192
FIGURA 25-	Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por	214

	atividade, do município de Tocantinópolis.....	
FIGURA 26-	Leis do babaçu livre nos estados do Maranhão (MA), Pará (PA) e Tocantins (TO).....	216
FIGURA 27-	Reunião de planejamento romaria da terra de 2010	218
FIGURA 28-	Imagens do quintal de D. Tonilda	
FIGURA 29-	Quadro de- Projetos de Assentamentos implantados nos municípios abrangidos pela pesquisa.....	229
FIGURA 30-	Quadro das- Reservas Extrativistas de Babaçu	
FIGURA 31-	QUADRO dos - Principais atores, seus interesses e estratégias na rede sociotécnica do babaçu – Bico do Papagaio (TO	
FIGURA 32	Jovem quebrando coco com machado	
FIGURA 33	Mulher quebrando coco com pedra	
FIGURA 34	Depósito (sacolão) na beira de uma estrada e caminhão da TOBASA – S.A carregados de coco babaçu	
FIGURA 35	Pilão	
FIGURA 36	Máquina forrageira	
FIGURA 37	Abrangência do Projeto Babaçu – municípios, comunidades/projetos de assentamentos, número de participantes (sócias e não sócias).	
FIGURA 38	Moradias construídas com palhas do babaçu	
FIGURA 39	Casas das quebradeiras no povoado Pequizeiro	
FIGURA 40	Bancadas para a quebra do coco desenvolvidas no projeto	
FIGURA 41	Subprodutos do babaçu	
FIGURA 42	Babaçu como Ponto de Passagem Obrigatório na rede sociotécnica	

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti
AMTR	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANT	Teoria do Ator-Rede
APA-TO	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
ARENT	Associação dos Trabalhadores da Reserva Extremo Norte
ASMUBIP	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
ATES	Assessoria Técnica Especial
CASB	Clube Agrícola Sete Barracas
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNE	Conselho Nacional de Economia
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CONSEA	Conselhos de Segurança Alimentar
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local
COOPAESP	Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis
COOPALJ	Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DZEE	Diretoria Zoneamento Econômico
EIQCB	Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FETAET	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
GTA	Grupo Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEB	Fundação do Instituto Estadual do Babaçu
ISPN	Instituto Sociedade População e Natureza
MAMA	Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MIC	Ministério da Indústria e do Comércio
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEAF	Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar
ONG's	Organizações Não Governamentais
PA	Projetos de Assentamentos
PCTAFs	Cadeias Produtivas de Interesse dos Povos e Comunidades Tradicionais
PDRI	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
PGPMBio	Programa de Garantia de Preço Mínimo Para a Proteção da Biodiversidade
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República
PNPSB	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA	Programa de Aquisição de Alimentos
PP-G7	Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
RESEX	Reserva Extrativista
RURALTINS	Instituto De Desenvolvimento Rural Do Tocantins
SEPLAN-TO	Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTRs	Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TEMAS	Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
UFPA	Universidade Federal do Pará

UFRGS

Universidade Federal do rio Grande do Sul

WWF

World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2 A PROBLEMÁTICA E O PERCURSO DA PESQUISA</b> .....	<b>22</b>
2.1 A DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL DO BABAÇU.....	22
2.2 O CAMINHO METODOLÓGICO.....	33
2.3 O CAMINHO TEÓRICO: A TEORIA DO ATOR- REDE (ANT).....	41
<b>2.3.1 O Princípio da Simetria Generalizada e os conceitos de tradução e ator-mundo</b> .....	<b>41</b>
<b>2.3.2 A reprodução social por meio da noção de redes sociotécnicas</b> .....	<b>48</b>
<b>3 EMPÍRICO: SITUANDO O ESPAÇO, A HISTÓRIA E A LOCALIZAÇÃO DA REDE</b> .....	<b>51</b>
3.1 PANO DE FUNDO: OCUPAÇÃO E LUTAS NO BICO DO PAPAGAIO.....	51
3.2 A ÁREA DE ESTUDO: O BICO DO PAPAGAIO.....	60
3.3 APROXIMAÇÃO AOS LOCAIS E ATORES DA REDE.....	62
<b>3.3.1 O município de Augustinópolis</b> .....	<b>65</b>
<b>3.3.2 O município de Axixá do Tocantins</b> .....	<b>67</b>
<b>3.3.3 O município de Buriti do Tocantins</b> .....	<b>69</b>
<b>3.3.4 O município de Carrasco Bonito</b> .....	<b>71</b>
<b>3.3.5 O município de Esperantina</b> .....	<b>72</b>
<b>3.3.6 O município de Praia Norte</b> .....	<b>74</b>
<b>3.3.7 O município de São Miguel do Tocantins</b> .....	<b>76</b>
<b>3.3.8 O município de Sítio Novo do Tocantins</b> .....	<b>77</b>
<b>3.3.9 O município de Tocantinópolis</b> .....	<b>78</b>
<b>4. OS AGROEXTRATIVISTAS, O EXTRATIVISMO E A REDE SOCIOTÉCNICA: HUMANOS E NÃO HUMANOS NUMA RELAÇÃO SIMÉTRICA?</b> .....	<b>81</b>
4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DO EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO BRASIL E NO TOCANTINS.....	88

<b>4.1.1 Antecedentes: capim, gado e o babaçu preso .....</b>	<b>96</b>
<b>4.1.2 Agroextrativistas, sindicatos e a igreja: a emergência da Rede Sociotécnica.....</b>	<b>98</b>
<b>4.1.3 Extrativismo: uma categoria em definição.....</b>	<b>100</b>
<b>4.2 A CONFIGURAÇÃO DA REDE SOCIOTÉCNICA E AS RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS .....</b>	<b>106</b>
<b>4.2.1 A questão do coco preso e a mobilização social .....</b>	<b>107</b>
<b>4.2.2 Agenciando atores .....</b>	<b>110</b>
<b>4.2.3 A rede e os atores: interesses e estratégias .....</b>	<b>118</b>
<b>5 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA REDE: DOS SABERES ÀS PRATICAS AGROEXTRATIVISTAS .....</b>	<b>151</b>
<b>5.1 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL BASEADAS NOS USOS E MANEJOS DO BABAÇU .....</b>	<b>152</b>
<b>5.1.1 Exploração extrativista de base familiar: práticas, usos e manejos.....</b>	<b>152</b>
<b>5.1.2 A cata do coco babaçu: especificidades e estratégias.....</b>	<b>170</b>
<b>5.2 EXPRESSÕES E FORMAS DA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA .....</b>	<b>175</b>
<b>5.2.1 A extração e os usos da amêndoa do babaçu.....</b>	<b>177</b>
<b>5.2.2 As práticas de beneficiamento do azeite: usos e concepções.....</b>	<b>187</b>
<b>5.2.3 A produção e os usos do mesocarpo.....</b>	<b>197</b>
<b>5.3 A MEDIAÇÃO TÉCNICA NA REDE.....</b>	<b>202</b>
<b>5.4 CONEXÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>211</b>
<b>6 A TOBASA E A EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL DO BABAÇU: ENTRE O DISCURSO E O FATO.....</b>	<b>224</b>
<b>7 ENFIM...E AS DINÂMICAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA?.....</b>	<b>232</b>
<b>8 CONCLUSÕES.....</b>	<b>237</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>244</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AS ATIVIDADES A CAMPO E PRINCIPAIS QUESTÕES OBSERVADAS .....</b>	<b>258</b>
<b>APÊNDICE B - QUADROS SÍNTESE DO CICLO DE PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA E DOS PRODUTOS E UTILIDADES DO BABAÇU.....</b>	<b>259</b>
<b>APÊNDICE C - PESSOAS QUE COLABORARAM DIRETAMENTE COM A PESQUISA A CAMPO E LOCAIS DA PESQUISA .....</b>	<b>260</b>

<b>APÊNDICE D - PRINCIPAIS INTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DAS QUAIS OS/AS AGROEXTRATIVISTAS</b>	<b>DECLARARAM</b>	<b>PARTICIPAR</b>	
.....			261
<b>APÊNDICE E</b>	<b>–</b>	<b>MOSAICO</b>	<b>DE</b>
<b>FOTOS.....</b>			262
<b>ANEXOS A - REDE DE INSTITUIÇÕES QUE FINANCIAM PROJETOS E AÇÕES DO MIQCB.....</b>			264
<b>ANEXO B – MAPA DA “GUERRA ECOLÓGICA NOS BABAÇUAIS”.....</b>			265
<b>ANEXO C - CÓPIA DO JORNAL PINDOVA (INFORMATIVO BIMESTRAL DO MIQCB).....</b>			266
<b>ANEXO D- AVE MARIA DAS QUEBRADEIRAS .....</b>			267
<b>ANEXO E – LEI ESTADUAL SOBRE A PROIBIÇÃO DA QUEIMA, DERRUBADA E DO USO PREDATÓRIO DAS PALMEIRAS DO COCO DE BABAÇU NO TOCANTINS.....</b>			268

## 1 INTRODUÇÃO

Eu? Eu sou quebradeira, sem parente, nem aderente. Quando me dei conta não souberam me dizer de onde vinha, quando nasci, quem sou eu... Então, o babaçu é o pai e a mãe da gente. Dá o de comer, a moradia, um tudo (Antonia P. da Silva, quebradeira de coco de Lago do Junco no Maranhão)<sup>1</sup>.

Esta tese, elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tem como foco a configuração que assumem as redes sociotécnicas construídas pela associação de seres humanos e não humanos e os seus desdobramentos na reprodução social das famílias que sobrevivem do extrativismo do babaçu conciliado com práticas agrícolas, tomando como campo empírico, a região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins.

Situado na região de transição entre o bioma Cerrado e a Amazônia em fronteira com os estados do Maranhão e Pará, o Bico do Papagaio ficou conhecido nacional e internacionalmente pela concentração de conflitos pela posse da terra e pelo assassinato de inúmeros posseiros e liderança religiosa na década de 1980.

Preliminarmente, vale sublinhar que essa região possui a maior área de ocorrência de babaçuais do estado, sendo um espaço onde se manifestam dinâmicas socioambientais diferenciadas. Situada no chamado *Arco do desmatamento*<sup>2</sup>, a região atrai vários investimentos, com um considerável aporte financeiro de capital nacional e estrangeiro com vistas à diminuição dos impactos socioambientais, tendo sido alvo de ações públicas e privadas apoiando a agricultura familiar e questões ambientais. Somam-se a esses processos, o modelo de desenvolvimento adotado pelo estado, via agronegócios, com destaque para a pecuária seguida da produção de soja e arroz.

As dinâmicas socioambientais são marcadas por disputas em torno da posse e uso dos “recursos” naturais (terra, recursos extrativistas e outros) entre diferentes atores sociais, dentre eles, os agroextrativistas, associando-se à privatização das terras, ao cercamento das áreas, à proibição e/ou limitação de acesso ao babaçu e à substituição da biodiversidade pelos campos de pastagem homogênea.

---

<sup>1</sup> Publicado em Tempos Novos, 1990, p.5.

<sup>2</sup> O *Arco do desmatamento* foi uma proposta apresentada ao Ministério do Meio Ambiente e ao PPG-7 por uma equipe do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e da Conservation International do Brasil, liderada pelo Dr. José Marcio Ayres cujos limites se estendem do sudeste do estado do Maranhão, ao norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e sudeste do estado do Acre.

Sem sombra de dúvida, esses processos promovem mudanças significativas nas paisagens locais que compõem a vasta área do Bico do Papagaio, afetando de forma direta a agricultura familiar. Esta categoria socioproductiva, em especial, possui um peso significativo nestas disputas, bem como na configuração e transformação desse espaço, haja vista os diversos segmentos de famílias que abrange. Pôde-se identificar durante o trabalho de campo, pelo menos cinco segmentos: os assentados rurais, os parentes dos assentados que moram e cultivam na terra dos parentes, os pequenos proprietários de terra, os herdeiros de terra sem partilha e os trabalhadores rurais sem terras.

Um dos aspectos que distingue a agricultura familiar, nessa região, está diretamente relacionado à atividade extrativa do babaçu, conciliada com as lides agrícolas, fazendo parte da vida desses segmentos de agricultores. O babaçu contribui significativamente para a reprodução social e econômica dessas famílias. Esta pesquisa centra o extrativismo do babaçu como marco para as reflexões sobre as dinâmicas das relações sociedade-natureza no Bico do Papagaio. Trata-se, portanto, de estudar o agroextrativismo e seus processos de reprodução e transformação a partir dos seus princípios e práticas de produção.

É importante dizer que o interesse em realizar um estudo abordando a questão do extrativismo do babaçu surge por meio de um relacionamento anterior da pesquisadora com o *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB*, iniciado no ano de 2000, período de realização do trabalho de campo para redação da dissertação de mestrado. Mais recentemente, esse interesse foi tomando forma de pesquisa acadêmica com a participação no grupo de pesquisa *Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – TEMAS*, no curso de doutorado de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR que tem como um dos *eixos temáticos* gerais de investigação a diversidade e as dinâmicas das relações sociedade-natureza em contextos de agricultura familiar.

O peso maior nessa escolha certamente transcende as motivações acadêmicas, diz respeito à própria história de vida da pesquisadora, filha de uma quebradeira de coco babaçu do interior do Maranhão, que para ter seu próprio “dinheirinho” e “ajudar” nas despesas domésticas ia quebrar uns “quilinhos de coco”, e de um trabalhador rural ligado ao movimento sindical. Do coco babaçu, minha mãe vendia as amêndoas, tirava o azeite que era usado em todos os tipos de refeição, o leite do coco para elaborar alguns pratos (o peixe, o bode, a galinha caipira, entre outros), o estrumo para a horta caseira e com as palhas o meu pai cobria o rancho na roça e fazia abano para avivar o fogo, a lenha, entre outros artefatos. Enfim, a maior parte de minha educação foi herdada desse mundo rural maranhense, da “terra das palmeiras”, onde eu vivi com o meu pai, minha mãe e meus irmãos e irmãs. Desde muito

cedo aprendi que o babaçu era parte da nossa vida. Ainda na infância aprendi a canção do exílio de Gonçalves Dias, que dizia: “Minha terra tem palmeiras / Onde canta o sabiá / As aves que aqui gorjeiam / Não gorjeiam como lá [...]”. Essas relações foram fundamentais para as escolhas da pesquisa.

Por fim, é importante dizer que a pesquisa elegeu como principal foco de investigação as estratégias de reprodução social, entendendo-o como elemento privilegiado para que se possa investigar aquilo que se considera como o principal foco dessa reflexão, ou seja, a interface que se estabelece entre essas estratégias e a rede sociotécnica, ou, ainda, entre esta rede e aquilo que se convencionou designar de relações *sociedade-natureza*.

Para dar conta dessa proposta, o ponto de partida foi buscar no campo das ciências sociais algumas abordagens teóricas que procuram romper, de diferentes maneiras, com a dicotomia sociedade/natureza que perpassa essas disciplinas desde as suas origens. Dentro da perspectiva de uma necessária ruptura dessa dicotomia, a contribuição de autores como Bruno Latour e outros, vinculados à Sociologia da Tradução, que propõem uma abordagem metodológica visando dirimir essa separação a partir de um tratamento simétrico entre natureza e sociedade, foi a escolhida.

A tese se estrutura em oito capítulos, sendo que o primeiro é essa introdução. No capítulo dois esboça-se a construção da problemática e o percurso da pesquisa, mostrando em linhas gerais a importância do babaçu para a reprodução social dos grupos sociais no Bico do Papagaio, que sobrevivem do agroextrativismo (roça e babaçu). Nele apresentam-se os objetivos da tese e se narra o processo de ingresso no campo, os aspectos metodológicos e conceituais subjacentes a esse ingresso, evidenciando algumas características relacionadas ao universo da pesquisa.

O terceiro capítulo faz uma aproximação ao empírico situando o espaço, alguns aspectos históricos e a localização da rede. Busca-se no tempo e na história a compreensão do espaço estudado, em processo. Apresenta-se, então, uma visão panorâmica sobre os antecedentes históricos relacionados ao processo de ocupação do Bico do Papagaio e as estratégias de acesso à *terra* e ao *babaçu* que estas populações construíram, visando garantir sua reprodução social. Nele se faz uma contextualização do processo de ocupação e lutas no Bico do Papagaio para em seguida apresentar a área de estudo e fazer uma aproximação aos atores e aos locais da rede sociotécnica do babaçu.

No capítulo seguinte inicia-se a análise da rede sociotécnica do agroextrativismo do babaçu. Para tanto, foca-se nos aspectos históricos e econômicos do extrativismo do babaçu, apresenta-se a rede e os atores (humanos e não humanos), seus interesses e estratégias.

Também se aproveita para evidenciar algumas interpretações sobre o extrativismo. Nele apresenta-se também alguns aspectos históricos e econômicos do extrativismo do babaçu no Brasil e no Tocantins, a configuração da rede sociotécnica e as relações entre humanos e não humanos.

O quinto capítulo trata das estratégias de reprodução social na rede, tomando como referência de análise os saberes e as práticas de grupos agroextrativistas, baseadas nos usos e manejos do babaçu, referentes ao lócus empírico pesquisado, que se desenvolvem por meios diferenciados. Analisa as práticas, os usos e os manejos em duas perspectivas: expressões e formas da diversificação da produção agroextrativista (extração e usos da amêndoa do babaçu, práticas de beneficiamento do azeite e produção e os usos do mesocarpo) e a prática da cata do coco babaçu. Aborda ainda a mediação técnica na rede, a conexão com as políticas públicas e com os projetos de desenvolvimento.

Já o capítulo seis analisa a exploração industrial do babaçu feita pela TOBASA bioindustrial e o estabelecimento das relações existentes entre os catadores de coco e esta indústria, que se contrapõem a uma das estratégias de reprodução social do agroextrativismo do babaçu, baseadas no aproveitamento integral.

O sétimo capítulo centra-se na compreensão e análise das dinâmicas das relações sociedade-natureza vigentes atualmente no Bico do Papagaio.

No capítulo final, são apresentadas as conclusões da tese, sem qualquer pretensão de encerrar o assunto ou de apresentar uma versão generalizante da temática que trata sobre estratégias de reprodução social em áreas de produção agroextrativista.

## 2 A PROBLEMÁTICA E O PERCURSO DA PESQUISA

Neste capítulo a intenção é apresentar a problemática do estudo, direcionando-a aos interesses e aos objetivos da pesquisa de campo. Nele se faz uma contextualização da dinâmica socioambiental do babaçu, apresentando sua área de ocorrência e a importância para a reprodução social dos grupos sociais, no Bico do Papagaio, que sobrevivem do agroextrativismo (roça e babaçu). Também apresenta os objetivos da tese, o caminho metodológico e o referencial teórico seguido.

### 2.1 A DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL DO BABAÇU

O babaçu (*Attalea speciosa*, família das Arecaceae), uma planta robusta e imponente que atinge cerca de 20 m de altura (figura 1), é uma das mais importantes palmeiras brasileiras, nativa nas áreas de floresta da Amazônia legal e nas áreas de cerrado e de semi-árido do nordeste brasileiro (ANDERSON *et al.*, 1991). Predomina em zonas de várzeas, próximas aos vales dos rios e eventualmente em pequenas colinas ou elevações, não ocorrendo isoladamente e se associando a “outros tipos de vegetação como capoeira, caatinga, mata aluvial, cerrado, formando estrato ou zonas” (MIC/SIT, 1982 *apud* ALMEIDA; SHIRAIISHI NETO e MARTINS, 2005, p. 41).



**Figura 1 – Palmeiras de babaçu**  
Fonte Acervo da pesquisa – Novembro/2009

Além do Brasil (figura 2), há registros de sua ocorrência em países da América do Sul, como a Bolívia, Guianas e Suriname. O Ministério da Agricultura avalia que a superfície total de ocorrência do babaçu é de aproximadamente 13,4 milhões de hectares. Supõe-se que nessa superfície encontrem-se 20,1 bilhões de palmeiras que produzem anualmente 20,15 bilhões de cocos<sup>3</sup>. Mas é nos estados do Maranhão, Sudeste do Pará, Tocantins e Piauí que o extrativismo do babaçu se desenvolve como atividade econômica e com ações de mobilização política realizadas pelas *quebradeiras de coco babaçu*<sup>4</sup>. O Estado do Tocantins coloca-se em segundo lugar no *ranking* nacional, atrás do Maranhão possuindo uma das mais importantes empresas de iniciativa privada que faz o beneficiamento do babaçu: a TOBASA.



**Figura 2 – Área de ocorrência do Babaçu no Brasil**  
**Fonte: (May et al., 1985), adaptado de MIC/STI (1982).**

<sup>3</sup> Cf. [http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/estudo\\_babacu.pdf](http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/estudo_babacu.pdf). Acesso em 16 abr 09.

<sup>4</sup> *Quebradeira de Coco Babaçu* é uma categoria “de afirmação de uma existência coletiva, enquanto unidades de mobilização”, que tem como característica básica a mobilização em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, tendo no trabalho extrativo do babaçu o seu principal meio de vida. (ALMEIDA, 1995, p.13).

Calcula-se que no Brasil entre 300 e 400 mil famílias sobrevivam da atividade extrativa do babaçu (ALMEIDA *et al.*, 2001). No estado do Tocantins, segundo informações da Associação Regional das Mulheres do Bico do Papagaio – ASMUBIP, cerca de 3 mil famílias sobrevivem, principalmente, das atividades agroextrativistas (roça e do babaçu).

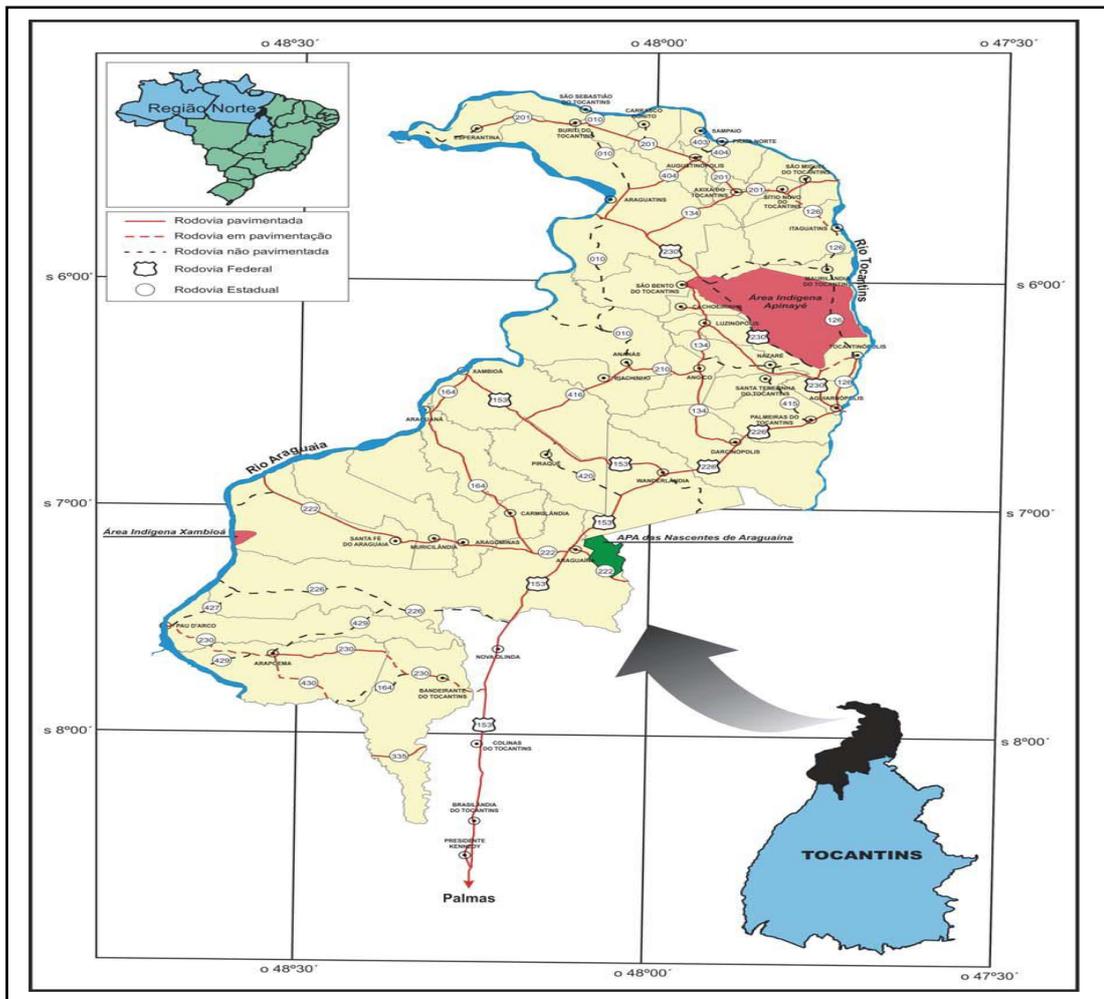
Vale lembrar que historicamente populações locais (indígenas, comunidades negras, camponeses, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, etc.) vêm se utilizando dos recursos extrativistas dos diversos biomas brasileiros (Mata Atlântica, Mata dos Pinhais, Cerrado, Caatinga, Mata dos Cocais e Amazônia) em conjunto com outras atividades como as agrícolas e de criação de pequenos animais como meio de garantir sua subsistência. Aliás, o extrativismo vegetal teve suas origens, segundo Homma (1993), desde o aparecimento dos seres humanos na face da terra, há milhões de anos, assim, a presença de diferentes grupos ocupando e garantindo sua sobrevivência, a partir dos recursos da floresta é, quase sempre, uma regra (PICANÇO, 2009).

Em todos esses biomas determinadas variedades de recursos extrativistas vegetais, (babaçu, pequi, castanha-do-pará, açaí, buriti, cacau, carnaúba, seringueira, samambaia-preta, entre outras) são apropriadas pelas populações locais para uso familiar ou para fins comerciais, a exemplo do extrativismo da samambaia-preta nas encostas da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, conforme demonstram alguns estudos realizados por pesquisadores da UFRGS (COELHO DE SOUSA, 2003; KUBO, 2005; SUÁREZ, 2007; TAVARES, 2007).

Em se tratando do extrativismo do babaçu, no estado do Tocantins as atividades extrativas ocorrem principalmente no extremo norte do estado, no Bico do Papagaio<sup>5</sup> (Figura 3). Trata-se de um espaço onde a relação que os grupos agroextrativistas mantêm com esse elemento natural, o babaçu, tem como marca um histórico de tensões, conflitos e de mobilização de recursos e/ou estratégias de enfrentamento a esses problemas e a outros relacionados aos problemas cotidianos vinculados ao atendimento de suas necessidades básicas, gerando um caso bastante ilustrativo para questionamento sobre as dinâmicas das relações *sociedade-natureza*<sup>6</sup> e um lócus privilegiado para pesquisa.

<sup>5</sup> A Região do Bico do Papagaio – RBP, definida para fins de planejamento pela Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAN, abrange uma área com 37 municípios. Divide-se em duas frentes com características bem distintas: uma baseada na pecuária extensiva, ao sul, e a outra baseada na agricultura familiar, ao norte. Na classificação do IBGE, o Bico do Papagaio corresponde a área do norte composta por 25 municípios.

<sup>6</sup> Sobre esse tema ver Oliveira (2009).



**Figura 3 – localização do Estado do Tocantins no Brasil e a região do Bico do Papagaio.**  
**Fonte: SEPLAN – TO (2006).**

Essas relações têm fundamentado o debate atual em torno das *questões socioambientais*, que no contexto do estado do Tocantins, mediante o processo de ocupação e estratégias de desenvolvimento delineadas desde os anos de 1930, época em que o Estado tomou a frente do projeto econômico brasileiro para tornar possível a “modernização diante do mundo” (OLIVEIRA, 2010), tem determinado a configuração e as formas de exploração dos seus meios ambientes<sup>7</sup>, em especial com o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia pelos governos militares, que resultou no confronto com lógicas diferenciadas de construção de territórios e usos de recursos (SANT’ANA JUNIOR *et. al.* 2009). Em função

<sup>7</sup> Essa é uma noção desenvolvida a partir do questionamento de autores como Latour, Schwartz e Charvolin (1998), que dizem que foi necessário a construção de um “Meio Ambiente”, global e singular, na unificação dos variados meio ambientes naturais existentes. Gerhardt e Almeida (2005), apontam para o caráter polissêmico desse termo, portanto, neste sentido, tal expressão, assim como ecologia e natureza, adquirem um caráter operatório na medida em que permitem aos interlocutores que delas fazem uso estabelecer novos lugares-comuns e, igualmente, forjar formas alternativas de classificação do mundo e de relação ao Outro, sejam humanos ou não humanos, naturais ou artificiais.

desse projeto desenvolvimentista, modificações importantes ocorreram ali no domínio das relações *sociedade-natureza*.

Emerge então, nesse contexto amazônico, uma multiplicidade de ações relacionadas a essa temática, praticadas por diferentes grupos sociais (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, entre outros) a exemplo da mobilização do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB em torno da preservação da palmeira do babaçu, e que se conforma com as discussões acerca da *problemática socioambiental* contemporânea. Isso pode ser observado, por exemplo, nas atividades ligadas às práticas agroextrativistas, a exemplo das *roças orgânicas*<sup>8</sup>; no processo de luta pela “libertação do babaçu”; no discurso marcado pela necessidade de acesso à terra, aos elementos naturais e de afirmação de saberes locais na lógica de usos desses recursos. (RÊGO; e ANDRADE, 2006).

Cabe considerar que a temática *socioambiental*, conforme Zanoni e Raynaut (1994), envolve as questões situadas na interface do que denominam de *sistema natureza* e *sistema sociedade*. Estes sistemas interagem, compartilhando elementos comuns, porém se organizam cada um de acordo com propriedades estruturais e dinâmicas próprias (RAYNAUT, 1997). Ainda segundo esses autores, esta interface compreende as interações entre as atividades humanas e o meio natural, expressas pelas suas modificações, por meio de técnicas e práticas utilizadas pelos diferentes grupos sociais.

Verifica-se que nessas interações ocorrem mudanças nas dinâmicas das relações *sociedade-natureza* que, no caso deste estudo, se relacionam diretamente com as estratégias de reprodução social adotadas pelos grupos agroextrativistas da região.

Considerando que os direitos desses grupos em relação à sua reprodução social e cultural estão fundados em anterioridades históricas nos espaços que ocupam (LOBÃO, 2006), no que toca à necessidade de garantirem a reprodução social de suas famílias, o *babaçu*, ao lado do trabalho agrícola, a partir do seu uso doméstico, no âmbito familiar, assume um papel importante. Nesse sentido, as dinâmicas relacionadas à questão fundiária

---

<sup>8</sup> As roças orgânicas fazem parte de um programa denominado “produção agroextrativista”, implementado pela Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão - ASSEMA. Diz respeito ao consorciamento das palmeiras de babaçu com os cultivos denominados de *cultivos brancos* (arroz, milho, feijão e mandioca); com as criações, ou seja, com as pastagens para criação de animais de grande, médio e pequeno porte; com as hortaliças e plantas frutíferas; com espécies madeireiras, dizendo respeito ao uso de técnicas de cultivo sem a utilização de mecanização agrícola, de agroquímicos, do fogo para limpeza das áreas a serem cultivadas e, principalmente, abolindo a derrubada das palmeiras. Disponível em: <http://www.assema.org.br> Acesso em: 20 jun. 2009.

envolvendo concentração e/ou grilagem de terras, a pecuária extensiva, as derrubadas de palmeiras de babaçu para plantio de pastagens, ameaçam a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas, bem como outros grupos de agricultores(as) familiares que moram e trabalham nessas áreas.

Considerando ainda que a *terra* e o *babaçu* são os dois principais elementos para reprodução familiar desses grupos, verifica-se, então, que tais condições acima descritas implicam em limitações e/ou impedimento das atividades agroextrativistas e em significativas mudanças nas dinâmicas das relações *sociedade-natureza*. Implica, ainda, em embates entre os diversos atores relacionados à “questão do babaçu”.

Em uma perspectiva mais ampla, pode-se afirmar que as dinâmicas acima referidas estão estreitamente relacionadas aos *problemas socioambientais*<sup>9</sup> que se configuram no Tocantins, em especial, após a sua emancipação política. Isto porque, o estado pretendia e ainda pretende ser um exemplo de “modernidade e crescimento no país” por meio de “uma visão moderna de administrar e ciente que a vocação econômica do Estado continuará sendo o *agronegócio*, tracionado pela pecuária e agricultura” (TOCANTINS RURAL, 2007/ 2010, grifo nosso) conforme se pode ver na figura 4.



**Figura 4 – Propaganda de Governo do Tocantins no ano de 2010**  
**Fonte: Acervo de pesquisa mai maio /2010**

<sup>9</sup> Dentre os diversos problemas socioambientais no Tocantins, vale registrar aqueles decorrentes da expansão dos grandes empreendimentos voltados para a produção de energia elétrica, à expansão da sojicultura, à pecuária, dentre outros, o que tem provocado uma grande devastação do meio natural, entre outros problemas.

Portanto, essas questões merecem atenção, sobretudo, pelo fato de que nessas dinâmicas as lógicas de reprodução social dos grupos sociais em análise são ameaçadas.

Emancipado politicamente no ano de 1988<sup>10</sup>, o estado do Tocantins integra a chamada Amazônia Legal.<sup>11</sup> Formalmente pertence à região norte, no entanto, encontra-se na zona de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Desde a sua formação, pretendia e ainda pretende ser um exemplo de modernidade e crescimento no país e, valorizando sua localização privilegiada na Amazônia Legal, promoveu o que denomina de *desenvolvimento* por meio de empréstimos públicos ou privados para viabilizar a implantação de projetos de desenvolvimento no seu território, ou seja, permitindo investimentos em uma região desprovida de interesse pelo então estado de Goiás (ZITZKE, 2007).

Aqui, o discurso do *desenvolvimento* está associado ao capital e à tecnologia no mesmo sentido do que foi proposto pela “revolução verde”, isto é, associado ao aumento da produção e da produtividade, cuja lógica era a de atingir a máxima artificialização do meio ambiente, de forma a adequar os cultivos e criações ao genótipo, para que estes possam efetivar todo o seu potencial de rendimento (JARA, 1998) e cuja noção teria o sentido dado por Almeida (1997, p.18), como algo positivo, visto que “desenvolver seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor”.

Convém ressaltar que além das questões relacionadas à estrutura fundiária, à pecuária, aos plantios de pastagens, às derrubadas de palmeiras, existem outras questões vinculadas à proposta de desenvolvimento do estado, tais como: as atividades agroexportadoras (carne bovina, soja e outros grãos), a produção silvícola, a construção de usinas hidrelétricas, dentre outras, que ameaçam a *sustentabilidade ecológica*<sup>12</sup> e conseqüentemente a manutenção das atividades agroextrativistas e os meios de vida das famílias agroextrativistas.

<sup>10</sup> Foi desmembrado do estado de Goiás (parte norte e central) por determinação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Vale a pena lembrar que esse estado faz parte de um contexto cultural com raízes históricas bastante recuadas no tempo. De colonização tardia, esse território teve seu efetivo processo de ocupação e povoamento exatamente dois séculos após o início da ocupação efetiva do Brasil, caracterizados principalmente pelas frentes de expansão (BRANDÃO, 1986).

<sup>11</sup> A área conhecida como Amazônia Legal foi instituída através de dispositivo de lei para fins de planejamento econômico da região amazônica. Engloba os Estados da macrorregião Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), e mais o Estado do Mato Grosso (macrorregião Centro-Oeste), e parte do Maranhão, a oeste do meridiano de 44° (macrorregião Nordeste). Possui diferentes tipos de cobertura vegetal (campos, cerrados, “matas de cocais”, etc), mas entre eles se destacam as fisionomias florestais (floresta ombrófila densa, floresta estacional, entre outras), que abrangem aproximadamente 4 milhões de km<sup>2</sup> no país, o correspondente a cerca de 25% das florestas do planeta (AGUIAR, 2002).

<sup>12</sup> Essa noção, segundo Lima e Pozzobon (2005), diz respeito à capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus elementos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente.

Sabe-se que as condições ambientais disponíveis num determinado espaço possuem fundamental importância para a reprodução social enquanto base material para o desenvolvimento das atividades produtivas (OLIVEIRA, 2009). Nesse sentido, os impactos das atividades acima descritas sobre o extrativismo do babaçu podem comprometer a reprodução das famílias que sobrevivem dessa atividade. De fato, nesse contexto é que as estratégias e as formas de reprodução social de grupos agroextrativistas se mostram relevantes na discussão em torno das relações *sociedade-natureza*.

O desafio de contribuir para a compreensão desse processo levou à reflexão sobre o extrativismo do babaçu, pela relevância com que esse tema tem aparecido nos últimos anos nas discussões sobre meio ambiente, desenvolvimento, sustentabilidade, conflitos socioambientais, preservação, conhecimentos tradicionais, entre outros, mas, sobretudo, porque ao tomar o extrativismo enquanto um espaço privilegiado de investigação sobre o tema da reprodução social indica a possibilidade de atender aos pressupostos da diversidade de situações existentes em áreas agroextrativistas.

Embora muitos cientistas sociais nas últimas décadas tenham realizado estudos sobre a Amazônia, a partir de várias abordagens – colonização, implantação de grandes projetos, relações de trabalho, movimentos sociais, entre outros –, o estado do Tocantins, em geral, ficou fora dessas investigações. São poucos os estudos realizados nesse estado em anos recentes<sup>13</sup>. No caso específico do extrativismo do babaçu, destacam-se as pesquisas realizadas por um grupo de cientistas liderados pelo antropólogo Alfredo Wagner, abordando os movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, resultando em algumas publicações (artigos e livros) e na elaboração da *Nova Cartografia Social da Amazônia* (ALMEIDA *et al*, 2005).

A região do Bico do Papagaio, como se verá posteriormente, foi no passado porta de entrada para a toda Amazônia Legal constituindo-se em região de intensos conflitos agrários durante as décadas de 1970 e 1980, envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros pelo controle da terra e dos elementos naturais e se transformando num dos principais focos de tensão agrária do país. Movimentos sociais ligados à igreja católica e à organização sindical com forte influência sobre as lideranças locais se articularam, naquele momento, em torno de

---

<sup>13</sup> Nas décadas de 1970 foram realizados estudos sobre a Amazônia e dentre eles a questão da dinâmica das frentes de expansão e dos conflitos sociais que gerava, nos diversos contextos regionais, entre eles a região Tocantina (VELHO, 1972; IANNI, 1978; OLIVEIRA, 1977).

um luta por uma reivindicação específica, o direito à posse da terra enquanto meio de produção e sobrevivência.

Como alguns autores têm posto em evidência, esse espaço é marcado por *problemas socioambientais* que se agravam na medida em que também estão vinculados a problemas como, por exemplo, o impedimento da atividade da quebra do coco babaçu nas áreas das fazendas agropecuárias; a derrubada das palmeiras e envenenamento das pindovas (palmeiras novas); o da *sujeição* ao proprietário das terras<sup>14</sup> e a uma complexa questão fundiária, que inclui a disputa pela posse e uso da terra entre diferentes atores, induzindo a um ritmo acelerado de uso do espaço e do meio natural (ALMEIDA *et. al.* 2005; LEITE *et al.*, 2004; MARTINS, 1985; SADER, 1986). Por outro lado, a despeito dessa dinâmica, os agroextrativistas vêm se fortalecendo nas últimas décadas, tornando-se um importante ator social na região.

Particularmente, na década de 1980, considerada a mais aguda na disputa pela terra na região, a grilagem, a expropriação violenta das famílias, as perseguições e assassinatos de vários posseiros foram práticas correntes, culminando com a morte do Padre Josimo (o “padre preto das sandálias surradas”) em 1986, religioso católico que atuava naquela região, cujo assassinato teve repercussão em nível internacional por meio dos meios de comunicação e se tornou um marco na história da região, à semelhança do assassinato de Chico Mendes, no Acre.

Assim, com os acontecimentos acima descritos, em especial pelos diversos tipos de violência pelas quais passaram aquelas famílias no contexto das lutas pela terra e pela reforma agrária, como significado de resposta à violência e às restrições às barreiras impostas por fazendeiros/grileiros, grupos locais construíram espaços de mobilização, resistência e interlocução com outros atores e realidades semelhantes. Vale lembrar que na Amazônia brasileira há uma diversidade de situações de vida dos extrativistas, com maior ou menor grau de intervenção e de transformação do meio natural, mas partilhando de um eixo comum: a progressiva construção de espaços públicos de mobilizações, de organização coletiva e de elaboração de projetos comuns.

Nesse contexto, as mulheres *quebradeiras de coco babaçu* assumiram a luta pelo babaçu e pela terra, elegerem a bandeira *babaçu livre* como instrumento de luta e estabeleceram conexões e vínculos do local ao global. Decorre daí que essas mulheres e suas

---

<sup>14</sup> Entendida como a obrigatoriedade de só vender a produção para os proprietários das terras.

famílias tiveram a oportunidade de travar conhecimento com outras realidades, o que pode ser demonstrado por meio do depoimento de uma quebradeira de coco dado a Silva (2001), que diz: “[...] aí logo em 1986, aí foi quando mataram o padre Josimo e nós tivemos a possibilidade de sair rodando no mundo, denunciando, fazendo várias denúncias, cobrando os direitos da gente em Brasília”.

Nos anos subsequentes, ou logo no início dos anos de 1990, emerge no contexto nacional a categoria política *agricultura familiar* como uma “nova categoria-síntese encaminhada pelos movimentos sociais do campo” e sendo legitimada pelo Estado ao criar, em 1996, o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (SCHNEIDER, 2003)<sup>15</sup>. Além desse programa, a agricultura familiar passa a ser beneficiária de outras políticas como a da reforma agrária, assistência técnica, programas sociais de educação e saúde.

No Bico do Papagaio, o movimento sindical da região, conjuntamente com outras organizações locais acompanhando a dinâmica do movimento sindical nacional do campo, passou a demandar do poder público ações no sentido de fortalecer a Agricultura Familiar local, tendo, inicialmente, na organização da produção a sua principal reivindicação. Passaram então a desenvolver ações voltadas à consolidação e estruturação da sua base econômica, associada principalmente às atividades agroextrativistas.

A partir dessa dinâmica, iniciada pelo movimento sindical, esses atores, estabeleceram relações com diversas organizações locais, com organizações não governamentais, com instituições governamentais ampliando sua rede de relações na defesa de seus interesses e direitos, e em especial, elaborando conjuntamente suas estratégias de reprodução social. Prolifera, nesse cenário, uma grande mobilização de mediadores com diversos porta-vozes, emergindo em uma imbricada rede, estruturada a partir das associações, alianças, formas de mobilização e organização política e estratégias de organização da produção agroextrativista que culminam nas formas de reprodução social que poderão ser analisadas com o uso da ideia de rede sociotécnica<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Mas vale aqui a observação de Wanderley (1996) sobre a ideia da agricultura familiar enquanto categoria social recente. Para a autora, esta não é uma categoria social recente, nem corresponde a uma categoria analítica nova na sociologia rural, embora, no Brasil, seu significado e abrangência assumem “ares de novidade e renovação”.

<sup>16</sup> Esta por definição é composta por actantes, cuja noção é empregada pelos propositores da “sociologia da tradução” (conforme descrito por LATOUR, 2004a), servindo para designar, além das pessoas, os seres não humanos que podem agenciar (ou serem agenciados) pelas mesmas, se inserindo em redes híbridas (de humanos

Pensar a reprodução social a partir dessa perspectiva de rede sociotécnica é reconhecer as complexas inter-relações entre os atores, desde a esfera familiar às redes de parentesco, sociabilidades, de mediadores sociotécnicos, de políticas públicas, entre outras. Parte-se do pressuposto de que essas inter-relações são traduzidas de diferentes maneiras pelos atores sociais nos espaços locais influenciando os processos de reprodução social. Por sua vez, deve-se considerar que para se compreender essas dinâmicas, há de se levar em conta as relações que se estabelecem entre esses grupos e o meio natural nos quais ritualizam suas atividades, visto que é nessa ritualização que se concretizam as interações desses grupos com a *terra* e o *babaçu*.

A questão que permeia essa perspectiva de rede sociotécnica é a crise derivada do processo de modernização, onde as ciências da sociedade e da natureza não conseguem isoladas uma da outra fazer sentido aos acontecimentos que Latour (1994) nomeia como “híbridos”, onde se misturam caoticamente fatos de conhecimento científico, ações sociais e interpretações culturais de um ou outro acontecimento (SANCHEZ, 2005).

O que se pode depreender também é que o estabelecimento dessa rede se deu a partir de uma associação de atores que assumiu determinados papéis, transportando e circulando informações, mobilizando entidades e materiais, sendo que um desses atores, os agroextrativistas, encontra-se sob a necessidade premente e ameaçado de garantir a reprodução social ao longo do tempo. Assim sendo, os agroextrativistas buscam estabelecer vínculos preferencialmente com vizinhos ou outros agricultores familiares, a partir de lógicas como a da reciprocidade e de parentesco, e com entes não humanos mais próximos (como os babaçuais, a minifábrica de sabão, a usina de beneficiamento do babaçu, o crédito rural, etc.).

Portanto, o que se buscou destacar na pesquisa foram as formas de reprodução social do agroextrativismo do babaçu enquanto fruto dessa rede sociotécnica e as dinâmicas atuais das relações *sociedade-natureza* decorrentes dessas estratégias. Para isto, uma questão fundamental refere-se à interação social dos diferentes atores (humanos e não humanos) na formação da rede sociotécnica e seus desdobramentos na reprodução social dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas da região do Bico do Papagaio. Levantou-se, então, algumas questões que podem ajudar na compreensão e análise desses processos:

1. Quais os principais elementos (sociais, políticos e naturais), convergentes e/ou divergentes, que têm afetado o extrativismo do babaçu?

---

e não humanos), ou até mesmo seres metafísicos que podem ser considerados como tendo existência em determinadas partições ontológicas, e em relação com os demais seres sociais / naturais.

2. Como se dá a interação dos diferentes atores na formação dessa rede?
3. Quais seus desdobramentos na reprodução social dos/das agroextrativistas do babaçu e nas dinâmicas das relações *sociedade-natureza*?

A partir dessas questões, buscar-se circunscrever certas situações específicas configuradas pela associação de seres humanos e não humanos envolvidos na problemática socioambiental na região do Bico do Papagaio, de forma a abrir uma perspectiva analítica em que se possa compreender como as formas de reprodução social em áreas do agroextrativismo (roça e babaçu) resultam da associação de vários elementos naturais e sociais que interagem dentro dessa rede sociotécnica do babaçu. Surgem daí os objetivos específicos dessa tese:

- a)- mapear a rede sociotécnica do agroextrativismo (roça e babaçu) formada simetricamente por humanos e não humanos, procurando identificar e tipificar os atores envolvidos no agroextrativismo, suas ações, suas demandas, seus agenciamentos e instrumentos de ação;
- b)- identificar os elementos naturais e sociais que interagem dentro da rede de maneira a revelar as formas de reprodução social em áreas de extrativismo do babaçu no Bico do Papagaio no estado do Tocantins; e,
- c)- caracterizar essas formas de reprodução social, bem como identificar quais os efeitos que produzem sobre os elementos naturais, sobretudo, no babaçu.

## 2.2 O CAMINHO METODOLÓGICO

O caminho seguido no percurso da pesquisa, particularmente da pesquisa de campo, teve como ponto de partida o princípio da perspectiva teórica adotada, isto é, da Teoria do Ator Rede - ANT, que pressupõe um “quadro de referência limpo” (LAW, 2010), ou melhor, sem referências *a priori*.

Esse foi, na prática, o grande problema a ser superado, visto estar-se adentrando num espaço considerado familiar. No decorrer de minha formação acadêmica tive a oportunidade de interagir com a discussão em torno do tema ligado ao babaçu a partir de algumas participações em atividades de pesquisa, nos encontros das quebradeiras de coco babaçu e na avaliação institucional do MIQCB<sup>17</sup>, que resultou na construção de laços de amizade e de

---

<sup>17</sup> Ao completar 10 anos de formação, no ano de 2001, o MIQCB contratou duas consultoras para fazer uma avaliação institucional do Movimento e elaborar o Planejamento Estratégico. A participação na primeira avaliação externa do MIQCB nos permitiu uma aproximação maior com esse Movimento.

confiança e, por fim, na elaboração de uma dissertação de mestrado tendo como foco principal a análise da luta das quebradeiras de coco babaçu em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos elementos naturais.

No processo de avaliação do MIQCB a equipe de avaliação formada pela pesquisadora e a consultora Cecília Iorio teve oportunidade de realizar viagens pelos estados do Piauí, Pará e Maranhão, realizando entrevistas, ouvindo relatos das lutas dos trabalhadores rurais no sentido de por fim à exploração de fazendeiros, à violência doméstica, à falta de acesso a direitos básicos como educação, saúde, saneamento básico, terra, entre outros e, particularmente, na luta pela preservação dos babaçuais, cuja palmeira é considerada pelas quebradeiras como “uma mãe, pois nunca deixa a gente passar fome”.

Para que se pudesse “seguir os atores na rede” a partir de um “quadro de referência limpo”, fez-se necessário a incursão no universo teórico-metodológico da sociologia da tradução para se definir um ponto de partida na rede. Os autores dessa abordagem sugerem três princípios metodológicos: o *agnosticismo*, que exige que o pesquisador considere em condições de igualdade os pontos de vista dos atores envolvidos, se esta identidade estiver ainda sendo negociada; a *simetria generalizada*, igualando a importância dos humanos e dos não humanos, e *seguir os atores* para observar como eles constroem os seus mundos, usando, o pesquisador, todos os materiais que estiver ao seu alcance, com a finalidade de fazer a rede crescer e se estabilizar (CALLON; LAW, 1986).

A partir do momento que se começou a adentrar no campo, para “seguir os atores na rede”, com o projeto na mão, tendo como auxílio uma caderneta de campo, um gravador, uma máquina fotográfica e um GPS, buscou-se inicialmente demarcar um ponto de partida na rede e desse ponto seguir as diversas interconexões que se apresentavam como relevantes para a proposta da tese. Optou-se, então, por fazer uma primeira aproximação com os atores humanos a fim de obter uma visão geral do universo a ser pesquisado.

Fez-se, então, uma primeira incursão, no final mês do setembro de 2009, ao campo que durou aproximadamente 40 dias. Percorreu-se os municípios de São Miguel do Tocantins, Sítio Novo, Praia Norte, Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins, Axixá do Tocantins, Augustinópolis e Esperantina. Na oportunidade, foram feitos contatos com as principais organizações locais e regionais que travam discussões e atuam em torno da atividade extrativa do babaçu, como: Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), Associação de Mulheres de Buriti (AMB), Associação dos Trabalhadores da

Reserva Extremo Norte (ARENT), Clube Agrícola Sete Barracas (CASB), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO).

Vale salientar que a inserção no campo foi em parte facilitada por um relacionamento anterior, conforme dito, com grupos extrativistas de babaçu ligados ao MIQCB e também por fazer parte do quadro da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS que já havia desenvolvido atividades de pesquisa nesse município.

O primeiro município visitado foi o de São Miguel do Tocantins, a 640 km de Palmas. A escolha por este município deveu-se ao fato de ser o local da sede da ASMUBIP, do CNS e do MIQCB e também por um relacionamento anterior mantido com algumas das lideranças locais, o que facilitaria a identificação dos atores a ser seguidos na rede, conforme a proposta metodológica adotada.

Nesse primeiro momento, os principais informantes foram a Assessora do MIQCB na regional do Tocantins, Sr<sup>a</sup>. Sandra Regina, e a Coordenadora da ASMUBIP, Sr<sup>a</sup>. Raimunda Nonata. A preocupação inicial foi de apresentar a proposta de pesquisa e identificar os possíveis atores a serem seguidos.

Assim, com o projeto na mão e os outros instrumentos (caderneta de campo, gravador, GPS e máquina fotográfica), seguiu-se de São Miguel para os outros municípios. Em cada um deles foi apresentado o projeto de pesquisa para as lideranças locais e se solicitou seus consentimentos e apoio na realização da referida pesquisa. Definiu-se um calendário para a coleta de dados e identificou-se as famílias que poderiam nos hospedar a pesquisadora em cada localidade.

Ciente de que uma etnografia é muito mais que estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, mas, conforme Geertz, (1989, p. 15), obter uma *descrição densa*, a mais completa possível, buscou-se então realizar uma etnografia multicentrada, percorrendo elos de uma rede específica, a rede sociotécnica do agroextrativismo, que reuni e mobiliza diferentes atores humanos e não humanos em torno da produção agrícola e do extrativismo do babaçu.

Assim, nessa viagem definiu-se os municípios e comunidades a serem visitadas na etapa seguinte a partir de uma indicação das lideranças locais. A sugestão foi de escolher as comunidades e projetos de assentamentos onde grupos organizados estão produzindo azeite, mesocarpo e artesanato, sendo os seguintes: grupo de Sete Barracas, São Miguel, e Olho D'Água, no município de São Miguel; grupo de Juverlândia, Sumaúma e São Pedro, no município de Sítio Novo; grupo do Pequizeiro, no município de Axixá; grupo de Camarão I e Jatobal, no município de Praia Norte; grupo de mulheres de Buriti, município de Buriti; PA Santa Cruz, no município de Esperantina. Além destas, também fomos até a cidade de Augustinópolis onde fica a sede da APA-TO e Tocantinópolis, onde se encontra a TOBASA, empresa de beneficiamento do Babaçu (Figura 5).

ESTADO	REGIÃO	CIDADES	POVOADOS	ORGANIZAÇÕES/NÚCLEOS/INDÚSTRIA
Tocantins	Bico do Papagaio	São Miguel do Tocantins	Sede do Município PA Sete Barracas	MIQCB ASMUBIP CNS CASB
		Sítio Novo do Tocantins	Juverlândia Sumaúma São Pedro	STTR Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu Núcleo do Babaçu
		Praia Norte	Jatobal Camarão I	STTR Núcleo do Babaçu
		Carrasco Bonito	Sede do Município Comunidade 20 mil	Secretaria Municipal de Agricultura ARENT
		Buriti do Tocantins	Sede do Município	AMB
		Axixá do Tocantins	Piquizeiro	Associação de Quebradeiras de Coco
		Esperantina	PA Santa Cruz	Associação de Quebradeiras de Coco
		Augustinópolis	Sede do Município	APA-TO
		Tocantinópolis	Sede do Município	TOBASA

**Figura 5 – QUADRO de Municípios/organizações/núcleos visitados**  
**Fonte: elaborado pela autora, 2011.**

Essa opção deveu-se à necessidade de um ponto de partida, haja vista o caráter dinâmico e relacional da rede. Mas, no decorrer da pesquisa, preocupou-se em dar atenção aos atores que não possuíam vínculos formais com as organizações locais, a partir de um entendimento que estes vinculam-se à rede por meio de suas práticas produtivas e reprodutivas, das redes de parentesco e vizinhança, das sociabilidades locais, das interações com o babaçu e a roça.

Na segunda entrada no campo para a coleta de dados empíricos, ocorrida entre os meses de fevereiro e maio de 2010, mudei-me para a cidade de Imperatriz – MA, que fica a 20 km de São Miguel do Tocantins. De lá me deslocava para as comunidades rurais onde dependendo da distância ficava hospedada na própria comunidade. Nesse período passei a conviver diariamente com as famílias agroextrativistas, procurando acompanhá-las em suas diversas atividades: coleta e quebra do coco babaçu, atividades relacionadas à agregação de valor – *tirar azeite, tirar a massa, fazer o carvão, fazer sabão*. Na vivência do cotidiano das famílias foi possível acompanhar outras dinâmicas no dia a dia das famílias e das comunidades: preparação *pro dia da quebra do coco*, reuniões comunitárias, cursos de formação, assembleias.

Procurou-se no decorrer da pesquisa mapear os principais atores buscando as associações que se estabelecem entre humanos e não humanos, a exemplo das práticas e técnicas usadas na coleta e quebra do coco, na transformação e comercialização da produção, nas condições de uso e acesso aos babaçuais, as inovações tecnológicas, mediação técnica, projetos e parcerias, intercâmbios e articulações em rede.

Para a sistematização e análise dos dados obtidos em campo, inicialmente foi feito a gravação das entrevistas e/ou conversas gravadas durante o período de pesquisa a campo indo e vindo de uma comunidade para outra, nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), nas sedes das organizações locais, nas reuniões, nos encontros e cursos de formação. Em seguida foi feito o resgate das anotações contidas nas cadernetas de campo (impressões, relatos, comentários, conversas informais) digitadas em planilhas Excel e agregadas em colunas por tipo de anotações e em conjunto com os dados secundários levantados: práticas agroextrativistas (anotações A); iniciativas de diversificação das atividades agroextrativistas (anotações B); identificação e tipificação dos principais atores mobilizados em torno do babaçu (anotações C); luta e mobilização política em torno da questão do livre acesso aos babaçuais e a lei do babaçu livre (anotações D); políticas públicas

– (anotações E); financiamento de projetos específicos para o babaçu (anotações F). As anotações nas cadernetas de campo foram numeradas e assinaladas o nome, o local, a data e as condições da observação.

### 2.3. O CAMINHO TEÓRICO: A TEORIA DO ATOR- REDE (ANT)

Levando-se em conta a diversidade socioambiental em áreas agroextrativistas e as dinâmicas das relações sociedade-natureza, uma abordagem que aparece como possibilidade de compreensão das formas de reprodução social nestas áreas é dada a partir da Teoria do Ator-rede (ANT). Nessa teoria, os autores propõem uma abordagem simétrica, um ponto de análise comum entre humanos e não humanos, entre natureza e sociedade, uma vez que todos seriam efeitos de redes heterogêneas, poderiam ser descritos da mesma maneira e tratados sob os mesmos termos. Ainda, a noção de ator nessa abordagem está vinculada à ação, portanto, o ator é um transformador, aquele que imagina, elabora, transforma e coloca em circulação (LATOURET, 1994).

A ANT, também denominada de “Sociologia da Tradução”, “Sociologia das Ciências e das Técnicas”, “sociologia simétrica”, “Sociologia da Inovação e Sociologia das Redes Sociotécnicas” foi desenvolvida principalmente pelos franceses Bruno Latour e Michel Callon da Ecole de Mines de Paris, e pelo inglês John Law, da Universidade de Keele. Estes autores tomando por base a crítica à “ciência tradicional”, questionando principalmente a separação que se estabeleceu entre sujeito e objeto, verdade-erro, ciência-não ciência, sociedade e natureza. Eles propõem acabar com todas essas dicotomias e diferenças, a partir da noção de híbridos, da mescla, das misturas improváveis. Quer dizer, propõem que a ciência seja vista como o produto de uma rede de materiais heterogêneos, incluindo agentes, instituições sociais, máquinas e organizações.

Nessa perspectiva, a rede é composta por elementos heterogêneos e não somente por pessoas. O argumento é que o plano social não é simplesmente humano, ele também tem outros materiais (LAW, 1992). Estes não humanos que “já não se confundem com objetos” indica a possibilidade de compreender, enfim, “que não vivemos em uma sociedade que olha para um mundo natural exterior ou num mundo natural que inclui a sociedade como um de seus componentes”, “imaginar um coletivo no qual os humanos estejam mesclados com ele” (LATOURET, 2001, p.201). Portanto, o que compõe o social não é somente o humano e não

seria possível uma sociedade se não fosse pela heterogeneidade das redes sociais. A teoria do ator-rede diz, então, que a ordem é um efeito gerado pelos meios heterogêneos” (livre tradução) (LAW, 1992, p. 3).

Por trás dessa proposta há o pressuposto da necessidade de se abolir as diversas separações da modernidade, particularmente entre sociedade e natureza (com seus reducionismos), ou seja, há por parte desses autores o questionamento do poder supremo dos humanos sobre a natureza e o sucesso do projeto moderno<sup>18</sup>. Esses autores procuram por meio dessa sua teoria desfazer a distinção entre objeto e sujeitos por meio das associações entre os humanos e não humanos, reinterpretando a composição do mundo social pela descrição dos inúmeros processos que constroem as realidades em redes e vinculam os atores, não pela simples abreviação dos processos políticos ou sua racionalização explicativa. Para eles, a construção do conhecimento não é algo produzido por meio da operação de um método científico privilegiado e sim um *produto social*, formado por uma rede de elementos (humanos e não humanos) heterogêneos. Isto é, o enfoque de ator-rede privilegia a noção de redes sociotécnicas para destacar o fato que quase todas nossas interações com outras pessoas são mediadas por meio de objetos. Latour (2008, p.112) adverte que para se ter uma visão correta da ANT é importante saber que esta não tem nada a ver com uma “reconciliação” da famosa dicotomia objeto/sujeito.

No entanto, o termo *rede* torna-se importante quando empregado no sentido metodológico por romper com todo os dualismos, tais como:

- *Longe/perto*: a utilização da noção de rede permite o liberar da “tirania” da distância ou proximidade. Existem elementos que estão próximos, mas desconectados e elementos que estão distantes e intensamente conectados;
- *Pequena/larga escala*: a noção de rede permite dissolver a distinção micro/macro. Uma rede nunca é maior do que outra; é simplesmente mais longa e mais conectada e permite passar, sem solução de continuidade, do local ao global, do micro ao macro;
- *Dentro/fora*: uma rede não está limitada a uma superfície que tem o seu lado interior e exterior. A única questão é se a rede permite o estabelecimento de uma conexão estável

---

<sup>18</sup> A modernidade construiu seu conhecimento considerando a natureza “como um estoque infinito de recursos”. Sobre essa discussão Vandana Shiva (1995, p. 22-23), diz o seguinte: “a revolução científica da Europa transformou a natureza “de terra mãe em uma máquina e fonte de matérias primas...o industrialismo criou um ilimitado apetite de exploração de recursos, e a *ciência moderna proporcionou a licença ética e cognoscitiva* para que dita exploração fosse possível, aceitável e desejável”. (grifo nosso)

entre os elementos. Uma rede é uma noção positiva a qual não se deve entender negativamente: ela não tem uma sombra;

- *Forte/fraco*: a rede permite sair da contradição entre o forte e o fraco. O que faz com que uma rede seja forte é o fato de cada ponto da rede se apoiar em outros pontos da rede, e é porque a rede local adiciona essas fraquezas umas com as outras, que ela engendra força: não é fatalidade, uma essência ou um destino, trata-se de fazer alianças e criar relações. Ainda, na rede os ajustes são feitos localmente, gradualmente, ponto a ponto e as direções a serem seguidas, as vias a serem tomadas emergem desses ajustes locais. O mapa não existe, ele se forma à medida que se avança (HERNÁNDEZ, 2003; CALLON, 2004).

Vale salientar que Latour (2008, p.113), diz que há divisões que não se deve tratar de evitar ou superar dialeticamente. “Ao contrário, elas devem ser ignoradas e serem deixadas ao seu próprio destino, tomadas como um castelo que algum dia foi magnífico e agora está em ruínas”<sup>19</sup>.

A ANT sugere que a evolução simultânea da sociedade, dos artefatos tecnológicos e do conhecimento da natureza deve ser estudada a partir de três conceitos: *tradução*, *ator-mundo e rede*. São esses conceitos, de acordo com Callon, que permitem compreender a forma como os cientistas e técnicos reconstróem e combinam, simultaneamente, os contextos sociais e naturais sobre os quais eles atuam, possibilitando o entendimento da noção de ator e de estrutura social e por que o termo sociotécnica constitui uma palavra única. Mas, pode-se dizer que a noção de tradução está no centro de seu preceito teórico. É por meio da tradução que o mundo se constrói e se desconstrói, se estabiliza e se desestabiliza e, por isso, as identidades dos atores são situações permanentemente colocadas nos conflitos que se desenvolvem (CALLON, 1986).

Em linhas gerais, essa teoria oferece conceitos e princípios que se baseiam na negação da dicotomia entre os domínios *social e natural* para a compreensão do papel dos *elementos humanos e não humanos* na produção científica e tecnológica, promovendo uma ruptura com a matriz ontológica da ciência convencional. Ao tentar quebrar os dualismos, Latour introduz a ideia dos híbridos, ou *matters of concern*, isto é, as coisas ao mesmo tempo naturais e domesticadas, os quase-sujeitos e quase-objetos que possuem ao mesmo tempo objetividade e paixão (LATOURE, 2004a).

---

<sup>19</sup> Tradução livre.

Essa abordagem se diferencia de outras posturas metodológicas relativamente dominantes no campo científico, que tratam a dimensão natural a partir da dimensão social e dos efeitos que esta exerce sobre aquela, pelo fato de trazer as duas dimensões para um mesmo plano, ou seja, sociedade e natureza são ao mesmo tempo objeto e sujeito e se influenciam mutuamente. Pode-se dizer que a Teoria do Ator-Rede não é uma entidade fixa que nos permite realizar explicações estruturalistas e que admite quadros de referência *a priori*.

### 2.3.1 O Princípio da Simetria Generalizada e os conceitos de tradução e ator-mundo

A simetria generalizada é decorrente do *Princípio Programático da Simetria* proposto por David Bloor<sup>20</sup>, que consiste basicamente em reconhecer “que os mesmos tipos de causas devem explicar tanto as crenças valorizadas como verdades quanto as crenças rechaçadas, uma vez que não há diferença essencial entre verdade e erro” (FREIRE, 2006, p. 48)

Revisando o princípio blooriano de simetria, Callon propõe a construção de um quadro comum e geral para interpretar o caráter incerto da natureza e da sociedade, denominando-o *princípio de simetria generalizada*. Segundo Callon, o princípio de simetria de Bloor considera que a natureza não explica nem o falso, nem o verdadeiro e que as explicações são dadas pelos cientistas. Sobre essa inspiração, Latour e Callon estendem este princípio às controvérsias entre sociedade e natureza, uma vez que para eles

Não há de antemão *o mundo das coisas em si* de um lado e *o mundo dos homens entre si* do outro, pois natureza e sociedade seriam feitas de redes heterogêneas nas quais o racional e o científico não se contrapõem ao jogo dos atores, mas procedem destes. Desta forma, mesmo não sendo compostas pelos mesmos elementos, natureza e sociedade poderiam ser descritas em uma mesma rede. (LATOURE *et al.*, 1998, p.49, grifo nosso).

Assim, o princípio da simetria generalizada pretende partir da explicação simultânea da natureza e sociedade, não deixando recair sobre a sociedade todo o peso da explicação, o que tem como consequência a permanência de um esquema assimétrico (DOSSE, 2003, *apud*. FREIRE, 2006). Se os humanos fazem coisas, também as coisas (objetos, não humanos, quase-sujeitos, quase-objetos) fazem os humanos. Isto equivale a afirmar que é simetricamente interessante “tanto à história do envolvimento dos humanos na construção dos

<sup>20</sup> David Bloor foi um dos fundadores do “programa forte” na sociologia, desenvolvido a partir de quatro princípios: causal, imparcial, simétrico e reflexivo.

fatos científicos quanto o envolvimento das ciências na feitura da história humana” (LATOUR, 2001, p. 32).

A rede é o resultado mais ou menos solidificado de processos de tradução e sua inscrição em “caixas pretas” encontradas dentro das redes, nas malhas, muitas vezes não sendo compreendidas e nem abertas. A *caixa preta* é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Para Latour, a *caixa-preta* seria o “conhecimento oficial” construído pelas ciências, sendo importante, segundo ele, investigar os processos de formação dessas *caixas-pretas*.

É importante esclarecer que a rede a qual Latour se refere não está relacionada ao significado técnico do senso comum da palavra rede, que pode estar relacionada com rede de esgoto, rede ferroviária, entre outras. Tecnologias recentes têm frequente caráter de rede, mas o enfoque do ator-rede não se confunde com as características da rede técnica. A teoria do ator-rede também não se confunde com a ideia de redes sociais visto que a noção de rede como uma relação de atores humanos individuais é uma posição relativista e reduzida à associação. Por último, não é sinônimo de informação, de rapidez, de contato imediato sem intermediários como aquelas utilizadas pela cibernética. Para o autor, a rede é ao mesmo tempo técnica e social, ou seja, conteúdo híbrido. A capacidade de designar o trabalho dos intermediários é o ponto que interessa para a ANT.

O conteúdo híbrido das redes sociotécnicas é central para a ANT. Em “Jamais fomos modernos” (1994), Latour afirma que jamais paramos de produzir *híbridos*, apenas recusávamos a assumi-los para defender um paradigma que já não se sustenta mais. Para ele “jamais fomos modernos”, porque jamais deixamos de produzir híbridos, artefatos nem totalmente sociais e nem puramente naturais, mas apenas naturezas-culturas.

Estendendo esse conceito além da aplicação às ciências e às técnicas, Latour busca duas principais linhas de investigação: a primeira é que não se deve considerar *a priori* a distinção entre a atividade científica e a dos demais seres em sociedade, haja visto que a ciência também é uma esfera do social, sujeita a todas as suas influências; a segunda trata o conhecimento científico e as demais formas de organização e concepção de realidades socioculturais como igualmente válidas, e possíveis de terem existência real e concreta em determinados universos, constituídos pelos diversos grupos sociais.

De forma sucinta, a *simetria generalizada* de Latour e Callon amplia o *princípio programático da simetria*, uma vez que este último, ainda toma o “social” como um lugar

privilegiado para se discutir as ciências e a natureza. Também seria resultado e consequência das análises propostas da/sobre a modernidade feita pela *Antropologia Simétrica*, onde tem-se resultados mais integradores da relação sociedade-natureza.

Vale ressaltar que Latour questiona a ideia de um “social” como dado e prévio, gerando tudo a seguir ou como uma entidade distinta e preestabelecida. Ao rejeitar essa ideia do que hoje é chamado de “social” o autor resgata o sentido etimológico latino do termo social (*socius*), que significa seguir associações. Nessa proposta, social não designa um tipo particular de coisas, mas um estado comum de coisas cuja vinculação é o ponto fundamental, um princípio de conexões, um fluido circulante apenas visível quando se estão criando novas associações (LATOURE, 2008).

Para entender a modernidade proposta por Latour (1994), é preciso pensar em dois tipos de práticas distintas: *a tradução e a purificação*, que aparentemente se opõem, mas atuam juntas. *A tradução* permitiria a mistura de seres de gêneros totalmente diferentes, criando o que chama de “híbridos” de natureza e cultura; enquanto que *a purificação* as separaria em duas zonas ontológicas, sujeitos observadores e objetos observados; os não humanos e os humanos; natureza e sociedade. Esse duplo movimento de *tradução e purificação* estaria circunscrito no que Latour chama de a “Constituição Moderna”. Esta marcaria a diferença fundamental entre *humanos e não humanos*, bem como suas propriedades, suas maneiras de se relacionar e se agrupar, e a divisão de poderes (política e ciência).

Então, *traduzir* no sentido dado por Latour (2000) tanto pode significar o deslocamento efetuado por seres híbridos, mobilizando suas competências para constituir aliados que se refiram aos aspectos que os tradutores podem definir como importantes, como também significam o fato de que os actantes que traduzem exprimem, ao mesmo tempo e em sua própria linguagem, o que os outros actantes dizem e querem, a forma como eles agem, da maneira que agem e como eles se associam uns aos outros. Nesse último sentido, traduzir é estabelecer-se como um porta-voz.

Callon (1986; 1999) e Latour (1991, p. 151) afirmam que traduzir significa tornar inteligível para o ator que tem uma lógica de ação “A”, um enunciado *a priori* não inteligível produzido pelo portador de outra lógica de ação “B”, em uma operação que permita “[...] estabelecer um elo de inteligibilidade entre partes heterogêneas [...]”. Assim, a tradução pode ser entendida, no contexto dessa pesquisa, como o movimento que promove a convergência

de interesses e a articulação de espaços de entendimento e comunicabilidade entre seres, em princípio, tão heterogêneos quanto divergentes.

Traduzir significa, ainda, deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos, artefatos. Significa também estudar o mundo construído pelo ator sobre seus próprios termos, ou seja, considerando os elementos que o compõe, como estes elementos são definidos, como eles se ligam e como os atores se apresentam bem ou mal sucedidos. Implica desvio de rota, criação de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados; refere-se ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam os seus vários e contraditórios interesses. Por esse motivo, a identidade dos atores só se define no âmbito das redes, sendo permanentemente colocada em questionamento nas controvérsias que se desenvolvem (CALLON, 1986a).

Hernández (2003) chama a atenção para o conceito de tradução afirmando que este “é o coração do dispositivo teórico de Latour:

A noção de tradução está no coração de seu dispositivo teórico. Os atores (individuais e coletivos, humanos e não humanos) trabalham constantemente para traduzir suas linguagens, seus problemas, suas identidades ou os seus interesses no outro. É por meio deste processo que o mundo é construído e desconstruído, estabiliza e se desestabiliza. Assim, "a identidade dos atores e seus respectivos tamanhos são situações, participações permanentes em disputas que ocorrem (Callon, 1986:174)" e que se pode falar de *inter-definição dos atores*.

É por intermédio do processo de tradução que os mundos são construídos e desconstruídos, que se estabilizam ou desestabilizam. É também por meio da tradução que os atores chamados de porta-vozes “falam pela rede”, e que acabam por sintetizar a expressão de outros actantes.

Um estudo que ilustra bem a aplicação dessa teoria foi feito por Michell Callon sobre a domesticação das vieiras (Coquilles Saint-Jacques) e os pescadores na Baía de Saint Brieuç. O autor salienta os esforços dos pesquisadores, no início do projeto para construir uma rede de alianças eficaz:

A problematização inicial definiu uma série de hipóteses sobre a identidade dos diferentes atores, suas relações e seus objetivos. Ao final de quatro etapas foi descrita uma rede de relacionamentos que opera com limites (CALLON, 1986, p.199).

O autor propõe, então, quatro estágios para a realização da *tradução*, ao longo dos quais as identidades dos atores, a possibilidade de interação e as margens de manobra são negociadas e delimitadas: problematização; interessamento; engajamento; mobilização.

A problematização é formada por um duplo movimento composto pela interdefinição dos atores e a definição de pontos de passagem obrigatórios (POP), por meio dos quais aqueles atores que aspiram ter futuro devem passar. No primeiro movimento ocorre a definição dos atores envolvidos diretamente no processo, há uma formulação simples dos elementos componentes, o estabelecimento das identidades dos atores e dos vínculos entre eles. A problematização descreve um sistema de alianças ou associações entre entidades, definindo suas identidades. No segundo movimento demonstram-se os interesses dos atores, indicando os movimentos e desvios que são aceitos e as alianças que são forjadas, e são definidos os pontos de passagem obrigatórios pelas entidades. Os atores apresentam-se entrelaçados e inter-relacionados. Assim, o desafio da problematização é de *definir a identidade dos atores, de estabelecer uma rede de problemas e criar pontos de passagem obrigatórios*.

O Interessamento<sup>21</sup> (interessement) reduz-se ao grupo de ações pelo qual uma entidade tenta impor-se e estabilizar a identidade dos outros atores. São usados diferentes dispositivos para implementar esta ação. Interessar é estar entre, interposto, interessar atores é construir dispositivos que podem ser colocados entre eles e todas as entidades que querem definir suas identidades. O interessamento efetivo confirma a validade da aliança desenvolvida na problematização. Ele é baseado em certa interpretação de como os atores estão associados com entidades. O interessamento ajuda as entidades a serem associadas. É nesse momento em que *os aliados são colocados nos seus lugares e o ator-mundo coloca-se entre eles*, levando-os a se definirem entre si mesmos e em relação aos outros a partir da determinação dada pelo ator-mundo. Este precisa consolidar suas redes a partir da persuasão dos demais atores de que suas posições estão corretas.

O Engajamento ou alistamento diz respeito ao recrutamento ou a *coordenação de papéis*. O dispositivo de interessamento não conduz necessariamente para alianças, quando o interessamento tem êxito ele alcança o engajamento. Esse mecanismo se processa por meio de atribuições de papéis negociados pelo prisma da problematização e do interessamento. O engajamento não implica, nem exclui papéis preestabelecidos. A definição e distribuição de papéis é resultado de negociações multilaterais durante as quais a identidade dos atores é determinada e testada.

---

<sup>21</sup> A palavra “Interessement” do inglês tem sua origem na língua francesa ‘intéressement’ que significa interesse pessoal, preocupação pessoal e genuína e interesse individual.

A Mobilização por fim, é a forma de fazer com que as agências aceitem como representativos os porta-vozes e certos pontos de passagem. Neste momento o ator-mundo procura fixar e estender ao longo da rede certas representações e interesses para que sejam aceitos como legítimos por aqueles que estão sendo representados. O processo de mobilização permite simplificar o mundo heterogêneo e complexo transformando as entidades em representantes que falam em nome dos outros. Em outras palavras, consiste na escolha de porta-vozes a serem deslocados ao ponto de passagem elencado na problematização, ou, segundo Callon (1986), “quem fala em nome de quem?”.

Os *porta-vozes* falam em nome dos outros, tornando-os presentes, representando-os e aos interesses deles. O social é uma realidade natural e um resultado da negociação generalizada sobre a representatividade dos porta-vozes. Callon (1986) esclarece que, para mobilizar ou deslocar, o ator-mundo precisa converter as agências em inscrições, como relatórios, memorandos, resultados de levantamentos, *papers*, gráficos, enviando-os para fora e recebendo-os de volta.

O ator-mundo é aquele que busca se ligar às entidades heterogêneas, especificando a sua identidade, seu espaço dentro da rede, o tipo de laço que os une, o seu tamanho e a história que eles fazem parte. É quem faz associações e ligações de um objeto técnico, ou de um conhecimento científico, sendo durável quanto durável for às associações que o formam, e tão extenso quanto for o ator-mundo que fez essas ligações. (FERT e GUIVANT, 2005, apud. FREITAS, 2007, p.59).

Considerando então essa necessidade de superar a divisão humano/não humano e perceber a sociedade e a natureza de forma simétrica nesses contextos (LATOURETTE, 1994), considerando ainda que a *abordagem simétrica*<sup>22</sup> leva em conta as inter-relações e as interdependências existentes entre sociedade e natureza, esta será a perspectiva e o pressuposto que se pretende desenvolver no decorrer do processo de análise e compreensão do objeto de pesquisa proposto.

---

<sup>22</sup> Vale salientar, que do ponto de vista metodológico essa abordagem recebe críticas de vários autores como, por exemplo, Vanderberghe (2001), para quem a forma de abordagem proposta por Latour poderia contribuir para reificar as relações sociais, ao mesmo tempo em que socializa as relações entre os humanos e os objetos não humanos. Tomando como referência um enunciado de Latour (1984, p. 177), que diz “nada se reduz a nada, nada se deduz de nada do outro, tudo pode se aliar a tudo”, Vanderberghe (2006) afirma que, desse ponto de vista, na ANT nada é dado, pois tudo pode ser desconstruído, o mundo não é uma totalidade de fatos, mas uma concatenação infinita, concreta, e quase viva de humanos e não humanos, que se co-constituem, construindo um mundo em comum. Dessa forma, diz o autor, a indistinção operada entre humanos e não humanos e objetos e sujeitos não permite dar conta das especificidades dos comportamentos humanos. Dessa forma, a ANT, desconhecendo a diferença e a alteridade, reduz tudo à unidade e à identidade.

Ao questionar os pressupostos da “suposta modernidade” e se perguntar “se algum dia fomos modernos”, Latour parte de uma investigação da constituição moderna e da construção ideológica que fundamenta a sociedade e propõe novas possibilidades de pensamento sobre a sociedade que não possua essa divisão entre modernos e não modernos. Latour parte de uma investigação da “constituição” moderna (o que esta permite e proíbe), resgata a construção ideológica que a fundamenta e traça assim um paralelo entre a sociedade dos modernos e dos “não/modernos”.

Ao redefinir o próprio objeto de investigação da sociologia das ciências que, ao invés de ser a construção social, passa a ser a “sócio-natureza”, a ANT promove uma modificação epistemo-ontológica da ciência, desafiando o mundo científico, pois ao mesmo tempo em que a sociedade constrói o conhecimento científico ela é construída pelo conhecimento científico. Portanto, não existe natureza de um lado e cultura de outro, mas apenas “naturezas-culturas”, que constituiriam a única base para comparações. Isso porque todos, da mesma forma, construiriam ao mesmo tempo coletivos humanos e não humanos que os cercam.

Desse modo, a sociologia da tradução considera que o complexo “natureza-cultura” (DESCOLA, 1997; 2005) que constitui tais realidades múltiplas, e que são vivenciadas pelos diferentes seres, pode ser elaborado a partir de “mundos” heterogêneos, que mobilizam por vezes os mesmos elementos a partir de contingências diversas. Ao tecer considerações sobre o que corresponde à *natureza* e o que tange à *cultura*, a ANT critica a disputa das ciências (entre construtivistas e realistas) e o determinismo biologizante. Para Descola (2005), não se trata mais de comparar as várias culturas tendo uma única forma de entender “o natural” (situação que foi muito comum na antropologia) e sim entender suas diferentes noções em diferentes coletivos.

Dessa perspectiva não existe *a priori*, portanto, para os autores da sociologia da tradução, um mundo das “coisas em si” de um lado e o mundo dos “homens entre eles” do outro, pois natureza e sociedade são ambas feitas de redes heterogêneas; o que não significa que suas redes sejam compostas pelos mesmos elementos, mas que podem ser descritas da mesma maneira.

Uma rede é uma lógica de conexões, e não de superfícies, definidas pelos seus agenciamentos internos e não por seus limites externos, por isso não se define por dentro e fora; além disso, a rede é uma totalidade aberta capaz de crescer para todos os lados e direções e, independente da distância que os elementos constitutivos ou os nós estão entre si,

o que importa na sua composição e funcionamento é o grau de conexão entre estes elementos (FREIRE, 2006. p.56).

No processo de estabelecimento dessas redes, vários são os atores sociais, no caso específico deste estudo, que influenciam e são influenciados pelas dinâmicas socioambientais, cujas percepções sobre natureza é que vão orientar como cada um vai se relacionar com ela. Por outro lado, a esses atores ligam-se também os não humanos, como os babaçuais, as pastagens, o gado, os dispositivos técnicos, as políticas públicas, entre outros, que formam importante papel na definição das formas de exploração do meio natural.

Ao propor ultrapassar a separação moderna entre humanos e não humanos, defendendo que se dê igual importância de tratamento para ambos, analisando-os ao mesmo tempo, a ANT constitui-se num esforço de sistematização dos princípios e regras metodológicas subjacentes a uma forma de pensar a realidade que pretende compreendê-la levando em conta a sua hibridização, em vez de interpretar o mundo a partir da divisão entre *sociedade* e *natureza* (FREIRE, 2006, p.46).

Acredita-se que as discussões e análises dos capítulos posteriores, ancoradas nesse referencial teórico permitem compreender as estratégias e as formas de reprodução social do agroextrativismo do babaçu.

### **2.3.2 A reprodução social por meio da noção de redes sociotécnicas**

Entende-se por reprodução social o processo mediante o qual grupos sociais, por meio de diversos mecanismos, reproduzem a sua própria estrutura. Seria uma das dimensões de um processo mais amplo, no qual se ordenam as relações sociais e se desenvolvem as dinâmicas socioculturais com as quais famílias, grupos, comunidades e a sociedade procuram preservar-se no tempo, enquanto entidades sociais singulares, adaptando-se e transformando-se diante dos conflitos e crises que ocorrem em sua história. (RAYNAUT, 1994).

Tratar da reprodução social de trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas num ambiente de ampla diversidade socioambiental como o da região do Bico do Papagaio, requer pensar na heterogeneidade natural, na complexidade da composição do seu tecido social e nas muitas inter-relações possíveis de serem estabelecidas entre *sociedade* e *natureza*. Para isto, é preciso adentrar no ambiente sociocultural para, a partir de um ponto de vista êmico, conhecer

melhor os mecanismos e as estratégias que orientam as práticas produtivas e socioculturais com vistas à reprodução social.

Para Schneider (2003, p.95), “a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e os espaços em que estão inseridas”. Desse modo, a reprodução social pode ser entendida como o conjunto de práticas socioculturais e produtivas, mediante das quais um grupo social busca estabelecer um equilíbrio entre as suas variadas necessidades básicas, a força de trabalho disponível e as alternativas existentes de forma a obter os meios necessários para garantir sua reprodução enquanto grupo. Essas formas de reprodução social dizem respeito, em última instância, ao conjunto de estratégias escolhidas para proceder ao uso dos elementos naturais como o solo e os recursos vegetais extrativos, por exemplo. Incluem, portanto, componentes materiais, simbólicos, culturais, psicológicos, entre outros.

Tendo em vista esses aspectos da reprodução social, Tedesco (1998, p. 14) aponta para as estratégias como sendo

“ações ordenadas por indivíduos ou grupos (família) que objetivam, em curto ou médio tempo, reproduzir-se e reproduzir condições de reprodução, tendo sempre presente o estado dos mecanismos de reprodução disponível (o peso e a importância da tradição e sua vinculação ao processo moderno de [con]viver e produzir)”

De uma maneira geral, pensar a respeito da reprodução social, no específico ao agroextrativismo, requer pensar nas interações que sociedade e natureza travam entre si. É nesse espaço de interação que estão presentes várias estruturas (sociais, econômicas, técnicas, científicas, culturais, dentre outras) e que se conectam entre si por meio de diferentes processos de tradução/mediação, formando arranjos que assumem diferentes conformações numa rede sociotécnica (CALLON, 1998; LATOUR, 1994; 1995). Equivale então a situá-la na interface sociedade-natureza a considerar tanto os aspectos humanos – sociais, políticos, econômicos, culturais – que a influenciam como os aspectos naturais.

Podem-se compreender, então, as formas de reprodução social em áreas de extrativismo do babaçu a partir da associação de elementos sociais e naturais que interagem dentro de redes sociotécnicas formadas com este objetivo. Nesse sentido, para tratar das questões da reprodução social do agroextrativismo é necessário reconhecer que as questões sociais estão imbricadas com as questões ambientais e que, para compreendê-las, conforme afirma Goldblatt (1996, p.46) é preciso, também, identificar as necessidades que os seres humanos

têm dos seus ambientes, pois assim será possível “compreender as razões por que as sociedades transformam o mundo natural, quais os aspectos do ambiente que estas transformam e de que maneira o fazem”.

### 3 EMPÍRICO: SITUANDO O ESPAÇO, A HISTÓRIA E A LOCALIZAÇÃO DA REDE

Neste capítulo apresenta-se uma visão panorâmica sobre os antecedentes históricos relacionados ao processo de ocupação do Bico do Papagaio e as estratégias de acesso à *terra* e ao *babaçu* que estas populações construíram, visando garantir sua reprodução social. Num primeiro momento, aborda-se o processo de ocupação e lutas no Bico do Papagaio para em seguida apresentar a área de estudo e fazer uma aproximação aos atores e aos locais da rede sociotécnica do babaçu.

#### 3.1 PANO DE FUNDO: OCUPAÇÃO E LUTAS NO BICO DO PAPAGAIO

Esta região constitui-se em uma área de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (figura 4). Localiza-se no extremo norte do Estado do Tocantins, próximo à confluência dos rios Araguaia e Tocantins, cujo formato da confluência, segundo alguns, lhe inspirou o nome. Apresenta uma diversidade de situações no meio rural, influenciadas por fatores endógenos e exógenos, tais como o avanço da fronteira agrária na área, as lutas e os conflitos agrários, os programas e projetos governamentais, entre outros.

A região, por fazer parte de uma região de fronteira, já lhe confere certas singularidades. Isto porque, conforme atestam vários estudiosos, esse é um fenômeno responsável pela reorganização do espaço nacional recheado de inúmeros e complexos processos sociais, econômicos e políticos. (FOWERAKER, 1982; MARTINS, 1997; DUVERNOY, 1994; entre outros).

Para Martins (1997), a fronteira é um local de conflito social que faz parte do processo de incorporação capitalista onde os pequenos agricultores da frente demográfica, após limparem a terra e tornarem as áreas prontas para a produção de mercadorias, são expulsos pela chegada do capital empresarial, seja por meio da violência direta ou pela dinâmica de desenvolvimento econômico que se instala. Usando essa ideia de Martins, que também afirma serem esses espaços um lugar de *alteridade*, pode-se afirmar que o Bico do Papagaio é um lugar de encontros e desencontros e nele se estabelecem novas relações marcadas por confrontos entre grupos humanos com diferentes visões de mundo.

Essa era uma região considerada socialmente e economicamente pobre, que possuía uma estrutura produtiva predominantemente rural sendo que nos últimos 50 anos, segundo

Hébette e Acevedo (1979), tem sofrido profundas transformações tendo como principais fatores de modificação a abertura da rodovia BR 153 (Belém-Brasília), a expansão da fronteira agrícola a partir do sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará, a abertura da rodovia Transamazônica e a grande expansão das atividades pecuárias extensivas, principalmente do norte goiano.

Foi a partir desses fatores que esta região passou a sofrer grandes modificações em sua base produtiva. Os programas governamentais implantados nos anos de 1970, como o Polamazônia<sup>23</sup> e o Polocentro<sup>24</sup>, e o Plano de Integração Nacional (PIN), que prioriza a implantação de grandes projetos na Amazônia como um todo: rodoviários (Transamazônica, Perimetral Norte e outras), de colonização (agrovilas), agrominerais, agropecuários e industriais, implementados por grandes empresas nacionais e multinacionais (MIRANDA NETO, 1991).

Esses projetos que visavam à integração da região amazônica ao resto do país, com base em incentivos fiscais às grandes empresas do capital comercial e financeiro, promoveram o aumento da fronteira, acelerando o processo de modernização com a introdução de novas tecnologias.

No processo de ocupação da região um fator importante, entre outros, foi definido pelas características dos sistemas de produção que contribuíram para a constituição de núcleos permanentes de povoamento. Estes sistemas de produção se relacionavam e estavam, de certa forma, articulados com determinadas unidades de paisagens ou ecopaisagens da região e por estratégias diferenciadas de uso da base dos elementos naturais presentes em cada uma destas unidades, dos quais destacam-se três sistemas de produção que marcaram com maior profundidade a ocupação desta região: a pecuária, o extrativismo e a agricultura de subsistência (SOARES, 2009).

Segundo esse autor, cada sistema foi responsável pela definição das estratégias de ocupação e conformação da região. A pecuária foi utilizada como estratégia de ocupação dos campos cerrados (onde predominam as gramíneas nativas apropriadas para o pastejo de ruminantes); o extrativismo de produtos como o caucho, a castanha e o babaçu, associado à caça, como estratégia de utilização dos recursos das florestas; e a agricultura de subsistência,

---

<sup>23</sup> O Decreto n. 74.607 de 25 de setembro de 1974 cria o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia.

<sup>24</sup> O Programa POLOCENTRO (1975-1980) foi concebido tendo como objetivo promover o rápido desenvolvimento e a modernização das atividades agrícolas no Centro-Oeste brasileiro.

associada principalmente aos cultivos de arroz e da mandioca, baseada no sistema de corte e queima, como meio de reprodução da fertilidade do solo. Esses sistemas de produção determinaram as formas de exploração dos elementos naturais.

Na verdade, esses sistemas, pecuária de pequena escala, extrativismo e agricultura de subsistência, associam-se para formar o sistema agroextrativista, onde cada uma dessas atividades participa à sua maneira, nas devidas proporções, do conjunto de atividades produtivas destinadas à reprodução familiar.

Atualmente, segundo classificação do IBGE, essa região possui uma área de 15.933,20 Km<sup>2</sup> que corresponde a 5,74% do território do Estado do Tocantins e é integrada por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Arixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis. (Figura 6).

Municípios	IDH	População		% pop rural 2000	% pop rural 2010	Pib per capita (R\$)
		2000	2010			
Aguiarnópolis	0,629	3.145	5158	26,74%	19,78	6.356,88
Ananás	0,667	10.512	9873	20,13%	17,44	4.059,37
Angico	0,667	2.889	3169	43,27%	38,88	3.929,66
Araguatins	0,640	26.010	31.324	39,30%	35,72	3.094,91
<b>Augustinópolis</b>	<b>0,617</b>	<b>12.964</b>	<b>15.965</b>	<b>21,11%</b>	<b>17,41</b>	<b>3.472,47</b>
<b>Arixá do Tocantins</b>	<b>0,571</b>	<b>8.827</b>	<b>9.275</b>	<b>14,35%</b>	<b>17,83</b>	<b>3.372,96</b>
<b>Buriti do Tocantins</b>	<b>0,614</b>	<b>7.842</b>	<b>9.770</b>	<b>22,01%</b>	<b>23,71</b>	<b>2.907,43</b>
Cachoeirinha	0,639	2.023	2.148	12,75%	19,41	3.225,43
<b>Carrasco Bonito</b>	<b>0,562</b>	<b>3.218</b>	<b>3.690</b>	<b>51,12%</b>	<b>46,64</b>	<b>2.719,43</b>
Darcinópolis	0,621	4.273	5.273	44,49%	33,83	6.486,81
<b>Esperantina</b>	<b>0,572</b>	<b>7.623</b>	<b>9.476</b>	<b>53,40%</b>	<b>51,31</b>	<b>2.804,12</b>
Itaguatins	0,617	6.386	6.029	48,79%	43,67	3.205,84
Luzinópolis	0,641	2.021	2.622	34,34%	36,12	4.388,23
Maurilândia Tocantins	0,636	2.854	3.158	44,67%	36,04	3.004,92
Nazaré	0,648	5.150	4.386	61,11%	54,61	2.925,01
Palmeiras do Tocantins	0,582	4.622	5.746	45,98%	43,84	2.973,22
<b>Praia Norte</b>	<b>0,579</b>	<b>6.781</b>	<b>7.661</b>	<b>48,75%</b>	<b>41,65</b>	<b>2.259,82</b>
Riachinho	0,597	3.670	4.183	57,30%	56,73	4.189,51
Sampaio	0,576	2.801	3.868	18,28%	9,07	4.416,15
Santa Terezinha do Tocantins	0,585	2.455	2.471	43,50%	35,61	3.435,94
São Bento do Tocantins	0,612	3.738	4.615	47,78%	41,15	3.387,14
<b>São Miguel do Tocantins</b>	<b>0,580</b>	<b>8.486</b>	<b>10.490</b>	<b>77,49%</b>	<b>75,72</b>	<b>2.322,60</b>
São Sebastião do Tocantins	0,610	3.669	4.283	23,39%	23,35	2.723,19
<b>Sítio Novo do Tocantins</b>	<b>0,592</b>	<b>9.488</b>	<b>9.148</b>	<b>49,87%</b>	<b>46,71</b>	<b>2.393,19</b>
<b>Tocantinópolis</b>	<b>0,687</b>	<b>22.777</b>	<b>22.608</b>	<b>17,12%</b>	<b>19,00</b>	<b>3.170,23</b>

Figura 6 - QUADRO de municípios da região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010 e Pib Municípios 2005.

Em negrito os municípios envolvidos na pesquisa.

Por fazer parte da Amazônia legal, portanto, depositária de uma importante sociobiodiversidade, pelos modelos de desenvolvimento propostos e adotados pelos diversos governos, desde a década de 1960, tem contribuído de forma significativa para a atração de um grande contingente de migrantes nordestinos, provocando com isto uma ocupação descontrolada e desordenada do território amazônico (BECKER, 2001). Uma característica marcante dessa ocupação diz respeito às *fronteiras agrárias* as quais foram sendo ocupadas por diferentes grupos sociais particularmente por contingente de migrantes compostos por agricultores familiares.

De uma perspectiva histórica pode-se distinguir três momentos distintos na ocupação e configuração desse espaço, sendo: o momento de isolamento da região, em que as populações locais subsistiam da agricultura, extrativismo e pesca; o segundo momento de implementação da política de “ocupação dos espaços vazios” do governo federal, em que houve estímulo oficial de ocupação desse espaço; e, por fim, o período pós-ditadura militar marcado pelas mobilizações e lutas políticas até o momento atual, no qual as políticas de desenvolvimento propostas pelo estado apontam o caminho das novas dinâmicas das relações *sociedade-natureza*.

As primeiras ocupações da região iniciaram há mais de 130 anos, marcadas pelos conflitos<sup>25</sup> com os índios Apinagés e Gavião (habitantes originais da região), atraídas pelos recursos minerais e extrativistas. Segundo Nimuendajú (1983), os primeiros “civilizados” a alcançar o território ocupado pelos Apinajés foram os jesuítas Pe. Antonio Vieira, Francisco Veloso, Antonio Ribeiro e Pe. Manoel Nunes que, entre 1633 e 1658, empreenderam quatro entradas Tocantins acima, a fim de descerem índios para as aldeias do Pará. Segundo Ladeira e Azanha (2003), essa ação promoveu a abertura “dos caminhos pelos rios Araguaia e Tocantins” e, conseqüentemente a ocupação das terras pelos “brancos”.

Mas, o movimento de ocupação mais efetiva da região teve início no século XIX com a chegada de migrantes vindos do Nordeste em busca de campos naturais para a criação de gado. Estes atravessaram o rio São Francisco e o interior do Piauí, chegando ao sul do Maranhão no século XVIII, onde encontrou os campos de cerrado, chamado de “Sertão dos

---

<sup>25</sup> De acordo com Sader (1986), historicamente os indígenas são as primeiras vítimas da “expropriação violenta”, iniciada ainda no período colonial, registrada na região do Bico do Papagaio. Segundo a autora, esta expropriação teve início em meados do século XIX e foi retomada na década de 1950 “com a chegada dos posseiros”, num processo de ocupação que pode ser apontado como uma continuação das correntes de povoamento do Maranhão.

Pastos Bons”. Segundo Abreu (1954 *apud* SOARES, 2009, p.104), em 1751 havia 44 fazendas na Região de Pastos Bons. Dessa região, saíam expedições de criadores de gado para todas as direções, que ao estabeleceram “invernadas”, foram dando origem a diversos núcleos populacionais ao longo do Tocantins, principalmente entre o Maranhão e Goiás. A partir daí se inicia o avanço em direção ao Rio Tocantins. Na primeira metade do século XIX a “frente pecuarista” vinda pelo Maranhão alcançou os campos do norte de Goiás e depois subiu em direção à região do sudeste do Pará (VELHO, 1972).

Os grupos que atravessaram o rio Tocantins foram criando núcleos de povoação e ocupando os pastos naturais das áreas de cerrado com criação extensiva de gado e estabelecendo pequenas roças, e, “de qualquer maneira, aos poucos surgirão alguns entrepostos ligados à navegação do rio, onde se praticará uma pequena agricultura de subsistência” (VELHO, 1972, p.20). A população escassa colhia o babaçu nas palmeiras que apareciam nas margens da floresta e ao longo dos rios (SADER [s.d]).

Outra frente agrícola vinda do Maranhão se desloca em direção ao Pará e se estabelece em clareiras abertas na mata densa, dando origem aos *centros*, pequenos sítios onde se cultivava o arroz e se praticava o extrativismo do babaçu, com base no trabalho familiar e no uso coletivo da terra. Esses *centros* representaram para esses grupos um local de materialização de todas as formas de relações denominadas de solidariedade, conforme nos diz SADER (1986, p. 03 e 112):

[...] espaço de disputa entre várias forças sociais presentes na área, mais que isso, ele é também produzido como forma de luta [se constitui numcentro, Centro dos Borges] Centro dos Mulatos, Centro dos Firminos, Centro do Aragão e é encarado, como a materialização do espaço, de todas as formas de relações denominadas de solidariedades.

À medida que os caminhos pelos rios Araguaia e Tocantins foram sendo abertos, esse espaço foi sendo ocupado gradativamente, inicialmente, por nordestinos que atravessaram o rio Tocantins criando núcleos de povoação e ocupando os pastos naturais para a criação extensiva de gado, lotes para moradia, cultivo dos roçados e extrativismo do babaçu com base no trabalho familiar e no uso coletivo da terra. Assim, vão surgindo pequenas fazendas em suas margens que serviam como pousadas aos viajantes; pequenos comerciantes que se estabeleceram na perspectiva de atender à população local e aos viajantes com mercadorias como o sal, tecidos, ferragens, etc.

Segundo Almeida (1986, p. 266), a ocupação desse espaço se deu de duas maneiras: uma pelo movimento espontâneo de trabalhadores rurais oriundos do Nordeste da década de 1930, principalmente do Maranhão, onde já estava em curso um intenso processo de desapropriação de terra, e se caracterizava por um trabalho itinerante, no qual

A terra é um bem não sujeito à apropriação individual em caráter permanente, [que] obedece a um conjunto de normas, consoante um patrimônio cultural determinado, que prevê uma apropriação caracterizada pela distribuição dos direitos de cultivo de cada grupo doméstico.

A outra induzida pelo Estado; a partir da década de 50 a região se insere então, na fronteira de ocupação da Amazônia, tendo como marco a abertura da rodovia BR 153 (Belém-Brasília), ligando inicialmente Goiás a Belém. A ligação teve como efeitos a expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia oriental, atraindo imigrantes e provocando a especulação fundiária (BECKER e EGLER, 2006). Essa ocupação do Brasil central se configura como movimentos de expansão demográfica e econômica, marcando as relações sociais e políticas nas terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas (MARTINS, 1997).

Vale destacar nesse processo, a política nacional de interiorização definida como “Marcha para o Oeste” do governo Getúlio Vargas. Isto porque essa política gerou mudanças significativas no tocante à estrutura agrária da região do Bico do Papagaio, pois toda uma rede de infraestrutura começou a ser iniciada para permitir o avanço gradual da agricultura em larga escala da fronteira econômica.

Se nesta época, década de 1950, a pecuária extensiva utilizou os pastos naturais, nas décadas seguintes, a configuração espacial dessa região vai sofrer mudanças significativas, caracterizada por duas grandes dinâmicas, uma baseada na implantação e implementação dos grandes projetos e a outra pela proposta de valorização e dinamização da agricultura familiar.

No período de 1960 a 1980, sob o regime ditatorial que considerava a Amazônia brasileira como um grande vazio demográfico a ser ocupado, se desenvolve a estratégia de ocupação dessa região, criando-se as condições materiais e jurídico-administrativas necessárias para implementá-la.

O governo se responsabilizou então pela implantação de ações fundamentais que promovessem a integração da Amazônia ao contexto nacional, dentre as quais se destacam as seguintes: construção de importantes rodovias, como a Belém-Brasília e a Transamazônica; construção de usinas hidrelétrica; de aeroportos; concessão de subsídios ao fluxo de capital e

indução dos fluxos migratórios; entre outros. (D'INCAO e SILVEIRA, 1994 apud SANT'ANA JÚNIOR e PEREIRA, *et al.*, 2009).

A proposta de implantação de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia baseado nos princípios da modernização conservadora<sup>26</sup>, segundo discurso oficial, visava à *integração nacional*. Braga (1998 p. 95), para exemplificar essa proposta, cita um discurso do Presidente Costa e Silva, de 1968, em que ele define a integração nacional como uma filosofia política que deve dar ao País “a noção do todo que ele deve ser, em vez de um arquipélago econômico, social e político”.

A partir deste contexto foi que se deu a aceleração do processo de integração da Amazônia Legal, por meio programas de planejamento levados a cabo pelos governos militares, tais como o Programa de Integração Nacional – PIN (1970) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND – 1971 a 1974, II PND – 1975 a 1979 e III PND – 1980 a 1985). Consequentemente, houve a atração de um considerável contingente populacional para a região, vindo em sua maioria do nordeste e do centro-sul, a partir de programas oficiais de colonização ou em movimentos “espontâneos”.

É nesse contexto que emergiu de forma político-organizativa algumas categorias coletivas de grupos extrativistas, tais como seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, com resultados econômicos diversos (cooperativas, pequenas fábricas, unidades beneficiadoras, prensas), conforme ressalta Shiraishi Neto (1999). Segundo esse autor, essas ações desdizem a literatura que preconizava o fim do extrativismo.

Diante do modelo de “desenvolvimento do Estado”, iniciado no final da década de 60 do século passado, efetivado a partir da “transformação das regiões de fronteiras agrícolas, em áreas de aplicação de grandes capitais” essa região sofre profundas transformações e mudanças significativas na sua configuração. (MONTE-MÓR, 2004).

Um marco importante nesse período foi determinado pela política de colonização em áreas estratégicas da Amazônia, que segundo Octavio Ianni (1979), foi um instrumento de controle dos conflitos pela terra. Havia uma justificativa da necessidade dessa política que era a de promover o *desenvolvimento rural* tal como preconizada no Estatuto da Terra de 1964. Portanto, era preciso anexar as terras de toda a área interligando-as à economia do resto do

---

<sup>26</sup> Cf. Guimarães (1977, p. 3), a modernização conservadora “é assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária”. Para aprofundamento dessa temática, ver Delgado (1985); Goodman et.al. (1985); Graziano Silva (1996).

país e, ao mesmo tempo, solucionar os conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros, tudo isso sem desestruturar o modelo fundiário existente. Ou seja, estava em curso um projeto que considerava a Amazônia como um “espaço vazio” a ser explorado por homens e mulheres da cidade, conforme ressaltava Magalhães Pinto, ministro das Relações Exteriores no Governo Costa e Silva (1967-1969):

A incorporação efetiva da Amazônia ao espaço nacional é o grande desafio desta hora. Com ela lograremos acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro e o de toda América do Sul, ao criar condições mais favoráveis à integração Latino-Americana, pela eliminação do vazio econômico de grande parte do centro do continente. São Paulo, que no início de nossa história contribuiu decisivamente para fixar os contornos de nossas fronteiras, está chamado agora a dar – com máquinas de sua indústria, com a experiência de seus técnicos e com as pesquisas de seus cientistas – o grande impulso à Amazônia brasileira e ligá-la definitivamente ao sul e ao leste do país.[...] As diferentes “ilhas” de civilização e progresso que têm caracterizado o nosso desenvolvimento, se reunirão, assim, num todo contínuo, o que permitirá, pela primeira vez, pôr a serviço do homem brasileiro a totalidade do vasto espaço geográfico do país<sup>27</sup>.

Nesse contexto, os rumos do Bico do Papagaio começam a mudar. Os grupos sociais que ocupavam esse espaço e que viviam praticamente isolados dos grandes centros urbanos, em poucos anos passaram a constituir, a partir das suas organizações locais, um dos principais e mais importantes atores sociais<sup>28</sup> emergentes nesta região, isto é, os agroextrativistas, estabelecendo, a partir de então, estratégias de sobrevivência e enfrentamento aos problemas vivenciados por eles.

Destaca-se ainda, dois itens importantes nessa configuração espacial: o regime militar e a guerrilha do Araguaia organizado pelo Partido Comunista do Brasil, na região do Araguaia/Tocantins, entre os anos de 1970 a 1974<sup>29</sup> período em que a região passou a ser considerada como área de segurança nacional.

Vale lembrar o processo de sensibilização ecológica em nível mundial iniciado na década de 1970 que deu especial atenção para a Amazônia em virtude dos vários problemas ambientais que na época já apresentava. O governo brasileiro passou então a sofrer pressões de governos e entidades internacionais que cobravam providências com relação aos conflitos

<sup>27</sup> Trecho transcrito por SADER (1986), do Suplemento Especial da Folha de São Paulo, série Realidade Brasileira, Nº 2, de 5/5/1968, p. 49.

<sup>28</sup> O termo ator social, conforme define Callon (1986), pode ser qualquer entidade capaz de associar humanos, não humanos, textos e dinheiro, inclusive a natureza ou aspectos dela, portanto, não se refere apenas ao indivíduo, mas também às instituições aptas a decidir e atuar sobre ele, como associações, sindicatos, empresas capitalistas, agências estatais, dentre outros.

<sup>29</sup> Tal momento ficou conhecido como militarização da questão agrária.

no campo, e de movimentos ambientalistas que reivindicavam do governo ações para inibir o desmatamento e políticas públicas destinadas à proteção dos meios de vida das populações locais.

Particularmente na década de 1990, com a proposta de políticas públicas direcionadas ao público da agricultura familiar por um lado, e de outro a pressão do capital empresarial exportador que pretende tanto incorporar a Região ao “agribusiness” internacional, como usá-la como suporte para vários Grandes Projetos, a configuração desse espaço sofre novas alterações (CLEMENTINO e MONTE-MÓR, 2004).

Nesse período, os grupos agroextrativistas passam a se organizar em torno do reconhecimento de suas práticas tradicionais e lutar pela manutenção de seus modos específicos de vida. No caso específico do extrativismo do babaçu, a luta das quebradeiras de coco babaçu centra-se no reconhecimento da racionalidade social das famílias e na relativização da concepção segundo a qual a economia do babaçu deve se inserir, necessariamente, num circuito mais amplo do mercado de bens de consumo com valores de troca definidos. (CARVALHO MARTINS, 2008)

Em contrapartida, o governo estadual, como reflexo do projeto de desenvolvimento nacional para o eixo Araguaia - Tocantins<sup>30</sup>, apresentado pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, elaborou projetos estaduais nas áreas de energia, transporte e áreas de monocultivos que incidem diretamente nas áreas extrativas do babaçu.

Para exemplificar, parte do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) em execução na região do Bico do Papagaio está sendo desenvolvido no município de Sampaio – TO, por meio do Projeto Sampaio, que prevê o cultivo de soja em uma área equivalente a 9000 hectares, sobrepondo a área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, instituída pelo IBAMA pelo decreto nº 535, de 20 de maio de 1992, com área aproximada de 9.280 ha, nos municípios de Augustinópolis, Carrasco Bonito e Sampaio. No entanto, a ação dos movimentos populares conseguiu impedir, parcialmente, sua implantação por ser considerada uma ameaça ao desenvolvimento da região e estar, no projeto inicial, em desacordo com a legislação federal.

---

<sup>30</sup> O eixo é definido como sendo um “corte espacial composto por unidades territoriais contíguas, efetuados com objetivos de planejamento, e cuja lógica está relacionada às perspectivas de integração e desenvolvimento considerados em termos espaciais”. O eixo Araguaia-Tocantins cuja lógica econômica é dada na articulação da região Centro-Oeste com a Amazônia, chegando até o Maranhão, foi pensado para espalhar a dinâmica produtiva que passa pela hidrovía Araguaia-Tocantins e pela ferrovia Carajás. (MONTEIRO NETO, 2001).

Além do PDRI outros programas e projetos em execução no Tocantins afetam diretamente a região do Bico do Papagaio, tais como a Ferrovia Norte-Sul, Hidrovia Araguaia-Tocantins, Plataforma Multimodal da Aguiarnópolis, na divisa do Tocantins com o Maranhão, e as Usinas Hidrelétricas. Ainda segundo Clementino e Monte-Mór (2004), o sucesso da soja no eixo Araguaia-Tocantins chamou a atenção de produtores e investidores para as potencialidades da região se transformar na mais nova frente de expansão da soja no país.

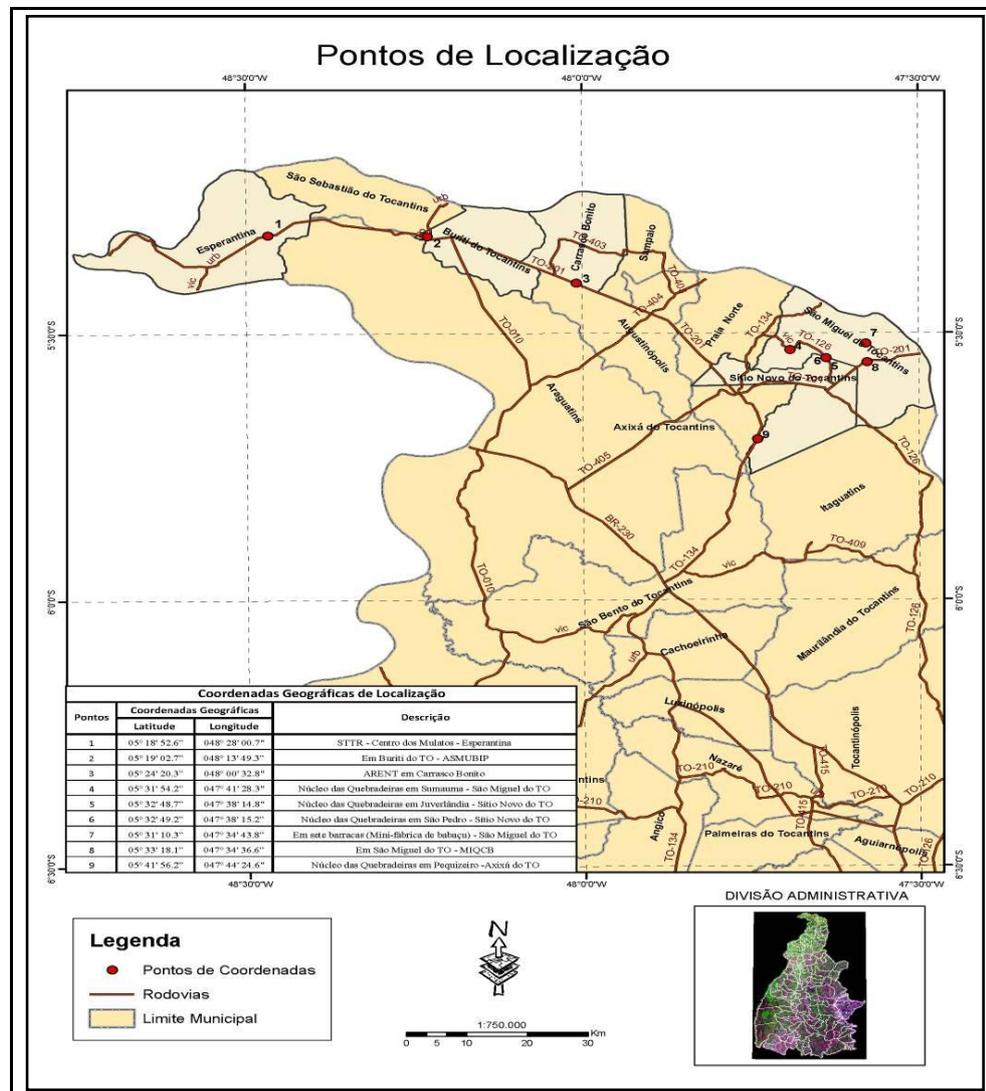
Tais situações é que vão determinar as alterações nas relações sociedade-natureza nesse contexto. Mas, uma consequência imediata diz respeito à diminuição dos estoques de elementos naturais. Considerando que as populações locais tendem a constituir um modo de vida peculiar, na maior parte adaptado às condições ecológicas, diante desse quadro de diminuição dos estoques de elementos naturais, no caso particular, a diminuição das áreas de ocorrência do babaçu parece estar contribuindo para a adoção de novas estratégias de reprodução social dos grupos extrativistas na região.

### 3.2 A ÁREA DE ESTUDO: O BICO DO PAPAGAIO

A escolha da região do Bico do Papagaio como área física para o estudo empírico não foi aleatória. Conforme demonstrado, trata-se da região que possui a maior área de ocorrência de babaçu; um espaço onde se manifestam dinâmicas socioambientais bastante diferenciadas; tem sido alvo de diversas políticas públicas (agrícolas, energéticas, ambientais, de integração territorial, de transportes, etc.); e, pela retomada dos grandes projetos planejados durante os governos militares, bem como novos projetos e programas elaborados e implementados, por agências governamentais e privadas. (CLEMENTINO e MONTE-MÓR, 2004; SANT'ANA JÚNIOR, *et al.*, 2009).

Em função da grande abrangência da região do Bico do Papagaio e das configurações que esta assume no processo de ocupação, que pode ser dividida em duas frentes, com características bem distintas, na parte sul e na parte norte, se fez necessário um recorte para a realização da pesquisa. A parte sul da região foi ocupada por médios e grandes fazendeiros oriundos no mais das vezes de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, enquanto que a parte norte foi ocupada por migrantes vindos do nordeste em busca de terras “vazias” para serem ocupadas (CEDEPLAR, 2002 *apud* CLEMENTINO e MONTE-MÓR, 2004).

Definiu-se então como *locus* espacial o espaço correspondente à parte norte da região (Figura 7) definida como área do Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE/RPA II - Augustinópolis, que abrange, basicamente, oito municípios: São Miguel do Tocantins; Sítio Novo do Tocantins, Praia Norte, Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins; Axixá do Tocantins; Esperantina; Augustinópolis; Tocantinópolis. O município de Tocantinópolis embora não faça parte dessa área do ZEE/RPA II, foi escolhido como parte da pesquisa, por abrigar a empresa Tobasa Bioindustrial de Babaçu S.A., que opera há 40 anos na região no processo de industrialização do babaçu e que a partir de 2001 implantou tecnologia patenteada para descorticagem e corte transversal de coco de babaçu, sendo o único complexo industrial do gênero no país. (TOBASA, [s.d]).



**Figura 7 – Localização do Bico do Papagaio e dos municípios onde se desenvolve a rede sociotécnica estudada.**

Fonte: SEPLAN – TO (2006). Adaptado pela autora.

Portanto, essa área foi definida porque nela existem diversas associações de elementos que se acomodam sob rótulos de “sociais”, “econômicos”, “ambientais”, “políticos”, “técnicos” e outros interagindo entre si em uma rede sociotécnica definida em função de objetivos específicos. Também por tratar-se de um espaço onde a atividade agroextrativista (roça e babaçu) se sobressai enquanto estratégia alternativa de produção e fortalecimento da agricultura familiar, bem como da dinâmica socioambiental da região. Partindo-se desse espaço e tomando como referência os atores humanos e não humanos é que pode se analisar o papel do babaçu na rede sociotécnica no Bico do Papagaio.

### 3.3 APROXIMAÇÃO AOS LOCAIS E AOS ATORES DA REDE

Da escala regional para a escala municipal observa-se que os municípios e os atores envolvidos na pesquisa cumprem uma série de premissas: no registro histórico de ocupação dos municípios, apenas o município de Tocantinópolis têm seu surgimento datado do século XIX, por meio de ocupações espontâneas de migrantes vindos principalmente dos estados do nordeste no decorrer do processo da “expansão da frente pecuarista”<sup>31</sup>, os outros fazem parte da dinâmica de ocupação recente por meio do que se convencionou chamar de “frente camponesa de ocupação”; têm registro de presença do babaçu e apresentam relações com grupos locais, movimentos sociais, pecuária, indústria, políticas públicas, técnicos, mediadores, o que se mostra importante para avaliar a estruturação da rede.

Segundo Oliveira (1996 *apud* Moura e Moreira 2001), é possível identificar quatro grandes eixos ou polos da ocupação recente da AMAZÔNIA: Polo Industrial – na Zona Franca de Manaus com o objetivo de irradiar o desenvolvimento a porções interiorizadas da Amazônia Ocidental; Polo de Carajás, abrangendo o triângulo São Luís, Marabá-Belém, muito ligado à disponibilidade de elementos naturais – minero-ferríferos principalmente; Polo Agropecuário – penetra pelo Sul do Pará, Sul do Maranhão e algumas áreas de Rondônia, Acre e Amazonas; Polo de Colonização, criado por meio da colonização orientada pelo governo para migrantes com tradição agrícola.

Espalhados em uma faixa de transição entre o Cerrado e a Amazônia, ao norte do estado de Tocantins, os agroextrativistas (parentes ou indivíduos da mesma origem que se fixam inicialmente juntos) ocuparam essas terras chamadas *devolutas*. Os nomes dos

---

<sup>31</sup> De acordo com Velho (1972), foi responsável pela ocupação efetiva do Tocantins.

municípios inicialmente chamados *centros* – quando não são os nomes dos antigos ocupantes que são lembrados como fundadores das cidades – se referem aos nomes de árvores e/ou sítios.

As formas de ocupação e povoamento desses municípios foram determinadas quase sempre pela disponibilidade de terras livres (terras devolutas do estado do Goiás), de pastos naturais e pelas condições edafoclimáticas, em especial, pelo ecossistema de mata de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, que proporciona um clima caracterizado como tropical úmido à subúmido, com duas estações definidas: chuvosa/inverno de outubro a abril e seca/verão de maio a setembro<sup>32</sup> favorecendo a criação extensiva do gado, planejamento do calendário agrícola e do extrativismo. Outros recursos como solos, vegetação e hídricos também foram considerados fundamentais no processo de ocupação desses espaços.

Pela estreita relação entre produção agroextrativista e tipos de solos e recursos vegetais, os primeiros lugares a serem ocupados foram às margens do rio Tocantins, considerado terreno fértil, drenado e propício ao trabalho agrícola. As “terras de boa fertilidade natural do solo e a abundância de certas riquezas vegetais – babaçu e mogno – foram os fatores que inicialmente atraíram as populações migrantes, procedentes, sobretudo, do Maranhão, para aí construírem e organizarem espacialmente a região mais dinâmica do estado do Tocantins” (BARBOSA *et al* 2004, p. 116). Em todas as comunidades visitadas, a maioria dos moradores ou eram maranhenses ou filhos de maranhenses.

A breve caracterização dos municípios pesquisados leva em conta a sua dinâmica de ocupação e emancipação, baseada em dados do Zoneamento Econômico Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins – ZEE-TOCANTINS do ano de 2005, censo agropecuário 2006, censo demográfico 2010 e de anotações da pesquisa de campo. Um dado comum aos municípios, com exceção para Tocantinópolis que teve sua fundação no ano de 1818, diz respeito ao período de ocupação das áreas que teve início por volta dos anos 1930. A dinâmica de ocupação dessas áreas refere-se ao contexto das frentes de expansão estudadas por Otávio Velho, vindas sobretudo do Maranhão (mas também do Piauí e do Ceará) atrás de terras desocupadas para a agricultura e o extrativismo. O autor descreve essas ocupações com os indivíduos embrenhando-se na mata escolhendo um sítio considerado favorável, em geral junto a um curso d’água (igarapé) ou pequena lagoa; em terreno com barro, considerado

---

<sup>32</sup> Sobre essas estações há uma percepção dos moradores locais de uma relativa alteração no regime das chuvas no sentido de diminuição e irregularidade do período chuvoso.

vantajoso para a lavoura e para a criação de porcos, oferecendo, ainda, material para a construção das casas; e, se possível, onde houvesse babaçu.

Uma característica no processo de ocupação desses espaços foi o estabelecimento dos “Centros” ou aldeamentos, dentro da floresta, em que a gestão dos recursos se dava de forma dialogada e semi-comunal entre os moradores (SOARES, 2009, p.94). Tem-se, então, no processo inicial das ocupações desses espaços, uma organização sócio-produtiva que se articula entre produção agroextrativista e elementos naturais com destaque para a roça no sistema de corte-queima e o extrativismo do babaçu. Este, possuindo, como base normativa, o livre acesso e o uso comum, que é resultado de relações de reciprocidade socialmente construídas em cada situação concreta. (ALMEIDA, 2008)

O processo de crescimento populacional por meio do afluxo de diversos e diferentes grupos sociais, a constituição dos municípios, a proximidade com dois núcleos urbanos importantes, a saber, as cidades de Imperatriz – MA e Marabá – PA, ambas centro de referência regional, os incentivos governamentais fiscais e creditícios voltados para a produção pecuária, provocam profundas mudanças nas paisagens desses municípios que compõem a parte do extremo norte da região do Bico do Papagaio e em suas estruturas sócio-produtivas, afetando diretamente as famílias agroextrativistas.

Uma das modificações mais visíveis pode ser percebida na vegetação. Segundo diagnóstico realizado pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU, até a década de 70 a vegetação original ainda se encontrava bem conservada. Nela havia ocorrência de diversas espécies arbóreas, como o mogno (*Switenia macrophylla*), copaíba (*Copaifera spp.*), jacarandá (*Dalbergia spp.*), jequitibá (*Caraniana legalis*), sapucaia (*Lecythis usitata*), castanheira (*Bertholettia excelsa*), cupuaçu (*Thobroama grandiflorum*), bacaba (*Oenacarpus distichus Mar*), açai (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia flexuosa*), buritirana (*Mauritiella sp.*) cacau bravo (*Theobroma speciosum*), pequi (*Caryocar brasiliense*) e animais silvestres tais como o tatu, veado, paca, onça, capivara, porco queixada, porco caititu, anta, ema, entre outros. Atualmente, restam, segundo estimativas das organizações locais, cerca de 5 a 10% da vegetação original e um número reduzido de espécies e populações de animais silvestres.

Os municípios, como se verá, aparentam certa homogeneidade nos aspectos socioeconômicos, cultural e ambiental. Mas, há de se considerar que essa aparente

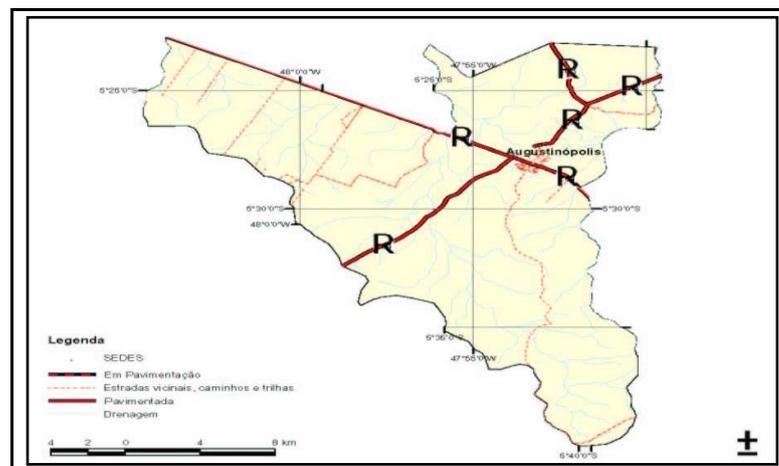
homogeneidade pode revelar-se heterogênea a partir das distintas formas de apropriação e combinação de usos dos elementos naturais.

Nas lavouras temporárias, que variam de 6% a 43%, se destacam os cultivos do arroz, mandioca, feijão e milho que são os cultivos típicos da agricultura familiar local; nos cultivos permanentes as frutíferas, particularmente, a banana. Há também a produção de frutas nativas (buriti, bacuri, açaí, bacaba) em muitos casos, replantadas visto que no processo de implantação das pastagens muitas dessas árvores foram cortadas. Como se perceberá por meio da leitura dos gráficos, a produção pecuária e de outros animais varia de 54% a 89%.

A rede de organizações formais dos municípios ligada ao agroextrativismo é formada por Associações Comunitárias de Pequenos Lavradores; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR; Associação dos Pequenos Produtores dos Projetos de Assentamentos; Núcleos de Quebradeiras de Coco Babaçu; Associação da área da RESEX; Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio – ABIPA; e algumas ONGs locais.

### 3.3.1 O município de Augustinópolis

Augustinópolis está situado a 620 km de Palmas, possui uma área territorial de 414,370 Km<sup>2</sup> e, conforme dados do censo populacional do IBGE do ano de 2010, possui uma população estimada em 15.965 habitantes, sendo que destes, 17,41% habitam na zona rural. Tem como municípios limítrofes, ao Norte: Sampaio, Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins e Estado do Maranhão; Sul: Araguatins e Axixá do Tocantins; Leste: Praia Norte e Sítio Novo do Tocantins; Oeste: Araguatins. (Figura 8).



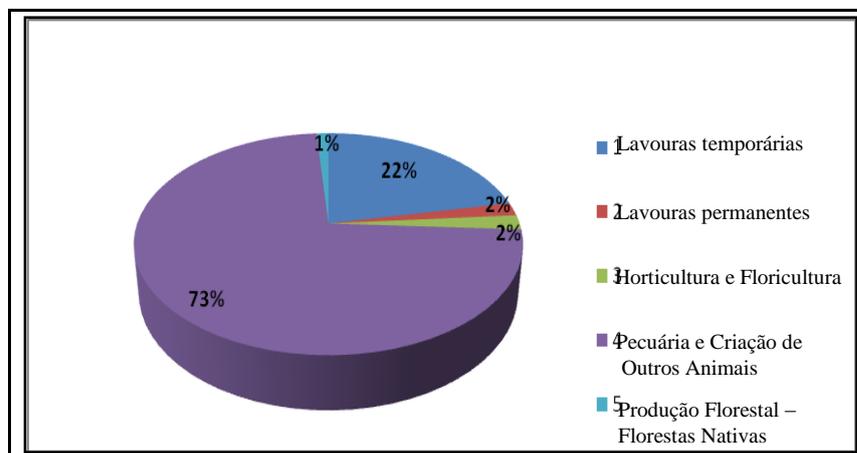
**Figura 8 - Localização do município de Augustinópolis**

**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO, 2006.**

Com o surgimento do centro e o crescimento populacional as explorações de cultivos alimentares conjuntamente com o extrativismo do babaçu tornaram-se uma importante atividade produtiva. Isso pode ser explicado por serem famílias oriundas, em grande maioria, do Maranhão onde é comum a conjugação do cultivo na roça com o extrativismo do babaçu. Mas, essa situação vem sendo, gradativamente, subvertida pelos novos agentes sociais que ocuparam o espaço guiado pela lógica econômica da apropriação privada e uso intensivo de grandes áreas contínuas, nesse caso, para a produção pecuária. Essa foi se tornando a principal atividade econômica no espaço rural do município, provocando, não apenas a privatização dos recursos vegetais, mas também, num ritmo relativamente veloz, a transformação da paisagem, em particular do babaçu.

Verifica-se que a atividade extrativa do babaçu no município vem diminuindo sensivelmente, principalmente devido à implantação de pastagens que levou ao desmatamento de áreas significativas de babaçu e, conseqüentemente, à diminuição da produção extrativa.

De acordo com os dados do censo agropecuário de 2006, o município possui 425 estabelecimentos em uma área total de 22073(ha) sendo 371 da agricultura familiar, e 54 estabelecimentos não familiar. Desse total, 73% são destinados à pecuária e criação de outros animais; 22% às lavouras temporárias; 3% à horticultura e floricultura. As lavouras permanentes e produção florestal nativas correspondem a 2% respectivamente. (Figura 9).



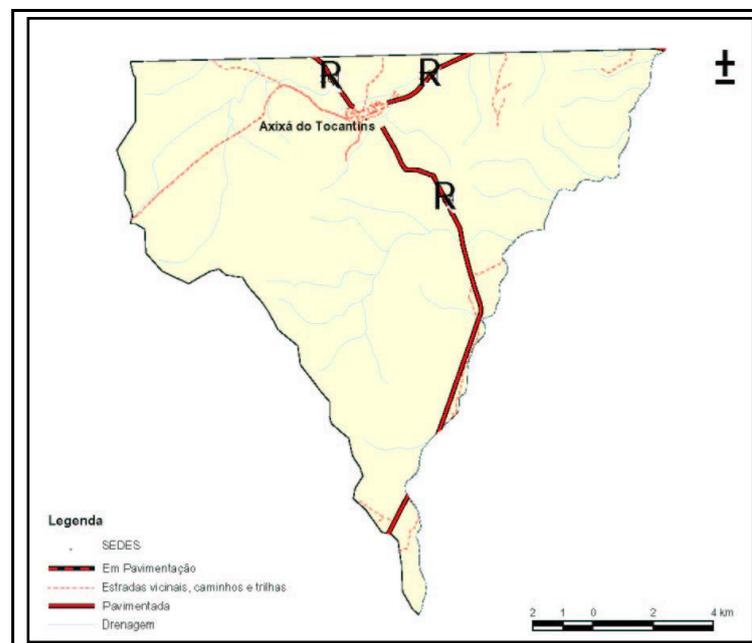
**Figura 9- Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Augustinópolis – TO.**

Fonte: IBGE. [2006].

### 3.3.2 O município de Axixá do Tocantins

O município de Axixá está situado no vale do Tocantins, na zona de influência da rodovia Transamazônica. No ano de 1953 famílias que se dedicaram à exploração de amêndoas de babaçu e peles de animais silvestres ocuparam a área que viria a se transformar em município 10 anos depois. Pelas características naturais (fertilidade do solo, grande incidência de babaçu e a abundância de caça), o município foi rapidamente povoado. No ano de 2003 foi criada a lei municipal do babaçu livre Nº 306/2003 que “dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu, no município de Axixá do Tocantins, e dá outras providências”.

Axixá do Tocantins está situado a 643 km de Palmas, (figura 10) possui uma área territorial de 150,21 km<sup>2</sup> e, conforme dados do censo populacional do IBGE do ano de 2010 possui uma população estimada em 9275 habitantes, sendo que destes, 17,83% habitam na zona rural. Tem como municípios limítrofes, ao norte: Sitio Novo do Tocantins e ao Sul: Araguatins e Sitio Novo do Tocantins; ao Leste: Sitio Novo do Tocantins; Oeste: Augustinópolis e Araguatins.

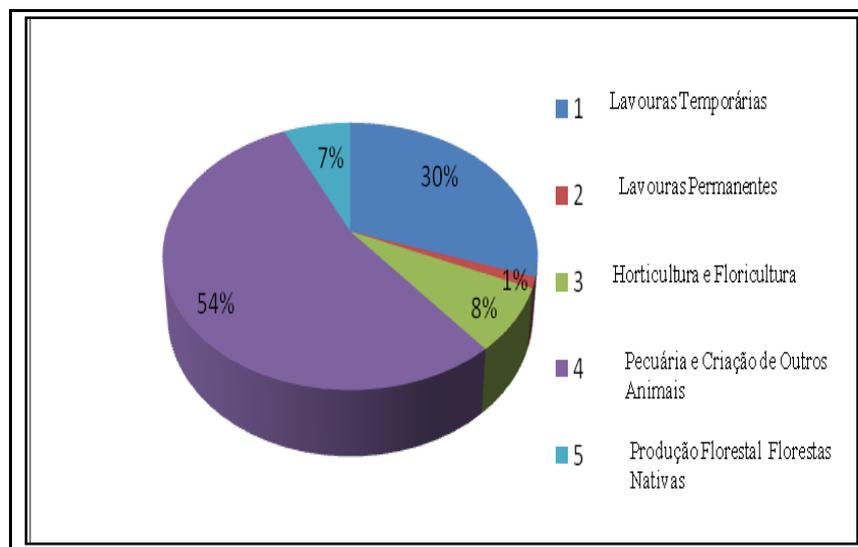


**Figura 10 - Localização do município de Axixá do Tocantins**  
**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico –**  
**DZEE / SEPLAN-TO, 2006.**

Uma característica inicial do município era a sua composição florestal caracterizada como ombrófila aberta<sup>33</sup>, com predominância de palmeiras como o babaçu, o buriti e a macaúba. Essa cobertura original foi profundamente modificada, pela implantação de pastagens no município.

Sua população urbana é superior à população rural. Quanto a esta, 378 famílias são beneficiárias do programa de Reforma Agrária, distribuídas em oito assentamentos rurais. Possui 306 estabelecimentos agropecuários em uma área total de 14795 (ha) sendo 268 da agricultura familiar, ocupando uma área de 7534 ha e 38 estabelecimentos não familiar ocupando uma área (ha) de 7261. Do total, 54% correspondem à pecuária e criação de outros animais; 30% às lavouras temporárias; 8% à horticultura; 7% à produção florestal de lavouras temporárias e 1% destinado à floresta nativa. (Gráfico 11).

Embora não tenha sido registrado o cultivo de florestas plantadas, vale registrar o cultivo de 340 ha de Teca (*Tectona grandis*), árvore nativa das florestas tropicais do sudeste asiático, com previsão de aumento para uma área de 800 ha.



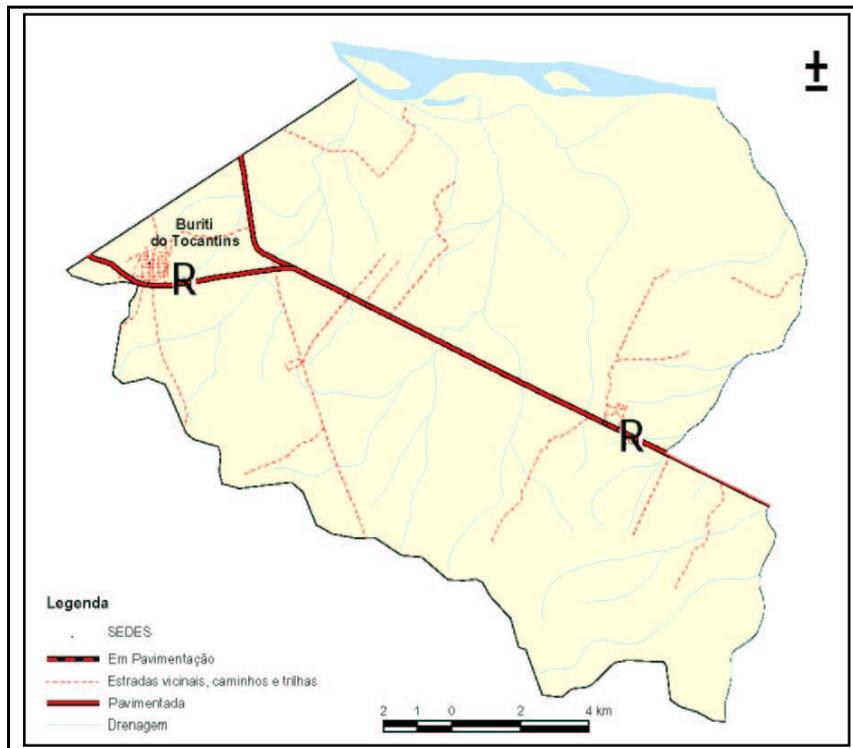
**Figura 11 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Axixá do Tocantins.**  
Fonte: IBGE. [2006].

<sup>33</sup> É considerada uma área de transição entre a floresta amazônica e as regiões extra-amazônicas. Tem como principais características o maior espaçamento entre as árvores, daí a origem do nome, e um período de mais de 60 dias sem chuvas por ano.

### 3.3.3 O município de Buriti do Tocantins

O município de Buriti do Tocantins está situado à margem esquerda do rio Tocantins a 679 km de Palmas, possuindo uma área territorial de 251,92 km<sup>2</sup> sendo que parte dessa área atualmente pertence à Resex Extremo Norte. Sua população foi estimada na contagem do censo populacional de 2010 em 9770 habitantes, sendo que destes, 23,71% habitam na zona rural. Tem como municípios limítrofes, ao Norte: Estado do Maranhão; Sul: Augustinópolis e Araguatins; ao Leste: Carrasco Bonito; e, ao Oeste: São Sebastião do Tocantins. (figura 12).

A sua composição florestal original era caracterizada como ombrófila aberta o que permitiu o estabelecimento de um sistema de exploração dos elementos naturais que incluía o trabalho agrícola, o extrativismo do babaçu, o aproveitamento das frutas nativas e da caça.

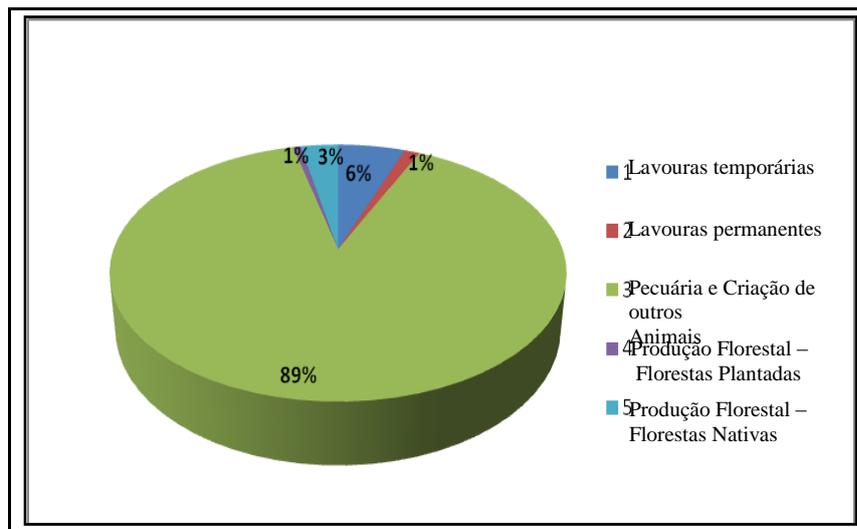


**Figura 12 - Localização do município de Buriti do Tocantins**  
**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO, 2006.**

O município possui 158 estabelecimentos em uma área total de 13957 há, sendo 138 da agricultura familiar, ocupando uma área de 5031 ha e 20 estabelecimentos não familiar ocupando uma área (ha) de 8926. Do total 89% é destinado à pecuária e criação de outros

animais; 6% às lavouras temporárias; 3% à produção florestal - florestas nativas; 1% destinado às lavouras permanentes e 1% à produção florestal plantadas. (Figura 13).

Com uma população urbana superior à população rural, o município possuía apenas três assentamentos rurais com 114 famílias assentadas, em uma área de 3.538,30 ha. Como se verifica, nesse município a principal atividade é a pecuária e em segundo plano as lavouras temporárias. Estas se concentram na produção do arroz, milho, feijão e mandioca produzidos em pequenas parcelas, para o autoconsumo familiar.



**Figura 13 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Buriti do Tocantins.**

Fonte: IBGE. [2006].

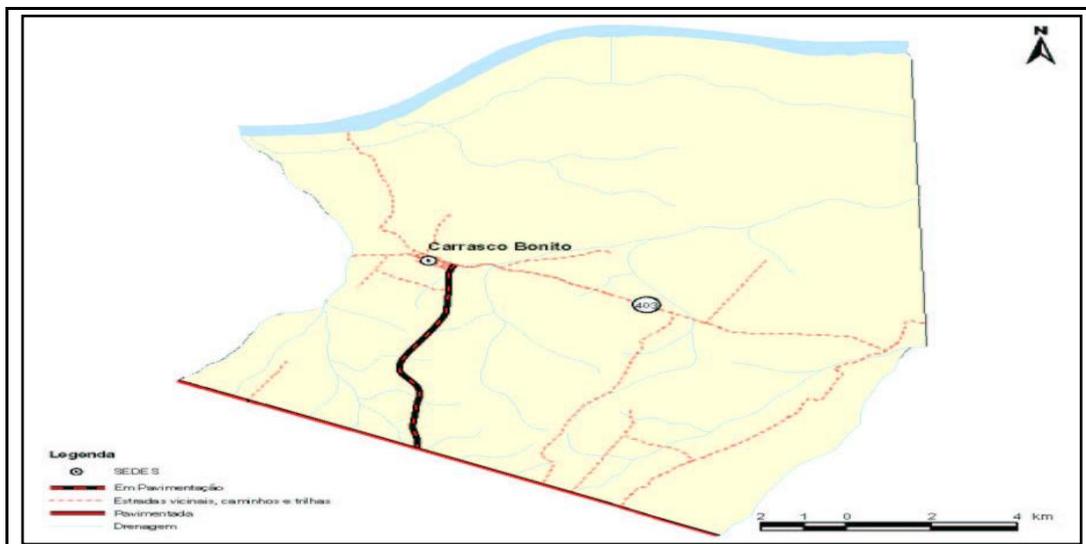
Em relatos colhidos durante a pesquisa de campo, da vegetação inicial mais de 80% já foram destruídas pela implantação de pastagens para pecuária. Conforme o gráfico demonstra, quase 90% das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos são relativas à pecuária. Esta atividade foi intensificada, segundo esses relatos, em razão das grilagens de terra e das políticas de crédito do PROCERA, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e PRONAF-A.

Face à devastação contínua dos babaçuais foram acionados dois instrumentos legais, a saber: a criação da RESEX Extremo Norte e a Lei municipal do Babaçu livre Lei Nº 058/2003 criada no ano de 2003 que “Dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu, no município de Buriti de Tocantins, Estado do Tocantins e dá outras providências”

### 3.3.4 O município de Carrasco Bonito

Carrasco Bonito começou a ser povoado por volta da década de 1960 seguindo a mesma lógica dos anteriormente descritos: disponibilidade de terras, abundância de elementos naturais - frutas nativas, recursos extrativos incluindo o babaçu, árvores madeireiras, recursos hídricos, e abundância de caça (figura 14).

Distante de Palmas a 675 km ocupa uma área de 192,94 km<sup>2</sup> da qual parte desta área pertence à RESEX Extremo Norte do Tocantins. Tem como municípios limítrofes ao Norte: Estado do Maranhão; Sul: Augustinópolis e Araguatins; Leste: Carrasco Bonito; Oeste: São Sebastião do Tocantins.



**Figura 14- Localização do município de Carrasco Bonito**

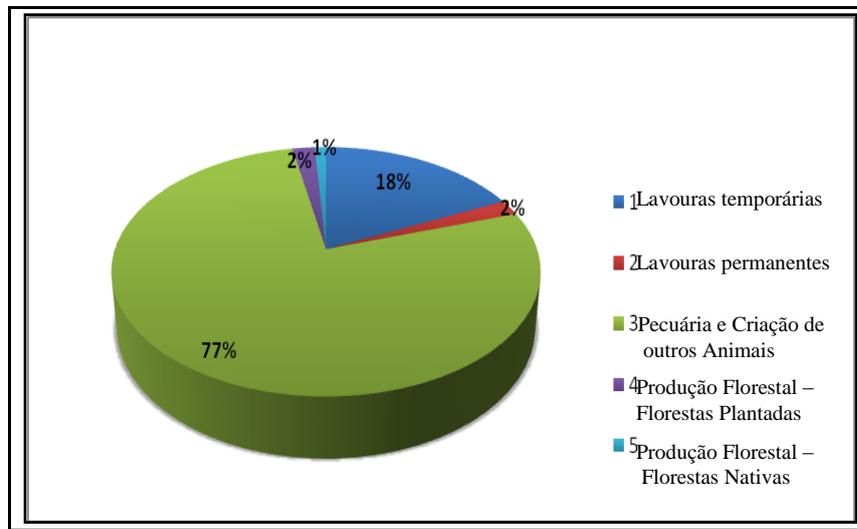
**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO, 2006.**

Parte do município está incluída na RESEX Extremo Norte abrigando, inclusive, na comunidade Centro do Firmino, a sede da Associação da Reserva Extrativista Extremo Norte – ARENT. Uma característica a ser destacada é o fato dessas áreas ainda se encontrarem sob o domínio privado, sendo utilizadas na maioria para atividades pecuárias, o que facilita a derrubada das palmeiras.

A sua população atual é de 3.690 pessoas com pouco mais de 51% residindo na área urbana. Na área rural existe apenas um assentamento, com 33 famílias.

Carrasco Bonito possui 100 estabelecimentos agropecuários cuja distribuição por atividades econômicas são as seguintes: 77% são destinados à pecuária e criação de outros

animais; 18% às lavouras temporárias; 2% destinado às lavouras temporárias e 2% a produção florestal – florestas nativas (Figura 15).



**Figura 15 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Carrasco Bonito.**  
Fonte: IBGE. [2006].

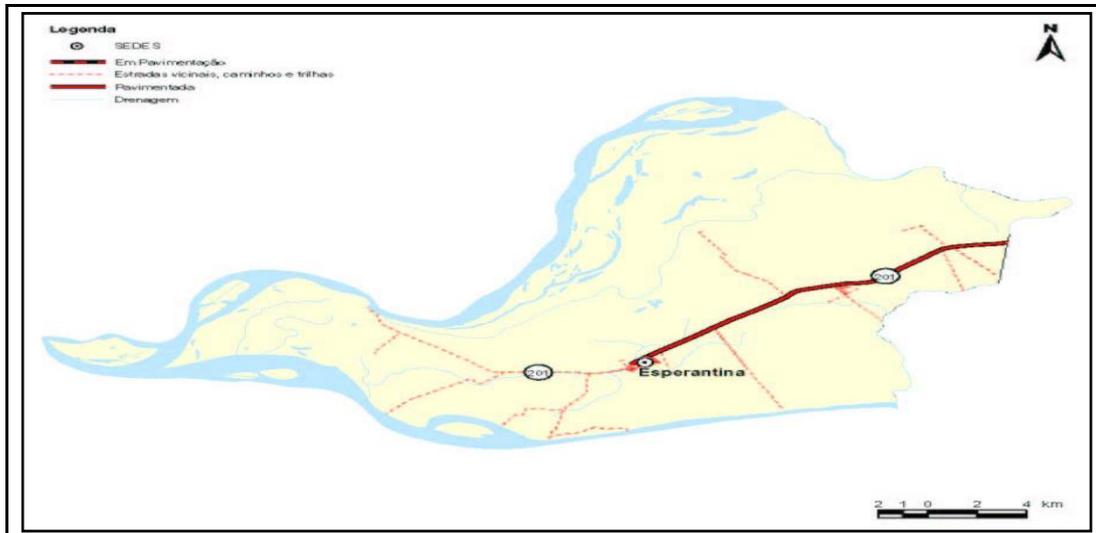
### 3.3.5 O município de Esperantina

Banhado pelo rio Araguaia o município teve seu povoamento iniciado por volta do ano 1974, às margens da “Lagoa da Cota”. Inicialmente ocupado por migrantes maranhenses, permaneceu por um período de quase uma década com poucas famílias que praticavam o extrativismo do babaçu e a caça e plantavam roças para autoconsumo. No ano de 1980 havia cerca de 30 ranchos de palha. Em 1993, o povoado foi elevado à categoria de município e conta, atualmente, com uma população de 9.476 habitantes, com 51,31% residindo na zona rural. (IBGE, 2010).

Observa-se que esse município apresenta uma população rural superior à população urbana composta por pequenos proprietários rurais, assentados, quebradeiras de coco babaçu e pescadores artesanais, o que lhes confere segundo normas legais o caráter de “comunidades tradicionais”. Na região, foi um dos primeiros municípios com assentamentos implantados pelo INCRA. Atualmente são 12 assentamentos com 500 famílias assentadas em uma área de 20.341,48 ha.

Esperantina fica a 713 km distante de Palmas – TO e ocupa uma área de 504,02 km<sup>2</sup>. Seus limites são: ao norte com o estado do Pará, o município de São Sebastião do Tocantins e

o Estado do Maranhão; ao Sul com o Pará; ao Leste com o município de São Sebastião do Tocantins e Araguatins; e a Oeste com o Pará (Figura 16).



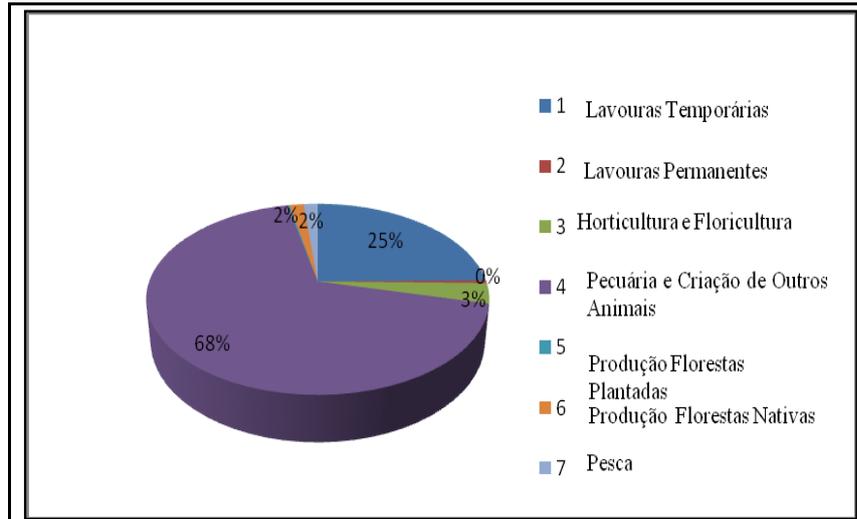
**Figura 16 - Localização do município de Esperantina**

**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO, 2006.**

No município de Esperantina encontra-se a floresta ombrófila *densa* que se caracteriza pela presença dominante de árvores que ocorrem em ambientes úmidos, sem a presença de épocas secas durante todo o ano, apresentando clima quente e pouca variação anual.

Segundo dados do censo agropecuário 2006, o município possui 439 estabelecimentos agropecuários distribuídos por classe de atividade econômica da seguinte forma: 68% ocupados com a pecuária; 25% com lavouras temporárias; 3% com horticultura; 2% com produção florestal nativa e 2% com atividade da pesca. Destes, 395 são de agricultura familiar, ocupando uma área de 14991ha e 44 de não familiar, em uma área de 8102 ha (Figura 17).

A produção florestal nativa está associada a alternativas complementares à produção dos itens básicos para a manutenção da família. As principais frutas são o buriti, bacaba, bacuri, açaí e cajá.



**Figura 17 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Esperantina.**

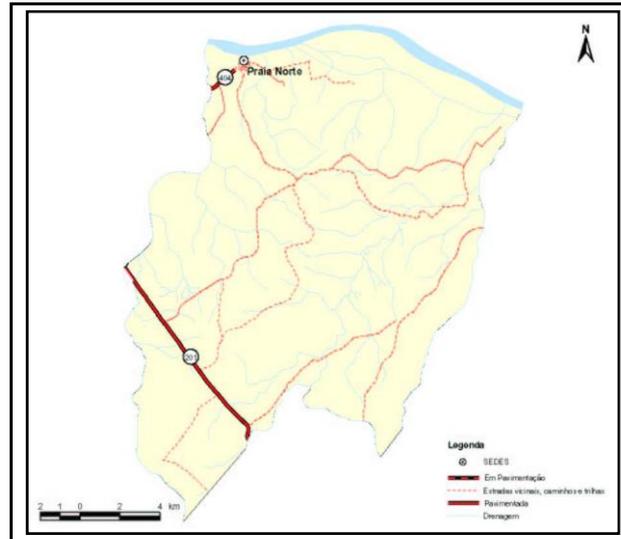
Fonte: IBGE. [2006].

### 3.3.6 O município de Praia Norte

O município de Praia Norte localiza-se à margem do rio Tocantins (figura 18). A sua formação histórica data de 1939, com a chegada àquela localidade do mercador Genésio Gomes. Gradativamente sua população vai aumentando ao receber famílias vindas das regiões vizinhas, principalmente do sul do Maranhão, segundo relatos, devido à fertilidade das terras propícia para os cultivos das roças, a abundância do babaçu, e o rio Tocantins para a atividade da pesca. Foi elevado à categoria de Município no ano de 1988. No ano de 2003 aprovou a Lei Nº 001/ 2003 que “Dispõe sobre a proibição de queimadas desenfreadas, a derrubada de palmeiras de babaçu”.

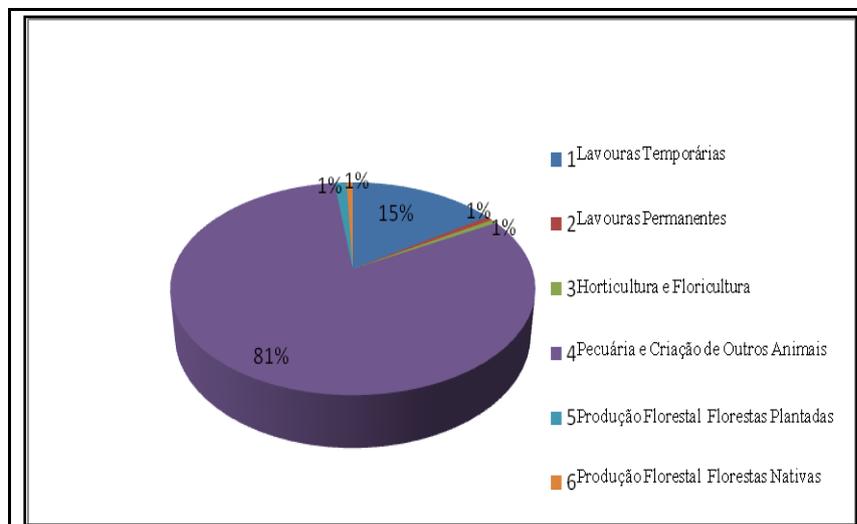
Está localizado a 633 km de Palmas e ocupa uma área de 289,052 Km<sup>2</sup>. Limita-se ao norte com o Estado do Maranhão; Sul: Sítio Novo do Tocantins; ao Leste com São Miguel do Tocantins e Estado do Maranhão; e ao Oeste: Augustinópolis. Conta com uma população de 7.661 habitantes.

Conforme resultados do censo populacional de 2010 do IBGE o número de pessoas residentes no município é de 7.661 pessoas. Destas, 41,65% residem na zona rural. Destas, 355 famílias são assentadas em quatro projetos de assentamentos do INCRA.



**Figura 18- Localização do município de Praia Norte.**  
**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO, 2006.**

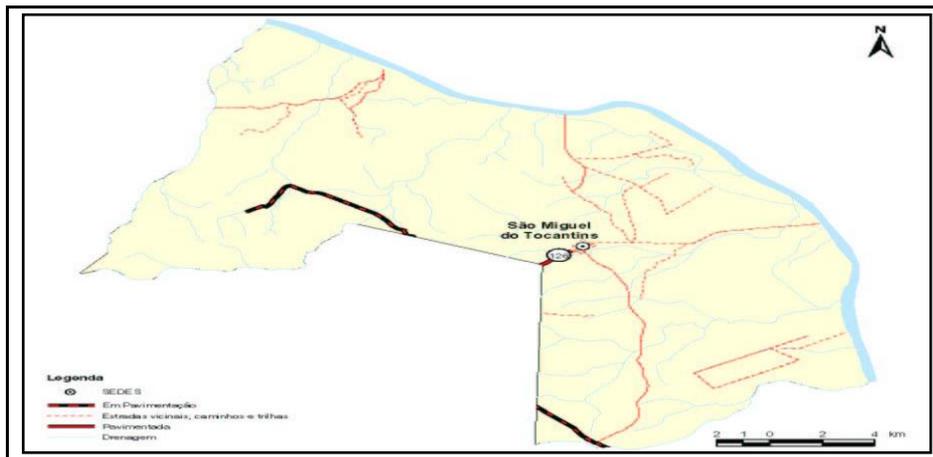
Quanto aos aspectos relacionados às atividades agropecuárias, no município existem 154 estabelecimentos. Destes, 113 são estabelecimentos da agricultura familiar e 41 da agricultura não familiar. A pecuária e criação de outros animais ocupa 81% das atividades e as lavouras permanentes 15%. As outras atividades juntas somam 4%.



**Figura 19 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Praia Norte.**  
**Fonte: IBGE. [2006].**

### 3.3.7 O município de São Miguel do Tocantins

São Miguel do Tocantins fica localizado à beira da estrada que interliga o Bico do Papagaio ao Estado do Maranhão, é relativamente próximo de Imperatriz (apenas 17 km de distância) separado apenas pelo rio Tocantins (Figura 12). Ocupa uma área de 398,817 Km<sup>2</sup> e possui uma população total, segundo os dados do censo de 2010, de 10.490 sendo que 75,72% residem na zona rural.



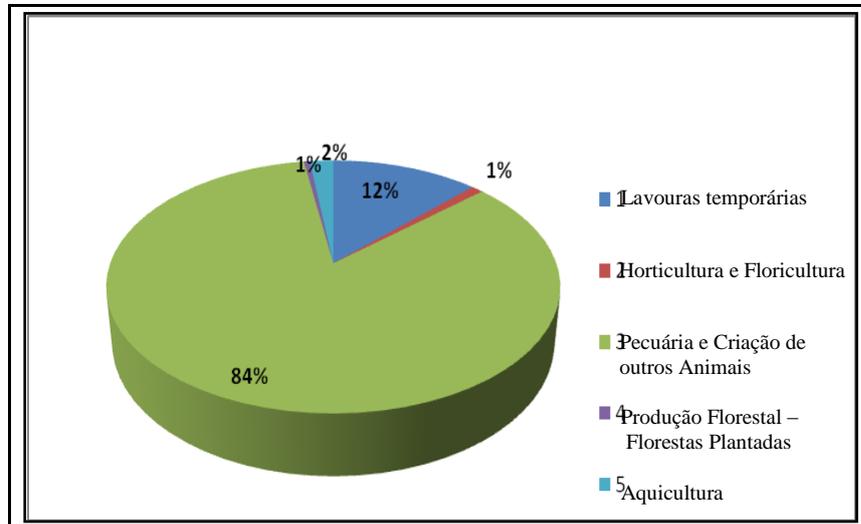
**Figura 20 - Localização do município de São Miguel do Tocantins**  
**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO, 2006.**

Sua ocupação começou por volta dos anos de 1950, a princípio por um grupo de retirantes nordestinos, em sua maioria famílias maranhenses, que se deslocaram rumo à “promissora região tocantina”, fugindo do latifúndio e de uma onda de grilagem que os cercava. Diferentemente dos outros municípios, a sua população manteve-se na zona rural com um índice superior a 75%. Assim, pode-se dizer que esse é um município essencialmente rural, formado por comunidades tradicionais, assentamentos rurais (sete assentamentos e 285 famílias assentadas), mas também por grandes proprietários

São Miguel abriga as principais organizações ligadas ao babaçu: a ASMUBIP, o CNS e a sede regional do MIQCB. Como se verá nos capítulos seguintes, nele foram implantados vários projetos direcionados à atividade do babaçu.

Em São Miguel existem 200 estabelecimentos agrícolas, sendo 167 da agricultura familiar e 33 estabelecimentos não familiares. 84% destes se destinam à produção pecuária e criação de outros animais; 12 % às lavouras temporárias. Em torno de 1% são produzidos cultivos da horticultura e produção florestal plantadas. Esta atividade se relaciona à produção

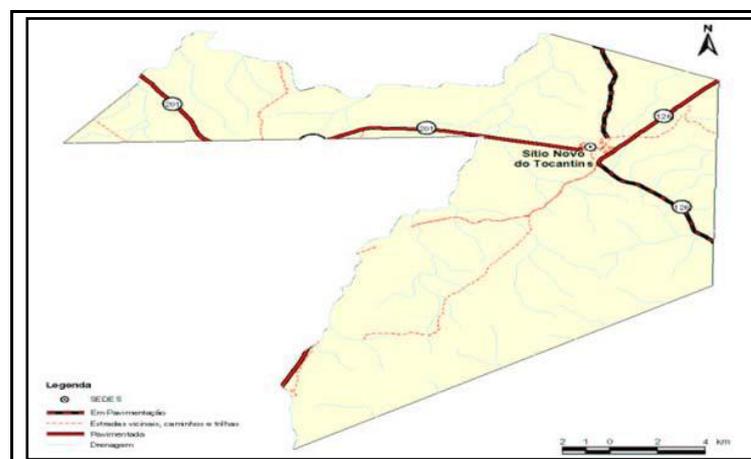
silvícola, com plantio de 1445 ha de Teca (*Tectona Grandis*), com previsão de aumento para 7000 ha. Destaca-se ainda a atividade relacionada à aquicultura com média de 5%.



**Figura 21 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de São Miguel do Tocantins.**  
Fonte: IBGE. [2006].

### 3.3.8 O município de Sítio Novo

O antigo município de Sítio Novo do Goiás, localizado no Vale do Tocantins, teve sua origem, segundo versões, com caçadores que construíram um rancho num antigo sítio. Os primeiros habitantes dedicaram-se à agricultura e ao extrativismo do babaçu. Paralelamente, surgiram pequenos estabelecimentos comerciais, e em poucos anos sua população cresceu originando o então município Sítio Novo do Tocantins. (Figura 22).

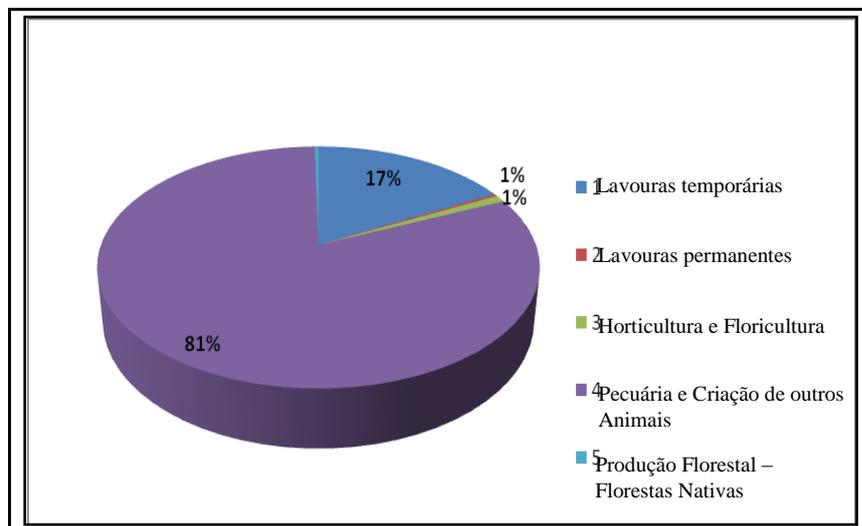


**Figura 22- Localização do município de Sítio Novo do Tocantins**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO, 2006.

Distante de Palmas cerca de 640 km, ocupa uma área de 324,102 Km<sup>2</sup>. Limita-se ao Norte com Praia Norte; ao Sul com Itaguatins e Araguatins; ao Leste com São Miguel do Tocantins; e a Oeste com Axixá do Tocantins, Augustinópolis e Praias Norte.

Conta atualmente com uma população de 9.148 habitantes, com 46,71% deles residindo na área rural. Nela existem cinco projetos de assentamentos, com 157 famílias assentadas.

Dados do censo agropecuário de 2006 registram no município um total de 320 estabelecimentos agrícolas. Destes, 270 destinam-se à agricultura familiar e 50 a agricultura não familiar. 81% desses estabelecimentos destinam-se à atividade pecuária e criação de outros animais; 17% às lavouras temporárias. Um percentual muito baixo (em torno de 1%) relaciona-se às lavouras permanentes e cultivos hortícolas (figura 23).

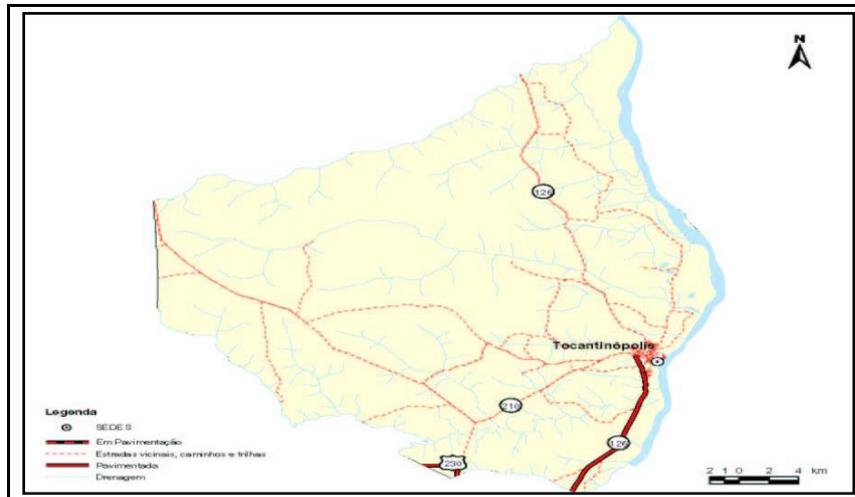


**Figura 23 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Sítio Novo do Tocantins**  
Fonte: IBGE. [2006].

### 3.5.9 O município de Tocantinópolis

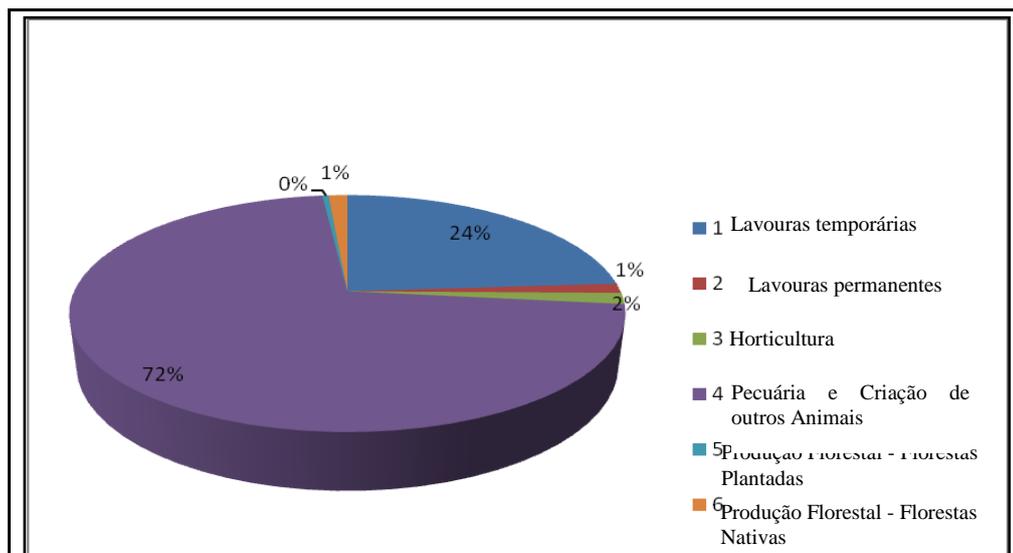
O município (Figura 24), que dista 530 km de Palmas, está localizado à margem esquerda do rio Tocantins, na Amazônia Legal em uma altitude de 156,79 metros, na Mesorregião Ocidental do Tocantins, e é sede da 3ª região Administrativa do Estado. Tem sua fundação datada de 1818, graças, segundo dados históricos, a dois lavradores: Antonio Faustino e Venâncio componentes de uma bandeira pacificadora de índios que ao notarem a fertilidade das terras da região, desligaram-se da bandeira e se fixaram, com suas famílias, à

margem do rio Tocantins, dedicando-se exclusivamente à agricultura. Conforme dados do Censo demográfico de 2010 a população atual é estimada em 22.608 habitantes, sendo que apenas 19% são residentes na zona rural.



**Figura 24. Localização do município de Tocantinópolis**  
**Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO, 2006.**

Conforme os dados apresentados pelo censo agropecuário de 2006, o município conta com 460 estabelecimentos agropecuários em uma área de 30,571 ha, sendo 392 estabelecimentos da agricultura familiar ocupando uma área de 25155 ha e 68 estabelecimentos da agricultura não familiar em uma área de 5416 ha. 72% desse total corresponde à pecuária, 24% às lavouras temporárias, 2% à horticultura, 1% às lavouras temporárias e produção florestal nativa (Figura 25).



**Figura 25- Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, por atividade, do município de Tocantinópolis.**  
**Fonte: IBGE. [2006].**

Tendo sido feita a aproximação aos locais e aos atores da rede é possível ver a partir dessa aproximação algumas das principais características relacionadas ao meio biofísico e ao meio socioeconômico e como se configura em linhas gerais esse espaço. Desse ponto, inicia-se no capítulo seguinte a análise da rede sociotécnica.

## **4 OS AGROEXTRATIVISTAS, O EXTRATIVISMO E A REDE SOCIOTÉCNICA: HUMANOS E NÃO HUMANOS EM UMA RELAÇÃO SIMÉTRICA?**

Neste capítulo, inicia-se a análise da rede sociotécnica do agroextrativismo do babaçu. Para tanto, foca-se nos aspectos históricos e econômicos do extrativismo do babaçu, apresenta-se a rede e os atores, seus interesses e estratégias. Também se aproveita para evidenciar algumas interpretações sobre o extrativismo.

### **4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS DO EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO BRASIL E NO TOCANTINS**

"Para sabermos bem as coisas, é preciso sabermos os pormenores, e como estes são quase infinitos, os nossos conhecimentos são sempre superficiais e imperfeitos." (François La Rochefoucauld)

Para ajudar a entender a rede sociotécnica que expressa às formas de reprodução social do agroextrativismo do babaçu, se faz necessário compreender os aspectos históricos e econômicos do extrativismo do babaçu. Esta é uma atividade secularmente praticada, portanto, portadora de significados econômicos, socioculturais, ambientais, e que faz parte da história de ocupação do Bico do Papagaio.

A relação entre extrativistas e o babaçu é historicamente marcada pelos múltiplos usos (todas as partes da planta), sentimentalidades (que podem ser percebidas nas poesias e canções populares), religiosidade (por exemplo, a "Ave-Maria das Quebradeiras"), nas representações simbólicas (mãe e virgem<sup>34</sup>). Já a relação de outros atores (geógrafos, indústrias, comércios e governo economistas) com o babaçu só se efetivou a partir do momento em que o babaçu se tornou relevante para a economia. Desta perspectiva entende-se que é possível articular dois momentos históricos que "foram separados no processo de modernização do mundo". O processo evolutivo "da diversidade de uso da flora", no nosso caso o uso do babaçu, e o momento da exploração das espécies no processo de modernização capitalista (SÁNCHEZ, 2005).

---

<sup>34</sup> No município de Viana - MA, em depoimento à pesquisadora Maristela Andrade, alguns moradores comparavam o corte do cacho de coco com o defloramento de uma virgem ou o molestar de uma viúva (ANDRADE, 1999).

No encontro dessas histórias houve violências, impasses, conflitos, divergências e negociações. Isto porque as visões destes outros atores sobre o babaçu foi baseada no paradigma da modernidade, aqui entendida como a ruptura entre o mundo da vida humana e a natureza ou de uma natureza exterior, inteiramente separada do mundo humano ou “por contraste a um passado arcaico e estável”, conforme Latour (1994, p. 15). Segundo o autor, esse é um termo, assim como “moderno” e “modernização”, que se encontra colocado em meio a uma polêmica, “em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos”. Assim, moderno<sup>35</sup> “é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos” (LATOURE, 1994, p.15).

A modernidade, nessa visão, perpassa a ideia da existência de uma rígida separação entre natureza e sociedade, da dicotomia entre sujeito e objeto e ainda de uma relação de domínio dos homens sobre as coisas do mundo; ideias ditadas pela modernidade, que na realidade, segundo o autor, são ideias que nunca vingaram plenamente. Essa modernidade criou o Estado e a Empresa como instâncias de representação dos humanos e os laboratórios, as sociedades científicas e instituições de pesquisa como instâncias de representação dos não humanos.

Alinhados a um discurso de modernidade, aqueles atores (geógrafos, economistas, indústria, governo) elaboraram um discurso sobre a necessidade de dinamizar a economia do babaçu por meio da mecânica da quebra do coco. Esta tecnologia seria a responsável pela modernização do extrativismo e pelo aproveitamento do babaçu no plano comercial, conforme demonstra o depoimento a seguir:

“Quando entrar na prática uma machina de rendimento satisfatório e se estabelecerem companhias com trabalho organizado, os cocoes de babassú – que há cerca de vinte annos nada valiam – passarão a constituir uma considerável fonte de riquezas para o Maranhão e para o Brasil.” (ABREU, 1931, *apud* CARVALHO MARTINS, 2008 p. 81).

De acordo com alguns autores que realizaram estudos científicos nos anos 1930 e 1950<sup>36</sup> tendo como tema a produção do babaçu no Maranhão, a modernização do extrativismo

---

<sup>35</sup> Latour não define modernidade como uma época e sim uma atitude que envolve dois conjuntos de práticas distintas: o de tradução e o de purificação e o da separação dos humanos/não humanos e a dos sujeitos/objetos.

<sup>36</sup> Estudos realizados nos anos 1930 e 1950 e analisados por Carvalho Martins (Ibidem) na sua tese de doutorado em Antropologia Social da UFF.

do babaçu e a consequente integração aos mercados internos e externos se dariam a partir das mudanças nas relações de produção e da introdução de tecnologias. Destaca-se que a produção científica desses autores faz referências constantes a essas máquinas como propulsoras do progresso e interpretam a quebra manual como atrasada e passível de ser substituída.

O processo de valorização econômica e comercial do babaçu, portanto, dependeria da fabricação ou aperfeiçoamento das máquinas de quebrar coco babaçu para substituir a quebra realizada manualmente por *primitivos, caboclos e matutos*<sup>37</sup>. Nesse contexto, os sujeitos sociais diretamente envolvidos com a atividade de coleta e quebra do coco babaçu eram vistos como entrave para a instauração de um novo modelo econômico visto que havia uma dependência em relação às extrativistas, por serem elas as fornecedoras da matéria prima para o comércio local. Sob essa ótica da indústria extratora, a interpretação foi e continua sendo exclusivamente a partir da velha oposição moderno-tradicional.

Outros estudos, como os elaborados por geógrafos, datados de 1940/1990 e que detalharam minuciosamente os fatos que observaram, montando um vasto repertório de descrições a que chamam de “inqueritos” a partir de uma perspectiva analítica ancorada nos padrões explicativo geográficos da chamada “frente pioneira”, que incluem os padrões escravista, étnico/ racial e classista. Esses estudos, de acordo com Shiraishi Neto (1999, p. 2), “perdem-se, entretanto, num tom de preconceitos a respeito dos extrativistas, que eles insistem em chamar de ‘caboclos’, considerando-os como produto do meio natural”. Além do padrão explicativo dos geógrafos, esse autor aponta o padrão explicativo da chamada “frente pioneira” e o padrão explicativo racial.

O que se pode inferir é que essas interpretações demonstram que existem visões antagônicas a respeito do extrativismo do babaçu, além de não darem conta das situações locais que pode definir como “híbridas”, onde se misturam diversos fatos dentre os quais se destacam *o trabalho no coco*, no qual se encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual e, enfim, o simbólico. (CASTRO, 1998).

De um ponto de vista histórico os primeiros registros sob a importância do babaçu datam de 1854 quando foi ressaltada pelo Dr. Eduardo Olympio Machado na Assembleia

---

<sup>37</sup> Categorias definidas de maneira naturalizada e auto-evidente pelos estudiosos das décadas de 1930, 1940 e 1950. São categorias estigmatizantes, que desqualificam aqueles diretamente envolvidos nas práticas artesanais e de base familiar do extrativismo vegetal e se colocam em oposição às formações discursivas dos anos 1990, diz Carvalho Martins (2008)..

Provincial do Maranhão, mas há citações datadas do ano 1820, na publicação *Poranduba Maranhense* de Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, mas sua importância econômica só passou a ser estudada a partir de 1914 (WILHELMS, [1964?], *apud* SWERTS, 2009, p.51).

Uma referência a esse período é dada por Jair do Amaral Filho em a “Economia Política do Babaçu” (1980). Nessa obra, divide a atividade extrativa do babaçu em fases. A primeira, do período colonial até 1914, é denominada de “fase do predomínio do auto-consumo do babaçu”, pois na observação do autor, o SEU principal valor não era dado pelo mercado e sim pelo uso.

Em 1867, foi registrada uma primeira experiência de exportação do babaçu *in natura* para a Inglaterra, mas pelo fato de não haver tecnologia para quebrá-lo a operação resultou em fracasso total. Quarenta e quatro anos depois, ou seja, em 1911, foram enviadas amêndoas de babaçu para a Alemanha que aplicou o produto com sucesso na fabricação de óleo<sup>38</sup>, iniciando nas regiões de coleta no Brasil um fluxo de produção de amêndoas.

Com o advento da Primeira Guerra (1914–1918) e a conseqüente desorganização dos mercados internos dos países envolvidos no conflito, o país passa a atender o interesse da indústria oleaginosa internacional e nacional por meio da exportação do babaçu. Essa fase é definida como a do “capital comercial”. É nesse período que o coco babaçu começa a ser utilizado para fins industriais, atingindo o aumento de sua utilização no pós-Segunda Guerra Mundial com a instalação da indústria de beneficiamento no Maranhão (ANTUNES, 2006).

Emerge nesse período uma rede de atores para atender às necessidades dessas indústrias: casas de exportação, intermediários, proprietários de terras nas quais incidiam áreas de babaçuais passam a valorizar economicamente a cobertura vegetal, as famílias agroextrativistas, moradoras dessas propriedades e posseiros de terras devolutas. Este último grupo intensifica suas atividades extrativas para atender essas demandas. Uma das conseqüências imediatas para estas famílias foi a cobrança por parte dos grandes proprietários de foro, arrendamento e a repartição do dia de trabalho da quebradeira no que se denomina de “quebra de meia”.

Essa dinâmica demandada, somada às medidas estatais, em especial por meio da elaboração de leis que concediam extensas áreas de terras a empresas internacionais,

---

<sup>38</sup> A amêndoa do babaçu produz dois tipos de óleos: um para fins comestíveis (o azeite) e outro para fins industriais (óleo láurico). Além do óleo também produz o leite que é utilizado na culinária local.

contribuiu para a estruturação de indústrias americanas, francesas, norueguesas e belgas que passam a utilizar os produtos do babaçu, a exemplo da *Oversea Company of Brazil Limited*, da Noruega, em 1919, e a *Tury-Assense Ltda.*, da Bélgica, ambas instaladas no município de Turiaçu, no estado do Maranhão. É nesse contexto que se inicia a fase “industrial” ou “extrato-indústria” (AMARAL FILHO, 1980). Nela é montado um aparato normativo e organismos federais e estaduais (Maranhão) que disciplinavam a chamada “economia do babaçu”, como o Conselho Nacional de Economia (CNE), o Grupo de Estudos do Babaçu e a Fundação do Instituto Estadual do Babaçu (INEB), que representou a ampliação dos investimentos no setor (ALMEIDA, 1995).

Ainda desse ponto de vista, destaca-se a tentativa do governo de dinamizar a economia do babaçu no Maranhão<sup>39</sup>. Para isto, foram editadas algumas medidas estatais para organizar a produção e melhorar as condições materiais de existência dos trabalhadores agroextrativistas, das quais se destaca uma política de incentivo à colonização<sup>40</sup>, o que, aos olhos do governo, implicaria na fixação dos trabalhadores e ampliaria a produção. Essa era uma medida na visão de Almeida (1995), baseada na noção equivocada de que os trabalhadores eram errantes que viviam em constante nomadismo.

Para esse autor, o tratamento dado ao babaçu, nesse contexto, foi marcado por visões preconceituosas sobre os extrativistas:

O impressionismo dos “técnicos”, eivado de pré-noções e num tratamento científico adequado, marca o pensamento de senso comum dos que estudam a chamada “economia do babaçu” e vai se reproduzindo nas décadas posteriores, como se os trabalhadores vivessem num estado primitivo entregues à vida nômade (ALMEIDA, 1995, p.22).

Também é nesse contexto que a prática extrativa tradicional de base familiar começa a ser questionada e apontada como uma prática primitiva e/ou rudimentar. Assim sendo, havia a necessidade de dotá-la de uma base tecnológica, capaz de atender as demandas desses setores. A falta de uma máquina para quebrar o coco babaçu era recorrentemente apresentada como um problema para a industrialização e exportação do produto. Foram feitas, então, diversas tentativas por estas mesmas empresas concessionárias de terras de construção de máquinas de

<sup>39</sup> Também nesse período foram publicadas obras, textos e anúncios abordando a economia do babaçu e sua importância para a região. Ver: BABAÇU, uma riqueza maranhense. Bibliografia. *Revista de Geografia e História*. São Luís: Diretório Regional de Geografia; Conselho Nacional de Geografia; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1961.

<sup>40</sup> Em 1954, o Ministério da Agricultura implantou no Maranhão o Núcleo Colonial do Alto-Mearim, em área de 50 mil hectares de babaçuais nativos doada pelo estado. O objetivo era desenvolver uma experiência racional para o aproveitamento do babaçu e ali foram investidos importantes recursos na construção de armazéns, administração, estação de força, tendo sido, no entanto, paralisado o projeto.

quebra de coco e de instalação de um parque fabril que beneficiasse o babaçu no próprio local de extração.

A invenção de uma máquina capaz de substituir a atividade de quebra manual se tornou por muito tempo uma das prioridades das empresas e indústrias de babaçu. Até a década de 1960, houve tentativas de aproveitamento integral ou semi-integral do coco babaçu pela indústria. Nas décadas seguintes, os investimentos em implantação de máquinas foram feitos por diferentes organizações (cooperativas e associações), em geral, viabilizadas por projetos governamentais.

Sob essa questão, a máquina de quebrar coco aparece para as mulheres quebradeiras de coco vinculadas a formas organizativas – associações, cooperativas, sindicatos, etc., - como um instrumento de dominação e expropriação, o que pode ser observado nas falas abaixo transcritas:

A vida das quebradeira se acaba se houver máquinas para quebrar coco porque as quebradeiras não têm recurso para adquirir essas máquinas aí as quebradeiras vai ficar sujeita aos donos da máquina, aí a gente vira catadora... Ave Maria, Deus me Livre! (D. Alice, PA Sete Barracas).

Eu já ouvi falar da máquina de quebrar coco, lá em São Luis, mas eu acho que o jeito de quebrar coco tem que continuar do mermo jeito, do jeito que fomo acostumada [...] a quebradeira deve sentar no chão para apoiar melhor a perna no machado [...] eu aprendi assim desde piquena, eu gosto é desse jeito. (D. Maria Santana, Comunidade 20 mil – Resex Extremo Norte).

Para as mulheres extrativistas que não estão inseridas em alguma organização formal, a quebra de coco manual lhes faculta o aprendizado de um ofício que não está dissociado de um cálculo econômico familiar. Elas possuem uma representação dessa atividade como possuindo relevância no repasse de um saber que garante a reprodução da vida social. (CARVALHO MARTINS)

No passado, ou seja, antes do babaçu se tornar relevante para a economia local, já fazia parte da vida de indígenas e camponeses da região. Autores que realizaram estudos no Maranhão e Tocantins Abreu, (1931); Nimuendajú, (1983); Lopes, (1970), já atestavam que o extrativismo do babaçu, conciliado com as atividades agrícolas, contribuía, significativamente, para a reprodução social e econômica desses grupos.

Para além da questão relacionada à reprodução social das famílias agroextrativistas, a atividade extrativa continua tendo importância em termos econômicos, para o Brasil. Teixeira (1998), afirma que somente do fruto, do qual se extrai o óleo bruto e o azeite e outros subprodutos, este é responsável por quase 30% da produção brasileira de extrativos vegetais,

empregando mais de dois milhões de pessoas. Ainda, segundo o IBGE, em 2007, o babaçu era o primeiro recurso extrativista do Brasil, ocupando o primeiro lugar na lista das espécies extrativistas não madeireiras com 19,3% da produção extrativista não lenhosa. Em 2008 ficou no segundo lugar perdendo apenas para o açaí, com um valor da produção de 115,6 milhões de reais maior que em 2007.

No Tocantins, há registro do comércio da amêndoa do babaçu realizado na cidade Nova Aurora do Coco<sup>41</sup> desde a década de 1940. Lá foi instalada uma empresa comercial denominada Amorim & Rego Ltda que funcionou entre as décadas de 1940 e 1966. Funcionava como intermediária na compra e venda da produção extrativa do babaçu. À semelhança do que ocorria no Maranhão, essa empresa dependia da atividade extrativa das mulheres que lhes repassava sua produção e em troca compravam produtos de consumo doméstico que não eram produzidos localmente como o sal, açúcar e querosene.

Do ponto de vista social, o extrativismo do babaçu se desenvolve como atividade econômica envolvendo direta e indiretamente um milhão de pessoas (PORTO, 2004) e com ações de mobilização política realizada pelas *quebradeiras de coco babaçu*. A atividade extrativa é praticada principalmente por mulheres na maioria das suas etapas (extração da amêndoa, fabricação do azeite e do mesocarpo, sabonete, sabão, etc.). Os homens participam da coleta e transporte do coco para o quintal da casa, da coleta dos talos e palhas para fabricação de cercas, coberturas de casas, etc.

No que tange à estrutura fundiária, segundo Figueiredo (2005), a grande maioria das mulheres encontra-se sem acesso à terra. Existe uma parcela de mulheres extrativistas em assentamentos rurais, outras em situação de posse, outras na condição de pequenas proprietárias e uma parcela menor em áreas de reservas extrativistas.

Essa questão refletida por meio dos inúmeros e violentos conflitos agrários foi responsável pelo processo de mobilização política das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, tendo no trabalho extrativo do babaçu o seu principal meio de vida, resultando na construção da categoria sócio-política *quebradeira de coco babaçu*. (ALMEIDA, 1995).

---

<sup>41</sup> Atual cidade de Babaçulândia-TO.

#### 4.1.1 Antecedentes: capim, gado e coco preso.

Ainda, como parte da história do babaçu permeada por conflitos, lutas, sonhos, utopias, tem-se, no Bico do Papagaio a história do capim, gado e *coco preso*. Essa história que não diz respeito apenas a este espaço está diretamente ligada à política de integração nacional, particularmente, da Amazônia.

Os conflitos se desencadearam como já dito entre os anos 1970 e 1980. Neste período, iniciou-se o processo de cercamento por parte de fazendeiros/grileiros que se apropriaram das terras cercando-as em grandes áreas (fazendas), sobretudo para a realização de projetos agropecuários. É nesse contexto que se inicia o tempo do *coco preso* tornando-se uma categoria fundamental para as famílias extrativistas.

À semelhança do que ocorria nesse período no Maranhão em que as áreas agricultáveis passaram a ser substituídas por capim, conforme a fala de um posseiro da região do Médio Mearim, em 2001, que dizia: “o gado substituiu o home e o capim o arroz”. Nesse sentido, o processo de cercamento se constitui em mais ruptura de espaços para o trabalhador, indicou a concretização da grilagem e da violência (LUNA, 1985).

Na fase anterior à privatização daquelas áreas, no período em que as terras eram públicas e ainda não tinham sido transformadas em mercadorias, ou *avolutas*, segundo os termos dos informantes, cada morador(a) daquelas áreas podia trabalhar livremente, seja nas atividades agrícolas, seja nas atividades de coleta e quebra do coco, bem como em outras atividades, como a caça e a pesca.

Havia uma lógica na forma de apropriação desses espaços, que foi profundamente alterada nessa fase. Segundo depoimento de uma quebradeira de coco de Praia Norte, antes do cercamento das áreas pelos pecuaristas os pequenos animais (porcos e galinhas) eram criados soltos e as roças eram cercadas. No momento de se escolher as áreas das roças, estrategicamente eram escolhidas locais onde existiam madeiras para cercar as roças.

Com o processo de privatização/grilagem, essa lógica mudou. Diante da necessidade de grandes áreas para pastagens e criação do gado, essas áreas foram cercadas e, conseqüentemente, houve a proibição da coleta e da quebra do coco. Foi aí que começou a luta pela terra:

[...] A briga pela questão da terra começou aí, pelas cercas, porque eles cercavam no lugar da gente botar a roça e quebrar o coco [...] o coco também ficou preso e começou a devastação do babaçual, aí começou a luta pra libertar o coco. O mesmo problema tava acontecendo no Maranhão [...] o

que eles queriam era cercar pra eles pra eles botar o pasto” (D. Raimunda dos Cocos, PA Sete Barracas)

Inegavelmente, uma dimensão que está em jogo nessa concepção de *coco preso* em oposição ao *coco livre* é a que define o *coco* como meio de vida. Com o pressuposto de que garantir a reprodução social dessas famílias é o objetivo maior e que esta dependerá “de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e os espaços em que estão inseridas” (SCHNEIDER, 2003, p. 95), uma consequência imediata diante dessa situação aos que se vêm pressionados e/ou atacados em seus meios de sobrevivência é a luta pela *libertação* desse coco.

O coco na concepção dessas mulheres, além de um “recurso natural” que deve estar disponível ao usufruto comum, também faz parte de uma cosmovisão, sistema onde se incluem afinidades sentimentais e até mesmo de projeto para o ser humano em geral em suas relações com a natureza. Os grupos agroextrativistas estabelecem distinções que envolvem tanto as questões do conhecimento técnico relativas à produção propriamente dita – a melhor palmeira, os melhores cachos – e questões ligadas ao imaginário do grupo, como é o caso das representações em torno das palmeiras como seres que vivem, morrem, choram, sofrem. (ROCHA, 2004).

O tempo do *coco preso* está diretamente relacionado às atividades pecuárias. Estas têm sido apontadas como responsável por cerca de 80% de toda área desmatada da Amazônia legal, sendo que nessas áreas, em específico nas áreas de ocorrência do babaçu no Tocantins<sup>42</sup>, está ocorrendo a expansão da denominada *pecuarização dos babaçuais*.

É nesse contexto que se inicia o processo de luta em que foram mobilizados outros atores: sindicatos rurais, igreja, ONGs, pesquisadores, estudantes. No decorrer do processo foram sendo estabelecidas parcerias e alianças dando início a um amplo processo de mobilização em torno da luta por reforma agrária, livre acesso e preservação dos babaçuais, e equidade nas relações de gênero. Em torno do babaçu se formou uma das principais arenas onde se disputam diversos interesses.

Pode se ver nesse processo um emaranhado de situações de conflitos sociais e ambientais envolvendo não apenas os atores acima citados, mas também outros (humanos e não humanos) que no decorrer do processo foram sendo agenciados pelos agroextrativistas.

---

<sup>42</sup> Wagner *et al.* (2005), assinalam que o plantio de pastagens no Tocantins, que corresponde a cerca de 26,9%, tem sido ampliado significativamente acima do paralelo 7°, notadamente nos municípios de Augustinópolis, Esperantina, São Sebastião, Maurilândia e Ananás.

Daí emergem diferentes arenas de disputas de interesses, em torno de temas relacionados ao extrativismo, da sustentabilidade, das políticas públicas, entre outros correlatos, o que resulta em conflitos na tentativa de estabelecimento de alianças e associações entre atores.

#### **4.1.2 Agroextrativistas, sindicatos e igreja: as parcerias e a emergência da Rede Sociotécnica**

Quem é esse menino negro / Que desafia limites? / Apenas um homem. / Sandálias surradas. / Paciência e indignação. / Riso alvo. / Mel noturno. / Sonho irrecusável. / Lutou contra cercas. / Todas as cercas. / As cercas do medo. / As cercas do ódio. / As cercas da terra. / As cercas da fome. / As cercas do corpo. / As cercas do latifúndio (versos de Pedro Terra em homenagem ao Padre Josimo).

As lutas sociais movidas pela necessidade de garantir acesso à terra e ao babaçu no Bico do Papagaio, nas décadas de 1980 e 1990, segundo relato dos/as informantes, tiveram início com a mobilização que envolvia homens e mulheres, incentivados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, para se organizarem em torno da luta pela terra e pelo acesso às palmeiras do coco Babaçu.

A CPT direcionava suas atividades para a sindicalização dos trabalhadores, acompanhamento dos posseiros e vítimas de grilagem, luta pela terra e criação de assentamentos, denúncia de violência contra os trabalhadores rurais, assessoria sócio-política, sindical e espiritual. Nessas lutas em que há uma convergência de interesses inter-relacionados, em uma mistura do laico e do religioso, tem-se o início de uma série de vínculos e fluxos de conhecimento e práticas que culminaram na formação e/ou fortalecimento de diversas organizações locais, como sindicatos, associação de mulheres, clube de mães, grupo de jovens, entre outros.

A morte do Pe. Josimo foi um marco para as *mulheres do Bico*<sup>43</sup> e suas famílias. É recorrente nas falas a importância desse clérigo para suas organizações e suas vidas pessoais.

D. Nonata, atual presidente da Associação de Mulheres do Bico do Papagaio, diz:

Nossa vida começou mesmo a mudar foi depois da morte do Pe. Josimo. A gente já se reunia no Sindicato mas não existia núcleo de mulheres, não se falava de gênero, de meio ambiente, questão da mulher, de preservação. Mas depois da morte dele a gente começou a viajar, eu, D. Raimunda e outras, a participar de curso de formação, de um seminário sobre mulher como um

<sup>43</sup> Esse é um termo de auto-identificação. É comum ouvir a seguinte frase: “ nós, as mulheres do Bico” em reuniões, encontros, seminários.

que eu participei em Goiânia. Muita coisa mudou depois desse seminário [...]. (Raimunda Nonata)

Nesse mesmo período se institucionaliza a dinâmica das estratégias de luta pela terra e são criados os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais, no ano de 1984, nas cidades de Itaguatins e São Sebastião do Tocantins, que articulam os municípios de Buriti do Tocantins, São Sebastião e Esperantina<sup>44</sup>.

A partir dessa dinâmica se inicia um amplo processo de mobilização em defesa da terra e do babaçu. Emerge daí, muitas organizações locais que se articulam em redes mais curtas, ou localizadas, mas também articuladas, em redes mais abrangentes, como as redes de apoio às organizações locais, a exemplo da Associação Alternativas para a Pequena Agricultura do Estado do Tocantins - APA-TO, para responder às demandas de assessoria nas áreas da produção e comercialização, aos recém assentados e pequenos proprietários titulados; e a Cooperativa de Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - COOPTER, para colaborar na construção de uma nova ATER no estado.

É interessante notar que essa dinâmica das mobilizações está diretamente relacionada com a sobrevivência dessas famílias e são articuladas em torno do extrativismo e da agricultura, tendo o coco babaçu como elemento central. Isto porque, em geral, essas famílias se encontram sob a injunção socioeconômica de trabalhar com recursos que garantam a sua reprodução social e econômica e sustentação, tendo como ponto de partida os elementos naturais que encontram em seus estabelecimentos.

É justamente na relação que as famílias agroextrativistas do Bico do Papagaio mantêm com o babaçu que se manifestam as práticas e os saberes a ele relacionados. Essas práticas, sistematizadas abaixo a partir de dados de campo, observadas no cotidiano de trabalho de algumas destas famílias, evidenciam um saber-fazer que, diante do contexto de conflitos e conseqüentemente da ameaça de sua sobrevivência social e econômica, bem como dos elementos naturais dos quais sobrevivem, se organizam em mobilizações pela conquista da terra, pela libertação do *coco preso* e pela autonomia do processo produtivo.

Antes de uma análise mais concreta acerca da configuração da rede sociotécnica e das relações entre humanos e não humanos considera-se importante evidenciar, ainda que sucintamente, algumas interpretações que vêm polarizando as discussões em torno da categoria extrativismo.

---

<sup>44</sup> Atualmente, existem sindicatos nos 12 municípios que compõem o extremo norte da região, com uma média de 500 associados.

### 4.1.3 Extrativismo: uma categoria em definição

No processo de ocupação da Amazônia o extrativismo vegetal sempre esteve presente como uma das principais atividades econômicas. No passado, as drogas do sertão, a seringueira, a castanha, a juta, a malva; no presente, a extração de madeira, da palmeira do açáí e do babaçu.

Sendo a Amazônia considerada como “pulmão-do-mundo, hiléia, paraíso verde, eldorado, coração verde da Terra”, tornou-se alvo de debates, disputas e polêmicas travadas entre cientistas, ambientalistas, movimentos sociais e organismos internacionais, desde que se iniciaram os debates em torno do que se denominou chamar “desenvolvimento sustentável”. Nessas discussões a “sustentabilidade” se tornou amplamente utilizada em várias áreas do conhecimento. alcançá-la parece ser a nova prioridade de qualquer ação, tendo impulsionado a emergência de novos campos de saber onde se articulam certas disciplinas teórico-práticas, bem como a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento (LEFF, 2001).

É nesse contexto que o extrativismo entra no campo de debate. De um lado, autores que constataam a importância dessa atividade em conjunto com outras formas de produção para as comunidades locais nos âmbitos social, econômico e ambiental; de outro, os que salientam as limitações do extrativismo como atividade econômica sustentável. Alguns autores chamam a atenção para a atividade extrativa como sendo, provavelmente, a mais antiga das atividades humanas:

No início dos tempos, certamente, os povos se mantiveram graças à prática da atividade de recolher os alimentos necessários à subsistência dentre os espontaneamente gerados às proximidades de seu habitat. Intuitivamente capazes de distinguir os locais e épocas mais adequadas à recolhida, à coleta ou à captura, tais povos conseguiram acompanhar o ritmo da natureza, buscando no lugar certo os alimentos, quer os do mundo vegetal – frutos silvestres, raízes etc. – quer os do mundo animal – peixes, crustáceos, animais selvagens de pequeno e médio porte etc. (HIRONAKA, 2000, p.1)

O extrativismo vegetal é definido por Lescure (2003, p.77) como “ [...] os sistemas de exploração dos produtos da floresta destinados à venda nos mercados regionais, nacionais e internacionais, tal como tem sido praticada por mais de um século, caracteriza-se pelo nível reduzido de investimento e pela utilização de tecnologia rudimentar”. No contexto da Amazônia ele pode ser redefinido como uma atividade social e econômica relevante para a conservação dessa floresta, “sempre e quando tenha uma base social uma categoria de

extrativistas não subordinados ao sistema tradicional de latifúndio, que predominou no passado e que ainda predomina, no presente, em diversas regiões”. (LASCURE *et. al.*, *apud* ENRÍQUEZ, 2008, p.108)

Definido ainda como um sistema de exploração dos produtos da floresta, que se situa na fronteira entre a ecologia e a economia, cuja viabilidade ecológica tem sido demonstrada ao longo do tempo e tem assegurado a continuidade dos ecossistemas florestais (conforme LESCURE, PINTON E EMPERAIRE 1996, *apud* ALLEGRETTI, 2002. p. 48). Estes autores estabelecem a distinção entre coleta e extrativismo como atividades originárias de "dois tipos distintos de lógica econômica, uma delas regulada pelo mercado externo e a outra pelas necessidades fundamentais da unidade doméstica"

Na discussão da contribuição do extrativismo para a sustentabilidade da Amazônia, autores como Fearnside (1989), Allegretti (1994), Drummond (1996), Shiraishi Neto (1999), entre outros, apontam para o extrativismo como alternativa para as dimensões econômicas e ecológicas para a região. Do outro lado, autores como Amaral (1990), Anderson (1889), Cunha (1979), May (1990), Homma (1990; 1993; 2008), Fadell (1997), Mendes (2007), questionam a viabilidade do extrativismo e preconizam sua extinção.

Do quadro de autores que interpretam a atividade extrativa como estando em vias de extinção, Alfredo Homma é um dos mais contundentes. Ele aponta a inevitável extinção da atividade extrativa provocada por causas endógenas e exógenas. Como causas endógenas, estão aquelas inerentes à extração do “recurso” em si, dado o desequilíbrio da taxa de regeneração, o processo de domesticação, e o desenvolvimento de substitutos industriais dada a incapacidade do setor extrativo em atender à demanda crescente. Quanto às variáveis exógenas, o autor aponta como sendo a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional que, por requererem maior demanda de terras, destroem a base extrativa, independente de sua rentabilidade.

No caso das palmeiras de babaçu e de outras como a carnaúba e o tucum ou do plantio de jacarandá-da-bahia, ainda segundo Homma (2008, p. 56), “estes são produtos sem possibilidade (necessidade) de domesticação, em virtude do longo período de tempo e do elevado custo necessário à sua reprodução, que terminarão sendo substituídos por alternativas ou abandonados”. Ainda como reforço dos seus argumentos, destaca a descoberta de substitutos sintéticos, a expansão da fronteira agrícola, o crescimento da população e da demanda (variáveis diretamente relacionadas ao extrativismo) direcionando, portanto, para o

seu desaparecimento no médio e longo prazo. Segundo Enriquez (2008), visto desde o ponto de vista da economia convencional e do mercado, Homma está totalmente certo.

O primeiro grupo de autores que diverge dessa posição sugere que as atividades extrativas não podem ser analisadas exclusivamente em termos econômicos, já que elas também desempenham uma função social e ambiental, sendo que as populações locais que sobrevivem da atividade extrativa são consideradas como produtoras de saberes e de práticas de manejo dos elementos naturais essenciais à preservação da biodiversidade (CASTRO, 1997). Estes autores, dentre tantos outros, vêm evidenciando a luta das populações locais para manter a sustentabilidade de seu ambiente e das condições socioeconômicas das políticas impostas pelo Estado e das frentes de expansão industrial.

Os argumentos favoráveis ao extrativismo centram-se nas contribuições socioeconômicas desta atividade para as comunidades locais em bases que têm sido consideradas ambientalmente sustentáveis.

Fearnside (1989) sugere que as atividades extrativas relacionadas à remoção de produtos florestais não madeireiráveis têm perspectivas excelentes de uso sustentável. Esse autor, juntamente com Peters et al (1989), quantificaram o valor das espécies florestais por hectare, procurando provar a tese de que a floresta vale mais em pé do que derrubada. (*apud* ALLEGRETTI, 2002).

Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como Coelho Sousa (2003), Kubi (2005), Gerhardt e Miguel (2007), dentre outros, que ao longo dos últimos anos vêm desenvolvendo pesquisas sobre o extrativismo de samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis* (G. Forst.) Ching), na encosta da Mata Atlântica, no litoral norte do Estado de Rio Grande do Sul, apontam como resultados de suas pesquisas para a importância desse recurso extrativista, tanto nos aspectos econômicos como sociais e ambientais. Do ponto de vista social, representa uma fonte de renda para as famílias de agricultores, que encontra na sua extração uma atividade de grande importância dentro da economia familiar. Estima-se que cerca de três mil agricultores familiares da região têm na extração da samambaia-preta a sua principal fonte de renda (GERHARDT *et al.*, 2000).

Drummond (1996) conceitua o extrativismo - ou uma economia extrativa - como sendo uma maneira de produzir bens na qual os elementos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria:

A caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais são os três exemplos clássicos de atividades extrativas. A combinação dessas três atividades sustentou, com exclusividade, um número insabido de sociedades humanas, talvez por dezenas de milhares de anos, por vezes associadas com diversas formas de agricultura e/ou pecuária itinerantes. Elas só deixaram de ser decisivas - embora sem desaparecer - com o aparecimento da agricultura temperada permanente que a literatura arqueológica e antropológica associa à revolução neolítica ocorrida há apenas alguns milhares de anos.

Esse mesmo autor lembra que em algumas sociedades contemporâneas, como a brasileira, ainda há grupos sociais demográfica e culturalmente expressivos que praticam essas atividades extrativas como parte de suas estratégias cotidianas de sobrevivência, embora eles possam se dedicar também a atividades agrícolas, pastoris, comerciais, artesanais, de serviços ou industriais.

Allegretti (1994) e Allegretti e Sawyer (2003), argumentam que o conceito de extrativismo e a ferramenta das reservas extrativistas contribuem para conciliar os interesses da conservação às necessidades do desenvolvimento socioeconômico. Argumentam ainda que o extrativismo não exclui a incorporação de tecnologias nem a transformação e agregação de valor aos produtos; ao contrário, incorporam o extrativismo complementar ou agroextrativismo.

O agroextrativismo diz respeito a uma forma de produção familiar baseada em complementaridades de múltiplas atividades que apontam para organização social familiar: roça, extrativismo, caça, pesca, criação de pequenos animais, festas, religião, economia. Segundo Castro (1997), nas sociedades ditas “tradicionalis” o trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque não ser uma atividade puramente econômica. Ainda, segundo essa autora, esse conjunto de atividades apresenta-se complexo e organizado em múltiplas formas de relacionamento com os recursos que asseguram a reprodução do grupo.

Nogueira e Fleischer (s/d, p. 129) afirmam que o extrativismo de base familiar “guarda características especiais, que dizem respeito à sua pequena escala e à integração que mantém com atividades de produção agrícola e com a criação de gado e pequenos animais, dedicadas à subsistência e à venda de seus poucos excedentes”. O termo agroextrativismo visa, portanto, expressar as especificidades desse sistema de produção, que conjuga a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais, típicos da agricultura familiar. Para as autoras, agroextrativismo poderia, assim, ser definido como uma modalidade de agricultura familiar. “No extremo, todas as unidades de agricultura

familiar contam com uma parcela maior ou menor de extrativismo na composição da produção”.

É conveniente dizer que o agroextrativismo deriva do movimento social amazônico no processo da luta pela defesa das populações extrativistas e de seu acesso aos recursos da floresta, especialmente os seringueiros, a partir da década de 1970, diante da ameaça do avanço da fronteira agropecuária sobre a região.

No que se refere ao agroextrativismo do babaçu, trata-se de uma produção familiar fundamentada em uma racionalidade social própria, centrada e combinada com estratégias familiares que integram, no tempo e no espaço, práticas agrícolas, pecuária em pequena escala, criação de pequenos animais (aves, caprinos e suínos), culminando em modos de vida específicos e organização dos agroextrativistas.

Trata-se de modos de vida, aqui tomados a partir da referência de Ellis (2000), que os define a partir das estratégias adotadas pelos agricultores para garantir sua reprodução social. A adoção dessas estratégias não depende apenas do que as pessoas fazem para sobreviver, mas fundamentalmente nos recursos que elas têm disponíveis com capacidade de construir uma vida satisfatória, os fatores de risco que elas devem considerar no manejo destes recursos e o contexto político e institucional que ajuda ou dificulta sua busca de uma vida viável ou de melhor qualidade.

Nesse sentido, o modo de produção que orienta as estratégias de reprodução social das famílias agroextrativistas no Bico do Papagaio não é regido unicamente pelos aspectos técnico-econômicos, ao contrário, há outros fatores, de outros campos (ambiental, sociocultural, político e religioso), que são igualmente importantes na sua determinação.

Considerada essa questão, desde o contexto de vulnerabilidade social pela qual as famílias do Bico do Papagaio vêm passando a partir da década de 1980, tornou-se necessário que essas famílias lançassem mão de um conjunto de estratégias a fim de melhorar suas condições de vida e de trabalho, como por exemplo, a diversificação das atividades produtivas no trabalho com o babaçu e a mobilização social em torno da *lei do babaçu livre*.

#### 4.2. A CONFIGURAÇÃO DA REDE SOCIOTÉCNICA E AS RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS

O *babaçu livre* é uma categoria política que emergiu no contexto das ações reivindicatórias das quebradeiras de coco, que diz respeito não apenas ao direito de acesso livre às áreas de ocorrência do babaçu - públicas ou privadas - e a proibição do uso predatório e da derrubada e queimada de palmeiras, proibição do uso de agrotóxicos, mas também a marca de produtos do babaçu que são comercializados, como é o caso dos sabonetes de óleo de babaçu produzidos pelas mulheres da AMTR em Lago do Junco – MA e comercializados pela Associação de Áreas de Assentamentos do Maranhão - ASSEMA, que trazem no rótulo o título de babaçu livre. Segundo Almeida (1995, p.12),

A expressão “*babaçu-livre*” tornada bandeira de luta do movimento das quebradeiras, compreende a garantia do pleno acesso das trabalhadoras extrativas aos babaçuais, sem quaisquer interdições. Separa a propriedade do imóvel rural do uso da floresta de babaçu nele incidente.

Tem-se que considerar que o *babaçu livre* consiste no direito ao livre acesso e uso comum das palmeiras, e que se traduz na forma como as mulheres tradicionalmente se apropriam do “recurso” natural, tido como de uso livre e comum conforme Shiraishi Neto (2005, p.3). Representa, segundo esse autor, uma figura essencial,

Uma “nova concepção” de direito em oposição ao Direito Civil, que privilegia a propriedade privada, como também ao Direito Agrário que impôs o caráter social da terra e não o estendeu a cobertura vegetal, nesse sentido, são falhos para pensar as práticas sociais das quebradeiras de coco babaçu. (SHIRAISHI NETO, 2006, p.4)

Essa concepção de Direito Agrário restritiva à questão da cobertura vegetal, só recentemente tem sido consistentemente problematizada por autores como Shiraishi Neto, que defende a ideia de que nem o Direito Civil nem o Direito Agrário brasileiro e suas específicas legislações atendem às necessidades dos segmentos de trabalhadores extrativistas, para quem as árvores são recursos mais importantes e estratégicos à reprodução social desses grupos que o próprio solo. Destarte, o direito ao livre acesso e uso comum das palmeiras, torna-se uma questão importante, pois comporta uma “prática social” - que se relaciona a um modo de “criar, de fazer e de viver”-, relativa ao uso do recurso, que se realiza de forma comum a todas as famílias, ou seja, não há proprietário dessa ou daquela árvore; as palmeiras são utilizadas de forma comum. (SHIRAISHI NETO, 2006, p.4)

Sendo o *babaçu livre* a condição de acesso e uso comum das quebradeiras de coco babaçu, evidentemente o *coco preso* configurar-se como um problema social. Essa é uma concepção elaborada pelas quebradeiras de coco babaçu que rememoram o passado figurando-o como um período em que viviam sem os constrangimentos externos que se impuseram principalmente a partir dos governos militares.

Assim, ao definir essa questão como um problema, as quebradeiras de coco e suas famílias dão início a um processo de mobilização e conseqüentemente a visibilização do problema como se verá no subitem a seguir. Aqui, baseado no enfoque das redes sociotécnicas, pode-se inferir que se tem um fato social, pois conforme esse enfoque, o fato social só passa a existir a partir do momento em que os diferentes atores envolvidos lhes conferem significado e o internalizam em suas ações cotidianas.

#### **4.2.1 A questão do *coco preso* e a visibilização do problema**

O tempo do *coco preso ou privado* como é definido pelas famílias das quebradeiras de coco babaçu corresponde ao processo de proibição e/ou impedimento da coleta e quebra, estando diretamente relacionada às políticas de incentivos creditícios e fiscais ofertadas pelos governos federal e estaduais para as atividades agropecuárias que favoreceram tanto a concentração de terras como as ações de grilagem. Com isso, as terras começaram a ser cercadas pelas propriedades privadas e o babaçu a ser devastado<sup>45</sup>.

É nesse contexto que surge a expressão *coco preso*, isto é, apropriado pelos grandes proprietários, em oposição ao tempo do *coco livre*, relacionado à fase anterior à privatização daquelas áreas, ou seja, no período anterior aos cercamentos e ao momento de apropriações de terras por fazendeiros/grileiros em que as terras eram devolutas e cada morador daquelas áreas podia trabalhar livremente, seja nas atividades agrícolas, seja nas atividades de coleta e quebra do coco, bem como na caça e pesca.

---

<sup>45</sup> Em uma releitura da pesquisa realizada em 2001 com famílias agroextrativistas, na região do Mearim, no Maranhão, para elaboração de uma dissertação de mestrado intitulada “Babaçu Livre e Roças Orgânicas – a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos elementos naturais”, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maristela de Paula Andrade, pode-se reler alguns dentre os diversos depoimentos que tratam sobre a luta pela libertação do *coco preso* e pela posse da terra.

É nesse contexto que se tem início ao processo de luta pela libertação do coco e da terra, no Médio Mearim - MA, primeiro pelo coco, depois pela terra. Ao se perguntar sobre os conflitos agrários na região, D. Antônia, quebradeira de coco babaçu diz:

O começo do conflito foi a luta pelo coco, foi quando nós fomos proibida de quebrar o coco, aí como nos precisava do coco pra sobreviver, é o coco que nos sustenta, aí nos foi obrigado a reagir, a perder o medo do fazendeiro.

Como forma de reação, as mulheres se organizaram em grupos para, conforme dito acima, “enfrentar fazendeiros”, adentrando nas áreas proibidas para “quebrar o coco de qualquer jeito, com ou sem a permissão deles”.

No relato transcrito abaixo, feito por D. Alaídes, moradora da comunidade Ludovico, Lago do Junco – MA, quebradeira de coco, líder comunitária e participante proeminente nas lutas, essa reação teria desencadeado o início dos conflitos que se estenderam por toda região:

[...] a gente já não aguentava mais tanta humilhação, daí nós nos reunimos em grupo e fomos pras soltas<sup>46</sup> ajuntar e quebrar o coco, levando nossas crianças junto, nós ia cedinho, um monte de mulher e de crianças e quebrava o coco, nós cortava o arame e entrava, quando o jagunço chegava nós dizia que ia continuar pois precisava do coco pra sobreviver...eles ameaçava de tomar nosso coco, o patrão dava queixa nas delegacia, de que nós tava invadindo as propriedade e assim começou o conflito, era muita confusão, até trator eles botava pra derrubar as palmeira, lá na comunidade do S. Manuel aconteceu isso e as mulher se botava em frente do trator, pra não derrubar as palmeiras [...] A gente sabia que tinha que perder o medo do fazendeiro, pra poder ganhar essa luta.”

Além da proibição da quebra do coco, outro fator que contribuiu para esse processo de luta pela *libertação do coco* e da terra foi a diminuição das áreas destinadas às roças, visto que a prioridade dos fazendeiros era a criação do gado e o plantio do capim ocupando grandes extensões de terra, implicando em expropriação de terras de uso comum e na privatização do babaçu.

Esse período, aqui delimitado a partir dos anos 1980<sup>47</sup>, visto que neles se intensificaram os conflitos e a violência contra as famílias agroextrativistas nos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, diz respeito ao período em que houve o maior número de confrontos entre posseiros, jagunços e pistoleiros resultando em mortes, incêndios de

<sup>46</sup> Refere-se às áreas antes do cercamento “terras soltas”. Nesse caso, mesmo com a área cercada as mulheres continuam usando o termo “soltas”.

<sup>47</sup> Andrade (2007, p. 446), chama a atenção para o fato de que “o tempo do coco preso refere-se ao processo de fechamento dos babaçuais, que pode ser nos anos 70, 60 ou 50”. Isso depende de como as informantes [de sua pesquisa] foram experimentando esse processo e do qual se lembra e rememora “*como um processo vivido*”. (grifo nosso).

povoados, destruição de casas, roças e palmeiras, prisões, assassinatos, matanças de animais e, em particular, o impedimento da atividade da quebra do coco nas áreas das fazendas.

Nestes contextos, as informantes referem-se ao *tempo do coco preso* para significar o tempo da *sujeição* - categoria recorrente no discurso de agroextrativistas maranhenses e tocantinenses que remete ao período escravocrata, muito presente ainda hoje nas relações sociais e similares a outros contextos, de outras regiões, em que os camponeses aludem ao *tempo da sujeição*, ao *tempo do cativo*, para significar que estiveram sujeitos ao controle do proprietário das terras, pagando renda para cultivar. Desejavam a terra *liberta*. No caso das quebradeiras, procuravam *libertar* o coco, sublinha Andrade (2007, p. 447), visto que “era o recurso vegetal que estava *preso, cativo*, cercado pelo arame farpado, incendiado, derrubado, morto, extinto”.

Essa concepção do *coco preso* circunscreve-se à premissa da necessidade de libertá-lo visto que o *coco preso* fere a lógica agroextrativista. Para estes, os elementos naturais não podem ser privatizados já que não são mercadorias. Assim, para reverter esse quadro, estes atores estabeleceram um amplo processo de mobilização e alistamento de outros diferentes atores em torno dessa questão, articulando-os na defesa de seus interesses e direitos, mais especificamente na luta pelo livre acesso e preservação do coco babaçu, gerando interação e dependência de redes curtas e longas.

Por outro lado, essa luta se apresentaria de modo difuso, possuindo uma dimensão social, política e simbólica que afetaria de modo determinante as relações sociais produzidas nesses espaços. A questão que se coloca é: como se deu esse processo de mobilização e o interesse dos outros atores que se envolveram e/ou são atravessados por essa questão? É o que se procurará responder nos próximos subitens.

#### **4.2.2 Agenciando atores**

Na rede não há unidade, apenas agenciamentos; não há pontos fixos, apenas linhas. Assim, uma rede é uma totalidade aberta capaz de crescer em todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó (MORAES, 2001).

No nosso caso, o ponto de partida para o agenciamento dos atores são os conflitos em torno do acesso à terra e ao babaçu. À medida que os fazendeiros/pecuaristas aumentavam as restrições e impedimentos de acesso aos babaçuais, as mulheres juntamente com suas famílias

elaboravam um leque de estratégias de reação sendo uma das primeiras iniciativas os enfrentamentos coletivos para entrar em áreas proibidas a fim de retirarem o coco de dentro de suas propriedades. Em seguida, iniciaram mobilizações para enfrentarem *os jagunços* e impedir ou *empatar* as derrubadas de palmeiras de babaçu.

Ayres Júnior (2007) aponta como primeiro *locus* de organização das quebradeiras as formas internas de organização da atividade produtiva. Segundo o autor, as mulheres conviviam juntas boa parte do dia coletando e quebrando cocos no babaçal ou nos quintais das casas, oportunidade em que conversavam não só para se distraírem e as horas passarem mais rapidamente, mas também para desabafarem suas mazelas, humilhações, repressões, a condição da família e a sua própria, na condição de mulheres donas de casa e mães de família.

Figueiredo (2004) descreve a primeira forma de resistência pública das famílias agroextrativistas por meio de um *mutirão* acontecido na comunidade Centrinho do Acrízio, Lago do Junco – MA, no ano de 1984 com participação de mulheres, homens e crianças para impedirem uma grande devastação de babaçuais. No mesmo ano, na comunidade São Manuel, próximo ao Centrinho do Acrízio, houve nova mobilização desta vez com a participação de diversas famílias vindas de várias outras comunidades para realizar a quebra de uma grande quantidade de coco, que tinha sido recolhida a mando do proprietário para dificultar o acesso dessas famílias ao babaçu.

Concomitantemente em outras regiões do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, as famílias também se organizavam num movimento de mobilização e luta pela terra e pelo acesso livre ao babaçu. Vale lembrar que no Tocantins, e particularmente na região do Bico do Papagaio onde se concentra esta pesquisa, a luta pela *libertação do coco preso* foi precedido da luta pela *libertação da terra*, como se pode exemplificar pelos depoimentos abaixo:

Vi muita gente sofrendo, homens e mulheres com olhares de tristeza e medo, tudo por causa dos grileiros que apareciam do nada, se dizendo donos das terras, eles se passavam por donos das terra, mas as terra não tinha dono, foi os moradores que ocuparam a terra que não tinha dono, que era devoluta[...] foi preciso a gente lutar com muita garra contra a exploração e a opressão, lutar pela terra e pelo babaçu. (D. Raimunda Gomes, quebradeira de Coco do PA Pontal em Sete Barracas).

Quando eu cheguei aqui a terra não tinha dono, a gente botava roça onde queria, quebrava coco onde queria, não tinha proibição, só quando os grileiros chegaram é que a coisa ficou ruim, aí nem terra e nem babaçu, porque tudo ficou cercado, tivemos que lutar pra poder ficar na terra e lutar pelo babaçu”. (D. Emília, quebradeira de Coco do PA Pontal em Sete Barracas).

Quando eu mudei pro Tocantim em 1962 eu ocupei as terra devoluta e todo mundo era dono, o coco era nativo [...]. Anos depois apareceu os donos da terra, mas não eram donos, mas muita gente se amedrontou e foram embora, mas muita gente ficou e lutou pra poder ficar na terra e usar o babaçu [...]. (D. Rita, quebradeira de coco em São Miguel do Tocantins).

Os depoimentos acima explicitam, quanto a este contexto, a consciência de que essas famílias fazem parte de um processo histórico de lutas e confrontos pela posse da terra e pelo acesso ao babaçu. O processo que se estabelece a partir de então é caracterizado como eminentemente coletivo e dele emerge um conjunto de forças e interesses convergentes e divergentes em torno da questão. De um lado, os/as agroextrativistas com suas práticas e regras sociais coletivas, reivindicando a *libertação da terra e do coco preso*, apoiados por alguns segmentos da igreja católica como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs); Organizações Não Governamentais (ONGs); Universidades/Pesquisadores, de outro lado, fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias, além das legislações relacionadas ao direito civil e agrário.

Considerando que “a construção de uma reivindicação, não é um processo pacífico, uma vez que ela se constrói nos embates e, por isso mesmo, exige algo ou alguém com quem lutar e polemizar, podendo, a partir disso, obter repercussão com mais eficácia” (FERT NETO, 2001 *apud* ZITZKE, 2007, p.176), esse processo de mobilização contribuiu para fortalecer os argumentos em torno da questão do *babaçu livre* e com a materialização do processo mobilizatório expressa na formação de diversas organizações locais e na elaboração de leis específicas denominadas *leis do babaçu livre*, que permitem o livre acesso ao coco babaçu. Esta última situação, em específico, motivou e ainda motiva fortes embates nos meios acadêmico, político e jurídico.

As possibilidades concretas de se legitimar o acesso livre ao babaçu surgiram no ano de 1997, ano em que foi aprovada a primeira Lei do Babaçu Livre no município de Lago do Junco, no Maranhão, garantindo às quebradeiras de coco babaçu “o direito de livre acesso e de uso comunitário dos babaçuais (mesmo quando dentro de propriedades privadas), além de impor restrições significativas à derrubada da palmeira”. A partir daí vários outros municípios nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins aprovaram leis municipais e neste último estado também foi aprovada uma lei que proíbe as derrubadas, queimadas, envenenamento das pindovas e o uso predatório (Figura 26).

ESTADO	MUNICÍPIO	LEI	DISPOSITIVO LEGAL
MA	Lago do Junco	Lei municipal Nº 005/ 1997	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a tornar a Atividade Extrativista do Babaçu uma atividade livre no município e dá outras providências.
MA	Lago dos Rodrigues	Lei municipal Nº 32/ 1999	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Lago dos Rodrigues, Estado do Maranhão, e dá outras providências
MA	Esperantinópolis	Lei municipal Nº 255/ 1999	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Esperantinópolis, Estado do Maranhão, e dá outras providências.
MA	Pedreiras (MA)	Lei municipal Nº 1.137/2005	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Pedreiras, e dá outras providências.
MA	Lago do Junco (MA)	Lei municipal Nº 01/2002 <sup>48</sup>	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Lago do Junco, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.
MA	São Luís Gonzaga (MA)	Lei Nº 319/2001	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de São Luís Gonzaga, e dá outras providências
MA	Imperatriz (MA)	Lei Nº 1.084/2003	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Imperatriz, Estado do Maranhão, e dá outras providências.
MA	São José dos Basílios (MA)	Lei Nº 052/ 2005	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, e dá outras providências.
MA	Cidelândia	Lei Nº 001/ 2005	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Cidelândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências.
PA	São Domingos do Araguaia	Lei Nº 934/ 2004	Dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, e dá outras providências.
TO	Buriti do Tocantins	Lei Nº 058/2003	Dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu, no município de Buriti do Tocantins, Estado do Tocantins, e dá outras providências.
TO	Axixá do Tocantins	Lei Nº 306/2003	Dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu, no município de Axixá do Tocantins, e dá outras providências.

<sup>48</sup> Essa é uma segunda versão da lei aprovada no município para correção de algumas lacunas existentes na primeira versão como a referência à liberdade para a coleta livre do coco babaçu que diz respeito às quebradeiras de coco babaçu e suas famílias que desenvolvem um regime de economia familiar e comunitário.

TO	Praia Norte	Lei Nº 001/2003	Dispõe sobre a proibição de queimadas desenfreadas, a derrubada de palmeiras de babaçu.
TO	São Miguel do Tocantins	Lei Nº 05/2005	Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no município de São Miguel do Tocantins, e dá outras providências.
TO	ESTADO	Lei Estadual Nº 1.959/2008	Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências

**Figura 26** - Leis do babaçu livre nos estados do Maranhão (MA), Pará (PA) e Tocantins (TO)  
**FONTE:** Shiraishi Neto (2006) e a partir de levantamento de dados secundários.

Em que pese o argumento geral do *livre acesso* ao babaçu sob a alegação de que este é “um recurso de usufruto comunitário das populações em regime de economia familiar”, é necessário destacar que nos diferentes municípios em que foram aprovadas as *Leis do Babaçu Livre*, cada texto normativo é marcado por correlações específicas de força, disputas, negociações e alianças. (SHIRAISHI NETO 2005, p.07) diz:

Mesmo tendo sido aprovadas como Leis Municipais, é importante dizer que esse processo não tem sido tranquilo, *pois envolve interesses diversos que se encontram em disputa no espaço político das Câmaras Municipais* onde, geralmente, os vereadores e prefeitos são proprietários das terras. As quebradeiras de coco sabiamente têm “negociado” os projetos, ora fazendo concessões onde é possível fazê-lo, ora se mantendo firmes nos pontos em que seus propósitos não podem ser transacionados. Enquanto nalguns projetos de lei aprovados, a prática extrativa é totalmente livre, noutros a atividade fica condicionada a autorização do proprietário da terra. Isso demonstra as correlações de força política que se estabelece nesse espaço de luta.

Seguindo os textos das leis, percebe-se que os enunciados que compõem esses textos normativos elaborados a partir das argumentações das agroextrativistas, assessores, legisladores e pesquisadores revelam que parte dos interesses das famílias agroextrativistas são contemplados. Resultam numentrelaçamento de variáveis sociais, ambientais, econômicas e políticas e não dizem respeito apenas ao livre acesso para a coleta e quebra do babaçu<sup>49</sup>.

<sup>49</sup> A Lei do estado do Tocantins de Nº 1.959, de 14 de agosto de 2008, não dispõem sobre o acesso em áreas de domínio privado, trata apenas da proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu. Nesse domínio, a exploração é condicionada à celebração de termo de acordo entre as associações regularmente constituídas de quebradeiras de coco de babaçu ou de comunidades tradicionais e os respectivos proprietários. O acesso livre é permitido em terras públicas ou devolutas, desde que as explorem em regime de economia familiar e comunitário, conforme os costumes de cada região.

Também, dispõem sobre regras que proíbem o uso de agrotóxicos, queimadas, uso predatório, derrubada das palmeiras ou de cachos de palmeiras e queima do coco inteiro.

Por ocasião desta pesquisa, quando sistematizava os dados de campo, observou-se que uma categoria de autodefinição se sobressaía nas falas dos informantes as *populações tradicionais* (envolvendo extrativistas e o babaçu), reivindicada enquanto elemento de justificação para as ações e as demandas das famílias das quebradeiras de coco, em particular, pelo reconhecimento de seus direitos de exploração do babaçu em regime de economia familiar e comunitária. A noção de “população tradicional” não foi tomada como categoria de enquadramento no conjunto desta análise, mas pode-se tomá-la como uma das estratégias das quais esses grupos lançam mão para argumentar, qualificar seus atos, justificar suas posições acerca do babaçu, evocar seus direitos previstos nos dispositivos constitucionais<sup>50</sup> que os reconhecem como tal, sem perder de vista a rede de relações que articulam na defesa de seus interesses e direitos.

Ferreira *et.al* (2001), ao tratar dessa questão da tradicionalidade como critério para sustentar o direito social à permanência de grupos sociais em áreas protegidas, afirma que essa noção foi introduzida por técnicos e gestores das agências governamentais e de ONGs. Esse mesmo argumento vale para outros grupos sociais como as quebradeiras de coco babaçu, que se apropriam e incorporam aos seus discursos estas e outras categorias formuladas por agentes externos, redimensionando-as de acordo com as especificidades e realidades locais. A gramática da tradição, nesse caso, é compreendida como referência nas lutas e reivindicações de direitos sociais e justificativas de acesso às políticas públicas, como no caso da reserva extrativista do extremo norte do Tocantins.

Um antecedente às *leis do babaçu livre* que demarca o início do processo de interessamento das famílias agroextrativistas foi os Encontros Interestaduais das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, denominados de *Encontrão*, que a pesquisadora teve a oportunidade de participar e trabalhar em alguns deles<sup>51</sup>, precedidos por encontros regionais nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

De 1991 a 2009 foram realizados seis Encontros Interestaduais, reunindo mulheres extrativistas do babaçu desses quatro estados, além de assessores, pesquisadores, políticos e

---

<sup>50</sup> Em 1992, foi criado o Centro Nacional de Populações Tradicionais - CNPT, no âmbito do IBAMA por meio da Portaria/IBAMA, n.22- N, de 10 de fevereiro de 1992.

<sup>51</sup> Em especial do IV Encontro, realizado no ano de 2001 na cidade de Imperatriz – MA, participando diretamente desde o processo de planejamento até a conclusão e avaliação.

outros órgãos e fóruns convidados pela organização dos Encontros. Há também outras modalidades de encontros de caráter mais localizado, em forma de reuniões, assembleias, oficinas, seminários, entre outras diversas atividades de formação e capacitação.

Antes de discorrer sobre esses *Encontros*, considera-se importante apontar o significado do termo, de acordo com Wagner (2008, p. 23). Para este autor,

O “encontro”, no léxico dos movimentos sociais, *corresponde a um mecanismo de decisão, equivalente a uma assembleia, a uma reunião deliberativa ou a uma consulta realizada pela coordenação junto àqueles que são por ela representados*. Este termo ganhou força a partir de 1985, quando se manifestam os primeiros indícios de uma crise na mediação exercida pelo movimento sindical, cujas decisões principais eram tomadas em assembleias das quais participavam exclusivamente os sócios quites obrigatoriamente referidos a uma mesma base territorial. A participação nos denominados “encontros” mostra-se mais flexível, adotando critérios de participação coadunados com a situação de conflito diretamente referida. (grifo nosso)

O primeiro *Encontrão*, realizado em São Luis – MA no ano de 1991, com a participação de mais de 250 mulheres representando, segundo Almeida (1995, p.37), “uma diversidade de posições abrigadas sob a categoria de *quebradeiras*, tais como parteiras, artesãs, professoras, costureiras, doceiras e boleiras”, sinaliza para a legitimação do extrativismo do babaçu enquanto uma questão social. Este *Encontrão* pode ser definido como fundamental na estratégia de interessamento das agroextrativistas do babaçu por dois principais motivos: primeiro, porque nele ocorreu de forma sistemática a troca de informações sobre as lutas em cada estado, região e localidades e, segundo, porque se deu início ao processo de articulação interregional e interestadual das famílias agroextrativistas.

Nos *Encontros* seguintes, realizados nos anos de 1993, 1995, 2001, 2004 e 2009, foram sendo ampliados os debates em torno do extrativismo do babaçu e estabelecidas novas estratégias para romper a situação de dominação vivida pelas famílias agroextrativistas. Emergem daí com relativa força, novas estratégias e providências contra o desmatamento de florestas de babaçu materializadas na proposta do *babaçu livre*, bem como a busca por alternativas de desenvolvimento para a região ecológica do babaçu. Significa dizer que, nesses *Encontros*, houve articulações, troca de informações e conhecimento, pondo em relevo o estabelecimento de conexões ou “nós” se se usa a terminologia mais específica da ANT.

Mas vale a observação de Moraes (2005, p. 7) quanto a essa ideia de conexões, ao alertar para o fato de que

Não basta dizer: veja ali, bem ali, há conexões, há alianças! Então estamos falando de rede! De modo nenhum. Não basta apontar com o dedo indicador as alianças. O que está em questão não é a aplicação de um quadro de referência no qual podemos inserir os fatos e suas conexões. O que importa é seguir a produção de diferenças, os efeitos, os rastros deixados pelos atores.

Tomando como referência essa observação, no âmbito desta pesquisa tenta-se demonstrar que gradativamente estas conexões vão se fortalecendo por meio da formalização de organizações de mulheres dentro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de Associações Comunitárias, Núcleos e Comissões de Mulheres Quebradeiras de Coco. Além da relação com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, também se registram alianças com entidades ligadas à Igreja Católica e articulação com outras organizações, a exemplo do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia (MAMA); com redes socioambientais, a exemplo da Rede Cerrado; e a Rede de Assistência Técnica e Social para as Mulheres, esta no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O que está em questão são os efeitos que as conexões, que aqui se formam em uma temporalidade e espacialidade específica, produzem nas formas de reprodução social dos grupos agroextrativistas, no decorrer dos processos mobilizatórios, nas alianças, nos agenciamentos e nas maneiras de mediação, que envolvem uma diversidade de atores/actantes unidos em torno do agroextrativismo do babaçu.

De fato, nestes *Encontros*, o interessamento das quebradeiras de coco se expressa de forma mais evidente. Nestes, a manifestação ocorre em torno dos temas debatidos, tais como a preservação e geração de renda, conflitos agrários e violência, gênero, saúde e sexualidade, cadeia produtiva e mercado. Paralelamente às discussões e debates em torno desses temas também foram realizadas exposições com comercialização dos sub-produtos do babaçu, passeatas, participação em plenárias legislativas, avaliação, encaminhamentos e relatórios. Por sua vez, esses *Encontros* ativam novas interações e intercâmbios, nas e entre as diversas formas organizativas existentes nos níveis locais e regionais e a ampliação de articulações e parcerias com outras organizações nos níveis nacional e internacional.

Relevante considerar que este é um cenário de interconexões, de troca de experiências, de tráfegos de conhecimento, desdobrando-se noutros processos de interação e conexões com a possibilidade real de novas parcerias e novas alianças formadas a partir de agrupamentos de interesses comuns. Isto implica olhar esses processos como interconectados por redes curtas e

longas. Trata-se de vínculos que tanto tem uma dimensão local em nível de comunidades e/ou municípios, ou uma dimensão mais ampla em nível regional, estadual, nacional e internacional.

Neste contexto, as conexões, os vínculos e as interações estabelecidas entre redes locais, tais como os núcleos de quebradeiras de coco, clubes de mães, polos sindicais, que por sua vez mantêm vínculos com redes preexistentes (redes de parentesco, vizinhança, compadrio e afinidades religiosas), se estruturam ora por meio das alianças que se estabelecem entre si nas trocas de bens, serviços e favores, ora por meio dos conflitos que os unem no enfrentamento às questões de mobilização e organização política. Por sua vez, as questões relacionadas ao extrativismo do babaçu conectam as redes locais a redes mais amplas.

Relacionada a este processo destaca-se o entrelaçamento de redes e de atores interconectados e interessados em torno do babaçu, que tecem e trocam conhecimentos oriundos da suas realidades, balizando a emergência da rede sociotécnica do agroextrativismo do babaçu. Para compreendê-la, parte-se do pressuposto de que sua configuração depende de visões de mundo, saberes, práticas e valores sociais ligados a diversas lógicas definidas de acordo com a necessidade de mobilizar recursos para garantir a manutenção e reprodução social dos grupos domésticos. (SABOURIN, 1999).

#### **4.2.3 A rede e os atores: interesses e estratégias**

Na breve descrição acima, pôde-se demonstrar o processo de mobilização e agenciamento de atores para fazer frente a um objeto comum, o babaçu. É facilmente observável que a mobilização em torno do agroextrativismo do babaçu, em tal situação, coloca em cena importantes questões, que podem ser entendidas como subsídios aos processos de estabelecimento da rede sociotécnica do babaçu e das formas de reprodução social das famílias agroextrativistas.

Atentando para questões como conflitos, lutas, mobilizações, organizações, técnicas, políticas públicas, projetos, extrativismo, entre outras, tendo como suporte o princípio de simetria generalizada, que na visão dos seus autores, permitiria a mesma forma de tratamento à sociedade e à natureza, aos humanos e aos não humanos (CALLON, 1998 *apud* HERNÁNDEZ, 2003), adentra-se na dinâmica interna dessa rede, considerando que essas

questões detêm poder “mobilizador”, influenciando as ações dos atores locais. Um detalhe importante é que a mobilização dos humanos e não humanos para o interior da rede se dá de acordo com os objetivos definidos como prioritários para seu funcionamento.

No caso dos grupos agroextrativistas do Bico do Papagaio, à semelhança dos grupos de agricultores familiares da fronteira agrária na Amazônia Oriental, estudados por Oliveira (2009, p.68), os objetivos priorizados são aqueles que dão “garantia da manutenção da sua sobrevivência e reprodução social” aparecendo, historicamente, senão como o principal, pelo menos como um dos mais importantes.

Com base nessa perspectiva, é vital que se considere que a reprodução social daquelas famílias está diretamente relacionada com as inter-relações estabelecidas entre a sociedade e natureza, lembrando que as formas de reprodução social que se defende neste trabalho se inscreve dentro do enfoque da ANT que as considera como resultado da associação de inúmeros elementos naturais e sociais que interagem dentro da rede. Neste sentido, é-se remetido à diversidade de formas de reprodução social expressas nas dinâmicas da relação estabelecida entre sociedade-natureza, onde se concebe a existência de uma interação permanente, com fortes inter-relações e influências mútuas.

Como já mencionado, a emergência de uma rede sociotécnica ocorre quando atores se interessam mutuamente, e consolida-se após a negociação e alinhamento de objetivos resultando em pontos de passagem obrigatórios para todo o coletivo (CALLON, 1986; LATOUR 2000), sendo que na constituição dessa rede os materiais mobilizados pelos atores são definidos e redefinidos nas práticas produtivas e sociais e nas inovações que acontecem por meio das interações de aprendizagem, nas trocas e reinterpretções de saberes, tanto formais como informais (PREMEBIDA, 2008).

Para melhor compreender a rede e os atores e destacar analiticamente as formas de reprodução social que resultam das estratégias adotadas pelos agroextrativistas, percorreu-se a rede procurando observar os diversos e diferentes atores que de uma forma ou de outra mantêm relação com o babaçu. No caminho, encontrou-se uma série de movimentos sociais, populares e religiosos, diversas organizações comunitárias, organizações não governamentais que prestam assessoria às organizações comunitárias, organizações governamentais, diversas e diversificadas iniciativas<sup>52</sup> consideradas como inovadoras, a exemplo do Programa de

---

<sup>52</sup> Algumas concluídas, outras em execução.

Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural/PROAMBIENTE<sup>53</sup> que trabalhou o apoio e a assistência técnica a grupos agroextrativistas de quatro municípios: Esperantina, Axixá, São Miguel e Buriti envolvendo 15 grupos comunitários, programas experimentais que funcionaram no âmbito do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais – PP-G7<sup>54</sup> e de diversos outros projetos apoiados por instituições como o Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, além do crédito oficial como o PRONAF.

No entanto, optou-se por priorizar os atores enredados na malha da produção e da organização agroextrativista que compartilha valores, conhecimentos, experiências, recursos, ou seja, aqueles que produzem efeitos na rede, que a modificam e são modificados por ela. Incluem os agroextrativistas e suas organizações locais, as unidades de produção de subprodutos do babaçu, os órgãos de assistência técnica, os projetos, os órgãos governamentais e a indústria de babaçu, lembrando que cada ator tem os seus próprios interesses e que “uma rede de atores não é redutível a um único ator nem a uma rede; ela é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados” (MORAES, 2004. p.322). Destaca-se, dessa forma, os atores-chave, que apresentam as ligações mais importantes entre si e com o babaçu e os objetivos mobilizados por cada grupo de atores para que atinjam seus objetivos.

Observou-se, também, que as comunidades articulam-se e conectam-se a redes curtas e a redes longas, mediadas por políticas públicas, pelas questões ambientais, pelo mercado, pelas agências de fomento, dentre outros.

Um dos elos destas conexões ligando estas comunidades às redes mais longas são os pequenos projetos financiados por agências governamentais e não governamentais, empresas e organismos internacionais, em geral sob o “aparato do desenvolvimento”, o que pode vir a se constituir em relações bastante desiguais, conforme pondera Veiga *et al.*, (2009). Esses autores apontam os riscos que a multiplicação de pequenos projetos para apoiar uma grande quantidade de organizações representativas locais traz, como a possibilidade de se reforçar as estruturas clientelistas locais, a diferenciação interna das comunidades locais e

---

<sup>53</sup> Política pública do Governo Federal, em resposta a uma proposta dos principais movimentos sociais da agricultura familiar dos nove estados da Amazônia Legal que buscavam conciliar a produção rural e a conservação ambiental, executado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) (BRASIL, 2003).

<sup>54</sup> O PP-G7 foi proposto na reunião do Grupo dos Sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990 e aprovado em dezembro de 1991 pelo G-7 e pela Comissão Européia. A sua execução compete ao governo brasileiro que, por meio do Ministério do Meio Ambiente, o qual coordena o Programa, conta ainda com o intermédio do Ministério da Justiça e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a participação do Banco Mundial, da Comunidade Européia e dos países membros do Grupo dos Sete.

“anestesiando”, politicamente as organizações representativas por meio da “injeção de recursos” o que pode criar certa dependência e o afastamento de uma crítica mais efetiva de grandes problemas estruturais da sociedade.

Refere-se aqui aos financiamentos e execução de projetos que visam ao “desenvolvimento econômico sustentável”, estruturados sob a égide da noção de “sustentabilidade”<sup>55</sup>, que incorporam, direta ou indiretamente, temas relacionados ao meio ambiente, sustentabilidade, agroextrativismo, participação, gênero, etnia, dentre outros.

Priorizados os principais atores da rede, procedeu-se à seguinte sistematização: (a) agroextrativistas envolvidos nos processos das lutas pela terra e pela libertação do coco preso; (b) ASMUBIP, que tem aglutinado interesses comuns e específicos, das mulheres trabalhadoras rurais do Bico do Papagaio; (c) MIQCB, responsável pelos processos de mobilização e de organização social e política das quebradeiras de coco babaçu em uma escala em nível interestadual, nacional e internacional; (d) CNS, representando nacionalmente os grupos extrativistas junto às instituições governamentais e sociedade civil, associando-se à luta das quebradeiras de coco babaçu; (e) políticas fundiárias, agrícolas e de assistência técnica e extensão rural; (f) organizações não governamentais e os movimentos sociais por meio das parcerias firmadas com as organizações locais: APA-TO e a COOPTER; e (g) TOBASA, indústria de processamento do babaçu que se auto-intitula “uma companhia ecológica”.

Conhecer mais detalhadamente esses atores, suas conexões na rede, seus interesses e estratégias, as agências a que pertencem, torna-se fundamental para se avançar na análise e compreensão das lógicas da produção e reprodução agroextrativista do babaçu no Bico do Papagaio e das dinâmicas atuais das relações sociedade-natureza.

---

<sup>55</sup> Almeida (2005, p. 17) expressa sua opinião sobre essa noção, afirmando que “o desenvolvimento sustentável parece querer dar a ideia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos elementos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social”. No entanto, ressalta os desafios e limites desse “novo desenvolvimento, mais sustentável”. Disponível em: <http://www.emater.tc.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/publicacoes/vol1/n4/04-Artigo01.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2009.

### (a) Os agroextrativistas

Estes atores são categorizados/as como assentados/as rurais, posseiros/as, herdeiros/as, pequenos proprietários; extrativistas da reserva extremo norte<sup>56</sup> e as quebradeiras de coco babaçu, cujas ações prioritárias estão voltadas para a subsistência e reprodução social e a afirmação da identidade de quebradeira de coco babaçu. Apresentam necessidades e demandas específicas para as suas práticas socioprodutivas relacionadas não apenas à coleta e quebra do coco babaçu, mas também à produção agrícola, acesso a terras próprias, ao crédito agrícola, comercialização dos produtos, uso de tecnologias adaptadas e à viabilização e potencialização de estruturas físicas, implantadas anteriormente.

Logicamente, como estes se encontram sob a necessidade de garantir a reprodução social de suas famílias, como dito, buscam, inicialmente, estabelecer vínculos com vizinhos ou outros agricultores familiares. Assim, vão mantendo relações de reciprocidade como, por exemplo, por meio das trocas de dia de trabalho na roça e na quebra do coco, mutirões, festas, em especial as religiosas, reforçando os laços existentes entre os membros das comunidades, à semelhança do contexto de agricultores no nordeste do Brasil, estudados por Heredia (1979). Acrescenta-se que estes vínculos, em especial os que se articulam aos processos produtivos e reprodutivos revelaram-se fontes essenciais para a compreensão da rede sociotécnica da produção agroextrativista.

Relativamente às relações ou vínculos estabelecidos entre agricultores, Mourão (2007, p. 37), ao estudar o “campeinato livre comunal” na Baixada Ocidental Maranhense nos anos de 1970, conclui que as regras de parentesco “mais amplas” que dizem respeito a grupo de parentes, relações de compadrio e de vizinhança, é quem vão organizar as relações ao nível da atividade produtiva. Portanto, “são esses três sistemas (parentesco, compadrio e vizinhança) que estruturam as relações em todas as áreas de relações da comunidade camponesa”. Semelhantemente, no caso da presente pesquisa esse foi um dado que logo se tornou evidente, em especial, as relações de parentesco, vizinhança, religiosas e políticas, ao se apresentarem como responsáveis pelos laços de sociabilidade, pelos vínculos e alianças estabelecidas em torno de temas comuns e específicos ao agroextrativismo.

---

<sup>56</sup> Trata-se de uma [unidade de conservação](#) federal categorizada como [reserva extrativista](#), criada por Decreto Presidencial no ano de [1992](#). Corresponde a uma área de 9.280 [hectares](#), mas, até o fechamento da pesquisa de campo ainda não tinha sido regularizada.

Vários foram os momentos que se pode presenciar formas de expressão desses vínculos e alianças: no acompanhamento de um dia na quebra do coco; no planejamento da romaria da terra e para a participação dos agroextrativistas na feira nacional da agricultura familiar; em cursos de capacitação, entre outras atividades (figura 27).



**Figura 27 - Reunião de planejamento romaria da terra de 2010**  
**Fonte: Acervo da pesquisa – Abril/2010**

A preparação para o dia da quebra do coco é parte do planejamento geral de todas as outras atividades produtivas e reprodutivas das quebradeiras. Ao definir que “amanhã nós vamos pro coco”, há um encadeamento de ações práticas e simbólicas, ou seja, um processo ritual (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997) que envolve a família e quase sempre as vizinhas (irmãs, primas, cunhadas, sobrinhas, afilhadas e comadres). Neste sentido, a exemplo do que enfatiza Woortmann (1990), o ponto central do campesinato é o caráter familiar do trabalho e o princípio moral da reciprocidade que articulam as relações de sociabilidade entre parentes, compadres e vizinhos dentro de uma lógica camponesa.

O ritual tem início com a preparação do machado, que deve estar “bem amolado”, a separação dos instrumentos (cofo, facão, macete, fósforo), a preparação dos alimentos (in natura ou preparados de antemão) e a “combinação com as companheiras”, que diz respeito aos acordos de horário de saída para o babaçual e a definição do local onde vão coletar e quebrar o coco, se no babaçual ou em casa, e se o trabalho vai ser coletivo ou individual. Os tipos de relações (mutirão, troca de dia ou quebra de meia) vão depender dessa escolha.

Se o trabalho é individual, as mulheres vão juntas para o babaçual, mas cada quebradeira (em muitos casos juntamente com suas filhas menores) é responsável pela sua própria produção. Mesmo nesse caso, a coleta e quebra é individual apenas no sentido da apropriação no final do dia do resultado do trabalho, mas, durante todo o dia ficam juntas, compartilhando experiências, cantos, risos, histórias de vida conforme menciona-se no capítulo anterior.

Quando o trabalho diz respeito à ajuda mútua (mutirão ou troca de dia), o que elas combinam é o tipo de ajuda. A mobilização para o mutirão, que varia na quantidade de pessoas e de dias de trabalho, ocorre preferencialmente entre famílias que possuem vínculos familiares, de compadrio e amizade, e visa um maior rendimento da produção. No final das atividades, após a pesagem das amêndoas ou medição em litros, o resultado final será entregue à proponente do mutirão que também recebe as cascas para transformar em carvão. Esta, por sua vez, fica devendo às outras quebradeiras a mesma quantidade de coco produzida durante os mutirões. Mas essas regras não são rígidas, ao contrário, vivenciou-se prática do mutirão sem essa obrigatoriedade da devolução da produção quando uma quebradeira encontrava-se em dificuldades de saúde em família. Como define Sabourin (2001), houve “solidariedade na produção” ou reciprocidade.

Na troca de dia, são combinados os dias de trabalho a serem trocados e assim se realiza a tarefa de forma conjunta. Essa é uma atividade que dinamiza e viabiliza uma maior rentabilidade da produção, conforme expressa D. Divina da comunidade Pequizeiro, em Axixá: “quando a gente quebra coco junta o trabalho rende mais, a gente conversa, troca ideia, joga cunvesa fora aí e o tempo passa mais rápido”.

O sentido atribuído a essa combinação de tarefas está em estabelecer vínculos de confiança, princípios éticos e relações recíprocas que regram o comportamento daquelas comunidades. Essas particularidades envolvendo a atividade extrativa do babaçu permitiram a formação, nesse contexto da pesquisa, de uma intrincada e complexa rede sociotécnica, envolvendo as famílias das quebradeiras de coco e outros atores. Os vínculos mantidos nessa rede revelaram ter um papel significativo na definição das estratégias de reprodução dos *agroextrativistas*.

Observou-se que a cooperação entre as famílias locais apresenta-se como um elemento importante na definição das estratégias do trabalho agroextrativista e no fortalecimento das sociabilidades locais. Por exemplo, no processo de mobilização para o “dia de ir pro coco”, as

mulheres se utilizam das relações de interconhecimento, conforme conceituado pela literatura que trata a respeito do campesinato (MENDRAS, 1978), e nelas se evidenciam os elementos que sustentam as práticas tradicionais dessa atividade.

No âmbito doméstico, é necessário preparar a refeição da família, encaminhar os filhos para a escola (quando estudam), preparar a sua própria refeição (em geral arroz com feijão) ou separar os ingredientes para levar pro babaçual (ovos, farinha, limão, pimenta, sal e água). Nesse caso, ao meio-dia, marcado pela posição do sol, param a atividade, acendem um fogo, cozinham os ovos e comem com farinha misturada com pimenta e sal, ou comem a comida preparada de antemão. No ato da cata do coco são respeitadas as regras de só juntar o coco caído espontaneamente ou, no máximo, derrubá-lo com uma vara. Cada quebradeira junta o coco caído de uma determinada palmeira que elas já conhecem de antemão se o coco é bom ou se é ruim.

Verifica-se, dessa maneira, evidências de um código de honra que as quebradeiras denominam “respeito”, seja nas trocas de bens e serviços, no acesso ao babaçu, no “zelo” com a palmeira. Obviamente, no trabalho da roça segue-se a mesma lógica: o mutirão, a troca de dia e o pagamento de diárias, no sentido da reciprocidade maussiana<sup>57</sup> de “dar, receber e devolver”.

Com base nessas observações e, assumindo que essas práticas são relacionais e que nelas há uma associação de diferentes atores locais para realizar tarefas durante as quais eles trocam práticas, experiências, ideias, informações ou técnicas, pode-se dizer que estas assumem a forma de uma rede horizontal estruturada a partir de interesses e estratégias de reprodução acionadas por estas famílias. Essas relações privilegiadas de ajuda mútua entre os agroextrativistas desenham as estruturas da rede sociotécnica (CALLON, 1989 *apud* SABOURIN, 2001).

O que caracteriza estas práticas como rede é justamente essa associação de diversos e diferentes atores em torno de projetos e práticas específicas para a organização da produção agroextrativista; as sociabilidades particulares (como as de vizinhança e parentesco) formando redes sociais mobilizadas por relações que se cruzam; as práticas produtivas que além do trabalho prioritário na agricultura e no extrativismo vegetal, destacam-se o trabalho na mini-fábrica de sabão e nas mini prensas para fabricação do azeite de babaçu, que articula em torno

---

<sup>57</sup> Há uma vasta literatura estrangeira e nacional que trata sobre esse tema, dentre os quais os estudos de Scott (1976); Antonio Candido (1987); Carlos Brandão (1997) Sabourin (2001,2003); Radomsky (2006); e Woortmann e Woortmann (1997).

de si, quebradeiras, a prensa, o babaçu, o azeite, o mesocarpo, o sabão, o sabonete num movimento simétrico, mas também assimétrico entre “sujeitos e objetos”.

Percebeu-se no decorrer do trabalho de campo que as dinâmicas sociais, ambientais, econômicas e políticas se imbricam e se entrelaçam conectando-se desde o local até instâncias mais longas em nível nacional e internacional. A rede foi se ampliando a partir da articulação de diversos atores (mesmo não homogêneos do ponto de vista econômico conforme Wagner, 1992), em torno da defesa da produção extrativista e do modo de vida denominado *tradicional* dos diversos grupos amazônicos. Ao defender o extrativismo do babaçu e se enquadrarem como *população tradicional*, os agroextrativistas do babaçu vinculam-se, entre outros, a segmentos e lutas similares às suas e, frequentemente, se articulam em redes mais amplas para fazer frente às questões políticas, sociais, econômicas e ambientais.

Destaca-se como marco referencial do início da ampliação da rede a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO 92, ocorrida no Rio de Janeiro. Nela, vários movimentos como o dos seringueiros, atingidos por barragens (MAB), indígenas e de quebradeiras de coco, dentre outros, articularam-se com entidades ambientalistas em torno de temas relacionadas às questões ambientais, mas também desenvolveram uma pauta reivindicatória em torno de políticas públicas específicas para as denominadas *populações tradicionais*, dentre elas os agroextrativistas. Desde então, esses movimentos sociais têm mantido um diálogo, “inconcluso, mas persistente”, voltados à construção de pautas comuns. (ACSELRAD, 2010, p. 105).

Assumindo ainda que essa rede se estabelece a partir das práticas cotidianas, e que os elementos que constroem essas práticas são relacionais, pode-se pensar sobre essas práticas e sobre os atores relacionados a partir do que Latour (2001, p. 222) chama de “movimentos pelos quais o coletivo *estende* seu tecido social a *outras* entidades”. (Grifo do autor)

O processo iniciado com a luta *pela terra e pelo babaçu* descrito no item 4.1.2., pela permanência de suas práticas produtivas e, as alianças estabelecidas com novos atores (mediadores, técnicos, pesquisadores, dentre outros), possibilitou a interlocução com órgãos governamentais, redes sociais e organismos internacionais. Emergem daí estratégias sociais coletivas e novas sociabilidades relacionadas às práticas agroextrativistas.

Por intermédio das interações entre famílias, em particular as que não estão inseridas nas organizações formais de trabalhadores/as agroextrativistas, como a ASMUBIP, o CNS e o MIQCB, o Clube Agrícola Sete Barracas (CASB) e a Associação de Mulheres de Buriti

(AMB) têm acesso, por exemplo, a informações sobre políticas públicas, projetos, financiamentos, mercado e preços, canais de comercialização, entre outras. As quebradeiras de coco não associadas à ASMUBIP têm mantido constante diálogo com as mulheres associadas<sup>58</sup>, trocando experiências e conhecimentos. Dito de outra maneira, as mulheres ligadas às organizações formais foram gradativamente acumulando aprendizados e experiências que são transmitidas às outras mulheres nas comunidades, ou às “nossas companheiras” como se referem às primeiras. Essas, em geral, são donas de casas, adultas e analfabetas (muitas idosas), trabalham na roça e no coco, são responsáveis pelo trabalho na casa e no quintal, pela educação de filhos e netos e, essencialmente são responsáveis pela transmissão de conhecimentos tradicionais que são passados de mãe para filhas e filhos por sucessivas gerações.

Essas trocas entre mulheres podem explicar o desenvolvimento de novos conhecimentos e/ou novas habilidades, das atividades produtivas relacionadas ao extrativismo do babaçu, bem como o aperfeiçoamento de ações já realizadas no âmbito familiar e produtivo. Um dos componentes dessa discussão é a atividade de agregação de valor aos produtos oriundos do babaçu que se destaca como uma atividade dinâmica, onde as quebradeiras de coco empregam novos conhecimentos associados ao conhecimento tradicional. Por exemplo, a extração e beneficiamento do mesocarpo (parte do fruto da qual se obtém uma farinha, atualmente utilizada para fins comerciais, usada para mingaus, bolos e remédios caseiros) estão sendo difundidas no âmbito regional via tais trocas de conhecimentos.

A extração do mesocarpo para fins comerciais foi entendida por muitas famílias do Bico do Papagaio como uma forma de apropriação de novos conhecimentos. Parte significativa dessas famílias não tinha o hábito de extrair o mesocarpo, que corresponde a 23% da parte aproveitável do coco babaçu<sup>59</sup>. Em geral, utilizavam as amêndoas para fabricação do azeite e/ou do leite – este último um subproduto do fruto utilizado na culinária local com reconhecimento regional – e a casca para fabricação do carvão. Com a proposta de diversificação do uso do coco feita pelas organizações de mulheres quebradeiras de coco as quais propõem alternativas para essa diversificação, dentre elas a da produção e comercialização do mesocarpo, muitas famílias aderiram à proposta e incorporaram-na às suas práticas. Como bem lembra D. Maria Santana, do Centro dos Firminos, o coco que se

---

<sup>58</sup> Refere-se a mulheres residentes nas mesmas localidades das mulheres ligadas aos movimentos sociais.

<sup>59</sup> A composição física do fruto indica quatro partes aproveitáveis: epicarpo (11%), mesocarpo (23%), endocarpo (59%) e amêndoa (7%). (EMBRAPA,1984).

aproveitava era apenas o que caía no chão e para se “tirar o bróio<sup>60</sup> o coco caído não serve”. Trata-se de incorporar novas técnicas de produção e conseqüentemente novos aprendizados.

Nessa dinâmica, articulam-se uma série de ações e elementos heterogêneos no interior da rede que se estende horizontal e verticalmente. Nela há uma seqüência de ações relacionadas à parte produtiva que se iniciam com o preparo para o deslocamento até os babaçuais, perpassam as atividades da quebra do coco, do processamento e/ou beneficiamento e da comercialização, paralelamente, são realizadas as atividades na roça e as atividades no âmbito doméstico.

Assim, inseridos em redes de interdependência e interconexões imbricadas às práticas sócio-produtivas do agroextrativismo do babaçu, e os agroextrativistas e suas organizações, aos poucos vai assumindo uma importância cada vez maior no cenário regional, estadual, nacional e internacional. As quebradeiras de coco, que antes ficavam restritas à esfera local, ao compartilhar lutas pela terra e pelo babaçu, pela reforma agrária, pela igualdade nas relações de gênero, especificando seu protagonismo e atribuindo aos demais atores, papéis e funções a serem desempenhadas, assumem na rede o papel de ator-mundo.

#### **(b) A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio - ASMUBIP**

Fundada em 1992, considerada como a primeira expressão concreta da organização das mulheres extrativistas do Bico do Papagaio (DIAS, 2005), onde reivindicações localizadas acabaram por aglutinar interesses comuns e específicos, mas não homogêneos, de diversos grupos sociais da região. Teve sua origem, segundo relato de D. Emília Alves, sócia fundadora, dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Miguel (TO), a partir da necessidade “que as companheiras sentiram de discutir as coisas das mulheres” e de “integrar as mulheres trabalhadoras rurais do Bico”, visto os problemas comuns vivenciadas por elas, em especial, no trabalho no coco. A ASMUBIP definiu como missão “articular as quebradeiras de coco do Bico do Papagaio para se organizar como mulheres e como trabalhadoras rurais”.

No processo de formação da organização, que começou com 160 sócias (atualmente conta 860 sócias), distribuídas em 46 núcleos em 11 municípios do Bico do Papagaio, as questões iniciais giravam em torno da situação da mulher trabalhadora rural. D. Raimunda Gomes relata que no período da luta pela terra, todo mundo participou, mas, com as primeiras

---

<sup>60</sup> Refere-se ao mesocarpo

conquistas e a fundação dos sindicatos, as decisões nos sindicatos eram tomadas pelos homens que “não respeitavam as mulheres”, sendo necessário, portanto, “forçar a criação da Associação de Mulheres e a Secretaria da Mulher dentro dos sindicatos”. A estratégia então adotada pelas mulheres, ainda segundo D. Raimunda, que participaram ativamente das lutas foi a criação dos núcleos de quebradeiras de coco em várias comunidades para tratar da questão do trabalho e da mulher sem chamar muito a atenção para a mulher em si mesma, para “não criar problema com os companheiros, pois o machismo era muito grande”.

Nas primeiras reuniões das quebradeiras nas comunidades, o foco era o trabalho no coco, em particular relacionado às condições de vida das famílias, mas aos poucos tais questões foram se ampliando com a incorporação de novos temas ligados à produção, comercialização, ao gênero, à defesa dos conhecimentos tradicionais, ao meio ambiente, à educação e suas ações passaram a ter não apenas o caráter reivindicatório, mas também propositivo. Em especial relacionado às políticas públicas “voltadas para a agricultura familiar e em particular para as trabalhadoras rurais e quebradeiras de coco, assim como para a mudança na legislação tributária e ambiental” (ASMUBIP, 2008, p.1). Para isto, as sócias participam nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Colegiado Territorial. Esses temas possibilitaram a aproximação dessa organização com outros atores a exemplo do MIQCB e CNS dentre outras organizações.

Estrategicamente, definiu-se um projeto principal para cada área: *Projeto Mulher*, que busca viabilizar o trabalho de organização e formação nos núcleos para ampliar a participação e o número de sócias, de forma qualitativa, melhor informar o andamento do projeto e capacitar as sócias no seu gerenciamento, bem como aprofundar as discussões em torno de temas como saúde, educação, gênero, preservação do meio ambiente, agricultura familiar sustentável. *Projeto Preservação Ambiental* *Projeto Babaçu* que visa motivar as quebradeiras de coco na questão da proteção dos palmeirais e da preservação do meio ambiente; incentivar as mulheres a se estruturarem para defender a agricultura familiar e o extrativismo; e lutar para que o preço da compra de amêndoas às quebradeiras seja mais atrativo e investir na diversificação do aproveitamento do coco babaçu a fim de aumentar a sua renda.

Um olhar sobre essa organização, a partir das falas e relatos das associadas em espaços formais (reuniões, seminários, assembleias), da participação da pesquisadora em momentos de conversas informais e da observação direta, oferece explicações significativas a respeito das dinâmicas das mobilizações sociais e políticas na região, que por sua vez explicitam as

interações e interdependência com outras formas organizativas, conforme depoimento transcrito abaixo, de D. Raimunda Gomes da Silva, do assentamento Sete Barracas, quebradeira de coco, liderança reconhecida internacionalmente:

A ASMUBIP, o MIQCB, o CNS, os sindicatos e as outras organizações daqui do Bico, são movimentos sociais que lutam pra melhorar as condições de vida dos trabalhador e das trabalhadora rural, não só da mulher, mas do homem, do jovem, da criança [...] nós lutamo pelo babaçu livre, pela terra, pelas políticas públicas, pela questão das quebradera, pela habitação, pela segurança alimentar, nós lutamos pras pessoa ser felizes [...].

Noutra fala, D. Tonilda do P.A Santa Cruz em Esperantina, afirma que

[...] se a gente não participar das associação, do sindicato, das reunião, tudo fica mais difícil porque é por meio dessas organização que a gente consegue os projetos, consegue participar dos cursos de formação, consegue se fortalecer [...] ainda falta muita coisa, mas a gente já conseguiu avançar em muita coisa.

D. Tomilda assinala que muitos dos projetos implantados nos assentamentos e nas comunidades são decorrentes das lutas das organizações locais (associações e STTRs), das mobilizações, das alianças, das parcerias e apoio de técnicos e pesquisadores. Exemplifica convidando a pesquisadora para conhecer o sistema de cultivo agroflorestal implantado após participação num curso de treinamento para agentes de desenvolvimento agroecológico promovido pela APA-TO no âmbito do Programa PROAMBIENTE (Figura 28).



**Figura 28**– Imagens do quintal de D. Tonilda  
**Fonte:** Acervo da Pesquisa – março 2010

Nessas duas falas merecem destaque os seguintes aspectos: primeiro, não há distinção de gênero<sup>61</sup>, como se esperava, visto se estar diante de mulheres, e no caso do primeiro depoimento, de uma mulher, D. Raimunda dos cocos<sup>62</sup>, que já recebeu inúmeras distinções e prêmios incluindo o título *Honoris causa* outorgado pela Universidade Federal do Tocantins, por sua luta pela terra, pelas mulheres trabalhadoras rurais e, em particular, pelas quebradeiras de coco babaçu englobando temas como violência, discriminação, acesso à saúde, à educação e salário maternidade. Como ela mesma diz, “se a mulher já é discriminada, sendo ela trabalhadora rural a discriminação é maior ainda”. Cabe destacar que a história de D. Raimunda inspirou o vídeodocumentário “Raimunda, a quebradeira” produzido pelo cineasta Marcelo Silva em 2006.

O que fica evidente, na fala de D. Raimunda, é o reconhecimento de uma luta coletiva: “nós lutamos”. Trata-se, portanto, de um “movimento de família” visto que nas estratégias de sobrevivência e de luta fazem parte homens, mulheres, jovens e idosos (ANDRADE, 2007, p. 448). Aqui a constatação é de que a questão das estratégias de reprodução social, em suas várias dimensões (material e imaterial), nesse contexto, expressam uma luta coletiva de produção e reprodução social, uma luta da família, uma luta da comunidade.

No segundo depoimento, feito por D. Tomilda, que é uma liderança local que participa ativamente dos movimentos e organizações locais (ASMUBIP, núcleos, STTR, Igreja), é possível apontar para existência de vínculos interpessoais e interdependentes entre grupos locais e organizações formais, bem como para o caráter dinâmico das alianças que se estabelecem nessas comunidades.

Os vínculos e alianças, nessa situação empírica, estruturam as mais variadas relações sociotécnicas, a serem detalhadas no próximo capítulo, e influenciam os processos internos, que procuram dar conta de produzir e reproduzir tanto as condições materiais quanto as não materiais (ou ideais), essenciais para a satisfação das necessidades que vão garantir a reprodução social das famílias. Portanto, são processos que se apresentam de forma interativa e potencialmente, mas não necessariamente, mais simétricos.

Esse “potencial” simétrico, dado a partir das interações dialógicas entre os/as agroextrativistas e entre esses/essas e os técnicos e/ou mediadores das organizações locais,

---

<sup>61</sup> Isso não significa que essa questão não seja tratada nesses espaços, ao contrário, existe uma vasta produção sobre o tema que demonstra as reivindicações das quebradeiras de coco de suas identidades como quebradeiras e em torno de classe e gênero.

<sup>62</sup> Como ficou conhecida nacionalmente e internacionalmente.

cujas ações desses últimos são desenvolvidas sob a égide das abordagens participativas, não tem sido suficiente para eliminar a assimetria das decisões relacionadas à produção, beneficiamento do babaçu e aos programas e projetos de desenvolvimento implementados nas comunidades.

Neste processo organizativo, simultaneamente, mobilizam e se articulam em torno dos interesses individuais e coletivos, principalmente no que diz respeito ao acesso ao crédito oficial, a financiamentos de projetos e às políticas públicas. Grosso modo, exige-se a participação em alguma forma de organização, seja nas associações de trabalhadores rurais, associação de mulheres ou nos STTRs para se tornarem beneficiários das políticas públicas e de outras formas de financiamentos por outros órgãos oficiais, ONGs e organismos internacionais.

Pode-se demarcar as seguintes estratégias desenvolvidas pela ASMUBIP para desenvolver a sua missão: a instalação de núcleos nas comunidades, que em verdade antecederam sua formalização; os postos de compra das amêndoas do babaçu e do mesocarpo; produção e comercialização de mesocarpo e de azeite de coco babaçu; incentivo à diversificação à produção; formação/organização das mulheres agroextrativistas; elaboração e execução de pequenos projetos; e estabelecimento de elos com redes de apoio.

Pode-se imaginar que esses elos, forjados entre essa organização e as redes de apoio são essenciais para o fortalecimento da rede sociotécnica em questão. Para efeito de exemplo, observou-se nos depoimentos gravados que à medida que as sócias estabeleciam diálogos com outros atores envolvidos na defesa do agroextrativismo, outras dimensões iam sendo incorporadas às suas reivindicações, como os temas relacionados à questão ambiental, política e econômica, porém, todas imbricadas às práticas socioculturais do extrativismo do babaçu. O depoimento de D. Rosimar, do povoado Pequizeiro em Axixá, reforça essa ideia:

Eu já gostava de quebrar coco, sempre fui quebradeira, aí quando conheci D. Raimunda e D. Emília da ASMUBIPA que davam palestra e falavam da união das quebradeiras, do potencial do babaçu, de aproveitar melhor o babaçu, e dos nosso direito [...] Aí eu comecei a participar de tudo que me convidava, já viajei pra muito lugar [...] D. Raimunda agora é até doutora, doutora dos coco, aprendeu tudo nos coco e passa essa experiência pra nós. A união das quebradeira e a nossa força faz as coisa ficar melhor, mais fáci [...] Eu sempre soube e falei que o coco é importante, agora eu não deixo mais de participar.

O trecho acima descrito permite entender que as relações estabelecidas a partir do encontro desses atores nas comunidades locais apresentam-se significativas para a atividade

extrativa do babaçu. Estas relações se constituem tanto em torno das iniciativas produtivas quanto no processo de organização sociopolítico das quebradeiras de coco e na reelaboração de suas percepções acerca dessa atividade.

**(c) O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB**

Em termos de abrangência geográfica, é a entidade mais representativa, das quebradeiras de coco babaçu com atuação direta em quatro estados da Federação, como já referido nos capítulos anteriores. Esta organização insere-se na necessidade objetiva de garantir o acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu e a consequente reprodução social das quebradeiras de coco e suas famílias. Fundado no ano de 1991, se definiu pela atividade complementar e extrativa do babaçu, envolvendo simultaneamente “critérios ecológicos e de gênero, alcançando um certo consenso que serve de alavanca para reposicioná-las política e economicamente, face à ação governamental e aos circuitos de mercados” (ALMEIDA, 1995, p.14). Conformam-se em uma extensa rede que conecta aqueles estados por meio das coordenações estaduais (uma por estado) e representações regionais nos quatro estados, sendo três regionais no Maranhão: regionais do Mearim, da Baixada e de Imperatriz; uma regional no Piauí localizada na cidade de Esperantina; uma no Pará com sede em São domingos do Araguaia; e uma no Tocantins, no Bico do Papagaio.

Assim é que o movimento ao mesmo tempo em que mantém relações em sentidos horizontais - entre as comunidades e as seis regionais – também se relaciona em sentido vertical, estabelecendo interlocução com órgãos do governo federal, outros movimentos sociais e sindicais, com universidades, ONG’s, empresas consideradas socialmente comprometidas, participam das redes de produção e comercialização solidárias, agências de cooperação internacionais, como a OXFAM, Pão para o Mundo, Fundação Ford, Terre des Hommes – Suíça, ACTION AID, MISEREOR e Comissão Europeia. Na região do Bico do Papagaio atua por meio de um escritório regional localizado no município de São Miguel do Tocantins, composto por uma coordenação executiva e uma assessoria técnica, unido a outros movimentos extrativistas, a exemplo da ASMUBIP e do CNS. Segundo Veiga *et al.*, (2009, p.

7) o MIQCB

foi fundado não somente para representar a diversidade das regionais, mas também para lidar com novas responsabilidades e interagir com assessores e técnicos, assim como para negociar com governos, com doadores, com a mídia e com a sociedade em geral.

Além dessas características, comuns às outras organizações das agroextrativistas aqui destacadas, em se tratando das quebradeiras inseridas no Movimento, verifica-se alguns elementos que se pode identificar como interesses e estratégias gerais, tais como: o critério de gênero, sob o qual se estrutura; a busca pelo reconhecimento de uma identidade pautada na atividade da quebra do coco; mobilização política; audiências públicas e debates com diferentes segmentos da sociedade, envolvendo governos e instituições públicas e privadas; diversificação da produção; elaboração de estudos relacionados à cadeia produtiva do babaçu; oferta de cursos e oficinas para as mulheres associadas; e, prioritariamente, a luta pelo *babaçu livre*.

#### **(d) O Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS**

Organizado na Amazônia como um movimento de resistência à expulsão de seringueiros, sob a liderança de Chico Mendes, com sede em Rio Branco (AC), representa aproximadamente 163 mil trabalhadores agroextrativistas (seringueiros e castanheiros). Com representações regionais em todos os estados da Amazônia, no Tocantins tem sua sede no município de São Miguel do Tocantins sendo este o único caso em que a sede regional do CNS não se localiza na capital do estado. Em 1997 criou a Secretaria da Mulher Extrativista com coordenadorias nos Estados do Tocantins, Maranhão, Pará, Acre, Macapá, Mato Grosso, Amazonas, Piauí e Rondônia, atendendo diretamente cerca de 15 mil mulheres, sendo esta secretaria coordenada por D. Raimunda Gomes da Silva, quebradeira de coco do Bico do Papagaio, que também foi eleita como diretora de honra do CNS. Associado à luta das quebradeiras de coco babaçu, o Conselho tem contribuído com as discussões relacionadas ao extrativismo do babaçu.

Dentre suas estratégias e práticas, destacam-se a sensibilização dos agroextrativistas por meio de seminários e cursos; conscientização dos direitos das mulheres e organização das trabalhadoras rurais extrativistas; denúncias relacionadas aos descumprimentos das leis do babaçu livre e luta pela regularização da Resex Extremo Norte.

#### **(e) As políticas públicas: fundiárias, agrícolas, ambientais e sociais**

Assiste-se, no campo de pesquisa analisado, uma forte influência das políticas públicas, sobretudo das políticas fundiária e agrícola, traduzidas por meio do Programa Nacional de

Reforma Agrária - PNRA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF<sup>63</sup>. Somam-se a elas outras políticas, programas e projetos a exemplo da Política de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Programa de Aquisição de Alimentos – MDA; o Programa de Transferência de Renda Direta como a Bolsa Família do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, associada a outras políticas sociais como a da previdência social (aposentadorias e pensões); Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e a Política Nacional para Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB.

Essas políticas começam a ser implantadas na região a partir da década de 1990, no bojo da discussão sobre a agricultura familiar, período em que ganhou legitimidade social, política e acadêmica no Brasil. Isso ocorreu, segundo Schneider (2003, p. 99-100), devido a dois elementos, os movimentos sociais no campo e a criação do PRONAF:

De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural (...) De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Nessa perspectiva, o PRONAF e outros programas de apoio a agricultura familiar, apresentam-se como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990. Paralelamente, emergem no país, em razão da visibilidade das degradações, desmatamentos e queimadas, resultantes dos modelos de desenvolvimento agropecuário do país, uma crescente conscientização a respeito da degradação ambiental e uma demanda crescente por políticas ambientais, acrescentada às lutas e reivindicações dos agricultores familiares por sistemas produtivos mais autônomos e econômicos, preservação dos elementos naturais e garantia da segurança alimentar.

No Bico do Papagaio, a demanda por políticas ambientais somou-se às reivindicações pela reforma agrária. Vale ressaltar que as políticas mapeadas no trabalho de campo para esta pesquisa são aquelas vigentes em 2010, a maior parte iniciada no primeiro governo do presidente Lula, no ano de 2003.

---

<sup>63</sup> Criado através do Decreto 1946, de 28.06.1996

- *Política Nacional para Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)*. Foi elaborada em conjunto com o MMA, MDA e MDS, que definiram esses produtos como:

Bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade local voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares – PCTAFs, em uma relação harmônica entre si, com sustentabilidade, justiça social, e respeito às especificidades culturais e territoriais, que assegurem a manutenção e a valorização de seus laços sociais, suas práticas e saberes, dos direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria do ambiente em que vivem da sua qualidade de vida (MDA/MMA/MDS, 2008a, p.12).

Há o entendimento por parte desses ministérios de que o fortalecimento das cadeias produtivas e de serviços gerados a partir da diversidade destes produtos é uma alternativa para a conservação e uso sustentável dos elementos naturais. Houve então um processo mobilizatório em torno da elaboração dessa política envolvendo diferentes atores representantes da Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, Cerrado, Mata Atlântica e Zona Costeira da Mata Sul, Mata Atlântica e Zona Costeira da Mata Sudeste e Nordeste, Pampa e Caatinga. Estes ministérios definiram, em contextos de seminários regionais, as cadeias de produtos considerados mais expressivos, as ações necessárias para o fortalecimento dessas cadeias e, conseqüente, agregação de valor, indicação de estratégias para a consolidação de mercados para esses produtos e o incentivo para a formação de grupos regionais para discussão, articulação e implementação das ações estratégicas. Com base em critérios comparativos como maior significância social, maior importância econômica, maior relevância ambiental, maior nível de organização, o babaçu aparece como o segundo produto mais expressivo do Bioma Amazônia Oriental.

Após essa definição, em que o babaçu foi incluído na Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade, o governo federal elaborou o Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu em âmbito nacional, com base em estudos realizados sobre a cadeia do babaçu em que apontava os gargalos e as propostas de ação.

Há na definição proposta o pressuposto de que os produtos da sociobiodiversidade são originados de relações harmônicas, sustentáveis, com justiça social e respeito e que esses asseguram a manutenção e a valorização dos laços sociais, práticas, saberes que geram renda, promovem a melhoria do ambiente e a da vida das pessoas. No caso do babaçu, podem-se identificar, nessa definição, vários desses elementos, mas deve-se considerar que as práticas

produtivas, os modos de fazer, as formas de apropriação, não estão presas a um marco legal. Nessas práticas e modos, há um dinamismo próprio que não leva a uma padronização.

Este entendimento está relacionado com a própria compreensão de que a inserção do babaçu em “Cadeias Produtivas de Interesse dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCTAFs” deve ser problematizada considerando que na esfera de cadeias produtivas é conhecida a complexidade nas relações verticais entre os vários operadores da cadeia, definidos no Plano de Ação Governamental<sup>64</sup>. Os operadores identificados na cadeia produtiva são os extrativistas (individuais e coletivos), os atravessadores que comercializam a amêndoa para as indústrias de óleo bruto; as associações e cooperativas agroextrativistas que processam amêndoa e comercializam óleo bruto; as corretoras de óleo bruto; as indústrias que processam a amêndoa e comercializam o óleo bruto; as indústrias de óleo bruto e transformação; as indústrias que compram óleo bruto e transformam (oleoquímicas, de refino de óleo, de alimentos, de higiene e de materiais de limpeza e as de cosméticos). Soma-se a estes, os serviços operacionais ligados à cadeia: transporte terrestre; serviços de rotulagem, embalagens e publicidade, e os serviços de apoio pesquisa e desenvolvimento; fomento e crédito; assistência técnica, assessoria, capacitação e organização produtiva (MMA, 2009).

Nesse fluxo de atores, há alguns interesses convergentes, mas outros bastante divergentes, mesmo entre os agroextrativistas. Por exemplo, os *catadores de coco inteiro*, responsáveis pela oferta de matéria-prima para a TOBASA, mesmo sob a justificativa de garantia de sobrevivência, geram uma série de conflitos pela disputa do coco. Nesse sentido, uma das ações dos movimentos representativos das quebradeiras de coco e do movimento sindical é o combate às atividades destes *catadores*, que entendem como atividade predatória pela cata indiscriminada, pelo corte dos cachos verdes, pelas condições de dependência às indústrias de processamento de coco babaçu inteiro e aos atravessadores.

Outro exemplo emblemático é o do ramo da indústria que processa e transforma a matéria-prima. Esta faz pressão sobre os modos de produção dos extrativistas numa tentativa de atrelá-los aos seus processos industriais mediante a implantação de máquinas de quebrar coco nas comunidades, o que representa “uma ameaça a uma produção diversificada do babaçu” (CARVALHO MARTINS, p.195). As quebradeiras de coco reiteradamente afirmam que se forem introduzidas máquinas de quebrar coco nas comunidades e suas práticas de *quebra do coco no machado* forem substituídas por tais equipamentos, haverá consequências

---

<sup>64</sup> Elaborado pelo governo brasileiro por meio de uma consultoria específica via Cooperação Técnica Alemã - GTZ, a qual utilizou a metodologia *Value Links – Biodiversidade*.

danosas nas suas práticas e seus saberes, visto que as formas e técnicas tradicionais de trabalho seriam modificadas. Ainda como exemplo, na solenidade de abertura do I Congresso Brasileiro da Palmeira do Babaçu, realizado em São Luís – MA, em abril de 2010, o presidente do Congresso afirmava entusiasmado “vamos transformar 400 mil quebradeiras de coco babaçu, em pequenas produtoras do babaçu”, causando reações de indignação por parte das representantes das quebradeiras de coco presentes no evento.

Reconhecer a importância destas práticas e saberes leva a entender onde as mesmas podem vir a ocupar posição estratégica nas relações sociedade-natureza. Entende-se essa defesa de suas práticas e saberes e a rejeição a determinadas tecnologias que idealmente facilitariam o seu trabalho, em oposição às restrições de diversas ordens que essas tecnologias modernas impõem, como, por exemplo, a subordinação às indústrias de processamento de coco.

- *Políticas fundiárias, agrícolas e de assistência técnica e extensão rural.* Essas políticas representam-se na rede por meio de seus dois principais programas destinados ao público da agricultura familiar, a saber: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER. Esses programas associam-se à rede analisada via seus técnicos, projetos e programas (Luz para Todos, crédito, infraestrutura, PRONERA, documentação da trabalhadora rural) via órgãos (públicos e não governamentais) de assistência técnica, notadamente o RURALTINS e a COOPTER. Registram-se ainda os Projetos de Assentamentos, que segundo dados do SIPRA/INCRA (2009) nos municípios abrangidos pela pesquisa somam um total de 49 projetos de assentamento, com 2341 famílias assentadas em uma área de 87.607,38 ha (Figura 29).

<b>Município Sede Quantidade</b>	<b>N. de projetos</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>Famílias Assentadas</b>
Augustinópolis	08	19.234,78	507
Axixá do Tocantins	08	10.962,46	378
Buriti do Tocantins	03	3.538,30	114
Carrasco Bonito	01	926,31	33
Esperantina	12	20.341,48	500
Praia Norte	04	11.083,03	355
São Miguel do Tocantins	07	14.394,66	285
Sítio Novo do Tocantins	05	6.673,76	157
Tocantinópolis	01	452,60	12
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>87.607,38</b>	<b>2341</b>

**Figura 29 - QUADRO de- Projetos de Assentamentos implantados nos municípios abrangidos pela pesquisa.**

**Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do SIPRA/INCRA, 2010.**

A implementação desses projetos na região e a sua ocupação ordenada em pequenos lotes que variam de 25 a 70 ha significou mudanças importantes na vida das famílias agroextrativistas, das quais se destacam as mudanças na infraestrutura local (produtiva e social) com a melhoria nas condições de acesso, de moradia, de escolarização; diversificação da produção; e, a mais importante, o acesso livre aos babaçuais. Essas mudanças foram e são influenciadas, nesse caso, pelas políticas de crédito e assistência técnica e extensão rural.

Sendo o assentamento rural um *espaço social produzido* (BERGAMASCO e FERRANTE, 1994), em que as estratégias produtivas elaboradas pelos agricultores-assentados não deveriam ser entendidas como “um dado” do presente, entende-se que as relações no passado com a terra e o babaçu marcaram os interesses atuais, os argumentos e as justificativas dos agroextrativistas que legitimam suas posições acerca das definições e usos desses dois elementos. Existem, pois, tensas situações conflituosas vivenciadas pelos assentados nas suas ligações com a política, com o crédito, com os técnicos do INCRA e do RURALTINS e com órgãos ambientais.

Os projetos de assentamentos implantados nesses municípios chamam a atenção pelos seguintes motivos: a maioria dos assentamentos localiza-se em áreas em que predominam o

plântio de pastagens, o que já direciona investimentos nesta atividade; é evidente a indução por parte da política de crédito e assistência técnica oficial para a atividade pecuária; e a expansão desta atividade ameaça o extrativismo do babaçu. Assim sendo, esses projetos serão sem dúvida nenhuma afetados por disputas, negociações e intenções dos atores envolvidos.

No caso da assistência técnica e extensão rural, o RURALTINS, órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado, cuja missão é “contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida,” atua na rede por meio de prestação de serviços, notadamente de elaboração e acompanhamento a implantação de projetos de crédito rural das atividades agropecuárias financiadas pelos bancos, principalmente Banco da Amazônia e Banco do Brasil. (RURALTINS, 2010, p.4)

O processo de assessoramento técnico desse órgão se caracteriza por um relacionamento com as famílias agroextrativistas, em geral, mas não apenas, beneficiárias da política pública de reforma agrária, cujas ações norteadoras são baseadas em critérios estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

A dinâmica imposta pelo RURALTINS a essas famílias tem modificado as bases tecnológicas da produção agroextrativista na região, por meio da implantação de programas e projetos orientados às inovações técnicas e introdução de novas atividades produtivas, com destaque para a diversificação da produção agrícola e aos projetos e ações de incentivo à atividade pecuária. Desta última, destacam-se alguns elementos que fundamentam este processo: a maior facilidade de acesso às linhas de financiamento oficial destinadas à pecuária e pastagens; é uma atividade que, em geral, se constitui como parte integrante das estratégias de reprodução familiar daquelas famílias, visto representar, segundo suas visões, a mais importante poupança haja vista que “na hora da precisão a gente vende uma vaquinha<sup>65</sup>”, uma das fontes geradora de renda monetária.

As relações desse órgão com o agroextrativismo do babaçu, mantidas por meio dos escritórios localizados na região, grosso modo, são tecidas pelas transferências de tecnologias, capacitação dos agroextrativistas, elaboração de projetos e por concepções de mundo cujas propostas são construídas por órgãos estatais que objetivam, nesse caso, a “busca pela inclusão social da população rural tocantinense mais pobre” (RURALTINS, 2010).

---

<sup>65</sup> Essa é uma frase recorrente entre os assentados. Percebe-se que, em geral, atribuem à pecuária o significado de uma poupança.

Do ponto de vista do RURALTINS, em relação ao agroextrativismo do babaçu, destaca-se o projeto que vem desenvolvendo desde o ano de 2007 no PA Sete barracas – São Miguel do TO, intitulado “Desenvolvimento Social e Econômico das Quebradeiras de Coco Babaçu”, como importante para “o desenvolvimento social e econômico das famílias de trabalhadores rurais extrativistas da Microrregião de São Miguel do Tocantins”. Esse projeto tem induzido uma demanda por parte das famílias de Sete Barracas relacionadas a cursos de capacitação em produção de sabão, sabonete e mesocarpo; mobilização das famílias em torno da gestão do projeto, comprometida, segundo uma das lideranças locais pela falta de diálogo com os técnicos do RURALTINS e pela visão verticalizada como este executa o projeto. (RURALTINS, 2007, p. 7).

- *Política Nacional de Desenvolvimento Territorial*, em execução desde 2003 por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial a partir da abordagem territorial. Parte do princípio de que criará as condições necessárias para que as políticas finalísticas do MDA e outros ministérios, que contribuam com o desenvolvimento rural sustentável, tenham maior eficácia. Em seus documentos referenciais afirma que “desenvolve uma ação inovadora, onde os sujeitos sociais são partes integrantes do processo de elaboração, gestão e de decisão das políticas”. (ROCHA E FILIPPI, 2008, p.6).

Com essa política estrutura-se na região um espaço de concertação, negociação e seleção de projetos públicos de investimentos estabelecendo, portanto, uma importante via de acesso a financiamentos públicos e uma dinâmica de mobilização de estratégias, metodologias, planos e projetos e, evidentemente, disputas em torno desses recursos. No espaço da política em que comporta diretrizes, estratégias e compromissos, multiplicidade de pontos de vista, entre outros, a retórica do desenvolvimento sustentável nos territórios é utilizada pelos diversos atores nas disputas relativas à composição do colegiado, gestão e demandas por projetos. Nesta dimensão política, os agroextrativistas e suas organizações se colocam em arenas de disputas e negociações munidos de experiências de lutas e conflitos, posições políticas e expectativas de objetivos a serem alcançados.

- *Programa de Aquisição de Alimentos – PPA*. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696 93 do ano de 2003, regulamentado pelo Decreto 6.447 em 2008, e modificado pelo Decreto 6.959 em 2009, é uma das ações que compõe o Programa Fome Zero, no eixo de fortalecimento da agricultura familiar. Seu objetivo é “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em Insegurança Alimentar e

à Formação de Estoque” (Lei n.º 10.696). Desta forma, o PAA se propõe a garantir o acesso a alimento em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações e situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social via fortalecimento da agricultura familiar. Constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar, no qual o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e doa para pessoas em risco alimentar, podendo ser operado, atualmente, nas seguintes modalidades:

- *Compra Direta da Agricultura Familiar*: possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações), inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela Conab.

- *Compra para Doação Simultânea*: destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos governos Estaduais, Municipais e pela Conab.

- *Formação de Estoque pela Agricultura Familiar*: visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela Conab.

- *Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite*: destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É destinada para os estados do Nordeste e Minas Gerais (norte).

- *Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar*: destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar. É operada pelo FNDE, Estados e Municípios.

O Programa está sob a responsabilidade de um Grupo Gestor, composto por representantes de diversos ministérios, que conta com a colaboração dos governos estaduais e

municipais e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para operacionalizá-lo e os recursos são provenientes dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário. Destaca-se na área de pesquisa as seguintes modalidades: compra direta, compra com doação simultânea e aquisição de alimentos para atendimento da alimentação para merenda escolar, no caso do babaçu, com venda do azeite de babaçu. A produção do mesocarpo está sendo negociada para ser distribuída nas escolas para atendimento da merenda escolar.

- *Políticas ambientais* – A partir dos compromissos assumidos pelo Brasil na assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)<sup>66</sup>, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), criado em dezembro de 1994, com o objetivo de promover parceria com a sociedade civil na conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, para coordenar, acompanhar e avaliar as ações, determinadas no Decreto nº 1.354/94, como: fixar prioridades de pesquisa, conservação e utilização sustentável da diversidade biológica; estabelecer critérios gerais de aceitação e seleção de projetos pela Comissão Coordenadora do PRONABIO.

Antecedem essas políticas o Workshop 90 - Áreas Prioritárias para Conservação na Amazônia, realizado de 10 a 21 de janeiro de 1990, reunindo mais de 100 cientistas e conservacionistas, representando todos os nove países amazônicos, especificamente para indicar e mapear regiões de alta prioridade (hot spots) para a criação de unidades de conservação (RYLANDS 1990b, 1990c; RYLANDS *et al.* 1991 *apud* RYLANDS e PINTO, 1998).

Esse programa, juntamente com instituições de pesquisa e organizações ambientalistas nacionais e internacionais, realizou vários estudos e eventos para planejar e definir os espaços prioritários para a expansão das áreas protegidas no país.

Segundo dados do IBAMA e World Wide Fund for Nature (WWF), no país existem 8% de Unidades de Conservação Federais, sendo que, aproximadamente, metade são de proteção integral e a outra metade de uso sustentável. Na Amazônia Legal, 10,27 % da superfície da região constituem essas áreas (IBAMA, 2006). Dentre as modalidades de conservação, as reservas extrativistas definidas como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos elementos naturais renováveis, por populações tradicionais”, destinam-se às populações agroextrativistas, cuja subsistência baseia-se no

---

<sup>66</sup> Baseada nos documentos que orientam as ações conservacionistas elaborados no decorrer da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92).

extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos elementos naturais da unidade. É de domínio público e não permite áreas particulares em seus limites.

Como áreas protegidas para o agroextrativismo existem duas modalidades, as RESEX e as Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, ambas resultantes das lutas sociais na Amazônia e estando vinculada a dois aspectos da realidade das lutas sociais no Brasil e que em algumas regiões da Amazônia aparecem articulados: os direitos de posse e a defesa da floresta. RESEX é definida por Allegretti (2002) como uma combinação peculiar de reforma agrária e proteção do meio ambiente e os moradores destas áreas como beneficiários da Política Nacional de Reforma Agrária.

Com base nessas definições, e diante das demandas das quebradeiras de coco babaçu, foi criada por Decreto Presidencial, em [20 de maio](#) de [1992](#), a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins - [unidade de conservação](#) federal do [Brasil](#) categorizada como [reserva extrativista](#), em uma área de 9.280 [hectares](#) no estado do [Tocantins](#). Dezoito anos depois, data dessa pesquisa, a reserva ainda não havia sido desapropriada e as terras no seu interior continuam nas mãos de fazendeiros/pecuaristas, criando um potencial clima de tensão entre os proprietários e os grupos extrativistas. Além desta, foram criadas mais três reservas extrativistas do babaçu no estado do Maranhão, conforme demonstrado no figura 30.

Denominação	Município - Estado	Área	Nº de famílias	Decreto/Data de criação
Mata Grande	Imperatriz e João Lisboa – MA	10.450	1.500	532/90 em 20/05/92
Ciriaco	Imperatriz - MA	7.050	1.150	534/90 em 20/05/92
Quilombo do Frechal	Mirinzal – MA	9.452	900	536/90 em 20/05/92
Extremo Norte do Tocantins	Carrasco Bonito e Sampaio – TO	9.280	2000	535/90 em 20/05/92
Total		36.322	5.550	

**Figura 30 - QUADRO das Reservas Extrativistas de Babaçu**  
**FONTE: elaborado pela autora, 2011.**

Estudos anteriores identificaram que a morosidade no processo de implantação da reserva “vem gerando uma série de conflitos em torno da posse das terras, fazendo com que os proprietários intensifiquem o processo de derrubada de palmeiras”. Segundo Josiane Lima dos Santos, atual presidenta da Associação da Reserva e do Conselho Deliberativo do CNS – TO, a maioria dos proprietários permite a quebra do coco, mas há os que não permitem e ainda ameaçam as quebradeiras.

**(f) Organizações Não Governamentais.** Duas organizações locais aparecem recorrentemente na fala dos nossos informantes, a APA-TO e a COOPTER. Ambas engajadas na rede organizam-se em torno dos grupos locais para assessorar, realizar serviços de ATER por meio de convênios com órgãos públicos, elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA, oficinas de capacitação e formação. Articulam-se com outras redes de organizações formada por sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações de pequenos agricultores, entidades de representação nas esferas estadual e nacional. Desenvolvem políticas de parcerias com organismos internacionais financiadores de projetos que lhe dão capilaridade e sustentabilidade institucional.

**(g) TOBASA.** Indústria de beneficiamento do coco babaçu, com sede no município de Tocantinópolis, pretende “ser um grupo empreendedor com referência mundial no beneficiamento integral do coco babaçu e na industrialização de todos seus produtos, mantendo uma gestão integrada, reunindo e gerindo a maximização de resultados sobre o capital investido” (Comunicação oral do presidente da Empresa). Mantém uma rede que denomina de “fornecedores” que na verdade são os catadores, com núcleos de coleta espalhados pela região do Bico do Papagaio. Do babaçu, produz óleo, farinha, sabão, álcool e principalmente carvão ativado a partir das cascas e também do coco inteiro.

Os principais interesses, as estratégias e práticas de cada ator estão sintetizadas na figura 31, a seguir:

<b>Atores</b>	<b>Principais interesses</b>	<b>Estratégias e práticas</b>
AGROEXTRATIVISTAS (assentados/as rurais, posseiros/as, herdeiros/as, pequenos proprietários e extrativistas da reserva extremo norte)	Posse da terra; Acesso livre aos elementos naturais; Manutenção dos seus modos de vida (práticas, saberes, meios de subsistência, tradições e costumes); Preservação do babaçu; Garantia da Reprodução social.	Associação sindical; Associação comunitária; Lutas e mobilizações; Parcerias e alianças; Representação em órgãos colegiados.
ASMUBIP	Questões relacionadas às mulheres trabalhadoras rurais (saúde, educação, violência, entre outros); Fortalecimento dos núcleos das quebradeiras de coco; Babaçu Livre; Agregação de valor ao babaçu; Geração de renda; Preservação do babaçu.	Organização associativa; Criação dos núcleos de quebradeiras de coco; Parcerias e alianças; Projetos produtivos; Representação em órgãos colegiados.
MIQCB	Organização das quebradeiras de coco babaçu; Valoração do babaçu; Garantia de seus modos tradicionais de trabalho; Tecnologias apropriadas; Preservação do babaçu. Políticas públicas	Articulação em rede interestadual; Parcerias e alianças; Estabelecendo interlocuções com órgãos governamentais e outros movimentos e organismos; Acesso a recursos financiáveis.
CNS	Regularização Resex; Preservação do babaçu; Organização dos extrativistas;	Articulação em rede nacional; sensibilização dos agroextrativistas por meio de seminários e cursos; Conscientização dos direitos das mulheres e organização das trabalhadoras rurais extrativistas; Denúncias relacionadas aos descumprimentos das leis do babaçu livre; Luta pela regularização da Resex Extremo Norte.
POLÍTICAS FUNDIÁRIAS, AGRÍCOLAS E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.	Resolução das questões fundiárias, sociais e ambientais; Inclusão social; Desenvolvimento territorial.	Articulação de políticas públicas; Planos de desenvolvimento territorial; Aporte financeiro; Aporte técnico;
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (APA-TO e COOPTER)	Mediação sociotécnica.	Assessoria; Serviços de ATER; Elaboração de Planos de Desenvolvimento – PDA; Oficinas de capacitação e formação

Atores	Principais interesses	Estratégias e práticas
INDÚSTRIA (TOBASA)	Apropriação integral do babaçu; Industrialização dos seus produtos; Maximização de resultados sobre o capital investido.	Contratação de catadores de coco na região; Operação de transporte do coco desde os locais de cata e coleta até as caçambas; Tecnologia patenteada para descorticação e corte transversal de coco de babaçu.

**Figura 31 - QUADRO dos - Principais atores, seus interesses e estratégias na rede sociotécnica do Bico do Papagaio (TO).**

**Fonte: elaborado pela autora, 2011**

Com base nestas observações, considera-se que ao circularem pela rede, horizontal ou verticalmente, esses atores transportam junto os seus interesses e suas estratégias. Nela, esses atores se inter-relacionam, intercambiam, trocam informações e práticas, circulam em torno da produção agrícola e do extrativismo do babaçu. Há posições convergentes entre a maioria dos atores quanto às estratégias de uso e preservação do babaçu, mas há posições inconciliáveis quando se trata da cata e queima do coco inteiro.

Vale salientar, que os diferentes atores indicados acima desenvolvem estratégias que afetam de uma forma ou de outra as práticas de produção agroextrativista e influenciam no processo de construção das redes. O desafio que se impõe a partir daqui é caracterizar e analisar essas estratégias de reprodução social, bem como identificar quais os efeitos que produzem sobre os elementos naturais, sobretudo no babaçu. Neste caso, a reprodução social passa a ser predominantemente fundada no agroextrativismo, portanto, apresenta estratégias e modos de produção específicos, que se traduzem nos saberes e nas práticas agroextrativas. A partir destas observações é possível identificar as diversas formas que assumem as estratégias de reprodução social dos grupos agroextrativistas do Bico do Papagaio e verificar como a agregação de valor ao babaçu se insere como alternativa para aquelas famílias na configuração da rede.

Com base nesse mapeamento, sintetizado no quadro 6, precisa-se agora entender como essa rede se estende horizontal e verticalmente centrando a atenção nas estratégias por meio das quais as formas de reprodução social se manifestam.

## **5. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA REDE: DOS SABERES ÀS PRÁTICAS AGROEXTRATIVISTAS.**

Este capítulo trata dos saberes e práticas de grupos agroextrativistas, referente ao locus empírico pesquisado, como parte das estratégias de reprodução social de famílias que sobrevivem do agroextrativismo (roça e babaçu), que se desenvolvem por meio de formas diferenciadas. Estes grupos, por meio da luta pela permanência de determinadas práticas tradicionais e pela necessidade de incorporação de novas práticas produtivas, em especial aquelas relacionadas às novas técnicas de manejo dos subprodutos do babaçu, estabelecem relações com diversos e diferentes atores (humanos e não humanos), mantêm uma série de vínculos, fluxos de conhecimento e de práticas em torno da produção agroextrativista (SABOURIN, 2001).

Segundo o entendimento aqui adotado, a tradução (que por princípio de simetria pode ser considerada como o próprio ato de produção das redes sociotécnicas e se expressa entre os polos sujeito e objeto, sociedade e natureza) das formas de reprodução social dos agroextrativistas do babaçu, no locus empírico selecionado, se efetivará nas inter-relações, nas interações, nas trocas de conhecimentos, nas alianças e associações mantidas entre os atores humanos e não humanos (TEIXEIRA, 2001). Pela tradução é que se conjugam, sem linearidade, práticas e saberes tradicionais com novas técnicas de produção, tecnologias adaptadas ao contexto local, sendo que nesse processo assumem importância atores não humanos como as prensas de óleo, as unidades de produção com uso de forrageira e a mini-fábrica de sabão.

Assim posto, a discussão analítica sobre as condições e possibilidade da reprodução social desses grupos baseia-se na noção de que parte das estratégias de reprodução adotadas no âmbito da produção agroextrativista pode ser apreendida a partir dos usos e manejos do babaçu: a coleta e quebra de coco, a transformação da amêndoa em subprodutos como o azeite, sabão e a extração do mesocarpo; da mediação sociotécnica: no sentido de articulação de uma série de ações de assistência técnica e extensão rural em função dos atores mobilizados; do acesso às políticas públicas e aos projetos de desenvolvimento; e da participação em órgãos colegiados.

## 5.1 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL BASEADAS NOS USOS E MANEJOS DO BABAÇU

Nesse subitem são abordados os usos e os manejos do babaçu que se manifestam nos saberes e nas técnicas desenvolvidas pelos agroextrativistas como parte das estratégias de reprodução social.

As práticas extrativas relacionadas ao babaçu fazem parte do calendário agrícola de milhares de famílias das comunidades e assentamentos rurais e ainda de famílias urbanas que moram nas periferias das cidades, na sua área de ocorrência no Bico do Papagaio, sejam detentoras ou não da propriedade da terra. Essas práticas se combinam com as atividades agrícolas dentro das estratégias próprias de cada grupo familiar.

Seguindo essas práticas, foram observadas três maneiras de exploração do babaçu, que ocorrem simultaneamente e, em geral, entrando em disputa por este recurso: uma maneira é a que se refere à exploração extrativista de base familiar, relacionada às práticas de coleta, quebra e beneficiamento do babaçu para fins domésticos e comercialização dos subprodutos; a outra maneira se relaciona à coleta do coco inteiro para o abastecimento da Tobasa bioindustrial praticada por atores que também são agroextrativistas; por fim, a exploração industrial visando ao aproveitamento integral do coco babaçu para fins comerciais.

Essas maneiras de exploração do babaçu demarcam novas interações na produção agroextrativista e constroem conjunto de práticas imbricadas de aspectos técnicos e sociais<sup>67</sup>. Tais práticas adquirem sentido nos processos concretos de interação entre agentes humanos e não humanos, por meio dos quais o agroextrativismo foi se constituindo enquanto um modelo de produção familiar importante para a reprodução social das famílias locais.

### 5.1.1 Exploração extrativista de base familiar: práticas, usos e manejos

O extrativismo do babaçu, segundo as lógicas de reprodução familiar agroextrativista, tem no suprimento da unidade familiar o seu principal objetivo, sendo que uma das características comuns às comunidades pesquisadas é o fato de ser praticado, majoritariamente, por meio tradicional, isto é, a coleta e a quebra do coco babaçu são realizadas manualmente da mesma forma que era praticada há séculos. No Tocantins, existem

---

<sup>67</sup> O que implica considerá-las *híbridas de natureza e de cultura* (LATOUR, 1994).

duas formas de extração da amêndoa: a quebra por meio do machado que é a mais comum e a quebra realizada com pedra conforme registro de pesquisa realizada pela pesquisadora Daniella Mitja (2006), na região sudeste do Tocantins (figuras 32 e 33).



**Figura 32 – jovem quebrando coco com machado**  
**Fonte: Acervo da pesquisa, março 2010**



**Figura 33 – mulher quebrando coco com pedra**  
**Foto: Daniella Mitja (2006)**

Essa forma de extrativismo envolve todos os componentes da palmeira (fruto, folhas, tronco e raízes), mas o fruto é o mais utilizado pelas quebradeiras de coco babaçu, sendo que é o que tem tido maior destaque no mercado. Registre-se, porém, que o carvão do coco babaçu tem despertado o interesse das diversas siderúrgicas, localizadas na área de influência do polo de Carajás (Pará e Maranhão)<sup>68</sup>.

O fruto é composto de quatro partes: o epicarpo, que corresponde a 11% do fruto e pode ser transformado em fibras e combustível; o mesocarpo que corresponde a 23% e se transforma em amido; o endocarpo, que corresponde a 59% e se transforma em carvão. No endocarpo se alojam as amêndoas que corresponde a apenas 7% do fruto. As outras partes da palmeira são mais utilizadas no âmbito doméstico e se destacam pouco no mercado. As folhas da palmeira servem de matéria-prima para a fabricação de utilitários domésticos e na armação e cobertura de casas e abrigos, também como forrageira servindo na época da seca de alimento para o gado; já a biomassa e nutrientes disponibilizados pelas folhas e troncos são utilizados como estrume nas hortas caseiras. O caule (estipe), se em bom estado, tem uso nas construções rústicas, como esteios e ripas. (SILVA e TASSARA, 1991; LORENZI, 2000; BRANDAO *et al.*, 2002, *apud* SILVA, 2008).

<sup>68</sup> Além do carvão, o babaçu vem sendo pesquisado como fonte alternativa para o biodiesel. Desde o ano de 2002, faz parte do Projeto Nacional PROBIODIESEL do Ministério da Ciência e Tecnologia MCT, instituído pela Portaria MCT nº 702, de 30.10.2002.

A coleta e a quebra (rompimento manual do fruto e extração das amêndoas), e o beneficiamento do coco babaçu são práticas que fazem parte das ações produtivas de quase todas as famílias das comunidades visitadas. Estas atividades – a coleta, a quebra e o beneficiamento do coco - correspondem a uma rotina que inclui também as atividades agrícolas e lidas domésticas a partir de uma divisão social do trabalho familiar. Em geral, essas atividades são desenvolvidas, principalmente, mas não só, por mulheres, durante todo o ano, muito embora exista um determinado período, o da entressafra (período das chuvas), em que há uma diminuição na produção do coco e, conseqüentemente nas atividades de coleta, quebra e beneficiamento da amêndoa.

Como já definido, na produção agroextrativista existe ligação direta das atividades extrativas com as atividades agrícolas, ou seja, há uma conciliação do trabalho agrícola com o extrativismo do coco babaçu. Vale observar que do ponto de vista da organização do trabalho familiar as etapas circunscritas às atividades extrativas e agrícolas obedecem a um calendário sazonal representado como verão e inverno. Um fator interessante a ser destacado, é que, a partir do calendário sazonal, foi possível observar que as atividades se intercalam entre calendário agrícola e calendário extrativo. No contexto do calendário agrícola, em determinadas etapas de trabalho há uma maior necessidade de mão de obra familiar, a exemplo do período da colheita. Nessa etapa, em função do período chuvoso, a coleta e quebra do coco diminui sensivelmente, permitindo que as mulheres participem dessa etapa agrícola.

No verão, período da safra do babaçu, as atividades relacionadas ao ciclo agrícola da roça diminuem, portanto, demandam menos mão de obra familiar. Assim, as mulheres se dedicam mais à quebra do coco. Nesse período há uma concentração na coleta e na quebra do coco, e, em alguns casos na coleta para armazenamento em casa a fim de ser utilizado no período chuvoso. No inverno – exatamente quando o trabalho no coco diminui por ser o período da entressafra do babaçu - período da colheita dos cultivos agrícolas, há uma maior participação das mulheres nessa etapa agrícola. Tem-se então, uma organização do trabalho dada pela articulação entre extrativismo e cultivos agrícolas como se percebe nesse relato de D. Maria Santana, da comunidade 20 mil:

Eu sempre trabalhei na roça e na quebra de coco desde os 10 anos de idade. Eu também faço carvão e na roça eu trabalho mais no inverno que o coco é pouco e fica todo inlamiado e mais difíci pra quebrar e fica ruim pra fazer carvão [...] na roça eu faço de tudo, planto e coio feijão, arroz, mandioca, eu capino [...]

No que se refere à atividade extrativa da quebra do coco, a divisão de tarefas é relativamente definida. Em geral, cabe à mulher (mães e filhas) a atividade de coleta e quebra do coco. Quando a quebra do coco vai ser feita em casa, às vezes os homens transportem a carga do coco em animal, para o quintal da casa para que a mulher proceda à quebra, embora essa atividade seja realizada quase sempre pelas mulheres; a feitura de carvão, a colheita da palha e a elaboração de produtos de uso doméstico (cofo, cercas, construção de casas e telhados, entre outros) também são práticas partilhadas entre homens e mulheres. Na prática, entretanto, esta divisão de tarefas é muito fluida.

Na dinâmica da quebra do coco, a mulher usa o machado e um cassetete para extrair a amêndoa. A maneira de realizar essa atividade já foi descrita por alguns estudiosos, mas, quase sempre, de um ponto de vista em que se associa essa forma de trabalho a noções como “arcaica”, “rudimentar”, “atrasada” e “pouco eficiente”. Valverde (1957), que atribuía o fracasso dos empreendimentos empresariais a quebra manual, descrevia a atividade da seguinte forma:

Para isso [quebrar o coco e retirar as amêndoas] usam um machado que elas mantêm de gume virado para cima, prendendo-o com as pernas; enquanto com uma das mãos manejam o coquilho sobre a lâmina, ao mesmo tempo, com a outra, vão dando pancadas com um pedaço de pau (VALVERDE, 1957, p.156 *apud* CARVALHO MARTINS, 2008, p. 99)

Essa é uma discussão diretamente relacionada às controvérsias envolvendo disputas no campo das tecnologias modernas, nesse caso, a disputa envolvendo a indústria e as quebradeiras de coco babaçu em torno da tecnologia pensada para a transformação do coco babaçu, conforme referenciado anteriormente. Latour (2000, p. 53), diz “que quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos e máquinas, entramos no meio das controvérsias. Quanto mais nos aproximamos, mais as coisas se tornam controversas”. Essa afirmação nos remete à necessidade de pensar a respeito da mobilização das quebradeiras à mecanização de uma etapa importante da produção extrativista do babaçu, a quebra do coco para extração da amêndoa.

De tal situação surgem as controvérsias, em que cada ator tem suas motivações e justificativas para as suas ações. De um lado, as quebradeiras de coco babaçu que praticam o extrativismo sem prescindir das formas tradicionais de coleta e quebra do coco, do outro lado, empresários e indústria que justificam suas demandas por uma inovação tecnológica para a quebra do coco babaçu a partir da lógica da acumulação e do utilitarismo da extração da amêndoa do babaçu.

As quebradeiras de coco babaçu fundamentam suas ações presentes na tradição do passado repassada de geração a geração. Frases como: “minha mãe me ensinou”, “eu aprendi assim”, “desde pequena eu quebro coco do mermo jeito”, “eu fui criada com o babaçu” apontam para tradição no sentido dado por Hobsbawm (1998), que entende a tradição na medida em que há referência a um passado histórico. Para o autor, o tradicional é um conceito que tenta captar algumas permanências históricas específicas que remete a práticas rituais e simbólicas reguladas por regras que orientam formas de comportamentos centrados na repetição.

Os empresários e a indústria constroem suas argumentações para defender os seus interesses a partir da mobilização de uma série de elementos, a exemplo das representações em torno do atraso e obsolescência da atividade de quebra de coco manual, frente aos requerimentos de escala e produtividade do mercado.

Carvalho Martins (2008, p.177), ao analisar o campo de disputa em torno dessa temática, chega à conclusão de que o que se tem pensado em termos de inovação tecnológica para a transformação do coco babaçu,

Tem prescindido do saber das extrativistas, que tradicionalmente extraem a amêndoa do coco. As iniciativas desta ordem se opõem à capacidade das organizações das extrativistas de criarem suas próprias competências técnicas e gerenciais, evidenciando uma situação de antagonismos sociais.

Não há imagem que possa caracterizar melhor a prática da extração da amêndoa do babaçu que a mulher sentada no chão usando um machado com gume virado para cima, prendendo-o com as pernas e com uma das mãos, segurando o babaçu em cima da lâmina, e com a outra um pedaço de madeira (cassetete) e batendo no coco para que dele se desprenda a amêndoa, que fica na parte interior do fruto. Esse é um processo que tem significado para a quebradeira de coco que vai além da atividade em si, ou seja, que extrapola o uso prático desse instrumento. Essa é uma ação balizada pelo domínio de habilidades secularmente transmitidas de mães para filhas, marcada por relações práticas e simbólicas, que garante a reprodução social das famílias agroextrativistas. Conforme diz a professora Araujo (2010), “a resistência do machado garante o futuro”<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> *Quebradeiras de Coco babaçu: a resistência viva contra práticas de genocídio*. Publicado em [http://www.viasdefato.jor.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55](http://www.viasdefato.jor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55): quebradeiras-de-coco-babacu-a-resistencia-viva-contra-praticas-de-genocidio&catid=11:artigos. Acesso em: 10.07.2010

Nesse sentido, esta forma tradicional de exploração, ainda, segundo Araujo (2010, p. 1), “constantemente interpretadas por determinados empresários, planejadores públicos e estudiosos como um ente do passado, de um tempo primitivo, portanto, atrasado”, é interpretada pela população local como meio de vida que se pode compreender como parte das estratégias que os grupos sociais acionam para garantir a sobrevivência familiar.

Adota-se o termo meio de vida no sentido dado por Ellis, (1999) que os define como sendo “as capacidades, atividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os elementos naturais que lhe servem de base”.

A adoção dessas estratégias não depende apenas do que as pessoas fazem pra sobreviver, mas fundamentalmente nos recursos que elas têm disponíveis com capacidade de construir uma vida satisfatória, os fatores de risco que elas devem considerar no manejo destes recursos e o contexto político e institucional que ajuda ou dificulta sua busca de uma vida viável ou de melhor qualidade

Esta atividade esteve incessantemente ameaçada tanto pela introdução de outras atividades produtivas, sobretudo, os monocultivos e a pecuária, quanto pela atividade predatória da cata do coco inteiro, que vem gerando a diminuição e escassez do recurso. Mas, nessa questão da exploração de base familiar, se observa que essas ameaças não têm impedido a continuidade da atividade extrativa, ao contrário, no contexto do Bico do Papagaio, a prática da quebra do coco não apenas continua sendo exercida como parece estar associada a novos sentidos e ressignificação da quebra do coco babaçu.

No decorrer da pesquisa de campo em meio às observações empíricas constatou-se que essas práticas realizada com técnicas tradicionais (juntar o coco, carregar numjacá ou cofo e transportá-lo numjumento ou na cabeça para casa ou juntar no *mato* debaixo de uma árvore, quebrar o coco para aproveitá-lo in natura e/ou transformado em subprodutos) utilizando ferramentas de trabalho consideradas de baixa tecnologia (machado e cassetete), tanto são realizadas isoladamente, no *mato* ou nos quintais de suas casas, quanto de forma coletiva.

Desse modo, as práticas extrativistas se apresentam como um elo importante nas relações estabelecidas no interior da rede sociotécnica. Sabe-se que uma rede sociotécnica é composta por actantes envoltos em fluxos, circulações, alianças, movimentos, acordos, negociações, translações, traduções, mediações, etc. (LATOURETTE, 1994; 2001). Assim sendo,

pode-se afirmar que a rede sociotécnica do agroextrativismo do babaçu se estabelece por meio das variadas formas de mobilização – conectadas e agenciadas entre si - adotadas por famílias agroextrativistas como meio de garantir a reprodução social. Dentre essa variedade de formas, destaca-se a mobilização em torno das condições de acesso à terra, ao babaçu e às políticas públicas; da garantia de manutenção dos seus modos de vida (práticas, saberes, meios de subsistência, tradições e costumes); diversificação dos produtos e elaboração de estudos da cadeia produtiva do babaçu, dentre outras.

No que tange às formas de acesso à terra e ao babaçu, estas influem diretamente, em termos de autonomia, limitação e/ou subordinação das práticas agroextrativistas. Nos locais onde predomina o acesso livre a esses recursos tende-se a configurar fortes relações de interdependência e interconexões entre as famílias e um maior grau de autonomia no que se refere aos processos produtivos. Por outro lado, nos locais onde os acessos a esses recursos dependem da autorização e/ou da proibição por parte dos proprietários de terra, caracteriza-se em uma limitação das práticas agroextrativistas que vão incidir nas formas de reprodução social.

Esse é o caso do povoado Pequizeiro, distante 20 km do município de Axixá – TO, com aproximadamente 103 famílias, caracterizado pela população predominantemente rural sem a posse da terra que sobrevive do arrendamento de terras para o cultivo das roças e da coleta e quebra do coco babaçu, esta última atividade dependendo da autorização dos proprietários de terra para o acesso das quebradeiras aos babaçuais. Conforme informações expressas nos relatos de D. Divina e D. Rosemeire, que afirmam que

[...] antigamente a gente quebrava o coco livremente que é do que a gente vevi, mas agora as terra toda é cercada e a cancela das quinta (fazenda) fica fechada [...] agora pra quebrar o coco, aí tem que pedir autorização dos dono da terra, a gente só entra nos cocos com permissão dos dono [...] há! tamém não pode quebrar nos pasto, tem que carregar os coco pra quebrar em casa [...] (D. Divina).

[...] aqui todo o povo daqui, sobrevive de coco, mas ninguém é dono dos coco que fica dentro das fazenda que são tudo cercado de arame, se o fazendeiro é bom, eles deixa entrar e juntar o coco [...] tudo depende da boa vontade dos donos, pra botar a roça é do mermo jeito, tem que pagar a renda pra botar a roça [...] (D. Rosemeire).

Divina e Rosemeire expressavam no decorrer de nossas conversas suas preocupações com a situação das quebradeiras embora reforçando a mudança ocorrida na dinâmica do povoado, nas suas vidas e das outras mulheres, após a filmagem do vídeodocumentário

*Raimunda, a quebradeira*. O documentário se tornou um dos porta-vozes das quebradeiras, ao retratar e divulgar as dificuldades cotidianas de mulheres quebradeiras de coco do norte do Tocantins, em especial daquelas que não participam de organizações formais e são alijadas das políticas públicas.

Pequizeiro foi um dos cenários do vídeodocumentário e muitas mulheres moradoras do local participaram das cenas. É importante destacar que, entre essas mulheres, estão incluídos basicamente aquelas em condições de extrema pobreza. São mulheres analfabetas ou semi-analfabetas, sem acesso às políticas públicas, com dificuldades para atender as necessidades essenciais da família, tais como alimentação, moradia, saúde, educação e vestimenta. Observa-se que todas sobrevivem da atividade agroextrativista (que combina o trabalho na quebra do coco e na roça), sem direito ao livre acesso e uso comum.

Essa é uma atividade relacionada diretamente à reprodução dessas mulheres e suas famílias, e diz respeito a uma *prática social* relativa ao uso desses recursos que se realiza de forma comum a todas as famílias. Portanto, dada essa importância, “não importa onde estejam situadas as palmeiras, se em área de domínio privado ou público, como tem classificado o nosso ordenamento jurídico, a despeito de haver sinalização de que essa forma, datada e periodizada, se encontra falida diante das situações reais<sup>70</sup>”, conforme atesta Shiraishi Neto (2005, p.4). Admite-se então que o impedimento ao acesso livre e autônomo a esses recursos interfere de forma significativa nas condições de reprodução social daquelas famílias.

O vídeodocumentário, que teve repercussão nacional e internacional, ajudou a dar visibilidade a esta comunidade e à luta diária dessas mulheres, o que resultou em estabelecimento imediato de vínculos com o cineasta Marcelo Silva, que é servidor do governo do estado, e com o poder público. Ainda na situação de trabalho de campo, em entrevista com o cineasta, ele comenta que “o governo viu a situação das quebradeiras”.

Para exemplificar essa afirmativa, no lançamento do filme realizado, no Espaço Cultural de Palmas, houve uma mobilização feita pela equipe do cineasta, que também é jornalista, no sentido de possibilitar a participação no evento de 50 mulheres quebradeiras de coco que participaram das filmagens. Com o patrocínio do governo do Estado e da prefeitura da Capital essas mulheres, cuja maioria nunca tinha feito viagem tão longa e não conheciam Palmas, participaram do evento, possibilitando, de imediato, um aumento auto-estima e o

---

<sup>70</sup> Segundo Shiraishi Neto (2000, p.47), nem o Direito Civil nem o Direito Agrário brasileiro e suas específicas legislações, atendem às necessidades dos segmentos de trabalhadores extrativistas, para quem as árvores são recursos mais importantes e estratégicos à reprodução social desses grupos que o próprio solo.

estabelecimento de uma rede de relacionamento com outros atores fora dos seus convívios diários.

Compreende-se que o sucesso desse evento só foi possível devido à articulação dos atores que foram capazes de agir a distância, como o governo do estado por meio de algumas secretarias e a prefeitura municipal de Palmas, quanto dos atores locais, como as quebradeiras de coco. O que interessa reter desse exemplo é a ênfase colocada no protagonismo dos atores locais e o estabelecimento de conexões desses atores com outros atores na rede sociotécnica do babaçu. A “rede se estende”, como diz Latour, e a estratégia discursiva adotada passa a ser a necessidade de ações governamentais para combater a pobreza, gerar renda e promover a inclusão social dessas mulheres e suas famílias. O conhecimento acerca dessas questões é, sem dúvida, uma forma de vínculo entre estes atores.

D. Rosemeire destaca em uma de suas falas que ao obter conhecimento e alcançar reconhecimento público – passar a ser reconhecida como a cantora do filme, viajar, representar as quebradeiras e a comunidade, aparecer no filme – ela e as outras mulheres passaram a ter “mais reconhecimento”, “apoio”, “prestígio” e “amizade”. A partir desse evento em Palmas, inicia-se um processo de interlocução envolvendo diversas secretarias do governo estadual e prefeituras municipais, organizações formais ligadas às quebradeiras de coco babaçu e as mulheres das duas comunidades<sup>71</sup> que participaram das filmagens.

Vale ressaltar, que até o ano de 2006, segundo D. Divina e D. Rosemeire, o povoado, apesar da proximidade como a sede do município, encontrava-se excluído das principais políticas públicas (saúde, educação, moradia, assistência social, agrária e agrícola), ou como comentam, abandonado pelos governos, vivendo como se “a gente tivesse sido esquecida do mundo, sem conhecimento dos nossos direitos”; com inexpressiva presença de organizações sociais de interesse coletivo, mesmo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em consequência, havia (e ainda há) uma dependência e subordinação das famílias aos proprietários de terra, implicando não apenas em subordinação a esses proprietários, mas também num quadro de invisibilidade perante o Estado e a sociedade.

Alguns aspectos dessa questão são apontados por moradores locais como condicionantes dessa subordinação. A necessidade de sobrevivência é sugerida como o elemento central nessa dinâmica. D. Marinalva Bento, uma moradora local de 29 anos de idade, com alguns problemas de saúde relacionados à atividade da quebra do coco

---

<sup>71</sup> Também serviu de cenário o povoado Lagoa de São Salvador, em Axixá do Tocantins.

(corrimentos, problemas de coluna, dor de cabeça, entre outros), relata que pela necessidade de criar os quatro filhos se subordina “aos dono das terra”; que o marido vive da roça arrendada e do trabalho de “roçar *juquira*” (trabalho com a capina e/ou preparo de pasto), que não têm terra e que “precisa do coco pra sobreviver por isso é que pedi permissão ao dono”.

O que se pode observar é que essa subordinação inscreve-se, antes de tudo, pela natureza das necessidades das famílias e pelos recursos de que dispõem para satisfazê-las (CANDIDO, 2003), bem como em uma situação de conflitos em torno do controle sobre os recursos extrativistas. Evidentemente, acontecem disputas entre os diferentes atores que seguem direções contrárias nas formas e usos dos elementos naturais, em especial, dos usos dos babaçuais. Para os fazendeiros/pecuaristas, cuja estratégia econômica está assentada no pasto e o gado - legitimada e reconhecida pelos governos estadual e federal -, o babaçu é classificado como “praga” ou “peste” que deve ser combatida, portanto, a tendência é eliminá-lo e, no caso dos agroextrativistas para quem o babaçu é um elemento marcador de suas identidades, culturas e histórias, e um recurso natural com forte potencial econômico, ele é utilizando em diferentes momentos de sua vida cotidiana, principalmente em circunstâncias específicas de solidariedade e reciprocidade desenvolvida no enfrentamento de situações da alteridade proposta pelos fazendeiros (BARBOSA, 2008).

Acerca das famílias do povoado Pequiizeiro, as práticas comunitárias de acesso à terra e ao babaçu são baseadas em regras diferenciadas. No caso do acesso terra para o plantio das roças, este é feito de forma individual, embora haja relações de troca de dia trabalho (entre parentes e/ou vizinhos) que é um intercâmbio de diárias de trabalho entre dois produtores para realizar as mesmas tarefas (SABOURIN, 1999). Dado o estado de evidente descapitalização, dificuldades de acesso a informações técnicas e aos créditos oficiais e por não terem a posse da terra, cultivam poucos produtos (basicamente arroz, mandioca e milho) no sistema de corte e queima com capacidade limitada de ampliação.

Já na prática do extrativismo do babaçu, os acessos aos babaçuais, em geral, são feitos de forma coletiva, baseados em regras de reciprocidades sociais, onde as relações de parentesco, vizinhança e compadrio assumem papel preponderante, embora os usos da produção sejam individualizados. Essas práticas e os modos de utilização desses elementos resultam em uma rede que se interconecta e se produz mutuamente, construindo espaços de sociabilidades e materialidades.

O fato das famílias agroextrativistas, nesse contexto, serem produtoras diretas da sua subsistência não significava que são auto-suficientes, ao contrário, elas têm que recorrer ao mercado para satisfazer todas as necessidades de consumo da família. A produção da roça não cobre todo o conjunto de bens reconhecidos socialmente como necessários para as despesas da casa, portanto, a extração do coco babaçu torna-se um complemento necessário visto que a única renda monetária, antes das famílias serem cadastradas em programas sociais do governo federal, provém da quebra do coco babaçu e da venda das amêndoas e do azeite.

Por se encontrarem num contexto de subordinação, exclusão social e privações, situação acentuada principalmente a partir do processo de expansão agropecuária na região, passaram a organizar suas estratégias de reprodução social, fortemente pautadas em redes de solidariedade primária (familiares, vizinhança, compadrio, entre outros). Foi possível constatar que estas redes desempenham um papel importante na resolução de problemas imediatos, contornando as deficiências originárias da ausência de ação pública, a exemplo de mutirões para cobrir uma casa, cuidados de crianças enquanto a família está trabalhando, apoio no tratamento de saúde com remédios caseiros (ervas medicinais), transporte de pessoas, entre outros. Estes foram exemplos mencionados em conversas informais realizadas no povoado Pequizeiro e em outros povoados e assentamentos rurais da região, o que confirma a tessitura de redes de solidariedade e de reciprocidade.

À tardinha, sentada na sala da casa nova de D. Divina, enquanto ela rememorava o tempo da liberdade de acesso à terra e ao babaçu, das privações e necessidades dos moradores locais, e o fato de ninguém se importar com “a vida dos pobre”, e da “bondade das pessoa” demonstrada, por meio do cuidado:

[...] na hora da precisão e da doença, os vizim, os parente, junta todo mundo pra ajudar cuidar, eles ajudam na coieta da roça, se uma muié parida (pós-parto) tiver precisão tamém não fica sem ajuda, pois as pessoa na hora da doença são muito prestativa [...] Sempre pobre é quem ajuda outro pobre, né?!

Ressalte-se, ainda, que anterior às filmagens do vídeodocumentário, segundo depoimentos, as famílias moravam precariamente em casas de taipa cobertas de palha de babaçu, com piso de chão batido, sem água encanada, ou seja, em local bastante insalubre; não havia organizações formais; não tinham acesso às principais políticas públicas; como dito, eram invisíveis para o Estado e a sociedade. Com a repercussão do vídeodocumentário em nível nacional e internacional e a consequente explicitação das condições socioeconômicas

dessas mulheres, o povoado ganhou visibilidade e as quebradeiras de coco passaram a ser reconhecidas pelo poder público tornando-se público-alvo de programas sociais, que serão detalhados e analisados no subitem 5.3.

Pode-se dizer, ainda que de forma provisória, que as ações implementadas nesse povoado não são suficientes para promover modificações no quadro de subordinação daquelas famílias e nem nas formas de uso e acesso aos elementos naturais. O que se percebe é que nele há um baixo grau de autonomia em relação ao acesso à terra e ao babaçu, o que limita a capacidade de enfrentamento a essa situação e coloca as famílias agroextrativistas em situação de vulnerabilidade, comprometendo que é da sua reprodução social.

Tem-se constatado nos diversos municípios do Bico do Papagaio grandes diferenças nas características da estrutura física e social– e conseqüentemente de vulnerabilidade – entre as comunidades. É o que se percebe, seguindo para outro ponto da rede, no Assentamento Rural Pontal, conhecido como Sete Barracas<sup>72</sup>, em São Miguel do Tocantins. Neste assentamento onde predomina o acesso livre aos elementos naturais, diferentemente do que acontece em Pequizeiro, se configura um maior grau de autonomia no que se refere aos processos produtivos. Na sua origem, o povoado que foi sendo ocupado a partir do ano de 1952, por migrantes nordestinos (grande maioria maranhenses) estabelece as bases para a configuração das relações sociotécnicas que culminaram nas atuais formas de acesso e usos das áreas de babaçuais.

Vários foram os fatos, as ações e as medidas que os atores humanos tomaram no decorrer do tempo para preservação dos seus modos de vida e garantia de sua reprodução social que influenciaram no estabelecimento da rede sociotécnica. Noutro sentido, os atores não humanos, também exerceram/exercem influências sobre a vida dos moradores locais, interferindo nas formas de viver, nos usos e nas maneiras de se inter-relacionarem.

Dos fatos, um que merece destaque é o processo de ocupação e apropriação do espaço. A escolha do local para fixação de moradia dos primeiros ocupantes esteve diretamente relacionada à existência de águas, terras (bastante terra livre), uma grande variedade de espécies vegetais, dentre as quais se destacavam os babaçuais. Esses ocupantes, advindos principalmente do nordeste estabeleceram relações com a natureza baseadas principalmente na agricultura de corte e queima, na coleta e quebra do coco babaçu, na caça de animais silvestres e, na pesca.

---

<sup>72</sup> Referência a primeira ocupação da área que, segundo informações dos moradores, foram levantadas inicialmente sete barracas.

Nessa relação com a natureza, contam os informantes, que até o ano de 1972 a população de Sete Barracas gozava de um clima de paz, muito diferente do vivenciado em outras partes do país e da região. Havia abundância de recursos (terra, animais silvestres, variedade de peixes e de árvores nativas, além do babaçu) e o acesso era livre; a terra podia descansar por até dez anos, formando uma “boa capoeira” (pousio); foram estabelecidas normas e regras consensuadas entre as famílias, relacionadas aos processos de apropriação das áreas para o cultivo agrícola e criação de pequenos animais. Essas normas e regras eram materializadas em diversas formas de relação horizontais, especialmente as denominadas solidárias, que Sader (1986) cunhou de “solidariedades horizontais”, sendo estas, segundo a autora, fundamentais para o estabelecimento de relações com agentes externos atuantes em outras esferas, como as do Estado e do mercado.

Uma referência a essas solidariedades pode ser tomada da resposta do Senhor Antonio Cipriano (seu Toim) quando indagado sobre como se definia os locais em que cada família estabelecería sua roça, visto que ninguém era dono das terras. Ele explicou que a terra era *solta* (terra de uso comum) e no momento de “cortar a terra pra botar a roça” os homens sempre entravam em acordo, pois ninguém era proprietário particular da terra. Se alguém “se agradasse de um local e escolhesse [escolhesse] esse lugar pra botar a roça” o outro companheiro escolhia outro local, “tudo no acordo”. Assim, não havia disputa: “todos se entendiam”, “se ajudavam” e “trocavam dias de serviços”. Deste modo, as formas de apropriação da terra, no povoado Sete Barracas, no primeiro período da ocupação, eram compartilhadas sob o regime de uso comum, mas os plantios eram feitos de modo individual pelas famílias, cada qual com o seu tamanho próprio de área plantada, paralelamente às práticas extrativistas e de ajuda mútua e solidariedade.

É importante mencionar, para melhor compreender as modificações sociotécnicas vividas em Sete Barracas (e que se estende à região do extremo norte do Bico do Papagaio), que, até o início da década de 1970, as famílias tinham no agroextrativismo (roça e babaçu) a principal atividade, praticada no sistema de uso comum, o que lhes conferia uma dependência da natureza. Alguns autores, já referenciados nos capítulos anteriores, demonstraram que o babaçu representa o elo entre as famílias agroextrativistas e a natureza e que o processo de trabalho com esse recurso, mais do que simplesmente a coleta, quebra e beneficiamento do coco, abrange também dimensões simbólicas que terminam por lhes conferir certa

peculiaridade no sentido de constituir um grupo social pautado em modos de vida e de trabalho específicos.

Desse modo, a interação entre estas famílias e o ambiente, nesse período, resultou em relações simétricas entre as famílias e entre estas e a natureza, manifestas principalmente nas relações de troca. As famílias investiam trabalho e cuidado com a natureza e em troca recebiam a produção. O cuidado com a natureza, segundo alguns recortes de uma das falas de seu Antonio Cipriano (seu Toim), dava-se por meio do não uso de corretivos químicos e do trabalho manual: “antigamente num tinha esse negócio de se usar veneno não, de passar trator no mato, tudo era na força do braço e no uso do machado e da foíce”; ao não se derrubar árvores sem necessidade: “a gente só derrubava as árvore no lugar de botar a roça, pra fazer as cerca e pra rachar uma lenha pra cuzinhar, mas as outra todas ficava de pé”; ao preservar os animais: “só se matava caça pra comer, ninguém matava caça pra vender”; e, em preservar o babaçu: “naquele tempo o babaçu era abundante e ninguém derrubava ou envenenava como fazem agora”.

Noutra forma de relação com a terra, havia integração entre o que a terra dava e a necessidade da família: “a gente sempre plantou arroz, mandioca, milho, abóbora, quiabo, feijão, tudo pro sustento da família”. Significa que havia uma adequação das plantas aos solos, conforme verificado por (WOORTMANN e WOORTMANN 1997, p. 65): “planta-se aquilo que o solo (da) naturalmente” e o que irão depois comer. Essas espécies que continuam sendo cultivadas na atualidade são usadas basicamente para o autoconsumo e pouco excedente é destinado ao mercado, funcionando, ainda, como uma espécie de poupança, a exemplo da mandioca que permanece no solo e do milho, que pode ser armazenado por algum tempo. Isso permite que sejam usados ao longo do ano, de acordo com as necessidades das famílias.

Observa-se que desde a ocupação dessa área, iniciada nos anos 1950, o agroextrativismo tem sido o modelo do uso dos elementos naturais. A partir de 1970, com a ação dos grileiros e a conquista da terra posteriormente, houve mudanças nas formas de uso dos elementos naturais, com a introdução de algumas inovações técnicas, a exemplo das sementes melhoradas, especialmente as variedades de arroz e híbridos de milho.

O ano de 1972 é definido pelos moradores locais como o ano que o clima de paz se altera diante da chegada de um grileiro, que afirmava ser o proprietário daquelas terras e conseqüentemente das mudanças nas relações com a natureza. Ao desconsiderar o fato de que essa área estava ocupada por diversas famílias, os grileiros e outros atores provocaram tensões

e conflitos que se multiplicaram num emaranhado de interesses inter-relacionados, nos quais foram mobilizados diversos atores: a igreja católica representada pelas CEBs e CPT; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o ex-prefeito de Porangatú, João Caninho (o grileiro); o juiz do Município de Itaguatins, João Batista de Castro Neto<sup>73</sup>; e os posseiros.

Em setembro de 1985, as famílias de Sete Barracas, por meio de ordem judicial, foram expulsas da terra por 160 policiais. Esse processo gerou não só a exclusão ao direito de uso e aproveitamento dos elementos naturais por parte daquelas famílias, mas também uma desagregação dos seus modos de vida. É neste contexto que é necessário entender como se construíram as reivindicações dos agroextrativistas e como eles alcançaram legitimidade por meio da mobilização de novos e velhos atores e redes, possibilitando a esses atores influenciar a maneira de se encaminhar os problemas e suas soluções.

A partir desses fatos se percebe a ameaça concreta de um processo de desagregação dos modos de vida daquelas famílias, uma vez que foram expulsas da terra que ocupavam há mais de três décadas e conseqüentemente expropriados de suas terras e das práticas do uso comum das terras e dos outros elementos naturais. Vale ressaltar que as famílias de Sete Barracas não experimentaram a mesma intensidade da violência física que marcou outros povoados da região, mas as marcas do processo como um todo estão registradas na memória de todas as famílias, que de outro modo também foram afetadas pelos conflitos.

Nesse cenário, surge um novo ator que se torna fundamental na tradução de interesses dos atores locais: o I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA, aprovado em 10 de outubro de 1985, que reafirmava o Art. 15 do Estatuto da Terra que prevê que “a implementação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social”.

Em Sete Barracas, as famílias se filiaram ao STR, estabeleceram relações com outros atores e passaram a exigir com base no recém aprovado PNRA seus direitos de posse da terra de uma forma mais direta. Uma das estratégias utilizadas foi a mobilização dos moradores, estimulada pela CPT, em torno da comprovação, mediante documentos da posse da terra anterior ao documento de propriedade da terra apresentado pelo grileiro, que era datado do ano de 1983. Todos os documentos apresentados pelas famílias (certidões de casamentos, batismos e óbitos) eram datados entre os anos 1960 e 1970, portanto, não deixava dúvidas sobre o direito de posse e uso das terras e dos outros elementos naturais.

---

<sup>73</sup> Um dos acusados de mandante do assassinato de Pe. Josimo.

Neste período, intensificam-se os fluxos horizontais e verticais de informação/comunicação entre as famílias locais e entre as organizações formais, visto que a ação política (dentro de uma dimensão temporal situada) só poderia se desenvolver a partir de um conjunto de ações paralelas e preparatórias, entrelaçadas na rede. E, como também reflete Soares (2009, p.141) esses fluxos passam a ter uma dimensão estratégica, “já que eram essenciais para a coordenação das ações locais (identificação das áreas improdutivas, cadastro das famílias, etc.) e nacionais (mobilizações, manifestações, negociações, etc.)”.

Extrapolando os limites da região do Bico do Papagaio para outras arenas e outras situações, as famílias de Sete Barracas e outras partiram para Brasília no dia 14 de Junho de 1986 para tentar uma audiência com o presidente José Sarney, que se negou a recebê-los. Nessas circunstâncias, buscam o engajamento de outros atores e mobilizam outros recursos, a exemplo da elaboração de uma carta para ser entregue ao presidente da república, expondo todas as reivindicações dos posseiros do Bico do Papagaio. Um dos atores que se engajou nessa mobilização foi Dom Ivo Lorscheider, que na época era o Presidente da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ficando responsável pela entrega da carta ao presidente Sarney. No dia 28 de junho deste mesmo ano, o presidente anunciou 37 desapropriações em todo o Brasil, dentre as quais a área de Sete Barracas, marcando assim as mudanças nas formas de uso e da propriedade da terra.

O ano de 1986, então, demarca as mudanças nas condições e nas formas de acesso e uso da terra e do babaçu em Sete Barracas. Foram assentadas, 35 famílias e em conjunto com criação do assentamento, emergindo os direitos básicos concernentes à condição de assentados, como a construção de infraestruturas (estradas, escola, residências, eletrificação rural, entre outros), assistência técnica, acesso à política de financiamentos, por meio do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e, atualmente, do PRONAF.

Pode-se verificar que em termos de legalidade da terra, a transformação da área de posse tradicional em assentamento de reforma agrária proporcionou aos assentados uma estabilidade em relação à posse da terra e ao acesso aos outros elementos naturais e algum grau de autonomia na determinação de seus sistemas de produção, provocando uma sensível melhoria nas suas condições de vida.

Em relação ao extrativismo do babaçu, identificou-se um elemento norteador da conduta das famílias de Sete Barracas. Há uma ética e valores que permeiam as práticas e os

usos desse recurso, pautadas em preceitos consuetudinários que regulam, nesse caso, a coleta e quebra do babaçu, baseados, sobretudo, na *lei do respeito* e em uma teia de reciprocidade social que possibilita o uso comum em consonância com os interesses individuais. Estes preceitos, condensados em códigos comunitários de condutas vividos e recriados nas práticas das famílias, são acordados e compartilhados entre atores da rede sociotécnica, espalhados em outros pontos da rede. Esses códigos deliberam sobre as regras de apropriação do babaçu, estabelecendo o que pode ser considerado aceitável ou não. As regras encontradas entre os agroextrativistas são: a) todas as famílias podem catar e quebrar o coco independente de quem seja o proprietário da área; b) não se pode cortar o cacho verde; c) não se pode derrubar e queimar a palmeira; d) não se pode catar o coco inteiro; e) não se pode catar o coco no mesmo pé quando já estiver alguém catando.

Enquanto essas famílias norteiam suas condutas em relação ao babaçu, como dito, pelos preceitos consuetudinários, a indústria do babaçu, na região, representada pela Tobasa bioindustrial estimula a prática da cata do coco inteiro. Ao projeto da cata do coco inteiro posto em prática por esta indústria, algumas famílias agroextrativistas aderem e passam a coletar o coco para atender a demanda dessa indústria. Assim, o denominado *catador(a)*, como no caso de outras regras onde também existem transgressões, é tido como aquele que transgride essas regras costumeiras e a condição e suas relações de trabalho relacionadas a essa atividade são consideradas como ilegítimas. Ao mesmo tempo, sob o viés da atividade industrial, a mesma atividade é tida como aquela que complementa a renda familiar. Portanto, para continuar a análise da rede sociotécnica é preciso seguir as especificidades e as estratégias dessa atividade.

### **5.1.2 A cata do coco babaçu: especificidades e estratégias**

A tarefa de catar o coco inteiro, mesmo sendo praticada por pessoas do mesmo grupo social, isto é, por agroextrativistas, tem criado uma situação de tensão e rivalidade interna entre aqueles categorizados como *catadores* e as quebradeiras de coco babaçu. Diz respeito a uma atividade realizada por pessoas da região que coletam os cocos na mata para vendê-los integralmente à Tobasa bioindustrial S.A., se contrapondo, portanto, a uma das estratégias de reprodução social do agroextrativismo até então baseadas no aproveitamento integral do babaçu.

O aparecimento desta atividade tem provocado mudanças nas práticas extrativista na região e uma situação de rivalidade entre catadores e as organizações das quebradeiras de coco babaçu. De um lado, *catadores de coco* (homens, mulheres e crianças muitas vezes da mesma família), que adentram as áreas de ocorrência do babaçu para coletar o coco inteiro, que são repassados para a indústria que compra esse coco para o aproveitamento integral. Do outro lado, as quebradeiras de coco babaçu, organizadas em movimentos, que percebem essa prática como predatória, como perda de oportunidade de aumentar sua renda a partir da extração dos subprodutos (azeite, óleo e mesocarpo).

A indústria contrata os catadores que ela denomina “formiguinhas” (que adentram os locais de maior concentração de palmeiras produtivas), especialmente em torno da RESEX Extremo Norte do Tocantins para fazer a coleta do coco. Tais formiguinhas catam o coco inteiro, enchem os sacos ou jacás e depois transportam as cargas por meio de jumentos para a beira da estrada e despejam em depósitos, também chamados sacolões (que comportam de 10 a 15 jacás ou sacos de coco, que correspondem a um metro cúbico), alocados em locais estratégicos de acesso fácil aos caminhões automatizados que vão recolher essa produção *in loco* e em seguida transportar para a empresa (figura 35).



**Figura 34 – Depósito (sacolão) na beira de uma estrada e caminhão da TOBASA – S.A carregados de coco babaçu.**

**FONTE: Acervo da pesquisa (2009) e João Morita (2010)**

cálculos das organizações das quebradeiras, essa mesma quantidade de coco, se processada pelas famílias, pode triplicar a renda só com a produção do azeite. No período da pesquisa de campo, cada saco de coco custava R\$ 1,20. Deste tanto, se quebrado manualmente, poderá render até 12 kg de amêndoas (o bastante para produzir um litro e meio de azeite, vendido entre R\$ 5,00 a R\$ 6,00); um quilo de mesocarpo, vendido também entre R\$ 5,00; e uma média de quatro latas de carvão de casca para consumo próprio das famílias ou para venda no comércio local (cada lata de carvão custa em média no comércio local R\$ 3,00).

Dados da pesquisa indicam que a cata do coco se dá em maior quantidade do que a coleta e quebra do coco, o que tenciona as relações entre os *catadores* e as quebradeiras de coco vinculadas a algumas das formas organizativas existentes na região. Evidentemente, ao se analisar o posicionamento das organizações das quebradeiras relacionado a esta questão, é preciso considerar o espaço social em que cada ator está inserido e as relações entre estes e o meio onde vivem.

Em diversos depoimentos ou falas feitas pelas quebradeiras de coco, por assessores técnicos e sindicalistas fica evidente esse tensionamento. É o que se percebe por meio das seguintes frases, anotadas no decorrer da pesquisa de campo: “Esses catador de coco quando entra na área do babaçu sai catando tudo, é coco caído, é coco no cacho, é coco seco, é coco verde, quando se dá fé não sobrou nada pras quebradeira”; “esse povo é que nem ladrão, a gente não vê quando entra e nem quando sai, só vê a destruição que deixa”; “quem junta coco inteiro e vende pra Tobasa não é as quebradeira não, é gente que não tem o que fazer e nem tem compromisso com a questão do babaçu”; “se a quebradeira começar a vender coco inteiro ele deixa a função de quebradeira e passa a ser uma simples catadeira”

Vale ressaltar que nessas duas modalidades de apropriação do babaçu (coleta e quebra e cata do coco inteiro), os agroextrativistas não abandonam o trabalho com a terra e o babaçu, que na segunda modalidade está orientada para uso doméstico. Ambas modalidades têm sempre uma parte da força do trabalho familiar voltada à atividade extrativista, realizadas, sob esse aspecto, com o mesmo objetivo: garantir a manutenção e a reprodução familiar. Mesmo entre as famílias que coletam coco inteiro, elas não destinam toda a coleta para a Tobasa, parte da produção destina-se ao consumo próprio.

No período que se percorreu os municípios e os povoados foram mantidos contatos com famílias que não participam de nenhuma organização formal, sendo que algumas delas trabalham na *cata do coco*. A justificativa é que não existe mercado para a produção da amêndoa, além do baixo preço pago pelos compradores e intermediários que compram a amêndoa por um baixo preço para revender para a Tobasa por um custo maior:

[...] muié, cê sabe quanto custa um quilo de bago (amêndoa) de coco? Depois eu lhe digo, só 0,60 centavo e às vez chega a 0,70 e o atravessador (intermediário) passa pra Tobasa por R\$ 1,00 e óia que às veze a gente nem pega no dinheiro pra fazer outro tipo de ganhança, a gente entrega todo o coco no comércio e aí tira um quilim de açúcar, ou quilim de arroz, quando dá fé a gente ainda inté fica devendo [...] às veze se trabáia o dia todo, a semana toda e num se pega num tustão furado. Agora a Tobasa paga 10,00 ou 12,00 real no saco do coco e o dindim é pago na hora [...] eu merma já

juntei muito coco pra Tobasa, dois saco pra ela e um pra mim (D. Maria da Silva, da comunidade Pequizeiro).

Esse pensamento não se restringe a apenas uma pessoa, como pode ser observado na fala de Marinalva, de 29 anos: “a cata do coco pra Tobasa é um quebra galho pra pessoas pegar um dinheirim a mais e mais rápido, né?”. Afirma ainda, que quebrar o coco é mais difícil porque além de ser um serviço pesado, não tem comprador certo para a amêndoa. Ao ser questionado se transformar o coco em azeite não lhe renderia mais, ela diz que o azeite rende mais, mas também não existe comprador certo e é um produto facilmente perecível.

Os relatos e comentários advindo de homens e mulheres que não são detentores de terra e não participam de organizações formais evidenciam que a atividade da cata do coco inteiro está relacionada às condições de extrema necessidade ao valor monetário pago pela empresa: “Muié, a gente se asujeita ás firma porque é o jeito, só a Tobasa que tá comprando certim, pagando certim, paga poco, mas paga, têm outro jeito?”. Afirma e questiona uma quebradeira de coco da região que também coleta coco para a Tobasa.

Almeida e Shiraishi Neto *et al* (2005, p. 95) definiram a situação social e as condições de trabalho dos catadores de coco como representantes de

Uma camada de trabalhadores eventuais e sob assalariamento por produção, com menos autonomia econômica e mais submetida aos ditames da administração empresarial. A forma de contratação faz com que rivalizem a coleta de forma absolutamente individualizada, rivalizando com os demais trabalhadores na tentativa de coletar maiores quantidades. O salário é medido pela quantidade coletada.

Pode-se, para uma melhor compreensão, ainda tomar como referência a noção *de estratégias de diversificação dos meios de vida*<sup>74</sup>, definida como

Um processo segundo o qual as unidades domésticas criam um leque de atividades e de apoio social visando à sobrevivência, à melhoria do seu padrão de vida e à garantia da reprodução social e econômica, que se dá fundamentalmente pela diversificação das ações estabelecidas pelos indivíduos e pelas famílias. (ELLIS, 2000, p. 15).

Essa diversificação se dá a partir de *escolhas*, entendidas como ação voluntária e pró-ativa das famílias, ou a partir de *necessidades*, entendidas como a ação involuntária das famílias mediante problemas ou acontecimentos não esperados.

<sup>74</sup> Essa noção embora diferindo em alguns pontos do referencial da ANT, visto que nessa noção a centralidade se dá sobre as pessoas e não inclui os não humanos, há pontos de convergência entre elas, a exemplo da visão integrada sobre a realidade adotada por ambas, e de admitirem que essa realidade seja dinâmica, saindo, portanto, de distinções do tipo local/global para tratar com essa realidade.

Com base nessa noção, argumenta-se que a grande maioria das famílias agroextrativistas ainda não são detentoras de terra, não participam das organizações formais das quebradeiras de coco babaçu e não tem acesso fácil ao mercado, assim sendo, diante da *necessidade* de garantir a reprodução social de suas famílias, estes/estas *catadores/catadoras* se submetem às regras das empresas e aos preços impostos por elas. Neste caso, acredita-se que estas atividades representam, em alguma medida, iniciativas para contornar essas necessidades.

Apesar de se observar que tal situação pode colocar em xeque a dinâmica tradicional das atividades agroextrativistas, é fato que tais práticas coexistem com as formas antigas de exploração agroextrativista, em uma mesma perspectiva: da reprodução social das famílias.

Assim, para além da discussão dos conflitos entre quebradeiras e catadores de coco, entende-se que as atividades de coleta e venda do coco inteiro respondem não apenas à demanda da Tobasa, mas refletem estratégias de subsistência. Basta pensar nas necessidades de aquisição de certos bens de consumo não disponibilizados pela produção local e que, todavia, são imprescindíveis à subsistência familiar tais como açúcar, sal, café, entre outros. Dessa perspectiva, mesmo diante do argumento de que “a coleta de forma é absolutamente individualizada”, e concordando que o fornecimento do coco inteiro para a indústria parte de produtores individuais, as informações obtidas no trabalho de campo, em especial pelos relatos ouvidos, apontam para a continuidade das inter-relações entre os moradores locais e as práticas agroextrativistas. Se, entre os grupos formais e não formais, as formas de apropriação do babaçu, assim como as técnicas e diversificação produtivas, existem variações, é certo que localmente existe uma rede ligada por vínculos de compadrio, afinidade e parentesco que se expressam nas formas de diversificação da produção agroextrativista e formas de sociabilidade.

Ao tomar-se como critério de análise os conceitos de tradução, “cujas práticas são responsáveis pelas misturas que fazem surgir incessantemente os híbridos de natureza e cultura” (LATOURET, 1994, p.16), ao analisar-se a modalidade de apropriação do babaçu a partir da cata do coco inteiro, pode-se ter uma visão das práticas de tradução ao deslocar-se o olhar para o movimento do babaçu na rede. Como diria Law (1997), o babaçu não se deslocou, mas antes, passou por movimento de tradução que foi lhe conferindo diferentes versões em função do papel desempenhado em cada um dos coletivos que pôde compor. As

práticas de tradução, nesse caso específico, podem ser apreendidas, por exemplo, a partir da exploração industrial do babaçu feita pela Tobasa a ser analisada no capítulo 6.

Portanto, muito além de somar argumentos a favor ou contra os catadores de coco, é importante compreender que as relações estabelecidas em âmbito local entre a diversidade de atores (humanos e não humanos) são viabilizadas e sustentadas por relações que se encontram conectadas entre si por meio de diferentes processos de tradução, responsáveis pelas misturas que fazem surgir incessantemente os híbridos de natureza e cultura (LATOUR, 1994), a exemplo do azeite de babaçu, manuseado artesanalmente. Assim sendo, interessa aqui ressaltar que, as estratégias de reprodução social adotadas por cada grupo familiar são guiadas no sentido do enfrentamento dos seus problemas cotidianos frente a um processo que tende cada vez mais à sua exclusão social e são traduzidas num conjunto de práticas produtivas *híbridas* de natureza e cultura.

Toma-se essa ideia considerando que as atividades produtivas, nesse espaço empírico, contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os agroextrativistas agem sobre esse espaço. Nestas atividades cotidianas, as pessoas, combinam técnicas e práticas mais ou menos tradicionais e mais ou menos modernas. Em função do fato de nas áreas de agroextrativismo do babaçu, a exploração de base familiar se basear geralmente sobre um padrão calcado num sistema tradicional de coleta e quebra do coco que “institucionaliza um sistema de regras que alimentam o seu modo de produção” (CASTRO e ACEVEDO, 1998, p. 158) considerado fundamental para alcançar o fim de sua reprodução social, emerge diferentes expressões e formas da diversificação da produção, como se verá a seguir.

## 5.2 EXPRESSÕES E FORMAS DA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA

Admitindo-se que uma das especificidades do agroextrativismo, quanto à intervenção das populações locais nos ecossistemas naturais, é a diversificação do uso dos recursos em sistemas de coleta, cultivo e criação de animais que são meios de viabilizar sua reprodução social, as expressões e formas da diversificação representam algumas medidas tomadas por parte das famílias agroextrativistas para contornar as principais limitações econômicas com as

quais se vêm confrontadas no seu dia a dia. Tais estratégias materializadas, nesse caso, na produção de amêndoas, azeite, mesocarpo em escala local, entre outros produtos representam, atualmente, um importante potencial de agregação de valor e de forma complementar as outras ocupações já realizadas pelas famílias locais, resultando em melhorias na renda, na dieta alimentar e também na qualidade de vida destas famílias.

Um dos elementos da rede sociotécnica que dá suporte a essa diversificação é a mobilização de um conjunto pessoas, recursos, conhecimentos e objetos como a panela, a prensa e o pilão dentre outros, aliada às técnicas tradicionais e/ou novas técnicas que trazem ou reforçam significados sobre o que é produzido nessa diversificação. Esse elemento torna-se importante, visto que, como observa Callon (2008, p.307-308), “não se pode compreender a ação humana, e não se pode compreender a constituição de coletivos, sem levar em conta a materialidade, as tecnologias e os não humanos”. Portanto, descrever e analisar essa diversificação requer pensar nessa mobilização e nestes elementos que circulam na rede na qual tradição e modernidade sobrepõem-se confundindo-se com o cotidiano, conforme preconiza Latour ao afirmar que o presente não supera o passado, ao contrário, o presente é ele mesmo um híbrido de tempos.

No processo de diversificação da produção agroextrativista, a exploração primária do coco babaçu dá origem, principalmente, a três subprodutos: as amêndoas para a extração do óleo e do leite, a casca utilizada para produção de carvão e o mesocarpo para a produção de farinha utilizada para usos alimentares e medicinais. Para aprofundar a compreensão sobre esse processo é preciso considerar que no processo de diversificação dessa produção agroextrativista estão envolvidas várias dimensões da existência das famílias agroextrativistas. Significa dizer que é importante ter em conta, por exemplo, que essas práticas entram em disputa com empreendimentos que dialogam intrinsecamente com a dinâmica econômica global, por meio da apropriação dos mesmos recursos para processos industriais, a exemplo da Tobasa bioindustrial.

No que concerne aos saberes mobilizados na produção dessa diversificação, observa-se que demandam conhecimentos e técnicas específicas, as quais, em seu conteúdo, constituem uma relação de complementaridade. Compreender essa diversificação como parte das estratégias de reprodução social requer seguir cada uma dessas dinâmicas atentando para a operação da tradução (CALLON, 1992), considerando as práticas de sentido a respeito dos não humanos, em específico, o babaçu. É o que se pretende focar a seguir.

### 5.2.1 A extração e os usos da amêndoa do babaçu

A amêndoa que é o principal produto extraído do coco babaçu, e que possui valor de uso doméstico, mercantil/industrial apresentando uma multiplicidade de usos e grandes perspectivas de utilização tecnológica na indústria de cosméticos e alimentos. Atualmente é usada na elaboração do azeite e sabão artesanal para uso doméstico, e na produção industrial ou artesanal de óleo e margarinas, sabão, sabonete, dentre outros.

Embora se reconheça que estão em curso processos de transformações que se relacionam com a produção e usos da amêndoa do babaçu, é fato que as formas tradicionais de apropriação da amêndoa se relacionam com a tradição da quebra do coco e dos usos domésticos e se reflete, na atualidade, nas práticas e nas formas atuais de representação e mobilização das quebradeiras de coco babaçu, que têm privilegiado as discussões em torno das experiências econômicas desenvolvidas pelos diversos e diferentes grupos organizados de mulheres quebradeiras de coco babaçu.

A tradução, que significa expressar na sua própria linguagem o que os outros dizem e querem, aponta, nesse caso, para as relações de interdependência imbricadas às práticas socioculturais da extração da amêndoa do babaçu, onde a efetividade desta atividade mobiliza um passado, cimentado na ideia de tradicionalidade que remete a “uma maneira de ser, uma maneira de existir, uma maneira de reivindicar, de ter uma identidade coletiva” (ALMEIDA, 2006), ou seja, refere-se à coletividade. Sobre essa noção, Giddens afirma que tradição:

[...] são sempre propriedade de grupos comunidades ou coletividades. Indivíduos podem seguir tradições ou costumes, mas as tradições não são uma característica do comportamento individual do modo como os hábitos são (GIDDENS 2007, p. 54).

Desta maneira, entende-se que a adoção tanto do uso da categoria “tradicional” na diversificação da produção agroextrativista, quanto do uso comum dos babaçuais faz parte das estratégias de reprodução social e traz consigo a necessidade das famílias agroextrativistas não só promoverem essa diversificação, mas também de recorrerem às estratégias organizativas que englobam as organizações informais e/ou formais de base comunitária, bem como as organizações formais localizadas em outros espaços.

O processo de tradução envolveria, nesse caso, as relações sociotécnicas tal como vem sendo observado empiricamente junto às organizações formais e informais das mulheres

quebradeiras de coco babaçu que: a) integram organicamente relações socioculturais e técnicas uma vez que as quebradeiras de coco, em geral, não costumam separar os problemas relacionados ao domínio da prática extrativa do domínio das relações sociais, políticas, afetivas e simbólicas; b) trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica por meio do qual buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto um grupo social; c) tecem práticas e trocam conhecimentos, trazendo a todo o momento novos elementos para a rede via negociações estabelecidas com outros atores.

Uma das etapas dessa tradução diz respeito às transformações ocorridas no âmbito do processo de extração da amêndoa, notadamente em função das formas de apropriação das áreas e das políticas de incentivo à produção agropecuária. De acordo com as informações obtidas durante a pesquisa de campo, a quebra do coco, para a extração da amêndoa, assim como os outros processos de diversificação da produção agroextrativista, podem ser analisados a partir dos processos históricos: o período que antecede os conflitos agrários; o período das grilagens das terras e o período da implantação e implementação dos assentamentos rurais na região, notadamente a partir do ano de 1986.

Esse primeiro período, marcado pelo processo de ocupação por parte dos posseiros, a rigor, demarca o “tempo da abundância” do coco na região do Bico do Papagaio. É descrito pelos informantes como uma fase em que praticamente todas as famílias sobreviviam quase que exclusivamente da roça e do extrativismo do babaçu. Em relação ao extrativismo, a unidade produtiva era praticamente autônoma e responsável pela produção da maioria dos gêneros de consumo necessários à reprodução familiar.

Nesse sentido, a extração da amêndoa, vista como uma atividade complementar ao trabalho na roça realizado nas unidades familiares, destinava-se prioritariamente à satisfação das necessidades internas do grupo familiar e à venda do excedente para a aquisição de bens de consumo que não eram produzidos na unidade de produção familiar. A produção da amêndoa era praticada livremente e não lhes faltavam compradores (leia-se, atravessadores), como asseveram suas falas:

[...] quando cheguei aqui no Sítio Novo não tinha tanto morador como agora, tinha muita terra e muito babaçu. O Antô (esposo) botava roça e eu quebrava um pouco de coco pra tirar o azeite pra temperar a cumida, eu não quebrava muito coco não, mais as mulher daqui todas quebravam coco, não tinha uma que não quebrasse coco [...] O coco era pra tirar o azeite, fazer sabão, tirar o leite do coco pra temperar a cumida, fazer carvão das casca pra cozinhar e o resto dos bagos (amêndoas) era vendido lá na Imperatriz e aí lá

já se comprava sal, querozene, açúcar, calçado, roupa, essas coisa que todo família tem precisão em casa né verdade? Tudo era comprado com o dinheiro do coco e o povo não passava tanta precisão como agora. (Elisa Lopes, Sítio Novo do Tocantins).

[...] antigamente aqui no São Miguel era muito bom de coco, vixe Maria, era muito coco e ninguém se importava com ele, qualquer pessoa que quisesse podia quebrar! eu merma nunca passei precisão. Foi o coco que criou todo mundo aqui de casa. Minha mãe se criou dos coco, eu me criei dos coco e criei meus filho dos coco. [...] meu marido botava roça e dava muito arroz, macaxeira, feijão, milho, fava e tudo pra sustentar a casa, e eu quebrava o coco pra botar pra dento de casa e também pra vender, não faltava comprador, não é como agora que além do coco ser pouco que as veiz não dá nem pro gasto de casa e o pior é que a gente num acha mais comprador e quando aparece eles pagam muito poco [...] muié de Deus, todas essas mudança cumeçou no tempo dos confritos da terra, na época dos grilheiro e do Pe. Josimo que foi quem ajudou o povo a se libertá. (D. Deuselina, São Miguel do Tocantins)

Considera-se que a noção de tempo não deva ser utilizada aqui como um panorama geral, mas com o entendimento de que o presente não supera o passado, apenas reflete modos específicos de relação e apropriação, nesse caso dos recursos da natureza, que o tempo provocou transformações significativas nas formas de produção e usos da amêndoa do babaçu, principalmente após o processo de apropriação das terras “por grileiros”, segundo os termos dos informantes.

O que se pode observar, é que o conjunto de processos ou situações sociais vividas pelas famílias do Bico do Papagaio no passado ou “antigamente” está relacionado à sua reprodução social e que a produção da amêndoa em consórcio com a produção da roça era suficiente para garantir, naquele contexto, essa reprodução. Nesse período, as amêndoas destinadas para comercialização, que eram produzidas em unidades familiares autônomas, eram repassadas para comerciantes locais (quitandeiros) que faziam parte de uma rede de intermediários, na cadeia produtiva do babaçu. O destino final dessa produção era as indústrias de óleos localizadas na cidade de Imperatriz-MA e Tocantinópolis-TO. Já na fase seguinte, “no tempo da grilagem”, a produção da amêndoa sofre restrições e interfere diretamente no autoconsumo familiar e na relação de compra e venda das amêndoas.

Antes de se avançar na compreensão deste processo, a partir do marco conceitual adotado, é importante ressaltar que: a) o babaçu é um recurso no qual ao seu redor circulam diversos atores; b) nessa circulação são estabelecidas relações com diferentes formas de interação entre humano/humano e humano/não humano; estabelecem-se vínculos explícitos na

interação das quebradeiras de coco com o babaçu, que são mediados por valores, símbolos, linguagens, representações sociais e técnicas próprias de manejo.

Partindo dessa perspectiva é que se faz necessário a tarefa de tradução. De imediato, um dos aspectos a se destacar é que dentre as várias interações com o babaçu, uma que se torna bastante evidente e que se efetiva no segundo momento demarcado pelas quebradeiras de coco: o período das grilagens das terras em que a quebra do coco para a extração da amêndoa deixa de ser praticada livremente, conforme apresentado no capítulo 4. Os diferentes atores que emergem nesse período, que vão agir na dinâmica da paisagem local, imprimem cada um à sua maneira diferentes sentidos ao babaçu, com implicações para as quebradeiras de coco, diante da imposição, nesse contexto, de adequarem a extração da amêndoa e os outros usos do babaçu à dinâmica da privatização da terra.

O ponto central da análise é a compreensão de que a grilagem das terras, com apoio do aparato estatal, imprime mudanças significativas na relação das famílias agroextrativistas com a terra e o com o babaçu. Significa, então, compreender essa dinâmica no âmbito do cotidiano e da coletividade das famílias que desenvolveram formas de resistências ao processo de grilagem das terras e à proibição e/ou limitação do acesso ao babaçu.

De acordo com as informações levantadas, os reflexos dessa dinâmica podem ser analisados a partir da articulação local, regional e interestadual em defesa do “coco preso” e da expansão do processamento dos subprodutos do babaçu a partir do trabalho manual realizado pelas quebradeiras. Nessa ótica, por exemplo, as diferentes formas de organização para a produção assumidas pelas mulheres quebradeiras de coco são definidas como estratégias de enfrentamento às condições de sujeição e em muitos casos ainda estão expostas.

A experiência da ASMUBIP, CASB, AMB, MIQCB e CNS dentre outras organizações localizadas em regiões do Piauí, Pará, Maranhão e Tocantins, retrata bem a situação em que as estratégias organizacionais, ao mesmo tempo em que estabelecem vínculos e conexões entre mulheres quebradeiras de coco e outros atores, fornecem elementos para a organização e utilização, desde a perspectiva das comunidades dos usos humano do babaçu pela rede sociotécnica, e para a formação de vínculos solidários. Pressionadas pela possibilidade da imobilização da força de trabalho, advinda da privatização das áreas de ocorrência do babaçu, da pecuarização, dos projetos industriais e mineradores e a consequente destruição de seus modos de vida, as quebradeiras de coco babaçu elaboraram estratégias de garantia de sua reprodução social e de proteção de seus saberes tradicionais.

Ao redor dessa questão não se pode deixar de fazer referência às situações recorrentes no Bico do Papagaio. No decorrer da pesquisa de campo, percorrendo todos os municípios do extremo norte dessa região, ouvindo e observando as pessoas, os interesses comuns, os valores compartilhados, uma referência comum a esta questão centrou-se nos incentivos à pecuarização, que submete as quebradeiras de coco ao sistema de “quebra de meia”, na qual são obrigadas a entregar ao proprietário das terras metade das amêndoas coletadas, como taxa pela utilização da terra e/ou o cerceamento da colheita do babaçu por parte das mulheres.

Nesse contexto, discute-se o extrativismo do babaçu como fundamental para manutenção da unidade familiar de produção e de consumo, e tenta-se demonstrar a incompatibilidade dessa atividade com a apropriação privada do babaçu e, concomitantemente, com a necessidade de que as quebradeiras de coco acessem livremente esse recurso extrativista.

Quanto à organização de produção e usos do babaçu pelas famílias agroextrativistas, segundo os princípios do livre acesso e preservação dos babaçuais, lei do babaçu livre, gênero, de base econômica não homogênea, entre outros, identificou-se várias situações em que as quebradeiras de coco, em específico as que não são beneficiárias da política de assentamentos rurais, ainda não têm garantia de acesso livre aos babaçuais mesmo em municípios onde a lei já foi promulgada, a exemplo de Praia Norte e Axixá do Tocantins.

As famílias com quem se conversou, em geral, relatam que “o tempo da grilagem das terras” foi o tempo de maior restrição à atividade extrativa da amêndoa do babaçu e de sujeição aos denominados proprietários de terra. Por outro lado, é o tempo em que estas famílias elaboraram estratégias de mobilizações desenvolvidas localmente, porém, articuladas com outros grupos de outros espaços regionais e/ou interestaduais, na busca de soluções para as questões relacionadas aos acessos a terra e ao babaçu. Essas mobilizações são associadas não só à garantia de produção, mas igualmente à demanda das famílias agroextrativistas por melhorias nas suas condições de vida, legitimação para suas intervenções e pelo enfrentamento de alguns tabus relacionados às questões de gênero. Portanto, essas mobilizações potencializam outros processos como os debates em torno da lei do babaçu livre, os diálogos entre pesquisadores e as organizações das quebradeiras de coco e a própria auto-estima das mulheres e, contribuem para a emergência da categoria política de auto-designação “quebradeira de coco babaçu”, com visibilidade no campo intelectual (CARVALHO MARTINS, p.140).

Os exemplos e/ou depoimentos fornecidos pelas famílias com quem se manteve contato, fornecem pistas importantes para entender essas estratégias. Mediante as dificuldades e ou até mesmo a proibição da atividade pelos que se diziam “donos das terras”, as mulheres e suas famílias elaboram estratégias de mobilizações e/ou enfrentamentos materializados nas mobilizações e vínculos estabelecidos com diferentes agências: Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Associações e/ou Movimentos de Mulheres; Organizações Não Governamentais; e os Assentamentos Rurais. A existência dessas diversas agências aponta a possibilidade de estabelecimento de parcerias, diálogos, trocas de experiências e socialização de informações entre os diversos atores que circulam na rede.

É frequente e comum para as quebradeiras de coco, envolvidas diretamente com as lutas políticas, a utilização de práticas de extração da amêndoa baseadas em diferentes estratégias de acesso aos babaçuais face às proibições e ou regras restritivas de acesso aos babaçuais impostas pelos proprietários de terra. Dentre essas estratégias uma que demarca bem a mobilização e o enfrentamento a essa situação, que as mulheres denominam de sujeição (referindo-se ao controle que os proprietários das terras mantêm sobre o acesso das famílias às terras e aos babaçuais), é a luta permanente pela entrada livre nos babaçuais, estejam eles ou não dentro de propriedades privadas.

Houve todo um repertório de argumentos e justificativas visando contestar a legitimidade dos proprietários de terra na proibição e/ou restrição à quebra do coco para a extração da amêndoa impostas às quebradeiras e a necessidade de traduzir para as comunidades a linguagem de “resistir e lutar” pelo reconhecimento de seus direitos de acesso livre aos recursos extrativistas. Algumas expressões que fazem parte desse repertório, como “tempo do coco liberto” e “tempo do coco preso” revelam que o processo histórico de luta pelo acesso aos babaçuais foi interpretado por estes atores a partir de suas próprias perspectivas. É desse contexto que as mulheres extrativistas passam a se organizar em torno do reconhecimento de seus direitos e a lutar em defesa do direito ao uso tradicional do recurso natural e pela manutenção de seus modos específicos de organização produtiva. É nesse momento que assumem coletivamente a categoria política auto-designada de *quebradeira de coco babaçu* com visibilidade inclusive, no campo intelectual,

Passa a ser acionada, inclusive nos estudos científicos, por projetos governamentais de implantação de políticas públicas e agências de cooperação internacional que priorizam o financiamento de projeto aos denominados movimentos de gênero (CARVALHO MARTINS, p. 44, 2008).

Portanto, as estratégias utilizadas pelas mulheres como adentrar escondidas nas *quintas*, passar por cercas de arame farpado, cortar arames para transportar o coco para casa, enfrentar jagunços e fazendeiros, lutar por leis municipais do babaçu livre traduzem a importância do babaçu para as famílias que sobrevivem desse recurso vegetal.

A outra dimensão temporal, que na percepção dos informantes está ligada ao processo de implantação e implementação dos assentamentos rurais na região, notadamente a partir do ano de 1986, aponta para a emergência de múltiplas relações entre os diversos atores com diferenciações e hierarquias, que influenciam os seus modos de vida, suas organizações produtivas e a reprodução de saberes e conhecimentos tradicionais e, conseqüentemente, a produção e os usos da amêndoa do babaçu.

Essa dimensão é uma seqüência da dimensão anterior em que houve o processo de mobilização e de lutas políticas contra as expropriações causadas pela implantação de projetos agropecuários e na luta pela reforma agrária. Configura-se, então, a rede sociotécnica, que liga os agroextrativistas a um conjunto de instituições humanas e não humanas, individuais ou coletivas, que põe em relação vários atores que participaram, como dito, da luta pela terra naquela região.

Essa configuração passa então por operações de tradução que transformam o enunciado de um problema (a grilagem da terra, o coco preso, a sujeição das famílias, a derrubada dos babaçuais) na linguagem de outro enunciado (a luta pela terra, pela preservação dos babaçuais, pelo aproveitamento integral do babaçu), permitindo o estabelecimento de vínculos e associações entre humanos e o babaçu.

Uma das pistas seguidas para a compreensão dessa dimensão foram as conquistas advindas das lutas políticas em torno da questão relacionada à posse da terra e do acesso livre aos babaçuais. Evidentemente, há um protagonismo das *quebradeiras de coco* nessa rede, lembrando que essas lutas implicaram, de início, no confronto de lógicas diferenciadas dos fazendeiros e das famílias agroextrativistas.

Com a conquista da terra, a implantação dos primeiros assentamentos rurais e suas respectivas infraestruturas, a formação das primeiras associações comunitárias, a exemplo do Clube Agrícola Sete Barracas – CASB no PA Pontal em São Miguel do Tocantins, que passam a assumir a mediação da produção e da comercialização dos subprodutos do babaçu, são elaborados os primeiros projetos direcionados ao aproveitamento integral do babaçu, sendo este o elo mais rápido e mais eficiente encontrado por estes atores para o cumprimento

de seus objetivos. No entanto, é oportuno lembrar que a superação das dificuldades (produtivas e reprodutivas) não se resume apenas à política de assentamento rural, com suas respectivas benfeitorias e assistência técnica. As respostas dessas famílias aos problemas relacionados a essas questões não se dão num tempo e local determinado, mas, ao contrário, precisam ser construídas, discutidas, negociadas e implementadas e, nesse sentido, exigem mobilizações, negociações, estabelecimento de vínculos e alianças com outros atores.

O que se percebeu é que houve um processo dinâmico de mudança de significado nessa relação da extração e usos das amêndoas do babaçu e nas modalidades de acesso aos babaçuais. Se no processo histórico anterior a produção das amêndoas expressava situações de sujeição, processos de lutas e mobilizações, após a implantação dos assentamentos rurais essa produção, passa por algumas mudanças, que correspondem tanto às transformações de caráter produtivo e organizacional, quanto aos processos de inovação nos manejos e nos usos dessa produção, que se reflete nas estratégias de agregação de valor ao babaçu.

Esse processo expressa uma simetria entre os microprocessos que ocorrem no cotidiano das famílias agroextrativistas nos assentamentos rurais, que nessa nova realidade fez com que muitas famílias que passaram a ter livre acesso à terra e aos babaçuais, desenvolvessem experiências direcionadas à (re)valorização do babaçu. Nessa revalorização a amêndoa, cujo modelo produtivo, como visto, depende do extrativismo assentado no trabalho familiar e que não era valorizado em termos de preço e mercado, acaba por determinar um outro dinamismo à produção agroextrativista.

São sobre esses espaços que recaem as novas dinâmicas responsáveis pela alteração das concepções das famílias agroextrativistas sobre o babaçu, ressaltando confrontos de interesses com outras agências e atores no que tange à questão da apropriação e aos modos de lidar com esse recurso vegetal. Nesses espaços, a relação com a terra e o babaçu e sua reprodução mostra-se um aspecto central, pelo entendimento de que esses recursos estão ligados à ideia de sobrevivência, assim como pelo simbolismo que seu domínio carrega na perspectiva agroextrativista.

Portanto, o investimento das mulheres quebradeiras de coco nessas atividades são mencionadas nas entrevistas como fazendo parte das estratégias familiares nos seus esforços de garantir meios que assegurem sua reprodução social. Por meio das organizações formais, as famílias passam a produzir não mais no sentido do abastecimento interno com a venda do

excedente, ao contrário, essas mulheres têm buscado intervir no mercado a fim de garantir condições mais competitivas aos produtos manufaturados tradicionalmente por suas famílias.

Assim, esse contexto, que impõe uma nova realidade para as famílias agroextrativistas as atividades produtivas são nomeadas, interpretadas e apropriadas por cada grupo de atores de determinado modo. Internamente, se referem ao processo de desapropriação das terras fazendo alegorias e construindo metáforas com suas realidades produtivas, principalmente ao extrativismo do babaçu que está intrinsecamente relacionado ao sistema produtivo de todas as famílias assentadas:

[...] esse assentamento é nossa terra prometida (fazendo alusão à terra prometida registrada na Bíblia). Nós lutamos pelos nossos direitos até tomarmos posse da nossa terra, agora cada família tem seus alqueires de terra, temos nosso babaçu onde as mulheres não passam mais humilhação, temos nossas casas, nossas criações (pequenos animais), nossos projetos, temos onde trabalhar e viver em paz (S. Cipriano, PA Sete Barracas)

[...] Quando a gente veio morar em Sete Barracas a terra ainda tava em processo de desapropriação, era uma terra incerta, mais a gente lutou com o sindicato e com o apoio do Pe. Josimo e conquistamos nossa terra. A gente se organizou na Associação, e ficou mais fácil o nosso trabalho com o babaçu [...] a gente ganhou apoio de entidades para financiamento de nossos projetos pra melhorar nossa produção do babaçu, a gente já produz o sabão e o mesocarpo (D. Licinha, PA Sete Barracas).

[...] Antigamente a gente vendia o coco e ganhava muito pouco, mais agora a gente faz o azeite e o mesocarpo e ganha muito mais, é isso que a gente estimula as companheiras [...] por isso esse projeto da ASMUBIP e da APA\_TO é importante pra todas nós, aumenta o nosso ganho, melhora a vida de todas as quebradeiras (D. Tomilda, PA Santa Cruz, Esperantina\_TO).

Dessas e de outras falas e da observação participante, foi possível discernir uma série de horizontes de práticas complementares relacionadas ao extrativismo do babaçu: as técnicas extrativas em si (cata e seleção dos frutos, a quebra do coco, a seleção das amêndoas, a extração do azeite e do mesocarpo), o trabalho de mobilização, elaboração de dispositivos de interesses com a finalidade de organizar alianças e associações entre atores (humanos e não humanos), cujos “bons resultados” apontados pelas quebradeiras de coco, dependeram da solidez dessas alianças dentro da rede sociotécnica e do número de atores mobilizados e das associações realizadas (LATOUR, 1994).

As informações reunidas no universo empírico são suficientes para perceber que esses vínculos e interações em torno da extração da amêndoa envolvem tanto questões de conhecimento e técnicas de manejo relativo à produção propriamente dita – a melhor

palmeira, o melhor coco, as melhores amêndoas – quanto as questões ligadas às sociabilidades, práticas religiosas, crenças acumuladas e transmitidas de geração em geração.

Dessa perspectiva, infere-se que na extração da amêndoa, que inclui processos de produção e reprodução física e simbólica, que em última instância são relações sociotécnicas, as quebradeiras de coco operam processos de tradução. Para isto, foram implantados projetos de inovação tecnológica, a exemplo das unidades de processamento das amêndoas para a extração do azeite, denominação local para o óleo comestível extraído das amêndoas, e de extração do mesocarpo, como se verá na sequência desse tópico.

### **5.2.2 A produção, os usos e os significados do azeite**

Seguindo a pista da diversificação da produção agroextrativista, passa-se agora para a compreensão sobre como as práticas de produção do azeite do babaçu para fins comestíveis e para a fabricação de “sabão caseiro” fazem parte das estratégias da reprodução social. Se por um lado a produção e usos da amêndoa se constituíam em atividades de extrema importância no sistema de produção agroextrativista, por ser a atividade que gerava (e ainda gera) renda monetária para as famílias, por outro a maioria das famílias locais faziam uso, num determinado período, do azeite apenas para o consumo doméstico. As mulheres mencionam que, em geral, era comum “tirar o azeite” apenas “pro gasto da casa”.

Vale ressaltar que essa é uma prática que precisa ser entendida como intrínseca à reprodução social das famílias e, a cada momento, adaptada às situações de mudanças socioeconômicas e/ou ambientais. Em termos produtivos, como se verá, essa é uma prática que se organiza a partir da coleta e quebra do coco associada a outras atividades produtivas e à divisão sexual do trabalho doméstico. Em geral, a relação das mulheres com essa atividade perpassa etapas que se inicia com a coleta, seleção dos frutos, quebra do coco e o beneficiamento das amêndoas estando diretamente relacionada com a forma de acesso aos babaçuais. Este é um ponto fundamental que define a dinâmica do beneficiamento das amêndoas para a produção do azeite.

Esta dinâmica pode ser melhor compreendida analisando-se casos específicos dessa atividade, em duas localidades diferentes: na comunidade Pequizeiro, Axixá – TO, onde as famílias não são detentoras de terra, e na comunidade São Pedro em Sítio Novo – TO, onde as famílias são detentoras de terra, portanto, com acesso livre ao babaçal.

Na primeira localidade, o acesso ao babaçu e o cultivo da roça depende de autorização dos proprietários de terras, que utilizam diversos instrumentos para impor uma relação de sujeição às famílias. Os relatos das famílias destacam situações que envolvem a obrigatoriedade do pagamento de “meia”, que diz respeito à divisão da extração da amêndoa pela metade; autorização para adentrar às propriedades para coletar e quebrar o coco mediante o voto em determinado candidato indicado pelo proprietário da terra; entrega de parte da produção da roça, entre outras obrigações. Portanto, o acesso à matéria-prima (a amêndoa) para a produção do azeite fica à mercê da relação com os proprietários das terras.

Vale ressaltar que a situação no que se refere ao pagamento da renda é conflituosa e os moradores buscam formas de descumpri-la. Conforme relatos há posicionamentos individuais no sentido de rompimento dessa obrigatoriedade. Como diz D. Rosimeire, “[...] nem toda muíé se sujeita mais a essa situação de sujeição, muitas já sabe que o babaçu não deve ter dono, que têm a lei do babaçu livre, mais outras coitadinhas ainda se sujeitam, ainda não conhece seus direito [...]”.

Estas relações configuram, na rede analisada, uma assimetria, que se efetiva pela obrigação do pagamento de rendas ao patrão. Dessa maneira, o “tirar o azeite”, expressão local para designar a produção artesanal do óleo, nessa localidade é determinada pelas relações entre os proprietários das terras e as famílias agroextrativistas, que nesta situação, se inserem em um sistema onde as partes efetuam uma troca desigual, em que um dos polos - aquele que monopoliza a terra e o babaçu - determina as regras e o outro, em geral, se sujeita. Além dessas relações assimétricas, os modos de produzir são baseados em formas tradicionais mediante o uso do fogão à lenha ou carvão, que torra o coco na panela de ferro, o pilão que pila as amêndoas para transformá-las em azeite comestível e na fabricação de sabão.

Do ponto de vista das quebradeiras, o “tirar azeite” significa a manutenção de hábitos tradicionais de consumo, complemento de renda e, sobretudo, condição de existência, de sobrevivência. Concomitantemente, pode-se considerar essa atividade de uma perspectiva da produção de saberes e formas de manejo a elas pertinentes, essenciais na preservação desse recurso natural (CASTRO, 1997, p. 165). Dessa perspectiva, o domínio do simbólico torna-se imprescindível, somado a outros (por exemplo, o gênero e a divisão sexual do trabalho) que orienta suas práticas:

[...] O coco aqui serve pra mode eu cumer e pra mode eu vender e comprar as coisas pra botar dentro de casa. [...] eu tiro o azeite, mais exige muita ciência e paciência. Apois a gente tem que vê se a lua tá boa, quando ela tá mingunte o azeite não rende, quando a gente tá nas regra (menstruação) as

vez não rende muito o azeite, até o olho grande atrapaia, né verdade?! [...] Quando eu vou fazer o azeite eu não paro os outro serviço de casa não, dá pá fazer o dicumê (preparar as refeições), barrer a casa (varrer), lavar louça, enquanto o coco tá torrando na panela, tem que ficar de olho, mexer a panela de vez em quando. Depois tem que pilar no pilão o coco torrado e depois apurar o azeite no fogo, aí é que fica pronto, é trabaioso, né mermo? Eu tiro um litro de azeite com dois quilo de coco [...] O azeite eu acho muito bom, eu uso ele pá fazer o dicumê eu boto no feijão, no arroz, na fava, na farofa, no ovo frito, eu também vendo o litro do azeite a 5,00 real e também faço sabão que é o mior sabão pa mode lavar roupa, lavar louça, pá tomar banho, né mermo?! [...] (D. Divina)

[...] no tempo de minha mãe, a gente só cozinhava com azeite, eu também cozinho com azeite. Aqui em casa, meu marido, meu filho e eu a gente gosto da comida temperada com o azeite, fica muito mais gostosa (D. Rosimeire).

[...] antigamente o azeite de coco servia pra tudo, pá temperar a cumida, pá fritar o peixe, pá fazer sabão do azeite, até pá passar no cabelo o azeite servia, cê me acredita ? [...] muié de Deus! a gente naqueles tempo não valorizava tanto o babaçu, mermo que a gente vivesse toda a vida quebrando coco, mais a gente não dava o valor que ele tinha, o babaçu só veio ter valor depois das grilagem das terra, aí se viu o valor que ele tem (D. Maria Pereira)

D. Divina, D. Rosimeire, D. Maria Pereira, dentre outras mulheres, demarcam a produção do azeite “no tempo de antigamente”, direcionada fundamentalmente para “temperar a cumida” e assegurar a sobrevivência da família. Além do alimento, o azeite era utilizado como produto de beleza, para iluminação das casas por meio das lamparinas e na fabricação caseira do sabão para a limpeza da casa, da roupa e do corpo.

Essa dinâmica, de “tirar o azeite”, para as famílias de Pequizeiro significa tanto uma ação relacionada ao consumo doméstico e ao econômico que representa parte da renda monetária da família, como ações articuladas com outras práticas cotidianas produtivas e reprodutivas, como o trabalho doméstico, exemplificado no relato de D. Divina. Destaca-se, ainda, que esta ação organiza-se predominantemente no âmbito doméstico e é realizada geralmente apenas por mulheres, mantendo a tradição passada por seguidas gerações. Portanto, essa dinâmica comporta saberes que estão diretamente relacionados aos seus modos de vida e garantia de sua reprodução social.

Nas visitas a essa comunidade de Pequizeiro foram observadas as associações dessa atividade articuladas a outras práticas domésticas e produtivas. As etapas básicas da extração do azeite artesanal revelaram todo um conjunto de ações desencadeadas em/por vários tipos de atores que não só os humanos. As etapas são as seguintes: extração das amêndoas; seleção e remoção das impurezas (pedaços de cascas) das amêndoas; corte em pequenos pedaços (há

mulheres que não realizam essa etapa); fritura das amêndoas, utilizando o próprio óleo de babaçu, até elas escurecerem; esmagamento das amêndoas no pilão; cozimento da massa esmagada até que o óleo se desprenda da massa e suba, formando uma camada de óleo sobre a água; remoção da camada de óleo utilizando uma colher; cozimento do óleo para eliminação (por evaporação) da água misturada ao óleo e o engarrafamento do mesmo.

Nesse contexto, em geral, a produção e a comercialização do azeite são realizadas em pequena escala implicando em diferentes formas de relações com outros atores e, cada vez mais, com o mercado local.

Na comunidade São Pedro, no município de Sítio Novo, com aproximadamente 100 famílias, existe um núcleo de quebradeiras de coco onde as práticas relacionadas à extração do azeite são marcadas pela conservação de algumas etapas tradicionais e por mudanças, em específico, com a introdução de uma máquina forrageira, com fins de substituir uma das etapas do processo de extração do azeite, isto é, a prensagem da amêndoa que historicamente é feita no pilão.

Para compreender esse processo de uma forma mais ampla, a análise direciona-se para as relações sociotécnicas que emergem em nível local entre esses atores (humanos e não humanos) e que operam modificações na realidade local. Parte-se do princípio de que as máquinas forrageiras se estabelecem como elemento de ligação entre as famílias locais e os núcleos das quebradeiras e destes com as organizações formais, mobilizando as famílias das quebradeiras em torno de uma das etapas do processo de extração do azeite, o da prensagem, mas que se estende a outras estratégias de sociabilidades construídas e/ou ressignificadas a exemplo da reorganização de algumas das etapas do trabalho.

As máquinas foram introduzidas nas comunidades no contexto de organização das mulheres quebradeiras de coco quando definiram formas de agregação de valor ao babaçu. A partir do final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, em contraposição às formas de exploração as quais estavam submetidas, as quebradeiras de coco passam a defender o domínio de todas as etapas produtivas do babaçu.

As organizações das mulheres quebradeiras de coco nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins dão início à implantação de várias experiências de diversificação da produção do babaçu, dentre as quais a produção do sabonete, do azeite para fins comerciais e do mesocarpo. Cita-se o exemplo da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR em Lago do Junco, no Maranhão, que implantou e administra uma fábrica de sabonete de óleo

do babaçu; da Cooperativa de Trabalhadores Agroextrativistas de Lago do Junco - COOPALJ, que extrai o óleo das amêndoas por um processo de prensagem e exporta para outros países; da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Esperantinópolis, no Maranhão - COOPAESP, que produz o mesocarpo de babaçu.

No Bico do Papagaio, a ASMUBIP, que funciona como um espaço de articulação de trabalhadoras rurais nesta região, fez algumas aquisições de equipamentos apropriados para o processo de beneficiamento do coco babaçu, dentre os quais uma prensa para a extração do óleo, instalada na sede da Associação em São Miguel, e máquinas forrageiras manuais, instaladas nos povoados onde estão organizados os núcleos de quebradeiras de coco destinadas ao esmagamento das amêndoas torradas. A CASB também adquiriu uma prensa de óleo, instalada na sede da Associação, no PA Sete Barracas. Estas duas prensas no período da pesquisa não estavam funcionando.

Para as famílias que se utilizam das forrageiras manuais, pelo que se depreende, há nelas um componente complementar importante do suprimento das necessidades materiais a partir da garantia de maior rentabilidade do azeite, cujo fim é a agregação de valor à matéria-prima. Porém, elas não se limitam a atender apenas as necessidades materiais. Conforme depoimento de D. Cristina Rodrigues da Comunidade São Pedro, abaixo reproduzido, as máquinas forrageiras funcionam como meio para outras interações cotidianas e formas de sociabilidade que se manifestam na produção agroextrativista:

As forrageira foi uma conquista das quebradeiras e facilitou muito a vida das pessoas da comunidade, tanto faz das sócia como das não sócias também, a única diferença é no preço cobrado, pra sócias é cobrado 0,10 centavos por quilo de coco e pra não sócias é cobrado 0,20 centavos, mas o resto é tudo igual [...] Antigamente tudo era feito no manual, da quebra do coco no machado, a torração na panela, a pilação do coco no pilão e a apuração do azeite, tudo era feito na força do braço. Agora com a forrageira, facilitou muito a nossa vida, é só passar o coco na máquina que rapidinho o coco fica bem muido, fica mais fácil e o azeite rende mais [...] Uma coisa eu te digo, a nossa produção de azeite melhorou muito, e as nossas conquista não é só as prensa não, também tem os cursos de capacitação, que a gente aprende muito, tem os encontro, tem a produção do mesocarpo, tudo pra melhorar a vida das nossas família.

Nessa atividade da extração do azeite, nos quais circulam múltiplos atores, torna-se evidente que existe todo um conjunto de relações envolvendo objetos (fogo, pilão, máquinas), técnicas (esmagamento no pilão ou prensagem e a apuração do azeite), expressões míticas, interconectadas por práticas tradicionais e modernas (Figuras 35 e 36).



**Figura 35 - pilão**  
Fonte: Danielle Mitja, 2006



**Figura 36 - máquina forrageira**  
Fonte: Acervo da pesquisa, 2010.

Essa ação se orienta, portanto, a criar um produto, o azeite de babaçu, que será destinado ao consumo diário da família ou à venda direta ao consumidor ou em pequenos comércios locais e feiras. Se se considerar que, além dos bens materiais, outros tipos de bens são transmitidos nessa ação, verifica-se a importância dessa produção na dinâmica familiar, não somente como elemento de consumo e venda, mas também como elemento da mediação sociotécnica.

Isso ocorre em entender que a dinâmica de produção e usos do azeite de babaçu, ainda hoje, é uma prática recorrente na região e é resultado de um processo sociocultural peculiar às famílias agroextrativistas da região ecológica do babaçu. É fato que a maior parte das famílias, nessa região, usa o babaçu para a extração de azeite, substituindo os óleos comerciais no preparo da alimentação, sendo ainda comercializado já que é muito apreciado nos cardápios da região.

Tal entendimento sobre a atividade de fabricação e circulação do azeite de babaçu condiz com a proposta de Latour (1994) sobre as práticas de tradução, responsáveis pelas misturas de natureza e cultura, materialidade e sociabilidade, humanos e não humanos, isto é, híbridos de natureza e cultura. Dessa perspectiva, um ponto que merece ser ressaltado é que o azeite artesanal do babaçu, como um híbrido sociotécnico, é constituído de formas não modernas e modernas, contendo elementos da natureza, a amêndoa do babaçu, elementos culturais, (re)figurados de práticas de transformação da matéria prima, incluindo-se aí os vários artefatos (machado, porrete, panela, fogo, prensa), o processo de trabalho intimamente articulado à vida familiar. Portanto, caracterizado pela manutenção e pela mudança nas suas formas de produção e usos.

Na região, pode-se constatar algumas das traduções por que passa essa produção. Há um padrão em algumas das suas etapas que se mantém minimamente estável: a extração da amêndoa nas formas tradicionais (machado e porrete); o torrar a amêndoa na panela de ferro; o refino do azeite feito manualmente. Por outro lado, há mudanças que ocorrem no contato com outras tecnologias, a exemplo das prensas e máquinas forrageiras; com formas de padronização e qualidade do produto para acessar aos mercados; das conexões estabelecidas com outros atores. Dessa maneira, as permanências e mudanças são forças que convivem e agem conjuntamente no campo das práticas de beneficiamento do babaçu e se tornam fundamentais para a permanência e o desenvolvimento do agroextrativismo. Vale observar que essas permanências não representam resquícios de um passado atrasado e arcaico que são transplantados para o momento presente na sua inteireza, sem passar por nenhuma transmutação.

Em contrapartida, estes pontos de interseção entre permanências e mudanças são canalizados de diversas formas e se expressam mediante várias configurações. Podem ser identificados, por exemplo, nas representações sociais que giram em torno da comida preparada com o azeite de babaçu que perduram no tempo fazendo com que o azeite circule na rede ampliada até a capital do estado, seja na comercialização do produto ou nas doações para parentes e pessoas amigas que vivem nas sedes dos municípios ou na capital do estado.

Foi constatado que o consumo do azeite de babaçu é um hábito arraigado na memória gustativa e olfativa dessas famílias, em especial as oriundas do Maranhão, que é o caso da maioria das famílias que ocuparam o extremo norte do Bico do Papagaio. Isso implica que essas pessoas onde quer que estejam estarão demandando o azeite, porque “a comida feita no azeite de coco é muito mais gostosa, só o cheiro já me mata de saudade da casa de minha mãe”, afirma uma diarista maranhense que mora em Palmas – TO.

Analisando a produção do azeite como uma das estratégias de reprodução social, destaca-se que parte da produção do azeite circula pelos canais informais em mercados locais, caracterizado pelo autoconsumo das famílias de baixa renda, mas também não deixa de serem importantes as trocas que ocorrem desse produto, pela via da reciprocidade. Esse é um aspecto relevante de ser destacado, pois apesar do seu grau relativo de integração ao mercado local, é fato que não é o nexa monetário que orienta e organiza a produção do azeite. Dentro do que foi possível observar durante a pesquisa de campo, percebeu-se que nessa produção ocorrem relações de trocas de saberes e trocas materiais. As falas descritas abaixo exemplificam essas relações:

Quer saber duma coisa? O azeite não pode faltar em casa porque a gente usa ele pra tudo, até pro sabão. [...] vamos dizer que eu não tenha o azeite, ou um pedaço de sabão, aí eu peço emprestado pra vizinha e depois eu devolvo. (D. Maria Pereira, Axixá do Tocantins)

Cada qual tira seu azeite mas na hora da quebra do coco a gente se ajunta, é mais divertido quebrar coco junta, a gente se ajuda também pra melhorar a qualidade dos nossos produto (D. Osmarina, PA Ouro verde)

Pra ir na prensa qualquer pessoa pode ir lá, um filho, uma nora, um neto, já é uma ajuda, né mermo? É diferente de pilar no pilão que acaba sobrando pra mim (D. Antônia da Conceição, comunidade São Pedro)

Quando eu tiro o azeite eu não fico só pra mim, se precisar a gente dividi, num pode deixar as pessoa passar precisão. Aqui na nossa comunidade é assim, quando um tem o outro tem, um ajuda o outro, é sempre assim (D. Maria Santana, Centro dos Firminos).

Os vínculos estabelecidos entre as famílias confirmam o seu caráter sociotécnico, visto que é por meio desses que se estabelecem os espaços das trocas – materiais e simbólicas – de bens e serviços, por meio das quais se fazem alianças, se contraem dívidas sociais e se realizam as trocas na comunidade por meio da rede de relações construídas ao longo de gerações.

De fato, a circulação do azeite entre as famílias figura como uma relação que envolve a doação, o recebimento e a retribuição que ultrapassam o simples utilitarismo da troca, engajando as famílias em relações que criam uma dinâmica de dádiva e redistribuição. De acordo com Tedesco (1999, p. 90),

A comunidade é um local de multissignificados e funções; é o espaço do jogo das trocas que, por meio de acordos e conflitos, tecem a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, pelo afeto, conhecimento mútuo, vizinhança, mutirões, lazer, equipes, relações de direitos e deveres, partilha, experiência coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade de gênero e de idade, etc.

Assim, compreende-se essa produção de azeite como formas tradicionais de cooperação e solidariedade acionadas pelas mulheres de acordo com as necessidades de garantia de reprodução do grupo doméstico, materializadas nas relações sociotécnicas.

Sobre essa questão das relações sociotécnicas, vale a observação de Latour que as aponta enquanto mediadores, ao mesmo tempo meios e fins. Diz o autor: “As técnicas, porém, não são fetiches. São imprevisíveis, mediadores e não meios, meios e fins ao mesmo tempo: eis por que se esteiam no tecido social [...] artefatos que penetram no fluxo de nossas relações e que recrutamos incessantemente”. Segundo esse autor, as técnicas têm uma importância decisiva na vida dos

humanos, “refazendo as relações sociais por intermédio de novas e inesperadas fontes de ação” (LATOURET, 2001, p.226-227).

Nessa direção, as prensas e máquinas forrageiras, aqui tomadas como exemplos, constituem um sistema tecnológico que opera no processo de articulação entre os núcleos das quebradeiras e as famílias locais. Assim é que, para além da conexão orientada para a prensagem das amêndoas para a extração do azeite, o local se constitui um meio em que, cotidianamente, se estabelecem relações de sociabilidades e interconhecimentos. Como o funcionamento das máquinas forrageiras é centralizado nos núcleos das quebradeiras, nestes espaços, ao mesmo tempo em que circulam atores humanos, também circulam técnicas, conhecimentos, pagamentos de taxas, explicações míticas sobre os modos de extrair o azeite.

Para além das interações em nível local, no processo de produção de azeite a rede sociotécnica se estende a outros espaços e se conecta com empresas, cooperativas, e associações. Segundo diagnóstico feito pelo governo federal por intermédio dos Ministérios do Meio Ambiente e Desenvolvimento Social para a elaboração do Plano Nacional de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, existem 85 empresas que trabalham com óleo de babaçu, seus derivados e outros; quatro cooperativas e dez associações de mulheres quebradeiras de coco babaçu (BRASIL, 2010).

Nesta produção do azeite – da qual faz parte das estratégias de reprodução social – o âmbito do extrativismo do babaçu é redimensionado para viabilizar a diversificação dos produtos do babaçu e consequente geração de renda familiar. Como dito, “no tempo de antigamente” a produção do azeite era destinada ao consumo doméstico: nesse novo contexto, predomina uma dinâmica marcada pela diversificação dos produtos, a exemplo da produção do mesocarpo com acesso ao mercado.

### **5.2.3 A produção e os usos do mesocarpo**

Ao quebrar o coco babaçu existe entre a casca e a amêndoa uma massa fina, o mesocarpo, produzido e comercializado em forma de amido. Representa cerca de 17% a 22% do fruto e é composta por até 70% de amido e carboidrato, podendo ser empregada na área de alimentação e saúde (MIC/STI, 1977). Na alimentação, é utilizado na elaboração de mingaus, bolos e chocolates e na multimistura distribuída pela Pastoral da Criança, usada para combater a desnutrição infantil; e como fonte de alimento alternativo para animais. Na área de saúde é

amplamente utilizado, em nível regional, para a cura de várias doenças, indicado a partir do conhecimento popular.

Que eu saiba, o mesocarpo tem muitas utilidade, além de ser um ótimo alimento, também cura várias doenças, é bom pro estômago, pra gastrite e úlcera, doenças do útero, prisão de ventre e muitas outra. Ele também é usado na multimistura, que ajuda a combater a desnutrição das crianças, pra fazer bolo, mingau e o chocolate de mesocarpo (D. Raimunda Nonata, Coordenadora da ASMUBIP).

D. Nonata, ao se referir à produção do mesocarpo, deixa explícito que essa atividade está diretamente relacionada com a luta das organizações das quebradeiras de coco pela melhoria das condições de vida das suas famílias. Do seu ponto de vista, a produção do mesocarpo representa mais uma possibilidade de agregação de valor ao babaçu e de geração de renda, especialmente pela oportunidade de comercialização da produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal; novas perspectivas de mercado para os subprodutos do babaçu e valorização da mão-de-obra da trabalhadora rural.

A organização da produção do mesocarpo no Bico do Papagaio foi uma iniciativa da ASMUBIP elaborada por meio do “projeto babaçu” e financiado pela Petrobrás, com a proposta de fortalecer a cadeia extrativista do coco babaçu na Região do Bico do Papagaio; ampliar a produção e melhorar a qualidade dos subprodutos a saber: óleo, mesocarpo e artesanato; promover a inserção dos subprodutos no mercado consumidor; e fortalecer grupos sociais que trabalham na cadeia produtiva do coco babaçu. Uma das justificativas do projeto é que o extrativismo do babaçu é amplamente difundido na região do Bico do Papagaio e a ASMUBIP já possui uma estrutura produtiva instalada, no entanto não tem conseguido utilizar essa capacidade produtiva de forma perene, seja pela escassez de recursos financeiros, seja pela deficiência na gestão do empreendimento.

A ASMUBIP possui uma prensa com capacidade de processar 1.000 kg de amêndoas por dia, totalizando 15.000 kg de óleo de babaçu por mês e funciona com a energia gerada com a própria casca do babaçu; um galpão com capacidade de armazenamento de 40.000 kg, dois tanques e vários tambores com capacidade de armazenar 25.000 litros de óleo; e um caminhão (com capacidade de transportar 4.500 kg de amêndoas) para efetuar a compra das amêndoas nos núcleos das quebradeiras de coco, existentes nos municípios.

Uma das metas do projeto é a aquisição 132.000 kg de amêndoa de babaçu e 26.400 kg de mesocarpo ao custo de R\$ 1,30 e R\$ 3,50 o quilo de cada produto respectivamente. A aquisição dessa produção (amêndoa e flocos de mesocarpo) é feita em 20 núcleos das quebradeiras de coco circunscritos a 07 municípios da região (Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Carrasco

Bonito, Itaguatins, Praia Norte, São Miguel do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins), beneficiando diretamente cerca de 360 famílias de mulheres extrativistas. O envolvimento dos núcleos das quebradeiras é uma estratégia de interessamento acionada pela ASMUBIP, a fim de alcançar seus objetivos e parte do entendimento dos fatores envolvidos nas estratégias tradicionais de uso e manejo do babaçu. (Quadro 7).

Nesse sentido, estão sendo investidos recursos da ordem R\$ 626.742,00 (seiscentos e vinte e seis mil, setecentos e quarenta e dois mil reais) composto de R\$ 565.932,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais) pleiteados junto a PETROBRAS, R\$ 33.560,00 (trinta e três mil e quinhentos e sessenta reais) financiados pelo Governo do Estado do Tocantins por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) como contrapartida da ASMUBIP.

Município Sede	Comunidades/Projetos de Assentamentos	N. Participantes	
		Sócias/ ASMUBIP	Não Sócias
Axixá do Tocantins	Pequizeiro, Projeto de Assentamento Grotão, Santa Bárbara, Bairro São Raimundo, Morada Nova, Projeto de Assentamento Buritis, Lago Verde, Projeto de Assentamento Babaçu, Centro do Mamedio.	19	166
Buriti do Tocantins	Projeto de Assentamento Canaã, Projeto de Assentamento Barro Branco.	08	10
Carrasco Bonito	Carrasco Bonito	-	12
Itaguatins	Projeto de Assentamento	01	09
Praia Norte	Projeto de Assentamento Camarão I	01	29
São Miguel do Tocantins	Fazenda Olho D'Água, São Miguel.	05	09
Sítio Novo do Tocantins	São Pedro, Sumaúma, Juverlândia, Projeto de Assentamento Montes Altos.	21	73
<b>Total Participantes</b>		<b>55</b>	<b>308</b>
<b>Total Geral Participantes</b>		<b>363</b>	

FIGURA 37 - Abrangência do Projeto Babaçu – municípios, comunidades/projetos de assentamentos, número de participantes (sócias e não sócias).

Fonte: ASMUBIP, 2009.

Do ponto de vista da ASMUBIP, o sucesso do “Projeto Babaçu” significa a tradução de algumas das expectativas dos grupos locais em relação ao desenvolvimento do extrativismo do babaçu e a sua reprodução, que incluem, além da diversificação da produção, a preservação e uso sustentável do babaçu, a participação em mercados diferenciados ou especializados. A estratégia de agregar valor à produção do babaçu, nesse projeto, faz parte do repertório próprio de práticas das organizações das quebradeiras de coco que podem ser interpretadas como potencialmente tendendo a se constituir em forças sociais (ALMEIDA, 1995).

Mas, diferentemente das formas de organização da produção da amêndoa e do azeite, que em geral são baseados no trabalho familiar, cuja iniciativa é de responsabilidade da família, a organização da produção do mesocarpo para fins comerciais é uma iniciativa das organizações das quebradeiras de coco, Associação em Áreas de Assentamento no Maranhão – ASSEMA, MIQCB e, como dito, da ASMUBIP. Trata-se de uma dentre outras estratégias dessas organizações no processo de diversificação dos produtos do babaçu, com a proposta de maior geração de renda para as famílias. Nesse sentido, destaca-se a experiência da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis - COOPAESP, onde os Cooperados processam o mesocarpo para alimentação humana que é comercializado em grande parte em programas governamentais, que o destina às crianças das escolas municipais da região. Desde o ano de 2004, a Cooperativa tem participado do Programa de Aquisição de Alimentos (PPA) por meio da modalidade compra com doação, beneficiando diretamente 30 famílias sócias da Cooperativa, conforme informou o Sr. Manoel Rodrigues, diretor Geral da Cooperativa.

Não obstante, diferentemente da organização da produção da amêndoa e do azeite a produção do mesocarpo não envolveu, da mesma forma e na mesma medida, as diversas famílias agroextrativistas do Bico do Papagaio. De modo geral, entre as famílias envolvidas com o extrativismo do babaçu, a extração da amêndoa e a produção do azeite é uma prática comum que faz parte dos modos de vida das famílias, no entanto, quando se trata da produção e comercialização do mesocarpo, ainda provoca dúvidas e questionamentos sobre a sua viabilidade econômica entre a maioria das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, mais especificamente entre aquelas que não se relacionam diretamente com as organizações formais.

O processo de extração do mesocarpo é considerado muito trabalhoso. Inicialmente são coletados cocos imaturos (no cacho), não sendo utilizados os cocos secos já caídos no chão. Em seguida é feita a remoção do epicarpo com uma faca e após os cocos são golpeados com o uso de um macete (porrete de madeira) até que a massa se descole do endocarpo (a parte dura do fruto onde se encontram as amêndoas); essa massa em forma de flocos é desidratada à sombra, embalada em sacos de linhagem e depois vendida para a ASMUBIP a R\$ 3,50 o quilo. A Associação procede ao refinamento da massa que após é embalada e vendida para o comércio local e escolas ao preço de R\$ 6,00 o quilo.

Há nesse processo a incorporação de valores e práticas oriundas de outras experiências, a exemplo da experiência da COOPAESP, bem como a presença de elementos modernos e tradicionais. Significa, na linguagem de Latour, que este é um modo de produção híbrido. As famílias que trabalham na extração do mesocarpo fazem uso de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer tradicional, isto é, práticas incorporadas de elementos de natureza e cultura enquanto que a ASMUBIP no processo de refinamento, pesagem e embalagem utiliza técnicas modernas, consultoria de marketing, porém, sem excluir os elementos mais tradicionais. Ora, se a modernidade se caracteriza pela suposta divisão do mundo em entes purificados de natureza ou cultura, tornaria necessário, então, que as dimensões de hibridismo (o oposto de purificação) ficassem ocultas, ou postas em segundo plano (LATOURE, 1995). Não é o caso da produção agroextrativista no Bico do papagaio.

Conforme Latour (2000, p.188), “ainda que sejam explícitos, o significado dos objetivos das pessoas pode ser interpretado de muitas maneiras”. Portanto, processos de tradução realizados pelas diretoras da ASMUBIP com o objetivo de consolidar o projeto em questão são perpassados por outros objetivos definidos localmente. Desta forma, o objetivo de “ampliar e melhorar as condições de trabalho, garantir recursos que impulsionem a atividade comercial e social de famílias organizados em torno da ASMUBIP” é decorrente outros tantos objetivos: produzir um “novo” produto para o mercado (mesocarpo); aprender técnicas de higiene e manipulação de alimentos; manter a cadeia econômica de aproveitamento integral do babaçu; obter renda extra; e, conseqüentemente garantir a reprodução familiar. Portanto, essa dinâmica da produção do mesocarpo resulta principalmente dos objetivos traçados pelas organizações das quebradeiras, articulados aos objetivos dos atores locais.

Há informações de refino da massa feito por algumas famílias para consumo próprio. Nesse caso, a trituração seria feita no pilão à semelhança do esmagamento das amêndoas para a extração do azeite. Para a obtenção de uma massa com textura homogênea usam-se peneiras para separar os fragmentos do mesocarpo. Do ponto de vista das agricultoras essa é uma atividade considerada trabalhoso e com uma renda pouco atrativa:

É mais fácil vender o coco (amêndoa) e o azeite e juntar com o dinheiro do bolsa-família, rende muito mais e é menos trabalhoso (Quebradeira de Coco de Sumaúma).

Eu tiro bróio (flocos de mesocarpo) mas dá muito trabalho e o dinheiro é mais pouco, mas também rende um poço de dinheiro [...] A gente tira o bróio do coco verde. Busca o coco no mato, lava, bota pra secar, discasca o coco depois tira o bróio com um macete, e aí bota pá secar pa depois tirar a massa no pilão [...] o coco eu quebro (pra coletar a amêndoa), mais é mas ruim de quebrar o coco pelado (D. Santana, Centro dos Firminos).

Os relatos apontam as dificuldades circunscritas a essa atividade, seja pelo trabalho manual de extração dos flocos, seja pelo pouco rendimento monetário, seja pela dificuldade de quebrar o coco “pelado” para a retirada da amêndoa. A produção do mesocarpo, de um modo geral, parece não chamar a atenção da maioria das famílias agroextrativistas do Bico do Papagaio. Entretanto, o incremento dessa diversificação nos núcleos das quebradeiras de coco<sup>75</sup> representa para as organizações das quebradeiras de coco repostas aos problemas históricos correlacionados com a desvalorização social do babaçu e está diretamente relacionada às redes de relações que estabelecem com os núcleos das quebradeiras de coco, com as mulheres extrativistas não vinculadas às organizações formais, com os consumidores, com as políticas públicas, com assistência técnica, dentre outras. Nesse caso, o mesocarpo e os outros subprodutos do babaçu produzem novos vínculos que se estendem do local (comunidades e assentamentos) ao global (municípios, região, estados, feira e eventos), capazes de mobilizar a rede sociotécnica do babaçu em torno da produção e reprodução agroextrativista. Um dado importante nesse processo é que essa produção é, também, produto das interações entre os conhecimentos tradicionais e a mediação técnica. Desse modo, faz-se necessário inserir nessa análise essa mediação, principalmente em relação à assistência técnica e elaboração de projetos, como se verá a seguir.

---

<sup>75</sup> Existem 47 núcleos de quebradeiras de coco localizados em povoados e projetos de assentamentos rurais em 11 municípios do Bico do Papagaio. A média de mulheres participando desses núcleos varia de 6 a 12 por núcleo.

### 5.3 A MEDIAÇÃO TÉCNICA E A REDE

A mediação tem aqui o sentido de articulação de uma série de ações, em função dos atores mobilizados na rede e ocorre, principalmente, no âmbito das assessorias diretas às organizações locais e/ou a grupos e famílias agroextrativistas exercidas por diferentes atores (assessores, técnicos e consultores) de diferentes áreas de conhecimento. Latour (1994), afirma não ser possível conceber qualquer sociedade sem uma atenção ao trabalho de mediação posto em cena pelos objetos técnicos. Dessa perspectiva, a noção de mediação, considerada como parte do processo de tradução, pode ser tomada de diferentes situações, sejam elas relacionadas às ações humanas ou aos objetos. No caso do extrativismo do babaçu, em que extrativistas, extrativismo, práticas tradicionais e os subprodutos do babaçu estabelecem relações com os demais atores, a noção de mediação deve ser entendida como uma dimensão que abrange as relações e as inter-relações com os demais atores, que, grosso modo, é estimulada pelas assessorias diretas, organizações de apoio e por agentes da extensão rural.

Nesse sentido, infere-se que essas assessorias, organizações e agentes da extensão rural, fazem parte do conjunto de práticas articuladas, envoltas nas inter-relações, que abrangem o convívio com os agroextrativistas, que é o que Latour (2001) chama de programas de ação, também denominado de interferência<sup>76</sup>. O autor assegura que “a ação não é simplesmente uma propriedade de humanos, mas de uma associação de actantes” (LATOURE, 1994, p. 35). Nesse aspecto, pode se caracterizar o contexto de ação desses agentes a partir da posição que ocupam na rede, para além da capacitação técnica, visto que envolve a orientação para viabilização do acesso aos recursos creditícios governamentais, para licenciamento ambiental, elaboração de projetos, formulação de propostas no campo das políticas de desenvolvimento, cursos de formação e capacitação, entre outras ações.

Neves (1998, p.155), chama a atenção para o fato de que os mediadores não atuam como o elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação. Ainda, segundo essa autora, o processo de mediação opera por meio da crença da necessidade de mudança, de alguma adaptação em relação aos saberes instituídos dos agricultores (NEVES, 2008). Desta maneira,

---

<sup>76</sup> Esse é um dos quatro sentidos da mediação técnica mencionados pelo autor. Os outros sentidos são: *composição, obscurecimento reversível, transposição da fronteira entre signo e coisas, ou delegação.*

as transformações socioprodutivas em torno do agroextrativismo do babaçu, estariam ganhando novas atribuições em situações que priorizam, nesse contexto, o acesso a projetos de desenvolvimento e ao crédito agrícola para a produção agroextrativista.

A análise das estratégias utilizadas pelas famílias para obter o crédito agrícola e o apoio técnico permitiu perceber que há uma relação direta com a conquista da terra, traduzida nos assentamentos rurais, e à intermediação exercida pelas organizações locais e por agentes envolvidos na assistência técnica e extensão rural. Estes últimos se tornam fundamentais no processo porque representam um elo importante entre as comunidades locais e as instituições de crédito, por serem responsáveis pela elaboração de projetos produtivos, embora sua atuação, grosso modo, se reduza à elaboração desses projetos para o acesso aos financiamentos. Pode-se inferir que as relações que se estabelecem na rede, entre essa mediação técnica e os agroextrativistas, beneficiários da reforma agrária, são quase sempre “normativas e clientelistas”, visto que os projetos técnicos são elaborados por técnicos burocratas, legitimados pelo poder do “saber e do conhecimento” (NEVES, 1998).

É óbvio que da mudança da condição de posseiros para a condição de assentados, ocorreram modificações importantes nas relações sociotécnicas que, no contexto desse estudo, boa parte, são mediadas pelas relações formais e burocratizadas que nem sempre atendem os interesses dos agroextrativistas. O crédito agrícola, por exemplo, evidencia uma clara dissociação entre os projetos traçados pelos assentados para o desenvolvimento da produção agroextrativista e as linhas oficiais de crédito agrícola. Isso pode ser notado nas restrições na oferta de crédito voltado ao fortalecimento das práticas êmicas, que expressam os modos como os agroextrativistas organizam e manejam os elementos naturais.

Uma breve pesquisa sobre os projetos financiados com base no crédito PROCERA e PRONAF feita no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – INCRA-TO mostra que predomina os financiamentos voltados à aquisição de gado, implantação de pastagens e construção de cercas e custeio das safras agrícolas. Significa que os financiamentos liberados até então não consideraram as diferenciações internas, que é uma característica própria das explorações agrícolas familiares, conforme atesta Lamarche (1993, p. 18), ao afirmar que “as explorações familiares não constituem grupo social homogêneo”. O que se observa é que nessas propostas de financiamento permanece um enfoque produtivista que há muito vem sendo questionado por diversas visões que constroem críticas e alternativas ao modelo predominante de agricultura moderna (ALMEIDA, 2009).

Quando se trata de liberação de crédito para as atividades extrativistas, que, no caso do babaçu, em geral, são praticadas pelas mulheres, verificou-se não só uma dissociação entre os projetos pessoais e coletivos das quebradeiras de coco e as linhas de crédito, mas também alguns entraves a exemplo da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>77</sup>, que é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural MCR, do Banco Central do Brasil.

Vale observar, que esse entrave se refere às mulheres que não são beneficiárias do programa de reforma agrária, a exemplo das mulheres de Pequizeiro e da Resex Extremo Norte, dentre outras. Evidentemente, esses entraves repercutem nas condições de reprodução social das famílias. Para resolver essa situação, o MIQCB firmou parceria com o MDA para fazer expedições de DAPs para as mulheres quebradeiras de coco sem-terra e agricultoras em geral, sendo que esta ação iniciada em 2010 está sendo realizada em todas as regionais do MIQCB<sup>78</sup>. Cabe apontar que essa ação é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de inclusão das mulheres extrativistas, visto que representa a condição para ter direito ao crédito e para participar da política de Garantia de Preço Mínimo para produtos extrativistas (PGPMBio), cujo preço para o babaçu foi estabelecido em R\$ 1,46.

Essas ações que visam mudar a posição social das mulheres extrativistas são derivadas do processo de enfrentamento de tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu. Fazem parte das estratégias elaboradas nos contextos de ação das quebradeiras de coco organizadas, cujas ações tenderiam a produzir um impacto nas condições de vida das famílias dessas mulheres; e é neste sentido que a noção de tradução vem constituindo um eixo de discussão nesta lógica de reprodução social do agroextrativismo. Desde essa perspectiva, as relações estabelecidas nesses contextos de ação se materializam nos acessos a recursos de todo tipo, entre eles recursos simbólicos (VEIGA *et al* 2009). A tradução se dá, nessa situação, por meio da mediação técnica feita por agentes responsáveis

---

<sup>77</sup> A partir do Plano Safra 2004-2005, a declaração de titularidade da DAP passa a ser conjunta, ou seja, tanto o homem como a mulher que constituem um casal preenchem e assinam a DAP e, assim, os dois se tornam aptos para contrair operações crédito do Pronaf. As mulheres solteiras, separadas ou viúvas que constituem uma unidade familiar podem ter a DAP como as únicas titulares. (MDA/NEAD, 2005).

<sup>78</sup> Na regional do Bico do Papagaio essa ação começou a ser implementada nesse ano de 2011.

pela elaboração, propagação e legitimação de conhecimentos técnicos ligado ao agroextrativismo.

Segundo Neves (2008), os mediadores podem constituir importantes agentes de mudanças, pois a partir do cotidiano, decisões e ações localizadas e invenção de papéis sociais, criam novos espaços, inovam e redefinem situações numa sociedade complexa, onde prevalecem diferentes visões do mundo. Porém, a autora aponta para o caráter contraditório inerente ao processo de mediação, que não pode ser superado, mas deve gerar reflexões, visto que a extensão rural opera por meio da crença da necessidade de mudança, de alguma adaptação em relação aos saberes instituídos dos agricultores.

As organizações das quebradeiras de coco, por exemplo, são apoiadas por assessores com saberes técnicos específicos que atuam na elaboração de projetos, avaliação, acompanhamento e implementação de políticas públicas, organização política dessas organizações, por profissionais das universidades, ONGs, etc. Esse apoio é demandado pelas próprias mulheres que reconhecem a necessidade de “pessoas capacitadas pra nos apoiar”, conforme comentava uma das lideranças locais, num momento de informalidade. Os relatos de campo dão conta que existem diversas iniciativas desempenhadas pelas ONGs e outros mediadores que desempenham a função de articulação e intermediação de interesses da pequena produção e de fortalecimento do agroextrativismo, dentre as quais se destacam as iniciativas da APA-TO, que foi uma das organizações locais que recorrentemente aparecia nas falas dos informantes.

A forma como se constitui a APA-TO, próxima das demandas e propostas dos grupos sociais do Bico do Papagaio, se, por um lado, representa um avanço nas respostas às demandas de assessoria nas áreas da produção e comercialização, aos recém assentados e pequenos proprietários titulados no Tocantins, muitas vezes pode vir a representar uma relação na qual se apresenta a inevitável relação de poder que está determinada pela constituição desigual de capitais como o político e o linguístico, por exemplo. Essa organização possui um determinado acúmulo de conhecimentos técnicos relacionados à agricultura familiar, uma visão crítica das políticas de governos e dos projetos governamentais implementados na região, e se conectam a outras redes. Mas, o que ficou evidente em vários relatos é que essa organização se relaciona diretamente com as famílias agroextrativistas baseada numa relação de confiança mútua, parceria e amizade entre os técnicos dessa

organização e os agroextrativistas, sem nenhum questionamento aparente, o que constitui um dos elementos de interação na rede.

Na rede, a APA-TO se coloca estrategicamente na posição de “apoiadora” na construção de propostas de viabilização do agroextrativismo, aos processos de fortalecimento das organizações do campo, de organização da produção e comercialização dos produtos agroextrativistas da região do Bico do Papagaio, na formação e capacitação de novas lideranças, entre outros “apoios”. Por intermédio desses apoios, busca fazer a tradução de interesses da organização da produção agroextrativista, por via de projetos, cursos de capacitação e formação, articulação de políticas públicas, pela produção e circulação de apostilas, vídeos, panfletos, documentos institucionais, falando a linguagem dos atores locais e organizando suas demandas de forma que possa “promover e fortalecer a cadeia produtiva do coco babaçu como instrumento de sustentabilidade social, ambiental e econômica dos(as) extrativistas na região” (João Palmeira, membro da APA-TO).

Segundo Selma Yuki, coordenadora do Programa de Manejo em Agroecossistema, a APA-TO tem buscado atuar no sentido de contribuir para a autonomia das quebradeiras de coco babaçu na gestão da organização da produção e da comercialização. Em conjunto com as organizações e seus núcleos produtivos, tem trabalhado a cadeia produtiva do babaçu sob diferentes aspectos: promovendo cursos de formação em gestão administrativa e financeira e assessoria na gestão das organizações; na melhoria da imagem dos produtos e subprodutos do babaçu, por meio da construção de rótulos e embalagens; promovendo visitas de intercâmbio e cursos para ampliar o uso dos produtos do babaçu na alimentação das famílias.

De outra parte, se verificou que a relação com a COOPTER no tocante à assistência técnica não se processa da mesma forma que a relação com a APA-TO. Essa evidência foi percebida a partir de alguns depoimentos (alguns em situação de anonimato<sup>79</sup>) nos quais reclamavam da falta de compromisso dos técnicos em cumprir com as obrigações de assistência técnica para com os assentados, embora essa não seja a opinião de todos os assentados atendidos pela Cooperativa, como se destaca no terceiro depoimento abaixo transcrito.

A Coopter sumiu, faz tempo que os técnico não aparece por aqui, eles são responsávi pelos projeto mais não aparece por aqui não, a assistência é poca, essa é que é a verdade!. [...] A gente pensou que se mudasse do Ruraltins para a Coopter ia melhorar, mais parece que é tudo igualzim.

---

<sup>79</sup> Alguns depoimentos foram dados sem a permissão para suas identificações visto que “todo mundo se conhece e para não criar inimizade”.

Pra nós do nosso assentamento a COOPTER num tem resolvido muita coisa não, os projeto atrasa, os técnico some das vista se a gente precisar a gente não pode contar com eles. Tem muita gente por aqui que acha que eles só faz os projetos pra ganhar o deles (refere-se aos salários dos técnicos).

[...] eu merma não tem do que recramar, o trabalho da Coopter é muito bom, são um pessoal que sempre ajuda a gente bastante, apoiando, ensinando coisa que a gente não sabia né?! [...] sempre eles tão pronto pra explicar, pra ensinar, eu acho bom, muito bom o trabalho que eles faz, tem uns que gosta, tem outros que não gosta, mais é assim mermo nem Jesus agradou todo mundo né verdade?!

Estes depoimentos, dentre outras anotações em caderneta de campo, apontam para a percepção de alguns dos beneficiários da reforma agrária no tocante à assistência técnica, sempre sujeitas a desconfianças. Dentre as críticas mais frequentes, ouviu-se sobre a omissão dos técnicos no atendimento aos agricultores, descontinuidade das ações de assistência técnica, atendimentos pontuais, interesses pessoais. Essas distintas opiniões sobre a COOPTER têm correspondência nas relações estabelecidas com os agroextrativistas, nas quais são imputadas aos técnicos das ATES a obrigação de um elevado número de atribuições e competências (MINÁ, 2004).

Quanto à mudança da condição de ocupante para a condição de assentados rurais há consenso que essa mudança trouxe consigo relativas melhorias, em especial nas infraestruturas e no direito de acessar determinadas políticas públicas, no entanto, percebe-se que essas melhorias não têm sido suficientes e, na maioria das vezes, tampoucas adequadas para oferecer condições capazes de suprir integralmente as necessidades das famílias. Ao contrário, pela necessidade de mediação nas condições e formas de encaminhar demandas e soluções aos seus problemas básicos, a exemplo dos serviços de apoio à produção (acesso ao crédito e à assistência técnica), leva os assentados a encarar a mediação técnica existente, muitas vezes, como subordinação e entrave, sinônimo de dependência, como sugerido nesse depoimento do Seu Antonio Cipriano (seu Toim):

[...] as coisa melhorô dum lado e piorô doutro. A gente adquiriu a terra mais agora fica na subordinação dos técnicos do INCRA e do RURALTINS ou dos técnico da COOPTER pra elaborar os projeto, pra assistência técnica e tamém do Banco pra liberar os recursos que nunca sai no tempo que a gente precisa [...] Por outro lado ficou bom, agora não temos mais questão com a terra, aqui na nossa comunidade cada um tem seu lote e as mulheres quebram o coco sem nenhum impedimento, se faz os projetos, que por esse lado, foi uma grande conquista dos trabalhador e das trabalhadora rurais [...].

Se de um lado, as famílias manifestam satisfação com a conquista da terra e a autonomia com relação aos usos dos elementos naturais, de outro, logo são expostos as dificuldades e limites para o acesso e execução de créditos e recursos. Como pode ser percebido, esse trecho da fala de seu Toim revela que a terra transformada em área de reforma agrária (assentamento rural) de um lado, lhes trouxe autonomia com relação à posse da terra e ao uso dos elementos naturais, do outro, lhes trouxe dependência/subordinação aos órgãos de assistência técnica.

Apesar de as famílias assentadas afirmarem e estarem convencidas de que os assentamentos rurais representam uma vitória decorrente das lutas pela terra e pelo babaçu livre, elas apontam o INCRA e o RURALTINS, responsáveis por prover as condições mínimas de assistência técnica e extensão rural para as famílias, como instituições públicas que não cumprem adequadamente o seus papéis, portanto, responsáveis pelas dificuldades pelas quais passam na organização de suas produções. Na avaliação de Sabourin (2007), o que acontece é que essa rede de técnicos está marcada por dependências do poder político e por alianças com os poderes locais, com os quais compartilham certo autoritarismo e um sentimento de competência técnica com relação aos agricultores e à sociedade civil.

Diante dessa atuação deficitária do Estado no provimento não só das condições mínimas relacionadas ao crédito e à assistência técnica, mas, sobretudo, no acesso ao conjunto de políticas públicas que se fazem necessárias para a reprodução social das famílias, apontam para a necessidade de estabelecer alianças com outros mediadores. Dessa maneira, para a grande maioria das famílias agroextrativistas e de suas organizações essa relação com a APA-TO e a COOPTER, dentre outras, acaba sendo a alternativa eficaz para garantir o acesso às políticas públicas.

Na verdade a gente conta mesmo é com nossos parceiro, aí de nós se não fosse eles. Os técnicos da APA-TO é que tem ajudado as nossas organizações. Eles fazem os projeto, eles orienta, ajuda na concientização das pessoa, dão várias capacitação (D. Raimunda, Esperantina)

Foi com nossas parcerias que às quebradeiras de coco adquiriu mais conhecimento de saúde, de direito da mulher, de meio ambiente, de comercialização e também a gente tem aprovado muitos projeto com a ajuda dos parceiro [...] (D. Antonia, Buriti – TO).

A COOPTER têm trabaiado muito a assistência técnica no Bico, muitos assentamento daqui pediram pra trocar a RURALTINS pela COOPTER.

As opiniões dos agroextrativistas sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural estatal levam a concluir que estes representam um elo fraco na rede sociotécnica do babaçu, ao contrário das opiniões sobre a mediação técnica feita por organizações não governamentais que são apontadas como uma importante estratégia para o acesso às políticas, programas e projetos governamentais e de outras instituições não governamentais, portanto, um elo forte na rede.

Se pelo lado das famílias agroextrativistas estabelecerem parcerias com esses agentes externos se constitui em uma estratégia importante para lidar com as limitações das políticas públicas na região, deve-se considerar que pelo lado das organizações essas relações também são consideradas importantes porque se constituem em uma maneira de acessar recursos públicos, atrair recursos de ONGs e órgãos nacionais e internacionais, estabelecerem uma rede de parcerias com instituições públicas e privadas, além da possibilidade de estruturação de um quadro técnico.

O que se percebe é que há uma complexa relação no processo de mediação técnica envolvendo os assentados rurais, assistência técnica, crédito agrícola, todos imbricados na rede sociotécnica, que implica em *interferência* que se dá, nesse contexto, no processo de elaboração, propagação e legitimação de conhecimentos técnicos ligados à produção agroextrativista. Essa relação tanto pode assumir um caráter de “relações de natureza clientelista e assistencialista” como pode direcionar-se ao fortalecimento do agroextrativismo e à melhoria nas condições de vida das famílias (ALMEIDA, 2005).

#### 5.4 CONEXÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

No Bico do Papagaio, desde a redemocratização do país em 1988, há um esforço de conexão entre as necessidades dos grupos agroextrativistas e as políticas públicas. Algumas dessas políticas e programas destacados no subitem 4.4.4 conectam-se diretamente com a rede sociotécnica do babaçu, a exemplo do SNUC por meio da Reserva Extrativista Extremo Norte, do PPA por meio da compra direta implementada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) do MAPA, que passou a incluir diversos produtos agroextrativistas, dentre eles o babaçu e do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) por meio da Promoção de Valor do Coco Babaçu. Essas duas

últimas políticas (PPA e PNPSB) são planejadas e executadas por meio de um processo de gestão interministerial e têm como premissa comum a comercialização mais justa e solidária de produtos da agricultura familiar e do extrativismo. Além disso, o governo federal tem outras ações relevantes de promoção e fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que permite o pagamento da Subvenção Direta ao Extrativista. Esse Programa busca garantir a sustentação de preços de alguns produtos extrativistas a exemplo da amêndoa de babaçu, dentre outros.

Além destes, outros órgãos, programas, projetos e políticas também se conectam com a rede sociotécnica do babaçu como é o caso da Política de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que apoiou a criação de um espaço de representação política no denominado Território da Cidadania do Bico do Papagaio, representado por um colegiado territorial composto por representantes dos órgãos governamentais e da sociedade civil organizada. Vale lembrar que desde o ano de 2003 os projetos a serem financiados pelo MDA devem ser elaborados considerando uma escala de atuação mais ampla, que envolva um conjunto de municípios, articulados a partir do conceito de território.

Todas essas ações (políticas, programas e projetos) são implementadas a partir de relações (ou “conexões” em uma terminologia mais específica da ANT) estabelecidas entre, os agroextrativistas em seus grupos e organizações; os agroextrativistas com as instituições políticas, os agroextrativistas nas suas relações com as organizações de assistência técnica (pública e privada), e nas suas relações com os agentes de mercado. Nessa lógica de conexões, os atores se articulam em redes nas quais circulam conhecimentos técnicos, saberes locais, poder, disputas, projetos, programas, políticas, ideias e objetos, e mesmo conexões emocionais entre os diferentes atores. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que os grupos agroextrativistas se estabelecem e se articulam em uma rede sociotécnica, diversos instrumentos são colocados à sua disposição, a pretexto de mediar as suas ações.

Nas ações relacionadas aos projetos de desenvolvimento os mecanismos e procedimentos operacionais por meio dos quais esses instrumentos conseguem se estabilizar e se reproduzir na rede sociotécnica do babaçu são compostos por um conjunto de informações que envolvem, cada vez mais, as formas organizativas dos grupos agroextrativistas. Dentre os diversos mecanismos disponíveis, um que se destaca em todos os projetos é aquele definido como “representação e participação” que em tese abre caminho para que grupos socialmente dominados passem a exercer algum tipo de poder sobre as decisões governamentais. Estes,

enquanto norte fundamental das políticas públicas de inclusão social, no caso do babaçu, padece de uma contradição básica: por um lado, muitos dos interesses das famílias agroextrativistas encontram-se aí representados por meio de suas organizações formais. Por outro, porém, esta representação não é nem de longe suficiente para estimular o surgimento de projetos capazes de alcançar as famílias que não estão inseridas em algum tipo de organização formal.

Conforme Pareschi (2004), as ações de desenvolvimento traduzem-se em termos de projeto, e estes visam especialmente à modificação de uma situação desfavorável em termos sociais, econômicos, políticos e ambientais em direção ao equacionamento destes problemas. Nesse sentido, as políticas e programas governamentais tornam-se uma importante via de acesso para que essas ações de desenvolvimento sejam traduzidas em estratégias de reprodução social adotadas pelos agroextrativistas, via financiamentos de projetos. Vale a pena ressaltar que quando se fala de programas e projetos voltados para o público das diversas agriculturas de caráter familiar (a exemplo da ecológica, orgânica, agroextrativista) as redes se multiplicam. Incluem-se redes formadas por empreendimentos de tipos diversos: familiares, cooperativos, territoriais etc., que na dinâmica de reprodução social se inter cruzam. Significa dizer que os atores que circulam numa rede (por exemplo: uma rede familiar) também circulam em outras, como é o caso da rede de desenvolvimento territorial.

Um programa e projeto que pode ser tomado como exemplo dessa multiplicação e interconexões de redes é tomado do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que financiou com recursos do projeto federal “Saneamento e urbanização de favelas” um projeto habitacional direcionado às famílias das quebradeiras de coco, no Bico do Papagaio. Realizado em conjunto entre o governo federal e o governo do Tocantins com a participação direta das quebradeiras de coco, em parte, foi facilitado pela já conhecida liderança de D. Raimunda Gomes e pelo conhecimento anterior que ela mantinha com o presidente Lula. Aproveitando o sucesso do vídeodocumentário, “Raimunda, a quebradeira”, o governador Marcelo Miranda (PMDB) anunciou durante o lançamento do documentário a execução do referido projeto.

Há que se considerar que o lugar de moradia é uma das dimensões da reprodução da família, para além de sua materialidade, em suas interfaces simbólicas e, em sua dimensão simbólica é carregado de marcas relacionadas às funções, tanto quanto dos significados. É o

que demonstram os estudos realizados por Woortmann, e Woortmann (1997) com sítiantes sergipanos onde os autores evidenciam a casa como núcleo simbólico da família.

Como *nós da rede*, a casa de moradia tende a revelar outras conexões a exemplo das existentes entre a moradia e a produção no quintal para o consumo doméstico e as conexões do quintal com familiares e vizinhos, conexões estas que se estendem até os centros urbanos, uma vez que há sistematicamente o fornecimento de muitos itens do quintal (frutas, verduras, galinhas e ovos), para aos membros da família que residem na cidade.

Assim, os quintais que indica a área localizada atrás da residência, onde se cultivam hortaliças, plantas medicinais e jardins (plantas ornamentais), algumas plantas de mandioca, árvores frutíferas (laranja, limão, banana, goiaba, manga, caju, babaçu, etc), se criam pequenos animais (porco, galinha, pato, peru, entre outros), constituem-se como espaços de inter-relações e de múltiplos usos formando uma sub-rede com conexões entre familiares, vizinhos e parentes. É utilizado no âmbito doméstico, tanto para o cultivo das plantas e criações de animais como para a atividade da quebra do coco; nas relações de reciprocidade que se dá por meio das trocas de mudas de plantas e/ou do envio aos vizinhos e parentes, em forma de doação, de produtos oriundos dos quintais.

Foi nessa perspectiva que D. Raimunda Gomes elaborou o referido projeto habitacional para as quebradeiras que viviam em casas com condições físicas precárias, tanto no que se refere ao ambiente interno da casa como aos elementos no seu entorno (cercas, depósitos, espaços coberto para a quebra do coco). Ela lembra que “a vida começa dentro de casa e a quebra do coco também”, portanto, na sua visão há necessidade de se buscar melhores condições de moradia e de trabalho.

No período do trabalho de campo constatou-se que os aspectos de moradia nas comunidades rurais do Bico do Papagaio apresentam-se, em sua maioria, em condições precárias, com diferenciação para as áreas de assentamentos rurais que já receberam o crédito moradia, em que as casas são construídas com tijolos e cobertura de telhas e para as beneficiárias do projeto “casas das quebradeiras”. As outras moradias, em geral, são construídas com paredes de taipa, talos ou de palha de babaçu, o telhado é coberto com palha de coco babaçu e o piso de chão batido. (figura 38).



**Figura 38 – Moradias construídas com palhas do babaçu**  
**Fonte: Acervo da pesquisa (2009)**

Diante da necessidade de se traduzir, nesse projeto “casa das quebradeiras”, os costumes e as demandas específicas das famílias houve a necessidade de se mobilizar diversos atores e constituir alianças. Para isto, foi mobilizada a equipe técnica da Secretaria de Habitação do Estado, engenheiros, assistentes sociais, pedreiros, ajudantes de obra, instituição financeira, lojas de materiais de construção, entre outros. Implicou ainda, na necessidade de negociação e alinhamento de objetivos, visto que da concepção inicial do projeto à finalização houve modificações.

Assim, cada fase do projeto (elaboração, aprovação, execução, definição dos beneficiários e entrega das casas) foi submetida à negociação de vários atores. Todas as negociações se deram no sentido de permitir o cumprimento dos objetivos e metas previstas. Para o sucesso dessa negociação e alinhamento de objetivos, D. Raimunda, idealizadora do projeto, exerceu o papel de tradutora e porta-voz na medida em que atribuía aos demais atores papéis e funções a serem desempenhadas. Ela participou de todas as etapas do projeto, traduzindo e negociando o que poderia ser mais vantajoso para as famílias.

O tradutor é definido como “um ator social com legitimidade para estabelecer um elo de inteligibilidade entre os demais atores, favorecendo a cooperação” (SILVA *et al.*, 2007, p.13). D. Raimunda representa bem essa definição ao se posicionar sobre seu papel no vídeodocumentário:

Eu disse pro Marcelinho (Marcelo Silva, diretor do filme) que esse filme não é meu, é de todas as quebradeira e das suas famílias. A minha história que é a história de muitas outras mulheres, pode servir pra divulgar a história das quebradeira e também pra denunciar as condições de vida, as condições das moradia, do trabalho duro de cada uma [...] existe muitas quebradeira de coco que ainda estão excluídas, estão escrava [...]. Foi por isso que eu autorizei o filme, apois tudo que eu faço e o que já fiz até o dia de hoje de minha vida foi pensando no bem dos outro, nunca quis nada só pra mim, sempre batalhei pelo direito de todos os trabalhador rural. [...] Eu batalhei pelas casas das quebradera como eu batalho por qualquer direito nosso, porque todo mundo tem direito a uma vida digna.

Interpretando a fala de D. Raimunda sobre as condições de vida das quebradeiras entende-se que o projeto das casas das quebradeiras, demandado, negociado e reinterpretado de acordo com sua visão do que é mais legítimo, mais digno, baseia-se em concepções tais como a de cidadania, direito, dignidade. Traduzindo a realidade das famílias, D. Raimunda “convenceu” o governo federal e o governo estadual a participar e financiar o projeto.

Na proposta inicial foi previsto a construção de 600 unidades habitacionais de 52 m<sup>2</sup> cada, no entanto, foram construídas 884 unidades a fim de atender mais famílias, após várias discussões e necessidade de readequação na proposta inicial. Por exemplo, constava na proposta inicial do projeto a construção em cada unidade habitacional de um galpão para a quebra do coco, mas, com essa necessidade de readequação no tamanho das casas para atender mais pessoas, o galpão foi suprimido do projeto. Houve um investimento total no valor de 19,4 milhões de reais sendo 15,9 milhões recursos do governo federal e 3,5 milhões a contrapartida do governo estadual. Estas unidades habitacionais foram instaladas em 16 povoados, localizados nos municípios de Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Axixá, Sítio Novo, Praia Norte e São Miguel do Tocantins (figura 39).



**Figura 39: Casas das quebradeiras no povoado Pequizeiro**  
**Fonte: Acervo da pesquisa (2010)**

Mediante este projeto, as famílias, em especial as mulheres, apontam uma relativa melhoria nas condições de vida, principalmente nos que diz respeito aos aspectos sanitários e estéticos de suas casas: “Vixe Maria, nossa casa agora ficou mais bonita, mais confortável, tem até banheiro”, afirma D. Divina. No bojo do sucesso do videodocumentário, estão em andamento outros pequenos projetos de geração de renda como a construção de um galpão para a implantação de uma padaria comunitária, com recursos oriundos do projeto geração de renda “Mão na massa” do governo do estado; assistência jurídica, bolsa-família (muitas famílias ainda não tinham sido cadastradas no programa), documentação da trabalhadora rural, criação de duas associações de quebradeiras de coco.

Outro exemplo de pequenos projetos inseridos na rede sociotécnica do babaçu é tomado a partir da organização das famílias de Sete Barracas que levou ao registro formal da Associação dos Produtores Rurais denominada de Clube Agrícola de Sete Barracas – CASB. Essa associação tem permitido o engajamento das famílias assentadas, em projetos com ênfase no agroextrativismo com a proposta de garantir uma alternativa econômica sustentável às quebradeiras de coco babaçu. Destacam-se dois projetos: o projeto de pesquisa desenvolvido pela UNITINS intitulado: “Produção auto-sustentável de energia elétrica na zona rural – Projeto Babaçu”, financiado pelo CNPQ, Programa Trópico Úmido, executado no período de janeiro de 1997 a novembro de 2000; e o projeto “Promoção do desenvolvimento social e econômico das quebradeiras de coco babaçu na Região do Bico do Papagaio”, financiado pelo Ministério da Integração e em execução desde o ano de 2007.

Ambos projetos foram elaborados na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas e trazem no seu bojo um conjunto de normas e técnicas reveladoras de dinâmicas socioprodutivas e ambientais.

Ao se buscar compreender esse processo, foi possível localizar na cadeia de acontecimentos um ponto de encontro e desencontro entre atores humanos e não humanos que se cruzam nas relações sociotécnicas, provenientes tanto de questões normativas e operacionais dos dois projetos, a exemplo do fornecimento da matéria-prima e mão de obra para a execução dos mesmos assim como de questões gerenciais relacionadas ao controle social e, de continuidade das ações.

Uma característica comum aos dois projetos é a proposta de “promover o desenvolvimento social e econômico das famílias de trabalhadores (as) rurais extrativistas”. Ambos trazem subjacentes a ideia de que a implementação e execução das ações se baseia em processos contínuos, socialmente construídos e negociados por meio da mobilização dos atores em torno da ciência, tecnologia, infraestrutura, engenharia, produção. E, nesses processos, vão sendo formadas novas redes envolvendo pesquisadores, extensionistas e a comunidade local.

Desde a sua concepção, o projeto da UNITINS tinha como objetivo principal produzir energia elétrica a partir do babaçu, para atender especialmente o assentamento rural, apoiado em “participação real de seus protagonistas principais – as quebradeiras de coco”, e outros subprodutos como óleo, farelo protéico, mesocarpo e carvão. Foram adquiridos equipamentos modernos (maquinários, tanques de armazenamento), construída uma estrutura de 422 m<sup>2</sup> composta de área de produção de energia elétrica a partir do uso da queima do endocarpo do babaçu, área de processamento de óleo e galpão para quebra de coco. No galpão anexo foram montadas algumas bancadas, com machados de tamanhos diferenciados fixados para as mulheres quebrarem o coco “em melhores condições” (Figura 40). A engenheira agrônoma Andréa Cristina Thoma informa como se desenvolveu o projeto:

No período em que fui para o Bico foi para testar os maquinários, rendimento, os testes com as bancadas, o forno de carvão. Conseguimos fazer tudo funcionar, gerar energia, extrair óleo, dentre as máquinas o filtro que era muito lento o que não conseguia acompanhar o processo só não chegamos a usar o tanque de armazenamento do óleo, usávamos tambores de 200 litros. Quanto às bancadas tiveram algumas mulheres que não quiseram nem testar e outras com o uso preferiram mais, pois diminuía as dores nas costas e só o banco que tinha os vãos então levavam um saco ou algo pra ficar como almofada. Terminado o projeto tudo foi paralisado e ficou a critério da comunidade dar continuidade as atividades, o machado como ele era fixo nas bancadas elas também achavam mais seguro não ficava virando, mas foram

mandados fazer na fábrica, o que não era acessível para as mulheres e não houve doação para a comunidade dos existentes no projeto. Atualmente a comunidade tem um convênio com a UNITINS para utilizar os equipamentos do projeto para a extração de óleo.



**Figura 40 – Bancadas para a quebra do coco desenvolvidas no projeto**  
**Fonte: Fotos Andréa Thoma, 2001.**

“Quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos e máquinas, entramos no meio das controvérsias. Quanto mais nos aproximamos, mais as coisas se tornam controversas”, diz Latour (2000, p. 53), o que nos remete à necessidade de analisar com criticidade o processo de implantação desses dois projetos. Como já explicitado anteriormente, não há imagem mais característica do extrativismo do babaçu do que a quebradeira de coco sentada no chão prendendo o machado com as pernas e com uma das mãos segurando o babaçu em cima da lâmina. Quando esse processo é objeto de mudança pelas recomendações técnicas, começa-se por estabelecer um arcabouço legal, que exige uma nova postura, distinta da habitual e que na compreensão de algumas quebradeiras é diferente do que se está acostumado a fazer, não só em relação às bancadas em si, mas também por estarem em lugar fixo, que as impedia de se mobilizar e em relação ao ruído produzido no ato da quebra do coco.

[...] O projeto da Unitins era um bom projeto mais tinha o problema de que a gente tinha que ir quebrar coco lá nas bancada, e eu sô acostumada quebrar coco em qualquer lugar, na minha casa eu quebro coco, no cocal eu quebro coco, até dento da cozinha, se der a gente quebra (D. Maria da Luz).

A mobilidade para a quebra do coco é um *habitus*, daí que a “imposição” da materialidade de outras técnicas, outras rotinas passam a exigir a devida incorporação,

descartando-se, pelo menos uma parte, as práticas tradicionais, provocando questionamentos e incertezas. Ao transmutar rotinas e técnicas corporais, mesmo sob o argumento de “minorar o esforço físico, aliviar dores na coluna, trazer comodidade para as mulheres”, conforme argumentou a engenheira agrônoma Andréa Cristina, alteram de alguma forma as relações tradicionais das quebradeiras de coco com os elementos naturais.

O segundo projeto, “Promoção do desenvolvimento social e econômico das quebradeiras de coco babaçu na Região do Bico do Papagaio”, elaborado por técnicos do RURALTINS incluindo a participação da engenheira Andréa Cristina Thoma, usou como uma de suas justificativas a existência da estrutura física construída pelo projeto anterior e a necessidade de incrementar a produção dos subprodutos do babaçu. Justifica também que

A possibilidade da criação de condições técnicas para o aproveitamento integral do coco, socialmente justo e ambientalmente correto para a extração, produção e comercialização do babaçu e seus subprodutos, necessariamente terá como corolário, além da sua inserção competitiva no mercado, a geração de emprego e renda, bem como aumento da auto-estima dos membros da comunidade (RURALTINS, 2006).

O processo de interessamento dos atores locais nesse projeto teve início com a primeira reunião de “mobilização” da comunidade realizada pelo RURALTINS, onde foi apresentada a proposta de revitalizar a microusina de babaçu e seus subprodutos, de construção de uma minifábrica de sabão e extração do mesocarpo e da capacitação das famílias por meio de um financiamento que estava sendo disponibilizado pelo Ministério da Integração (MI). O referido financiamento fazia parte da proposta de intervenção desse Ministério em espaços sub-regionais com fins de diminuir as desigualdades regionais. Para essa reunião, a RURALTINS estabeleceu estratégias para interessar as famílias a participarem do projeto. Uma primeira estratégia foi convidar a UNITINS (dona da microusina e dos equipamentos) para participar da reunião; segundo, as famílias presentes na reunião foram estimuladas a pensar sobre a oportunidade de potencializar o babaçu por meio da agregação de valor aos subprodutos; por fim, as quebradeiras de coco teriam a oportunidade de aumentar a geração de renda por meio da comercialização desses subprodutos.

Nesse encontro ficou acertado que o RURALTINS ficaria responsável pela elaboração do projeto e apresentação junto ao MI e pela execução do projeto (reforma, compra de equipamentos e realização dos cursos de capacitação), a UNITINS autorizaria a reforma e a ampliação do espaço e a comunidade participaria da gestão e do controle social do projeto.

Observa-se que a proposta do projeto continha demandas históricas das quebradeiras de coco no que diz respeito à agregação de valor ao babaçu o que indica a existência de um processo de tradução das necessidades das quebradeiras expressa em uma linguagem técnica oficial, ou seja, falar na linguagem das quebradeiras de coco o que elas dizem e querem, organizando-lhes o discurso, de forma que, “ao término do processo, se tiver êxito, apenas vozes em harmonia serão ouvidas” (CALLON, 1986, p. 13).

Vale ressaltar a explicação de Latour (1994) sobre o processo de tradução, que segundo o autor não expressa a mudança de um vocabulário para outro. Traduzir significa mediar e criar conexões que não existiam antes e que, em alguma medida, modificam dois elementos ou agentes. Portanto, é um esforço e/ou uma tentativa, que pode ser alcançada ou não. No caso desse projeto, a tradução foi alcançada e o projeto foi executado embora, no final seus objetivos não tenha sido completamente atingidos.

Uma primeira conclusão que se chega sobre os dois projetos é que os objetivos são traduzidos em objetivos qualitativos, em geral de longo prazo (ex: gerar energia para o assentamento a partir do coco babaçu e agregar valor aos subprodutos do babaçu por meio da sua produção e comercialização de forma sustentável), que não correspondem ao prazo de execução dos projetos e à quantidade de recursos disponibilizados, diferente do que aconteceu com o projeto “casa das quebradeiras”. Esses objetivos materializariam as ações de desenvolvimento do governo, que em geral são traduzidas em termos de “projetos” (PARESCHI, 2004).

Uma segunda observação é que em ambos os projetos predominaram financiamentos voltados à aquisição de equipamentos e construções, com investimentos pontuais, em formação e capacitação; que apesar da participação da comunidade não ser tão efetiva conforme previsto nos dois projetos, houve o estabelecimento de conexões que não existiam antes, a exemplo da relação da comunidade com a UNITINS. Por outro lado, segundo relatos de algumas das famílias de Sete Barracas, os projetos trouxeram expectativas que não foram cumpridas (ex: até o período da pesquisa de campo, ainda não havia se efetivado o processo de produção do mesocarpo), o que leva a pensar que não foram construídas condições estruturais e nem econômicas para uma efetiva modificação nas condições de vida das famílias locais e para a participação efetiva da comunidade em projetos de desenvolvimento.

Mesmo assim, se observa que a inserção desses e de outros pequenos projetos na rede sociotécnica do agroextrativismo do babaçu revela que estes têm sido adotados como

estratégias de reprodução social que se horizontalizam e se verticalizam em relações estabelecidas entre famílias e entre estas e outros atores como a RURALTINS, a UNITINS, o Governo Federal e outros órgãos financiadores de projetos de desenvolvimento. Neste caso, os pequenos projetos são considerados como pontos nodais dessas relações, formados em intensidades e simetrias distintas.

Diferentemente desses programas voltados para financiar pequenos projetos, a política relacionada ao amparo social – bolsas assistenciais (bolsa escola, bolsa família), pensão e aposentadorias são contínuas, atingem um maior número de famílias e tem sido acessada pelas famílias com regularidade. O acesso à aposentadoria e a bolsa-família são contados como renda mensal fixa da família, principalmente as aposentadorias que na maioria das vezes se constituem, ao lado da quebra do coco babaçu, na segurança financeira dessas famílias. Em todas as comunidades visitadas o programa bolsa família foi destacado como parte importante da complementação familiar, porém, percebido por algumas pessoas como um programa que interfere na atividade extrativista do babaçu. Em tom de crítica, uma liderança local diz que “muitas mulher que recebe bolsa família não quer mais saber de quebrar coco”, daí questiona: “vão ficar mamando nas teta do governo sempre?”

Embora essa afirmação possa ser confirmada em muitas localidades, visto que pôde ser observado que, com frequência as atividades voltadas à quebra do coco foram reduzidas em muitas famílias beneficiárias dos programas sociais, entretanto, mesmo naquelas famílias em que se observou a diminuição na quantidade da quebra do coco para a comercialização, mantém-se a produção para autoconsumo.

Por fim, outro exemplo de inserção de política pública na rede sociotécnica do agroextrativismo do babaçu é o *Programa Território da Cidadania*, uma importante via de acesso às políticas públicas para as organizações locais e o *Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade*. Considerando que na política de desenvolvimento territorial há o pressuposto de que o desenvolvimento é um fenômeno espacializado, que os elementos naturais desempenham um papel central na sua abordagem e que o eixo central reside na maneira como os atores sociais se organizam, o extrativismo do babaçu no Bico do Papagaio é tido como um importante ator no Programa Território da Cidadania, por ser considerado como aglutinador e representativo dos agricultores familiares que estão espalhados por todo o território. Com essa política estrutura-se na região um espaço de concertação, negociação e seleção de projetos públicos de investimentos estabelecendo,

portanto, uma importante via de acesso a financiamentos públicos e uma dinâmica de mobilização de estratégias, metodologias, planos e projetos e, evidentemente de disputas em tornos desses recursos.

Como se viu no início desse capítulo, os agroextrativistas, por meio da luta pela permanência de determinadas práticas tradicionais e pela necessidade de incorporação de novas práticas produtivas, em especial aquelas relacionadas às novas técnicas de manejo dos subprodutos do babaçu, estabelecem relações com diversos e diferentes atores. Essa luta se configura num conjunto de ação que unifica as famílias, as quais produzem discursos homogêneos que sugerem a ideia de um grupo unidiverso<sup>80</sup> articulado na rede sociotécnica.

No que tange às pressões da Tobasa sobre a exploração extrativista de base familiar, se verá no próximo capítulo que esta atua no Bico do Papagaio a partir de um discurso ecológico, mas, de fato, o que conta para a indústria é a abundância da matéria-prima, a facilidade de acesso diante das boas condições das estradas, os intermediários, o mercado e os esquemas de subordinação de mão de obra das famílias agroextrativistas.

---

<sup>80</sup> Unidade e diversidade ao mesmo tempo. JARA (2001). O essencial nem sempre é visível. IICA Brasil, 2001.

## 6. A TOBASA E A EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL DO BABAÇU: ENTRE O DISCURSO E O FATO

Neste capítulo será abordada a forma de exploração industrial do babaçu feita pela Tobasa bioindustrial. Como visto no capítulo anterior, existem duas maneiras de exploração de base familiar do coco babaçu: uma ligada fundamentalmente à produção de amêndoas e demais subprodutos, e a outra, por meio da cata do coco inteiro destinada ao abastecimento da Tobasa. Ambas maneiras tem na reprodução familiar o seu principal objetivo. Mas, o estabelecimento das relações existentes entre catadores de coco e a Tobasa, como demonstrado, se contrapõe a uma das estratégias de reprodução social do agroextrativismo do babaçu, baseadas no aproveitamento integral do fruto.

Para aprofundar a análise sobre tal processo é preciso considerar que na construção dessas situações a exploração do babaçu, segundo a lógica da Tobasa tem no aproveitamento integral com fins industrial e comercial o seu principal objetivo. No discurso da empresa, que se auto intitula “uma companhia ecológica”,<sup>81</sup> o seu modelo de exploração é baseado

Na exploração sustentável desta cultura nativa da região, desde a cata e a coleta até a industrialização, desenvolvendo, continuamente, tecnologias aplicadas ao aproveitamento integral do coco de babaçu, neste modelo agroindustrial de valorização econômica desta biodiversidade da Amazônia legal (EDMOND BARUQUE, 2010, informação oral)<sup>82</sup>.

Com base nesse discurso de cunho ecológico, a empresa se estende desde Tocantinópolis (TO), onde fica localizado o complexo industrial (local onde é armazenado e processado o coco coletado nas localidades), até os outros municípios do extremo norte do Bico do Papagaio, onde há maior concentração de palmeiras de babaçu, incluindo a área indígena dos Apynajés.

A coleta do coco inteiro, na região, na forma e na quantidade<sup>83</sup> em que é feita demonstra o caráter predatório da atividade, contradizendo o discurso ecológico da empresa. A própria visão da empresa, descrita abaixo, já evidencia a contradição entre o discurso e o fato:

---

<sup>81</sup> Conforme apresentação no site da empresa [http://www.tobasa.com.br/quem\\_somos.html](http://www.tobasa.com.br/quem_somos.html). Acesso em: 10 jun.2010.

<sup>82</sup> Apresentação oral do presidente da empresa, no I Congresso Brasileiro de Palmeira de Babaçu, em São Luis – MA, abril, 2010.

<sup>83</sup> Cf. Oliveira, et al. (2009), a empresa processa anualmente aproximadamente 75 mil toneladas de babaçu.

Ser um grupo empreendedor com referência mundial no beneficiamento integral do coco babaçu e na industrialização de todos seus produtos, mantendo uma gestão integrada, reunindo e gerindo a maximização de resultados sobre o capital investido (EDMOND BARUQUE, 2010, informação oral).

Esta forma de exploração, que se baseia no emprego de tecnologias consideradas modernas, as quais buscam tirar o máximo proveito do babaçu, resulta em substituição de parte das atividades extrativas das quebradeiras de coco e impõe a intensificação da coleta dos frutos, que são catados inteiros e transportados para a indústria, onde são beneficiados.

A análise feita pelo grupo de pesquisa liderado pelo antropólogo Alfredo Wagner ao executar o projeto “Nova cartografia social da Amazônia”, uma pesquisa exploratória sobre as ações lesivas ao meio ecológico dos babaçuais, aponta alguns dos efeitos da cata do coco inteiro, dos quais cabe destacar: (i) a atividade tem se mostrado extremamente predatória na região, gerando a diminuição e a escassez do recurso; (ii) independente do local de concentração da atividade, ela atinge indistintamente todas as mulheres, sobretudo aquelas que moram nas “pontas da rua” das cidades e dos povoados; (iii) geram situações de conflito pela disputa do coco babaçu, sobretudo quando os catadores entram em áreas tradicionalmente utilizadas pelas mulheres (ALMEIDA *et al*, 2005, p. 115-117).

Ao se considerar a inserção dessa empresa na rede sociotécnica do babaçu, interesses conflitantes afloram local e regionalmente, influenciando nas negociações e disputas que acompanham a mobilização e o interessamento dos diferentes atores. A conexão da Tobasa à rede sociotécnica é determinada pela intermediação dos atores responsáveis por viabilizar as etapas da coleta do coco, do transporte, mão de obra empregada no processamento do babaçu, equipamentos, entre outros.

Como os objetivos da empresa estão direcionados para a apropriação privada do babaçu e a comercialização da produção, suas conexões se estendem também a redes mais longas chegando até grandes empresas multinacionais como a Gessy-Lever, Colgate e nacionais como a Química Amparo (Ypê) e a Minuano, e fabricantes de filtros e purificadores industriais e residenciais do Brasil, como as marcas Europa e Everes, conforme notícia veiculada no jornal Conexão Tocantins, do dia 20/01/2010.

Como se pode notar, muitos humanos e não humanos são agenciados pela Tobasa no processo do aproveitamento integral do babaçu. No entanto, considerando os diversos questionamentos de outros atores da rede e diante da necessidade de legitimação a Tobasa

incorpora às suas práticas o discurso do “desenvolvimento sustentável do coco babaçu na região do Bico do Papagaio”.

Constatou-se que a política de uso deste recurso discursivo por meio de uma linguagem que aproxima preocupações sociais e ambientais, já é manifesta no site da empresa, nas apresentações da mesma em espaços públicos e em reuniões internas em que participam convidados externos, como foi o caso da reunião do Grupo de Trabalho - GT Babaçu de atuação no Plano nacional das cadeias produtivas da sociobiodiversidade realizado na sede da empresa, nos dias 10 e 11/06/2010, da qual a pesquisadora teve oportunidade de participar. Participaram, ainda, representantes do MMA, MIQCB, ASMUBIP, CNS, UNITINS, SEAGRO, SEBRAE, Universidade Federal do Tocantins – UFT e Secretaria da Indústria e Comércio do Tocantins – SIC. A reunião teve o objetivo de discutir parte do Plano de ação estadual do Tocantins para a cadeia de valor do coco babaçu, em específico o tema relacionado à parceria com o setor empresarial. Esse foi um momento em que foi possível registrar alguns dos temas incorporados ao discurso da empresa quando trata do “desenvolvimento sustentável do coco babaçu na região do Bico do Papagaio”. Também foram lidas as informações disponíveis no site da empresa, das quais se selecionou as que estavam diretamente relacionadas com essa discussão.

A empresa relacionou, como sempre faz em seus discursos, a defesa da compra do coco inteiro ao fato de garantir a geração de renda para as quebradeiras de coco, o aproveitamento da mão de obra local, eliminação de atravessadores, de só processar na empresa “o que as quebradeiras não conseguem quebrar ou vender”, por ser a única empresa na região a produzir o carvão ecológico vegetal e, mais recentemente, a produção de energia alternativa obtida a partir da biomassa do coco babaçu.

É de dentro desse contexto, cuja questão é de domínio público, no sentido de que os responsáveis pela cata do coco inteiro, intermediação e compra, bem como suas formas e até suas áreas de atuação são invariavelmente conhecidos na região, que se pode argumentar que a cata do coco inteiro representa para alguns atores da rede uma prática relativamente aceitável na região em que é praticada. Essa constatação é importante para não estigmatizar e/ou essencializar qualquer instituição ou pessoa.

Analisado estritamente sob o ponto de vista do aproveitamento integral do babaçu feito pela Tobasa é razoável imaginar que seus efeitos determinam as relações assimétricas existentes na rede sociotécnica expressas a partir das formas de apropriação do babaçu, das

inovações de processos e produtos feitos pela empresa com o objetivo de alcançar mercados, e da subordinação dos agroextrativistas a uma forma de mercantilização do babaçu contrária àquelas tradicionalmente adotadas por estes grupos. Esta mercantilização, por sua vez, torna-se o resultado de relações sociais que expressam a luta desigual entre os diferentes atores pelo controle desse recurso extrativista e dos processos a ele implícitos. Por serem vulneráveis, os catadores de coco tornam-se facilmente subordinados à indústria.

Para exemplificar essas afirmações, observe-se que o que é dito pela empresa nem sempre corresponde ao que é feito e o que é feito nem sempre é dito. Por exemplo, a Tobasa não chega a reconhecer como legítimo, baseado em argumentos que visam satisfazer os seus interesses e objetivos próprios do mundo industrial-mercantil, o questionamento das organizações das quebradeiras de coco sobre a cata do coco inteiro e a demanda dos agroextrativistas por melhores preços, nem admite, que a compra do coco inteiro causa impactos sociais e/ou ambientais negativos. Tenta argumentar que sua missão é

Empreender e administrar com excelência para ofertar produtos *obtidos de forma sustentável a partir de florestas nativas*, sem agredir o meio ambiente, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas (EDMOND BARUQUE, 2010, informação oral). (Grifo nosso)

Na relação estabelecida entre a empresa e os agroextrativistas foram facilmente constatados os diferentes interesses e assimetrias de poder. Trata-se de um processo único em que a demanda da empresa no que se refere à matéria-prima são as amêndoas do babaçu e o coco inteiro. Essa assimetria pode ser revelada pelos dados de campo que demonstram que o bom desempenho da Tobasa está associado à subordinação dos catadores à indústria, em especial em relação ao preço pago pela amêndoa ou pelo coco inteiro. Conforme demonstrado no subitem 5.1.2., na relação empresa e catadores, o preço da amêndoa e do coco inteiro é determinado pela empresa.

Neste sentido, no que diz respeito ao coco inteiro os preços são relativamente estáveis, porém, considerados muito baixos, mas quando se trata do preço pago pelas amêndoas há uma diferenciação significativa nos preços. As diferenças existentes são demarcadas entre os locais de acesso da ASMUBIP, principal concorrente da Tobasa no tocante à compra das amêndoas, e aqueles locais onde a ASMUBIP não consegue chegar. D. Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, presidente da ASMUBIP e integrante do MIQCB, explicita bem sobre as estratégias da empresa na diferenciação do preço pago pelas amêndoas.

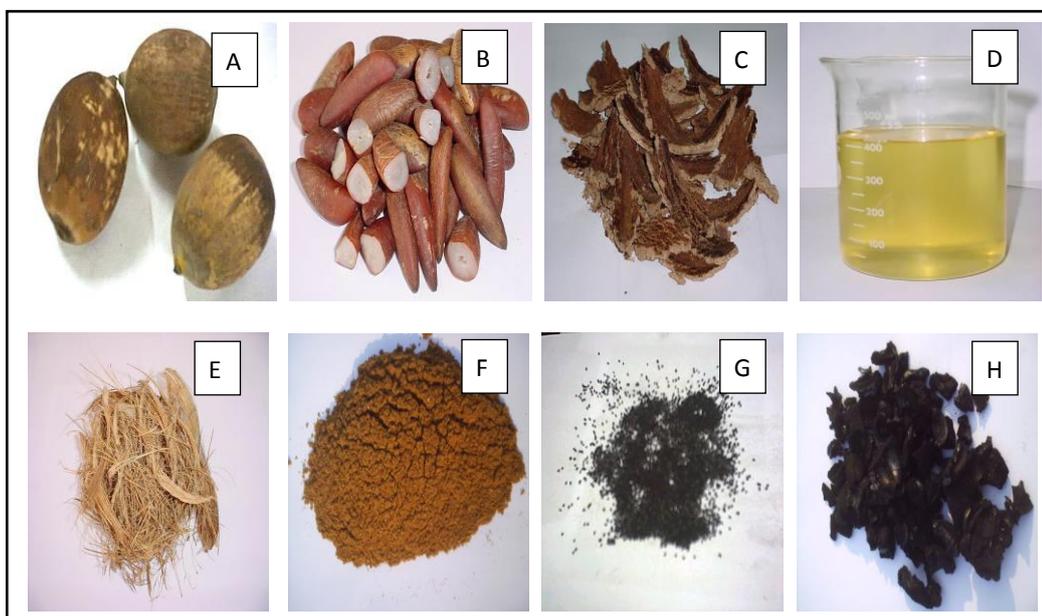
Quando a ASMUBIP implantou o projeto babaçu um dos objetivos do projeto era agir no preço da amêndoa do babaçu para que fosse mais atrativo e para aumentar a renda das quebradeiras. Nossa empresa começou a comprar coco das quebradeira chegando a pagar até 0,90 centavos o quilo da amêndoa quando o preço pago pela Tobasa e por outros comerciantes não chegava a 0,60 centavos. Nesses locais que a gente comprava o coco das quebradeiras, a Tobasa que é nossa principal concorrente também pagava o mesmo preço que o da ASMUBIP às vezes até pagava um pouco mais que nós, só pra garantir a compra dela. Mas nos lugar onde a ASMUBIP não conseguia chegar, porque nossa perna é pequena, não podemos ir tão longe, o preço pago por eles nunca passou de 0,60 centavos o quilo, quando chegava a esse valor.

Ocorre que a ASMUBIP, que possui uma prensa para extração do óleo de babaçu, pela falta de recursos financeiros, operacionais e mesmo de mercado deixou de comprar as amêndoas das quebradeiras. Por conseguinte, os preços pagos pela Tobasa foram reestabelecidos aos valores pagos anteriormente, ou seja, em torno de 0,60 centavos, de forma que essa tendência de baixa dos preços se estendeu progressivamente a toda a região do Bico do Papagaio.

Em geral, verificou-se que os compradores (empresa e atravessadores) lançam mão de estratégias de preço e condições de pagamento sendo que a Tobasa, em geral, recorre a intermediários para comprar a amêndoa. Ou seja, trata-se de compra e venda onde os preços são estipulados pela empresa ou pelos atravessadores. No caso em questão, o atravessador é aquele que possui um comércio local responsável pelo abastecimento de gêneros de subsistência, em especial os de primeira necessidade (arroz, sal, açúcar, café, etc). Estes, segundo as quebradeiras de coco, em muitos casos não pagam a produção em dinheiro e sim em mercadorias cobradas a um preço superior a de outros comércios. Nesse caso, segundo as mulheres elas ficam “num cativeiro”, sujeitas “a mercadoria cara deles”. Tais comerciantes revendem as amêndoas para a Tobasa pelo dobro do preço.

Em outras palavras, no momento em que o babaçu se move em direção à TOBASA, muitas coisas começam a mudar e sofrer ajustes: a matéria-prima (o babaçu) se transforma em novos produtos (carvão granulado ativado, óleo bruto, óleo clarificado, sabão de coco, entre outros), (Figura 25), outras relações sociais, técnicas e ambientais são envolvidas, novos atores entram em cena (projetos mecânicos, inovações tecnológicas, patentes, fornos de carboativação, entre outros). No final das contas, após negociações com elementos muito variados, o babaçu, na Tobasa, ocasiona traduções que fazem emergir novas relações

sociotécnicas. Afinal, como diria Law (1997, p. 13), “a rede de atores não somente depende de outros, como cria outros”



**Figura 41: Subprodutos do babaçu (A=Fruto; B=Amêndoa; C=Torta de Coco; D=Óleo; E= Epicarpo; F=Farinha Orgânica; G=Carvão Granulado; H=Carvão Vegetal)**  
**Fonte: João Morita (2010)**

Pode-se, enfim, identificar neste processo uma série de esforços e a configuração de um cenário favorável para o estabelecimento da rede sociotécnica do aproveitamento integral do babaçu com fins industriais e comerciais, traduzidos e representados por meio da logística montada pela empresa, de processamento integrado para o aproveitamento integral do coco de babaçu. A utilização por parte da indústria de equipamentos e máquinas modernas para o aproveitamento integral do babaçu impõe a intensificação da coleta dos frutos que são catados inteiros e transportados para a indústria, onde são beneficiados.

Esta ideia do aproveitamento integral do babaçu busca vincular a racionalidade das ações econômicas com a escolha das opções feitas pelos diferentes atores que conformam a rede sociotécnica. Os catadores de coco, neste sentido, tanto quanto a indústria e seus funcionários, são essenciais para esta prática, pois é também pela sua atuação que os produtos do babaçu adquirem consistência e viabilidade.

No entanto, parafraseando Latour, pouco importa que a Tobasa tenha mobilizado toda a sua empresa para conquistar o mercado do babaçu; pouco importa também que tenha inventado projetos mecânicos de descorticação e do corte transversal do coco de babaçu, patenteados no INPI; que ela tenha desenvolvido e implantado fornos de carboatuação para a produção de carvão ativado tipo exportação, com total aproveitamento dos gases resultantes,

sem emissão de poluição para a atmosfera. Se não houver a matéria-prima (o babaçu) para os fornecedores, será o fim de todo o empreendimento. “Haverá um elo a menos na longa cadeia. Um aliado [ainda que] pequenino estará faltando” (LATOURE, 2000, p. 205).

O que se tentou demonstrar é que a Tobasa determina a forma e as circunstâncias em que a coleta do coco, o transporte e a agregação de valor do fruto para fins industriais, no Bico do Papagaio, são feitas. Nesse sentido, a coleta e a extração da amêndoa do coco de babaçu no Tocantins têm sofrido modificações significativas desde que o potencial do babaçu foi "descoberto" pela indústria<sup>84</sup>. Mas, a esta forma de mercantilização do babaçu, contrária àquelas tradicionalmente adotadas pelos agroextrativistas, as organizações locais têm desenvolvido estratégias de mobilização, expressas principalmente na diversificação da produção como se evidenciou nos itens anteriores.

---

<sup>84</sup> Vale ressaltar que não se registrou casos de venda de coco inteiro para outras indústrias além da Tobasa. Mas há registros dessa prática em outras áreas de ocorrência do babaçu na região Tocantina, em específico na região de Marabá no Pará, onde fica localizada a Companhia Siderúrgica do Pará – COSIPAR (ALMEIDA *et al.*, 2005). Oliveira (2009, p. 146), na sua pesquisa de campo observou, na região de Marabá, casos de famílias que dedicam grande parte do seu tempo no verão para a realização da coleta do coco de babaçu para vender às carvoarias para a fabricação de carvão.

## 7. ENFIM.....E AS DINÂMICAS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA?

[...] Se a gente não preservar o babaçu, quem vai nos sustentar? Quem vai sustentar nossos filhos, nossos maridos? (D. Emília, MIQCB, regional do Tocantins).

[...] Desde pequeno meu sustento é do babaçu, nasci e me criei com o babaçu, por isso que a gente luta pra preservar, pra nós e pros nossos filhos [...] (Beliza, Associação de Mulheres de Juverlândia, Sítio Novo -TO).

[...] Tá passando da hora do governo regularizar a resex, senão tudo vai continuar como está, o fazendeiro devastando, derrubando e queimando os babaçuais [...] (Raimundo Banana, Secretário de Agricultura de Carrasco Bonito e sócio da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins – ARENT).

[...] O babaçu é pra todo mundo usar, pra quem precisar e quiser usar. Ninguém nunca plantou um pé de babaçu, me diga se alguém plantou, se alguém cuidou? O babaçu nasce porque Deus quer que todo mundo use. (D. Rosimeire, Associação de Mulheres de Pequizeiro).

Este breve capítulo trata, enfim, das dinâmicas estabelecidas entre a sociedade e a natureza no extremo Norte do Bico do Papagaio, em específico nas inter-relações existentes entre humanos e não humanos. A análise toma como referência inicial os trechos acima citados, retirados de algumas das anotações feitas em caderneta de campo, que dão pistas sobre essas inter-relações em uma região considerada importante do ponto de vista socioambiental e político.

Essas falas são importantes porque dão a medida da relevância do babaçu não só enquanto uma atividade econômica como também, e principalmente, para a reprodução social e familiar dos agroextrativistas, bem como para a preservação ambiental. Como se percebe nessas falas e questionamentos de quebradeiras de coco e liderança da RESEX Extremo Norte, fica explícito que o “sustento” da família depende da preservação do babaçu, que se traduz nas práticas extrativas, na agregação de valor, nas leis do babaçu livre e nas mobilizações sociais e políticas em nível local, regional, estadual e nacional. Não obstante as mobilizações, a formação dos núcleos das quebradeiras de coco babaçu, a criação de associações de mulheres, a criação de cooperativas, da organização da produção agroextrativista, verifica-se que a pressão exercida pelos pecuaristas e pela indústria do babaçu continua em ascensão na região.

Mas a elaboração de uma linguagem comum para além das especificidades regionais do extrativismo em defesa da preservação do babaçu unifica uma noção que se faz presente

nos atos e atitudes de cada grupo que sobrevive dessa atividade, a da necessidade de acesso livre e do *uso comum* do babaçu.

O *uso comum* é uma noção que não diz respeito apenas ao direito de acesso ao babaçu, mas é um termo que alude, de um ponto de vista empírico, também a uma relação simétrica entre famílias e entre estas e o babaçu, uma vez que no processo de ir e vir, de dar e receber, conformado por saberes construídos cotidianamente no exercício de suas práticas socioculturais e relações, que estabelecem uns com os outros e com os babaçuais. Almeida (1989) destaca o *uso comum* dos recursos, em áreas de colonização antiga ou recente, como meio de coesão e estratégia de sobrevivência de grupos sociais, excluídos da estrutura agrária, oficializada pelo Estado e pelo capital. O autor considera ainda que “os sistemas de uso comum tornaram-se essências para estreitar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso a terra, frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados”. (ALMEIDA, 1989, p. 173).

Neste sentido, a noção de *uso comum* a partir da perspectiva de que “os humanos têm necessidade dos não humanos e devem se associar a eles para formar uma sociedade durável” (VANDENBERGUE, 2006, p.340) significa o modo como os atores conectam-se através de redes que não são formadas exclusivamente por humanos, mas que dependem do intermédio de objetos. (Callon, 1986, Latour, 1984).

Importa ressaltar que o *uso comum* dos babaçuais diz respeito “a maneiras diferenciadas de uso, combinando apropriações privadas com apropriações de uso comum” (ALMEIDA 2008, p. 85). Por meio dessa noção, nesse caso específico, é possível perceber que existem inter-relações entre os modos de produção do extrativismo do babaçu e as condições específicas do meio natural sobre o qual agem os agroextrativistas e onde se criam e se mantêm relações de reciprocidade e outras sociabilidades. Estas relações estão presentes nos atos de catar, juntar e quebrar o coco, nas trocas de tempo de trabalho na quebra do coco, na ajuda mútua, bem como nos elementos de socialização do trabalho, em particular para as filhas mulheres que se socializam nos papéis das suas mães por meio do processo de iniciação do trabalho produtivo; nas percepções, cuidados e na defesa dos babaçuais.

Aqui é muito bom pra morar. Tem tranquilidade, tem a terra pá roça, tem o babaçu pra nós quebrar, tem as frutas pa gente comer, a manga, a banana, o bacuri, o açaí, tem o ovo, tem a galinha, tem tudo que a gente precisa, né? é como se fosse a gente morando dento da natureza, porque a gente sem a natureza não é nada, né mermo?! Por isso que nós preseva o babaçu, preseva a natureza, a gente não quer que o fazendero distrua o babaçu purque o

babaçu é da natureza é pá gente sustentar a gente, nós vevi é da natureza!  
(D. Cristina, comunidade São Pedro).

Nesse ponto, é importante enfatizar a importância que a base de elementos naturais e a forma como as famílias utilizam estes recursos têm na definição das estratégias de reprodução das famílias nessa área. Como se percebe, os significados que constituem os modos de vida dos agroextrativistas expressam valores culturais e sentimento de pertencimento e cuidado em relação ao local “vivido”, como fica evidente no depoimento acima. Pode-se dizer que esta é uma situação análoga ao perspectivismo ameríndio proposto por Viveiros de Castro (2002; 2008), em que natureza e cultura se encontram sem uma hierarquia dicotômica de influência entre ambas, ou se referindo ao modo como as diferentes espécies de sujeitos (humanos e não humanos) que povoam o cosmos percebem a si mesmas e as demais espécies.

Nesse contexto, a partir de um repertório de ações e alternativas (de suporte social e produtivo) acionado por estas famílias se estabelecem relações entre a sociedade e a natureza, para além da atividade de coleta e da quebra do coco. Fundamentalmente, nessas relações encontra-se a estrutura fundiária que está diretamente relacionada à preservação dos babaçuais. Nas áreas desapropriadas pelo INCRA para efeito de assentamentos rurais e nas pequenas propriedades, em geral, o acesso ao babaçu é livre tanto para os assentados quanto para as famílias que não são proprietárias de terras. Grosso modo, essas áreas estão degradadas e o babaçu encontra-se relativamente devastado, pelo processo anterior de grilagem de terra; a reserva extrativista de babaçu do Extremo Norte permanece com sua regularização fundiária inconclusa e sua implantação não foi efetivada, portanto, permitindo a sua devastação.

Nas áreas de grandes propriedades há situações diversas, alguns proprietários permitem a quebra do coco sem cobrar nada visto que *eles não ligam pro coco*; outros cobram aforamento; mas, em geral, o problema maior está relacionado à devastação dos babaçuais. Das dinâmicas utilizadas pelos proprietários de terra para essa devastação, sobretudo os pecuaristas, foram apontadas as seguintes: derrubada e queima das palmeiras para em seu lugar se implantar pastagens, uso generalizado de agrotóxicos, inclusive para eliminação de palmeiras jovens por meio de aplicação de “veneno no olho das palmeiras” corte das pindovas (palmeiras novas), violando a legislação ambiental e desorganizando a economia extrativista.

Essa é uma questão central relacionada diretamente à reprodução social das famílias agroextrativistas. São nesses contextos de impedimento de acesso a terra e da devastação dos

babaçuais que se tem início a diversas lutas, das quais se destacam as lutas por direito de acesso ao coco babaçu, que em algumas regiões se transfiguraram em luta pela terra, conforme Almeida, (1995); Rocha, (2004); Figueiredo, (2005); pela preservação dos babaçuais (ALMEIDA *et al.* 2005); em torno da questão de gênero e da valorização do trabalho feminino (ANTUNES, 2003; ANDRADE e FIGUEIREDO, 2004). Recentemente, está em jogo novamente o direito de acesso aos babaçuais, num contexto de disputa por matéria-prima para transformação em carvão vegetal e outros subprodutos.

O contexto sóciopolítico a partir do qual vem se desenrolando o processo de ocupação e usos dos elementos naturais no Bico do Papagaio, como demonstrado nos capítulos anteriores, as políticas públicas em execução na região, os programas e projetos, de uma forma ou de outra, têm relação com a luta das mulheres quebradeiras de coco. Essa é uma conclusão também de Soares (2008, p. 165), que afirma:

Uma boa parte das inovações relacionadas com a construção da sustentabilidade ambiental das estratégias de reprodução das famílias da região, de alguma forma tem relação com a luta das mulheres quebradeiras de coco. O vínculo que suas vidas tem com espécies nativas da região e a construção de estratégias de manejo e conservação do babaçu abrem campo de conexão entre economia e ecologia, bem como, a ressignificação da natureza que poucos contextos sócio culturais no País reproduzem. Assim, a experiência, a força e as vitórias do movimento das quebradeiras, fortalecem as estratégias de manejo de outras espécies nativas e, por conseguinte, a floresta que as cerca.

Essas estratégias a que se refere o autor são frutos de diferentes interações dos processos naturais e socioculturais que terminam por influenciar as dinâmicas socioambientais na região. Nessas dinâmicas, as diferentes formas de usos da terra e do babaçu devem ser entendidas como um conjunto interligado de formas de uso que representam à materialidade, nesse contexto, das dinâmicas da relação entre a sociedade e a natureza. Torna-se especialmente importante destacar que nessas dinâmicas a racionalidade socioeconômica que orienta o comportamento produtivo e reprodutivo das famílias é orientada a partir de uma racionalidade ecológica específica de relação com a terra e o babaçu.

Tendo em conta que é no trabalho com a terra e com o babaçu, nas trocas materiais e simbólicas, que se dá a interação com os elementos naturais. Infere-se que as mudanças sofridas no contexto da região do Bico do Papagaio, num nível menor, nas mudanças e permanências de estratégias de reprodução social adotadas pelos agroextrativistas, têm

produzido efeitos relativamente transformadores nas dinâmicas de relações sociedade-natureza, no sentido de serem produtoras de resultados menos nocivos ao ambiente. Por outro lado, as atividades agropecuárias (criação de gado e monocultivos) e a produção silvícola contribuem para a produção de efeitos negativos ao ambiente natural, que dizem respeito à diminuição da biodiversidade e à ameaça às formas de exploração agroextrativista.

Nesse sentido, pode-se caracterizar essas dinâmicas, na atualidade, produzidas por processos que se alternam entre aqueles que potencialmente produzem efeitos negativos a exemplo da agropecuária e pelos processos que são capazes de produzir efeitos na direção de contribuir para a diminuição da pressão sobre o meio natural, como é o caso dos modos de produção agroextrativista e as mobilizações em prol da preservação do babaçu.

## 8 CONCLUSÕES

Sabia-se, desde o início, dos desafios e das dificuldades em que se constitui iniciar e concluir um trabalho de tese (cumprir créditos, fazer o recorte da investigação e a sua construção no plano conceitual, que conforme registra a tradição das ciências sociais nunca é feito “de um golpe só”). Percorre-se o caminho, se chega ao final e aí depara-se com mais um desafio: como colocar um ponto final num assunto tão complexo e dinâmico quanto as relações *sociedade-natureza*, haja vista a realidade que é sempre tão fluida e difusa, em específico, a realidade em uma área onde há uma diversidade de interesse e atores como o extremo norte do Bico do Papagaio?

Nesse sentido, uma reflexão merece destaque que é aquela que diz respeito ao caráter sempre inacabado do conhecimento, visto ser, conforme Bachelard (2004, p.19), “um modo de criação contínua”. Assim, toma-se emprestado o que diz Marques (2009, p. 186), “os trabalhos começam, mas, ao chegar às últimas considerações dessa tese, passo a duvidar que eles tenham fim, tendo em vista que as velhas inquietações se transformaram em novas”.

De uma maneira geral, buscou-se compreender como as formas de reprodução social em áreas do agroextrativismo (roça e babaçu), no Bico do Papagaio (TO), resultam da associação de vários elementos naturais e sociais que interagem dentro de uma rede sociotécnica e como as estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias agroextrativistas interferem nas dinâmicas das relações *sociedade-natureza* nesse contexto.

De modo específico, buscou-se (i) mapear a rede sociotécnica do agroextrativismo (roça e babaçu) formada simetricamente por humanos e não humanos, procurando identificar e tipificar os atores envolvidos no agroextrativismo, suas ações, suas demandas, seus agenciamentos e instrumentos de ação; (ii) identificar os elementos naturais e sociais que interagem dentro da rede de maneira a revelar as formas de reprodução social em áreas de extrativismo do babaçu no Bico do Papagaio no estado do Tocantins; e, (iii) caracterizar essas formas de reprodução social, bem como identificar quais os efeitos que produzem sobre os elementos naturais, sobretudo, no babaçu.

Embora algumas considerações e parte dos objetivos da tese já tenham sido explicitados nos Capítulos 4, 5, 6 e 7, é importante salientar alguns aspectos e referências da tese. Conforme foi apresentado no capítulo 2, o babaçu não é apenas mais um recurso natural extrativista dentre tantos existentes no país. Ele é um ator na rede sociotécnica, da qual mais

de 400 mil famílias dependem para garantir sua reprodução social. Além destas famílias, outros atores (humanos e não humanos) também circulam ao seu redor (pecuaristas, técnicos, políticas públicas, diversos artefatos, a indústria, etc), portanto, a rede é perpassada por diferentes interesses e antagonismos, e interligada a laços curtos e longos pelos quais circulam conhecimentos, técnicas, políticas públicas, solidariedades, reciprocidades, identidades coletivas, etc., o que na linguagem da ANT significa dizer que o babaçu torna-se um *ponto de passagem obrigatório*, imprescindível para os principais atores da rede. (figura 42).

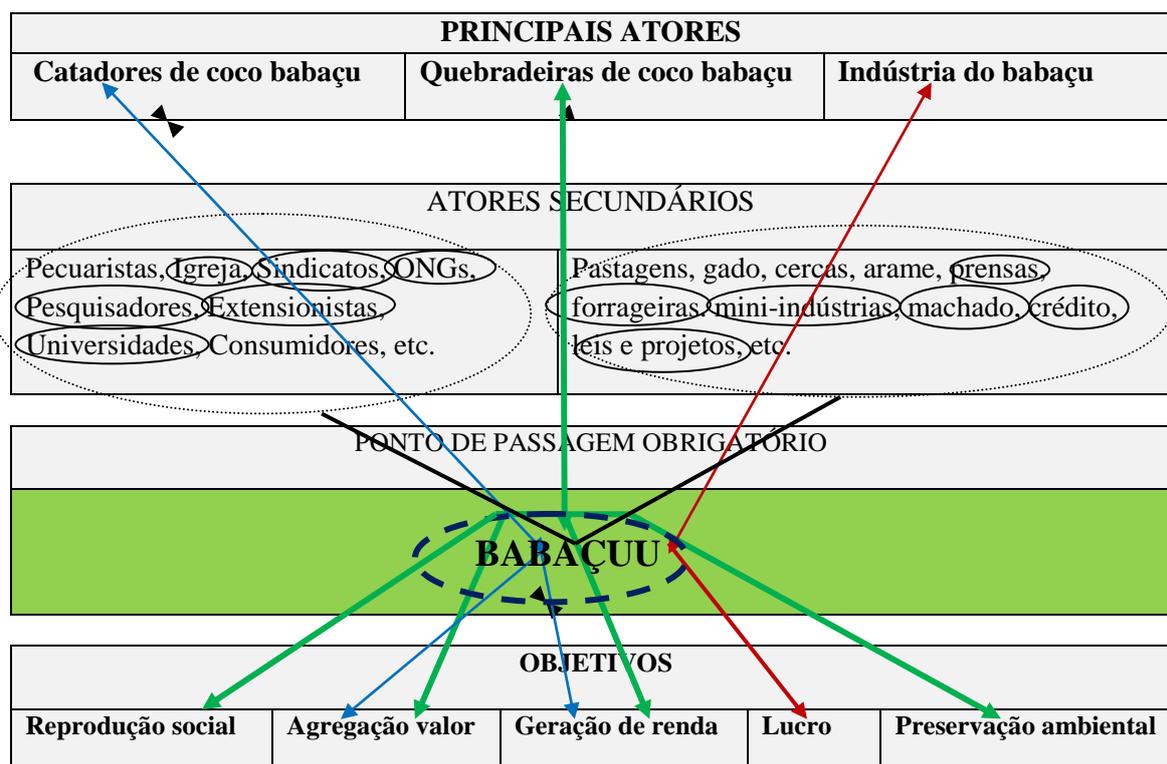


FIGURA 42 - Babaçu como Ponto de Passagem Obrigatório na rede sociotécnica  
Fonte: elaborado pela autora, 2011. Adaptado de Callon (1986).

Assim, a realidade encontrada a campo se revelou muito mais complexa e dinâmica do que o imaginado inicialmente, sobretudo porque se adentrou num espaço formado por uma multiplicidade de relações socioambientais e econômicas que estão longe de serem uniformes e lineares e se confinarem aos limites do Bico do Papagaio, e cujas explicações não estão baseadas sobre modelos lineares de causalidade. Assim, o aporte teórico e metodológico da ANT, a partir do seu modelo de seguir os atores em ação que significa enfatizar o empírico e não mais ignorar os não humanos, tratando simetricamente humanos e não humanos possibilitando não apenas identificar as redes e conexões estabelecidas, mas desvendar o processo de como as diferenças são construídas, foi de fundamental importância para

identificar e analisar as estratégias que condicionam a reprodução social do agroextrativismo, bem como as dinâmicas das relações sociedade-natureza nesse contexto.

Os agroextrativistas, do mesmo modo que os mediadores técnicos, pesquisadores, ONGs, órgãos governamentais têm suas próprias redes, seus interesses e suas estratégias, relembrando que as redes para a ANT referem-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Nesse sentido, a pesquisa mostrou, então, a complexificação das relações socioambientais e econômicas no Bico do Papagaio, no Tocantins. Mas o desenho da rede sociotécnica do babaçu demonstra que ela atua em grandes frentes: (i) produção e reprodução agroextrativista; (ii) acesso a novos recursos e atores a exemplo das diferentes políticas públicas disponibilizadas pelos governos (federal, estadual e municipais); (iii) execução de diversos pequenos projetos de desenvolvimento; (iv) fortalecimento das diferentes formas organizativas das mulheres quebradeiras de coco babaçu; (v) conexões com outras redes sociais, ambientais e produtivas; (vi) acesso ao crédito oficial e aos serviços de ATER; e, (vii) diferentes modos de articulação dos grupos locais com as políticas públicas e com o mercado.

Com a perspectiva adotada neste trabalho, os elementos que trafegam nesta rede foram vistos como fios interconectados, influenciando e sendo influenciados, ou seja, buscou-se entendê-los como efeitos produzidos *a posteriori* na rede, como sugere Latour em seu princípio de simetria generalizada. Destarte, nessa situação, importou saber como os agroextrativistas, em seus próprios termos, buscam atender seus interesses e garantir a sua reprodução social. Tornou-se igualmente importante colocá-los numa perspectiva relacional com as redes a que se aliam (os atores sociais que integram o campo ético-político em que se ancora o movimento das quebradeiras de coco, as políticas públicas e, as técnicas tradicionais da extração e beneficiamento do coco babaçu, entre outros) e com as que se opõem (a indústria do babaçu, como representante “moderna” do aproveitamento integral do babaçu). Afinal, a interação dos agroextrativistas, com ambas as redes, influi significativamente sobre as estratégias de reprodução social atualmente mobilizadas pelos grupos sociais locais.

Desta maneira, na medida em que se seguiam os atores na rede do babaçu as formas de interações e atuações destes atores iam se revelando, grosso modo, por meio de estratégias diferenciadas de mobilização das organizações locais face aos interesses agropecuários e industriais e daquelas relacionadas à garantia dos seus modos de vida. Tornou-se evidente que estas estratégias que estão diretamente relacionadas à garantia da reprodução familiar são

respostas aos bloqueios ao desenvolvimento do agroextrativismo em geral, mas especialmente àqueles relativos ao impedimento do acesso livre aos babaçuais e às estratégias empresariais com vistas à industrialização do babaçu.

Dentre as diversas estratégias diferenciadas de mobilização das organizações locais, cabe lembrar a luta permanente pelo livre acesso aos babaçuais iniciada com a mobilização das organizações das quebradeiras de coco babaçu em torno da luta pela terra e pelas leis do babaçu livre, abordado no item 4.2.2 desta tese. Desde a problematização da questão ao processo de mobilização e interessamento dos atores, alistamento e tradução desses interesses para a implementação e execução dessas leis, demandaram interações e articulações do MIQCB com diversos outros atores (advogados, câmeras legislativas (municipais, estaduais e federal), assessores, leis, quebradeiras de coco, entre outros. Em nível regional, isto é, no Bico do Papagaio, as estratégias de mobilização das organizações locais, para além da demanda pelo acesso livre aos babaçuais, incorporam outras discussões e demandas<sup>85</sup>, a exemplo da organização da produção agroextrativista.

O uso dos elementos naturais (principalmente a terra e o babaçu) para a reprodução familiar e dos seus modos de vida, comprometidos pelos empreendimentos agropecuários, pela produção silvícola, pela industrialização do babaçu, tem sido adaptado nas práticas e nos saberes das famílias, gerando modos específicos de produção agroextrativista no Bico do Papagaio.

Por meio dessas práticas evidenciaram-se estratégias relacionadas ao acesso ao babaçu, aos saberes a ele associados, além de alguns aspectos da cadeia produtiva do babaçu. Estas estratégias têm adaptado seus antigos modos de vida e produção às novas dinâmicas socioambientais. Foi possível, então, ressaltar a complexidade que existe nestas dinâmicas e as associações estabelecidas por meio das quais perpassam as discussões socioambientais (ex: preservação dos babaçuais) que de um modo ou de outro reconfiguram as relações locais.

Pelos dados empíricos levantados a partir da pesquisa de campo e pela análise dos dados secundários, uma constatação relevante a se destacar sobre esta reconfiguração é que, em grande medida, são impulsionadas pela dinâmica da produção agroextrativista, quando as famílias fazem ajustes nas suas estratégias a fim de garantir a sua reprodução familiar, a exemplo da produção do azeite do babaçu e do mesocarpo. Dito de outra maneira, as situações atuais das dinâmicas socioambientais no Bico do Papagaio são frutos de um processo de

---

<sup>85</sup> Apesar de se destacar as especificidades do Bico do Papagaio, em geral, as frentes de lutas e mobilizações englobam temas comuns.

reconfiguração regional dos quais as famílias agroextrativistas necessitam se readaptar e/ou readequar às especificidades das condições locais a fim de garantir sua sobrevivência.

No que se refere ao manejo e os usos do babaçu, associados às práticas agrícolas, foi possível constatar que envolvem uma série de conhecimentos baseado em informações recebidas dos antepassados (ex: quebra manual do coco, extração do azeite, regras que disciplinam o trabalho familiar) associados aos conhecimentos transmitidos pela mediação técnica que se entrecruzam por meio de elementos distintos como a tradição, traduzida na conservação das práticas extrativas tradicionais, e a modernidade, expressa, por exemplo, nas transformações dos subprodutos do babaçu.

Estas atividades se referem ao trabalho necessário para a garantia da sobrevivência familiar. No trabalho de campo se observou que a articulação entre atividade extrativa e atividades agrícolas faz parte de um mesmo processo em que são articuladas diferentes atividades produtivas que juntas garantem a sobrevivência da família. Observou-se também que nesse processo há uma complementaridade e uma interdependência mútua entre as diferentes atividades, em que nenhum aspecto é privilegiado em detrimento de outro, o que faz com que a rede tenha múltiplas possibilidades de associações e entrecruzamentos de elementos.

Estas associações e entrecruzamentos de elementos se objetivam em organizações locais que participam das diversas atividades agroextrativistas, que por sua vez se direcionam às principais estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias locais. Estas estratégias estão basicamente relacionadas à busca de maneiras para lidar, principalmente, com as ameaças à destruição dos babaçuais, as limitações fundiárias e o direito à terra e ao acesso livre ao babaçu. Mas, há de se considerar as significativas melhorias no que diz respeito à estrutura fundiária, haja vista o número de assentamentos rurais na região, o fortalecimento das organizações locais, o que tem permitido às famílias desenvolver estratégias de organização da produção, a exemplo dos vários “núcleos de quebradeiras de coco”, responsáveis pela transformação do babaçu em azeite, em mesocarpo, em produtos artesanais e outros.

Se se considerar que um modo de organização só consegue se impor se contar com estratégias eficazes de tradução por meio da mobilização de diferentes mecanismos, o caso aqui abordado têm se configurado em períodos recentes, a partir da associação de diversos elementos (babaçu, quebradeiras de coco, catadores, práticas extrativas, subprodutos do

babaçu, indústria, mercado, entre outros), em função dos objetivos familiares, mas também das inseguranças e riscos que a atividade extrativa lhes impõe (não posse da terra, dependência do mercado, preços baixos, condições ecológicas, entre outras). De qualquer maneira, se se concordar que rede, conforme um dos princípios da teoria da Teoria do Ator Rede (LATOURET, 2005, p. 187), é “uma cadeia de ações onde cada participante é tratado como um mediador<sup>86</sup>”, os agroextrativistas, o babaçu, os subprodutos, as casas das quebradeiras, os assentamentos rurais, as instituições, as políticas públicas, os projetos compõem igualmente uma mesma rede, a rede que produz e é produzida pelo que se denominou rede sociotécnica do babaçu.

Por fim, observa-se que o estabelecimento desta rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO), iniciada com a luta pela posse da terra, pelo acesso livre e pela preservação do babaçu, está inteiramente atrelada às categorias culturais nucleantes, centrais para o agroextrativismo, que são: terra, babaçu, família e trabalho. A terra e o babaçu continuam a organizar a vida das famílias rurais do Bico do Papagaio, porém elas resignificaram a luta iniciada pelo direito à posse da terra. Atualmente, essa luta baseia-se nas mobilizações em torno do acesso livre ao babaçu, preservação da palmeira, contra a expropriação e em busca de agregação de valor ao babaçu. Porém, dada a natureza dinâmica das relações sociotécnicas, novas configurações podem estar surgindo nesse contexto, o que necessitará de novos estudos para sua apreensão.

---

<sup>86</sup>

Tradução livre.

## 9 REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. (1998). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpinstitutodeterras/abramovay.doc>>. Acesso em: 11 nov. 2004.

ABREU, S. F. *Na Terra das palmeiras: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, Local, v. 24, n. 68, 2010, p. 103-119.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. et al. (Org.). *O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; Fundação Konrad Adenauer, 1994.

\_\_\_\_\_. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. 811 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALLEGRETTI, M.; SAWYER, D. [*Relatório*]. Brasília: MMA, 2003.

ALMEIDA, A. W. B. de. Estrutura fundiária e expansão camponesa. In: *Carajás – desafio político, ecologia e desenvolvimento*. ALMEIDA Jr., José Maria Gonçalves de (org). São Paulo Brasiliense; (Brasília, DF): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

\_\_\_\_\_. Terras de preto, terras de índio, terras de santo. In: CASTRO, E.; HEBÉTTE, J. *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 1989. (Cadernos NAEA, n. 10).

\_\_\_\_\_. *Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)*. São Luís: A.W.B. ALMEIDA/MIQCB, 1995, 183p.

\_\_\_\_\_. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006

\_\_\_\_\_. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/11524.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

ALMEIDA, A. W.B.; SHIRAISHI, J. N.; MESQUITA, B. A. (Org.). *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. São Luiz: MIQCB/Balaios Typhografia, 2001.

ALMEIDA, A. W. B. de; SHIRAIISHI, J. N.; CARVALHO MARTINS, C. *Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luiz: Lithograf, 2005.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. NAVARRO, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 1997. p. 33-71.

\_\_\_\_\_. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade, ética e cidadania: novos desafios da agricultura. *Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre, v.1, n. 4, nov./dez. 2005. p. xx-xx.

ANDERSON, A. B. *Estratégias de uso da terra para Reservas Extrativistas da Amazônia*. Pará Desenvolvimento. Extrativismo Vegetal e Reservas Extrativistas, Belém, n. 25, jan./dez. 1989. p.30-36.

ANDERSON, A. B.; MAY, P. H.; BALICK, M. J. *The Subsidy From Nature: Palm Forests, Peasantry And Development On Anamazonian Frontier*. Nova York: Columbia University Press, 1991.

ANDRADE, J. C. S. *Conflito, cooperação e convenções*. 2000. 310 f. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

ANDRADE, M. de P. *Terra de Índio – Identidade étnica e conflito em terras de uso comum*. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1999.

\_\_\_\_\_. CONFLITOS AGRÁRIOS E MEMÓRIA DE MULHERES CAMPONESAS *Revista Estudos Feministas*, maio-agosto, ano/vol. 15, número 002. Universidade Federal de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Brasil, 2007. p. 445-451.

ANTUNES, M. O. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: Margarida Alves. *I coletânea de estudos rurais e gênero*, Brasília: MDA, 2005.

AYRES JÚNIOR, J. C. A organização das *quebradeiras de coco babaçu* do Médio Mearim Maranhense e a reorganização de um espaço regional. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, 2007. Florianópolis, SC, 2007. 176f.

BARBOSA, A *et al.* *Geografia: Goiás – Tocantins*. Goiânia: UFG, 2004.

BARBOSA, V. de O. Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu. *HISTÓRIA SOCIAL*, Campinas – SP. N<sup>o</sup> 14/15, 2008. p. 255–275.

BECKER, B. K. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Ática, 1990. 112 p.

\_\_\_\_\_. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Santa Maria, n. 12, p.135-159, set. 2001. Disponível em: <[http://coralx.ufsm.br/mundogeo/geopolitica/arquivos/becke\\_amazonia.pdf](http://coralx.ufsm.br/mundogeo/geopolitica/arquivos/becke_amazonia.pdf)>. Acesso em: 09 ago. 2009.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-mundo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 272p.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; F., V. L. S. B. Assentamentos Rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, Adhemar et al. (Org's). *Reforma Agrária: produção emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994, pp. 181-191.

BIONDI A.; MONTEIRO M.; GLASS, V. *O Brasil dos agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Palmáceas, Algodão, Milho e Pinhão-manso*. ONG Repórter Brasil, 2008.

BRAGA, M. L. de S. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: DUARTE, M. L. G. & BRAGA, M. L. de S. (orgs.) *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 5. 1998. p. 93-123.

BRANDÃO, C. R. *Parentes e parceiros: relações de parentesco e relações familiares de produção entre camponeses da Diolândia*. In: *Campepinato goiano: três estudos*. Goiânia: EdUFG. 1986.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Programa Grande Carajás. Secretaria Executiva. Plano-diretor do Corredor da Estrada de Ferro Carajás. Brasília, 1989.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB. *Relatório Encontro dos Pontos Focais (representantes dos Governos Estaduais, Sociedade Civil e Técnicos) com Grupo de Coordenação do PNPSB*. Brasília, 2010.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Briec Bay. In: LAW, J. (Comp.). *Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge?* London: Routledge & Regan Paul, 1986a. p. 196-223.

\_\_\_\_\_. The Technology of an Actor-Network: The case of the Electric Vehicle. In: CALLON, M. et al. *Mapping the Dynamics of Science and Technology: Sociology of Science in the Real World*. London: The Macmillian, 1986b. p. 19-34. Disponível em: <<http://tecnologiaysociedad.uniandes.edu.co/200520/callonedf.pdf>>. Acesso em: dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination : les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. IN : CALLON, M.; COHENDET, P.; CURIEN, N.; DALLE, J.M.; EYMARD DUVERNAY, F.; FORAY, D.; SCHENK, E. Réseau et coordination. Paris: Economica. 13–64p

\_\_\_\_\_. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sócio-técnicas. Traduzido por Eloísa Araújo. In: PARENTE, A. (Org.). *Trama da rede*. Porto Alegre: Sulinas, 2004. p. 64-79.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias* [S.I.], p. 302-321, 2008.

CANDIDO, A. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARNEIRO, M. S. Agricultura Familiar e grandes projetos no Maranhão na década de 90. *Fórum Carajás*. São Luís: 1999.

CARVALHO MARTINS, C. *Campo intelectual e gestão da economia do babaçu: dos estudos científicos às práticas tradicionais das quebradeiras de coco babaçu*. 2008. 228 f. TESE (Doutorado). PPGAS/UFF, Niterói – RJ, 2008.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes das populações tradicionais. In: Castro, Pitno, Florence (Org.) *Faces do Trópico Úmido* Belém: UFPA/NAEA/CEJUP, 1997

CASTRO, Edna e ACEVEDO, Rosa. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. 2. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

CLEMENTINO, A. M e MONTE-MÓR, R. L. M. *Grandes projetos e seus impactos e significados na Região do Bico do Papagaio – TO*. Trabalho apresentado ao XIV Encontro Nacional de estudos Populacionais ABEP, realizado em Caxumbá – MG, Brasil, de 20-24 de setembro de 2004. Disponível no site: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_432.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_432.pdf). Acesso em: 31 mar.2009.

COELHO-DE-SOUSA, G. *Extrativismo em área de reserva da biosfera da mata atlântica no Rio Grande do Sul: um estudo etnobiológico em maquina*. 2003. TESE (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Botânica/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

COELHO-DE-SOUZA, G. (Org.); KUBO, R. R. (Org.) ; MIGUEL, L. de A. (Org.) . *Extrativismo da samambaia-preta no Rio Grande do Sul*. 1a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 264 p .

DELGADO, G. *Capital Financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone e UNICAMP, 1985.

DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: UFPA; NAEA; CEJUP, 1997. p. 243-261.

\_\_\_\_\_. DESCOLA, P. *Mas allá de la naturaleza y la cultura*. In: Etnografias contemporâneas. n. 1. Buenos Aires, *Escuela de Humanidades, UNSAN*, 2005.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. *A cadeia produtiva do babaçu: estudo exploratório*. Curitiba, 2007. Convênio MDA Nº. 112/2006.

DIAS, L. de O. *Mulheres de Fibra: As Estratégias das Quebradeiras de Coco no Tocantins como um Marco Empírico para o Desenvolvimento Sustentável*. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Palmas - TO, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 6, julho 1996: 115-137.

DUVERNOY, I. *Diagnostic de la pérennisation de l'activité agricole dans la frontière agraire de Misiones (Argentine): une methode de généralisation spatiale*. INRA-SAD, Toulouse, França, 1994. 198 f. Tese (Doutorado).

ELLIS, F. *Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000. 273 p.

EMBRAPA. Departamento de Orientação e Apoio à Programação de Pesquisa. *Babaçu: Programa Nacional de Pesquisa*. Brasília: EMBRAPA, 1984.

ENRÍQUEZ, G. E. V. *Desafios da sustentabilidade da amazônia: biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas*. Tese (doutorado), p. 391460, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2008.

FADELL, M. J. da S. *Condicionantes da Viabilidade e Econômica das Reservas Extrativistas da Amazônia*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997. 61 p. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em economia – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa- UFV, 1997.

FEARNSIDE, P. M. *Perspectivas para desenvolvimento sustentado em florestas tropicais*. Ciência e Movimento 1 (0): 5-11. (1989).

FERREIRA, L. da C., S. *et.al. CONFLITOS SOCIAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: moradores, instituições e ONGs no vale do ribeira e litoral sul, SP*. <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/conhecimento\\_local/Lucia%20da%20Costa%20Ferreira.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Lucia%20da%20Costa%20Ferreira.pdf)>. Acesso em 28.dez.2010.

FERT NETO, J. *Conflitos Ambientais em torno da Silvicultura no Planalto Catarinense: O Pinus como Ponto Obrigatório de Passagem para a Formação de um Novo Coletivo*. IV Encontro Nacional da Anppas. 4,5 e 6 de junho de 2008, Brasília - DF – Brasil. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT1-350-937-20080512004031.pdf>>. Acesso em: nov.2010.

FIGUEIREDO, L. D. *Do espaço doméstico ao espaço público – lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônicas, NEAF/UFPA. Belém, 2005.

FOWERAKER, J. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. 315p.

FREIRE, L. de L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p.46-65, jan./jun., 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum26/artigo2.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2009.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. *Colonização para quem?* Belém: NAEA/UFPA, 1979.

HEREDIA, B. M. A. de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERNANDEZ, A. A. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Bruno Latour e Michel Callon. *Cuadernos Digitales: publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales*, Universidad de Costa Rica, v. 8, n. 23, p.01-12, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/~historia/cuadernos/c-23his.pdf>>. Acesso em: 30 de jul. 2008.

GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, v. 8, n. 2, 2005.

GERHARDT, C. H. et. al. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné – RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Maquine, 2000. 56p.

GIDDENS, A. *Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós?* São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2007.

GODELIER, M. A Racionalidade dos Sistemas Econômicos. In: Carvalho, Edgard de (Org.) Godelier - Antropologia. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, 1981.

GOLDBLATT D. *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOODMAN, D. E. et al. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 4, out./dez. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977. Ed. Ática.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. *Colonização para quem?* Belém, NAEA/UFPA, 1979.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *O extrativismo como atividade agrária*. Jus Navigandi, Teresina, a. 4, n. 42, jun. 2000.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: limites e oportunidades. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202p.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia**: uma interpretação teórica. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990. 38p. (Documento 53)

\_\_\_\_\_. **O Extrativismo, biodiversidade e biopirataria**: como produzir benefícios para a Amazônia. Texto para Discussão (Brasília), v. 27, p. 1-97, 2008.

IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis, Vozes. 1979.

JARA, C. J. *A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local*. Brasília: IICA: Recife: Secretaria da Planejamento do estado de Pernambuco. SEPLAN, 1998.

KUBO, R. R. *Coletores de samambaia-preta e a questão ambiental: estudo antropológico na área dos Fundos da Solidão, município de Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul*. 2005. TESE (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

LADEIRA, M. E.; AZANHA, G. Povos indígenas no Brasil: Apinajé. [S.l]: ISA, 2003. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/apinaje/60>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

LAMARCHE, Hughes. (org). *A agricultura Familiar*. Campinas: Editora UNICAMP. 1993.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 152 p. (Coleção TRANS).

\_\_\_\_\_. *Ciência em ação: como seguir os cientistas e engenheiros sociedade afora*. Traduzido por Ivone C. Benedetti; revisão de tradução por Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 438 p. (Biblioteca básica).

\_\_\_\_\_. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 372 p. (Coleção Filosofia e Política).

\_\_\_\_\_. Por uma antropologia do centro (entrevista do autor à revista). *Mana*, v. 10, n. 2, p. 397-414, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Políticas da natureza: como fazer ciência na natureza*. Traduzido por Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004b. 412 p. (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. Haciendo la 'res pública'. Madrid, 2005. *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*. n. extra 1. p. 1-8. nov./dez. 2005. Entrevista 192 concedida a Tomás Sánchez-Criado. Disponível em: <[www.aibr.org](http://www.aibr.org)>. Acesso em 16 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-rede*. Buenos Aires: Manantial, 2008. 392 p

\_\_\_\_\_. "Une sociologie sans objet" <http://www.bruno-atour.fr/articles/article/57-INTEROBJECTIVITE-2.pdf>. Acesso em 07.jul.2010.

LATOUR, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, H.R. *Tecnociência e cultura: ensaio sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

LAW, J. *Notes on the Theory of Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity*. Centre for Science Studies, Lancaster University, 2003. 11p. Disponível em: <<http://www.lancs.ac.uk/fss/sociology/papers/law-notes-on-ant>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

LAW, J. e CALLON, M. The life and death of an aircraft: a network analysis of technical change. In: Bilker, E e Law, J. **Shaping technology/ building society**. Studies in sociotechnical change. London: The MIT Press, 1992. 37 p.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LEITE, Sérgio et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

LIMA NETO, E. J. de. *O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência dos trabalhadores rurais do município de Lago do Junco-MA*. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, D.; POZZOBON, J. A Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, v. 19, n. 54, p.45-76, maio/ago. 2005. Quadrimestral. (Dossiê Amazônia brasileira II).

LORENZI, H. *Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil*. 3. Ed. Nova Odessa: Plantarum, 2000. 1v.

LOPES, R. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970, 197p (Ed. original 1916).

LUNA, R. C. M. R. *A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré - Maranhão*. São Luís: UFMA, Secretaria de Educação do Maranhão, 1985.

MARQUES, F. C. Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura: a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. TESE (Doutorado). PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MAY, P.H., et.al. Subsistence benefits from the babassu palm (*Orbignya martiana*). Economic Botany 39(2), New York Botanical Garden, Bronx, NY, 1985. p.113-129..

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDTRS: Estudo propositivo para a dinamização econômica do território rural do Bico do Papagaio*. Brasília: MDA, 2006.

\_\_\_\_\_. *Programa de Aquisição de Alimentos*. Cartilha. 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0825217923.pdf>. Acesso em 11 de Nov de 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Apoio à consolidação de cadeias de valor de óleos vegetais relevantes para povos e comunidades tradicionais da Amazônia. *Diagnóstico das principais cadeias de óleos vegetais da Amazônia*. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável. Documento Preliminar. Versão 1.0. Agosto 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Guia para Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis*. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”. **Texto base** para os Seminários Regionais e Nacional. MMA/MDA/MDS. 2007.

<[http://www.mda.gov.br/arquivos/TEXTO%20BASE%20SRs\\_%20Produtos%20da%20Sociobiodiversidade.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/TEXTO%20BASE%20SRs_%20Produtos%20da%20Sociobiodiversidade.pdf)>. Acesso em 11 nov. 2008

\_\_\_\_\_. *Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis*. Sistematização das propostas e debates dos Seminários Regionais. Brasília, 2008a.

MENDES, A. *A Amazônia e os seus cuidados*. *Simpósio Internacional da Amazônia – Amazônia e desenvolvimento sustentável – Críticas – Perspectivas – Outros modelos – (CCFC – Belém, 12-14 de junho de 2007)*.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 280p.

MINÁ, M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ates”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

MARTINS, J. de S. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil* (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Vozes, 3ed. Petrópolis: 1986. p.125.

\_\_\_\_\_. *Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora HUCITEC-USP, 1997. 213p.

MIRANDA NETO, M. J. *O enigma Amazônia: desafio ao futuro*. Belém: CEJUP, 1991.

MITJA D. *Estudos sobre babaçu na bacia do rio Cocal – Tocantins* : Morfometria de frutos e relação entre distribuição e fatores geoambientais. I Congresso Brasileiro de palmeira de Babaçu, 25-28 de abril de 2010, São Luis, Maranhão, Brasil. - (Communication orale, CDRom).

MONTEIRO NETO, A. Impactos do crescimento econômico no desmatamento da Amazônia. In: . In: Brasil, Ministério do Meio Ambiente. *Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA,2001.

MORAES, M. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Manguinhos, v. 11, n. 2, p. 321-333, 2004.

\_\_\_\_\_. SUBJETIVIDADE, COGNIÇÃO E REDES SOCIOTÉCNICAS. In: *Subjetividade e Contemporaneidade*. Ano X, 2005, N. 16. Série de Documentos Eikos. Disponível em [http://www.psicologia.ufrj.br/pos\\_eicos/pos\\_eicos/arqanexos/documenta/doc16\\_art4.pdf](http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/documenta/doc16_art4.pdf). Acesso em 10 out. 2008.

MOURA, H. A. de e MOREIRA, M. de M.. *A população da região norte: processos de ocupação e de urbanização recentes*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/112.html>. Acesso em: 29 mar. 2009.

MORÃO, L. *O pão da terra: propriedade comiunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2007. 199 p.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Angela D. Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (org.). *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba. Editora da UFPR, 1998. p. 147-168.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 174 p.

NOGUEIRA, M.; FLEISCHER, S. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2005, vol. 13 no. 1, p. 125-157. ISSN 1413-0580.

NIMUENDAJÚ, C. *Os Apinayé*. Belém, Brasil, Museu Paraense Emílio Goeldi, Edição comemorativa ao centenário de nascimento de Curt Nimuendajú, 1983. 146.

NOGUEIRA, M & FLEISCHER, S. *Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado*. Disponível em <http://r1.ufrj.br/esa/art/200504-125-157.pdf>. Acesso em: 13 ago..2010

OLIVEIRA, M. C. C. de. *Diversidade socioambiental e as dinâmicas das relações sociedade natureza em área de fronteira agrária na Amazônia oriental*. 2009. TESE (Doutorado). PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, G. A. de. *Os Posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: Modernização e Tradição*. 2010. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, 2010.

PARESCHI, A. C. C. *Projetismo e desenvolvimento sustentável: o caso dos pequenos projetos*. In: *Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia*. ano. 2, n.º 2. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Universidade do Estado do Amazonas, 2004. p. 145-197.

PICANÇO, J. R. A. *Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação da biodiversidade na Amazônia: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no sul do Amapá*. 2009. TESE (Doutorado). CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, RN, 2009.

PINHEIRO, P. S. *Saberes, Plantas e Caldas: a rede sociotécnica de produção de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. 195 f.

PORTO, M. J. F. *Estudo Preliminar de Dispositivo de Quebra e Caracterização dos Parâmetros Físicos do Coco Babaçu*. *Dissertação (Mestrado Profissional) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. Campinas SP: [s.n], 2004*.

PORRO, N. M. *et.al. Conflitos Sócio-jurídicos: a Implementação das Convenções Internacionais e a Transmissão de Conhecimentos Tradicionais*. São Paulo: ANPOCS. 2009. Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com\\_docman/task/doc\\_download/gid,479/](http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com_docman/task/doc_download/gid,479/), acesso em 28 de julho de 2010.

PORTO, M. J. F.. *Estudo Preliminar de Dispositivo de Quebra e Caracterização dos Parâmetros Físicos do Coco Babaçu*. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. Campinas SP: [s.n], 2004.

PREMEBIDA, A. *As biotecnologias e a politização da vida*. TESE (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008. 274f.

REGO, J. L. e ANDRADE, M. de P. *História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no maranhão*. *Agrária*, São Paulo, Nº 3, p. 47-57, 2006.

RAYNAUT, C. *O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística*. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n. 1, p.81-104, 1994. Semestral.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Sahels: diversité et dynamiques des relations sociétés-nature*. Paris: Karthala, 1997. 430 p. (Collection "Hommes et Sociétés").

RYLANDS, A. B.; PINTO, L.P. de S. *Conservação da Biodiversidade na Amazônia Brasileira: uma Análise do Sistema de Unidades de Conservação*. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 1998. 65p.

ROCHA, M. R. T. da. Babaçu livre e roça orgânica: a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do maranhão na busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. In: *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade de Agricultura Familiar*. Vol.4 n° 4, UFPA/NEAF, Belém, 2004. p. 209-230.

ROCHA, M. R. T. da e FILIPPI, E. E. *Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos*. Artigo apresentado no Seminário Internacional Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI em La Facultad de Estudios Ambientales y Rurales de la Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá, Universidade Bogotá, Colômbia, 2008.

RURALTINS. *Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Governo do Estado do Tocantins. Palmas – TO, 2010.

\_\_\_\_\_. Projeto “promoção do desenvolvimento social e econômico das quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio”. SEPLAN-TO. Palmas - TO, 2007.

SÁ, L. M. *O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Biaxada Ocidental Maranhense*. São Luis: EDUFMA, 2007.

SABOURIN, E *Meio Ambiente e Sustentabilidade da Agricultura Familiar no SemiÁrido Nordeste*. In: Raízes- Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande- PB: UFPB, n° 20, nov/1999.

\_\_\_\_\_. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba, *Estudos Sociedade & Agricultura*, v. 16, abr. 2001, p. 37-61.

\_\_\_\_\_. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SADER, M. R. de C. T. *Espaço e Luta no Bico do Papagaio*. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 1986.

SANCHEZ, C. T. *O mundo da vida no estuário amazônico: ecologia política da biodiversidade no arquipélago de Belém do Pará – Brasil*. TESE (Doutorado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SANT’ANA JUNIOR, H. A. *et. al. Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luis: Edufma, 2009.

SILVA M. R da. *Distribuição do babaçu e sua relação com os fatores geoambientais na bacia do rio cocal, estado do Tocantins*. Dissertação de Mestrado, UNB. Brasília, 2008.

SILVA, S.; TASSARA, H. *Frutas do Brasil*. São Paulo: Empresa das artes, 1991. 230p.

SHIRAISHI NETO J. “Crise” nos padrões jurídicos tradicionais: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva, Fortaleza: CONPEDI. 2005.

[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/Joaquim\\_Shiraishi\\_Neto.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/Joaquim_Shiraishi_Neto.pdf), Acesso em, 26.09.2010.

\_\_\_\_\_. *Leis do Babaçu Livre: Práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas*. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2006.77 p.

\_\_\_\_\_. *Babaçu Livre: Conflito entre legislação extrativista e práticas camponesas*. In: *Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados São Luís, MIQCB/Balaios Typhografia*, 2000. P. 43-63.

SHIVA, Vandana. *Abraçar la Vida: mujer, ecología y supervivencia*. Horas y HORAS, San Cristóbal, Madrid, 1995.

SCHNEIDER,S. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

SILVA, N.J.R. da et. all; *Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura*. Disponível em:

<<http://www.cati.sp.gov.br/Cati/tecnologias/piscicultura/ASP-PISCICULTURA.pdf>>. Acesso em: 29.mar.32009.

SOARES, Z. A. B. *Agricultura Familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na Região do Bico do Papagaio - Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento*. DISSERTAÇÃO (Mestrado). CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SUÁREZ J. E. A. *O extrativismo de samambaia-preta: uma alternativa de renda para agricultores familiares da encosta da mata atlântica no município de Maquiné (RS)*. Dissertação (Mestrado). PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SWERTS, L. A. *Políticas de desenvolvimento, organização do território e participação: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio - Tocantins*. DISSERTAÇÃO (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNB, Brasília. 2009.

TAVARES, F. B. *OS PRINCÍPIOS DE JUSTIFICAÇÃO EM JOGO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: o caso do extrativismo florestal no litoral norte do rio grande do sul*. Dissertação (Mestrado). PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Porto Alegre: UDF, 1999.

TEIXEIRA, M. O. A ciência em ação: seguindo Bruno Latour. **História, ciências, saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.265-289, mar./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n1/a13v08n1.pdf>>. Acesso em 30. Jan. 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25. jun.2010.

VEIGA, I. *et. al. Povos e Comunidades Tradicionais Demarcando Territórios na Amazônia: uma análise crítica do caso das Quebradeiras de Coco Babaçu*. In: 33 Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu. Anais do 33 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu : ANPOCS, 2009.

VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1972.

VIOLA, Andreu. *Antropologia Del Desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América latina*. Barcelona y Editorial Paidós, SCICF, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 552 p.

\_\_\_\_\_. *Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008. 288p

WOORTMANN, E. e WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. Unb, 1997.

ZANONI, M. e RAYNAUT, C. Meio Ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação? Reflexões em torno do doutorado da UFPR. In: *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente* 1/94. Editora da UFPR/GRID, Curitiba, 1994.

ZITZKE, V. *A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do lajeado (to) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas*. 2007. TESE (Doutorado). Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente, Florianópolis, 2007.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO PARA AS ATIVIDADES A CAMPO E PRINCIPAIS QUESTÕES OBSERVADAS**

### **Roteiro para as atividades a campo:**

- ✓ Contato com lideranças locais e demarcação de um ponto de partida para se adentrar em campo;
- ✓ Apresentação do projeto de pesquisa para as lideranças locais, pedido de consentimento e apoio local;
- ✓ Definição dos municípios e comunidades a serem visitadas;
- ✓ Definição de calendário da pesquisa;
- ✓ Identificação das famílias que poderiam nos hospedar em cada localidade a ser percorrida;

### **Principais questões observadas:**

- ✓ Práticas agroextrativistas;
- ✓ Iniciativas de diversificação das atividades agroextrativistas;
- ✓ Identificação e tipificação dos principais atores mobilizados em torno do babaçu;
- ✓ Luta e mobilização política em torno da questão do livre acesso aos babaçuais e a lei do babaçu livre;
- ✓ Políticas públicas
- ✓ Financiamento de projetos específicos para o babaçu

**APÊNDICE B - QUADROS SÍNTESE DO CICLO DE PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA E DOS PRODUTOS E UTILIDADES DO BABAÇU.**

MESES	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Pico da produção extrativa do babaçu (coleta e quebra)								●	●	●	●	●
Pico da produção agrícola (plantio e colheita)	○	○	○	○	○	○	○					
<p>Algumas observações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O babaçu produz o ano inteiro, mas são nesses meses marcados que sua produção atinge o ponto máximo;</li> <li>2. Ambas as atividades compõem as unidade de produção familiar;</li> <li>3. Do ponto de vista êmico não há uma demarcação clara na divisão sexual do trabalho embora a atividade extrativa seja realizada quase sempre (mais não exclusivamente) por mulheres;</li> <li>4. Ambas as atividades são prioritárias para o sustento da família.</li> </ol>												

**Dados de campo (2009/2010).**

<b>Produtos e algumas das utilidades do Babaçu</b>		
<b>Partes</b>	<b>Produtos</b>	<b>Utilidades</b>
Fruto	Amêndoa	Óleo para uso doméstico e industrial (sabão, sabonete, sabão em pó, detergente, shampoo entre outros produtos cosméticos, leite para uso na culinária local e a torta para alimentação animal;
	Epicarpo	Produção de fibras para estofados e como combustível para caldeiras.
	Mesocarpo	Bolo, chocolate, vitamina, mingau, remédio para gastrite.
	Endocarpo	Produção do carvão
Palha	Palha grossa	Coberta das casas, feitura de paredes, portas, esteiras.
	Palha fina	Utensílios domésticos e ração animal.
Talo	Talo grosso	Jacá, peneiros, cercas e móveis
	Talo fino	Cestos, peneiras, vassouras
Tronco	Tronco	Pontes, adubos, suporte para cultivos de plantas ornamentais.

**APÊNDICE C** - Pessoas que colaboraram diretamente com a pesquisa a campo e locais da pesquisa

Nome	Município	Comunidade/ Assentamento
Sr. Sandra Regina Monteiro	São Miguel do Tocantins	Sede do município
D. Raimunda Nonata Nunes Rodrigues	São Miguel do Tocantins	Sede do município
D. Raimunda Gomes da Silva	São Miguel do Tocantins	PA Sete Barracas
Sr. Antonio Cipriano Bezerra	São Miguel do Tocantins	PA Sete Barracas
D. Emília Alves da Silva Rodrigues	São Miguel do Tocantins	PA Sete Barracas
D. Beliza da Costa	Sítio Novo do Tocantins	Juvelândia
D. Cristina Pereira	Sítio Novo do Tocantins	São Pedro
D. Francisca Pereira Vieira	Buriti do Tocantins	Sede do Município
D. Antonia Maria Bezerra	Buriti do Tocantins	Sede do Município
D. Maria Divina	Axixá do Tocantins	Pequizeiro
D. Rosemeire da Silva	Axixá do Tocantins	Pequizeiro
Sr. Raimundo Rodrigues da Silva	Carrasco Bonito	Centro dos Firminos
D. Maria do Socorro Teixeira Lima	Praia Norte	Jatobal
D. Tonilda	Esperantina	PA Santa Cruz
D. Maria Senhora C. da Silva	Esperantina	Centro dos Mulatos
Sr. Joao Palmeira Junior	Augustinópolis	Sede do Município
Eng. Agrônoma Andrea C. Thoma	Palmas	Capital
Jornalista Marcelo da Silva	Palmas	Capital

**APÊNDICE D – PRINCIPAIS INTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DAS QUAIS OS/AS AGROEXTRATIVISTAS DECLARARAM PARTICIPAR.**

<p>GOVERNAMENTAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselhos de Segurança Alimentar (CONSEA);</li> <li>• Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local (CONSAD);</li> <li>• Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS);</li> <li>• Colegiado Territorial do Território da Cidadania;</li> </ul> <p>Conselho Gestor do Babaçu;</p> <p>Fórum da Mesorregião Bico do Papagaio;</p> <p>GT da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade</p>
<p>NÃO GOVERNAMENTAIS</p>	<p>Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;</p> <p>Federação dos Trabalhadores Rurais;</p> <p>Partido Político;</p> <p>Associações (ASMUBIP, CNS, APA_TO, AMB, ARENT, ABIPA);</p> <p>Movimento de mulheres (MIQCB e MAMA)</p> <p>Igrejas;</p> <p>Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)</p>

## APÊNDICE E – MOSAICO DE FOTOS



**Reunião de Planejamento do MIQCB no STR em Sítio Novo - TO.**



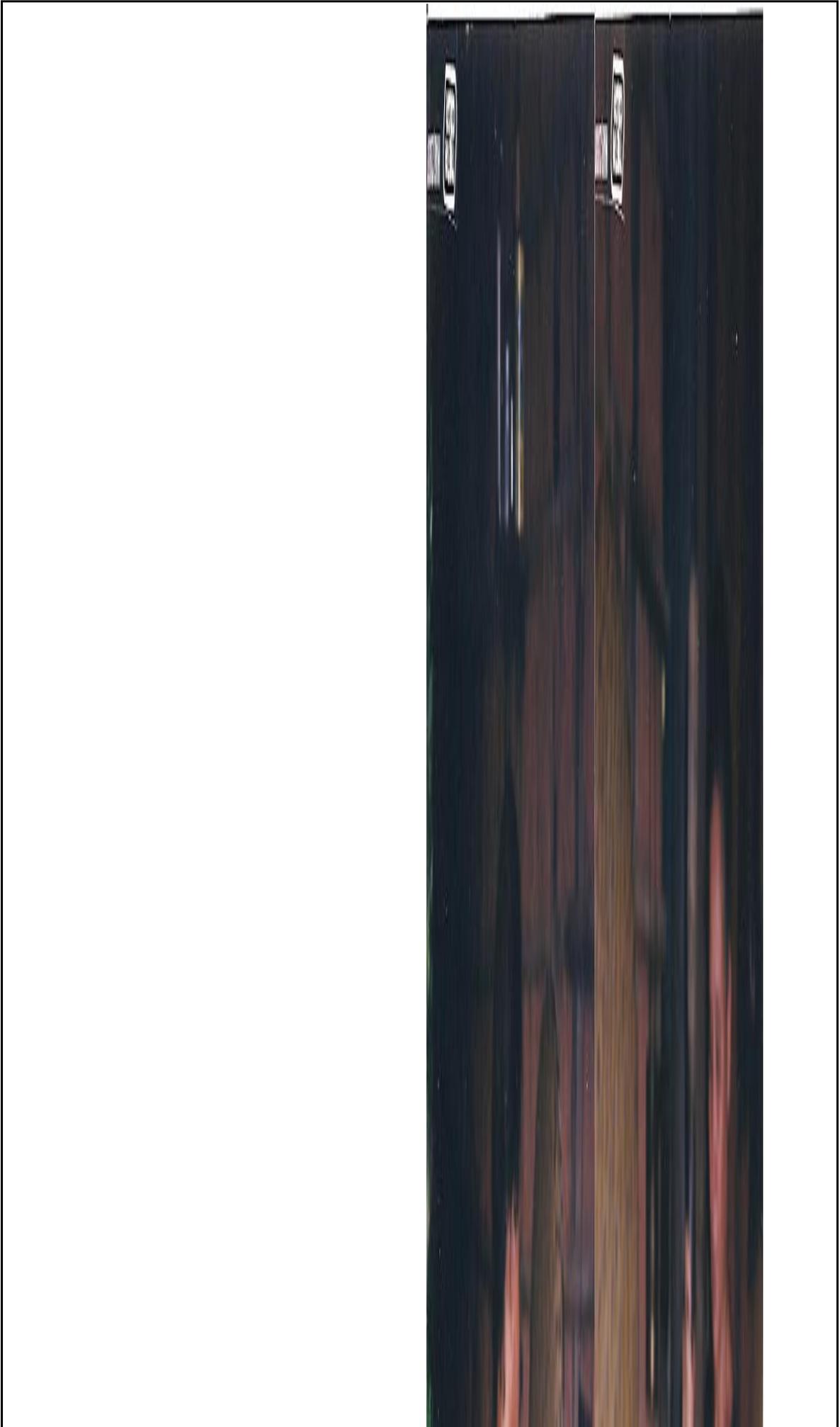
**Grupo de Mulheres do Núcleo de Quebradeiras do PA Santa Cruz em Esperantina-TO.**



**Palestras sobre Doenças Sexualmente Transmiteda – DST em Sítio Novo-TO.**



**Curso de Higiene e Manipulação de Alimentos em São Miguel do Tocantins – TO.**



da Comunidade de São Pedro – Sítio  
Novo – TO, prensando amêndoa na máquina  
Forrageira.

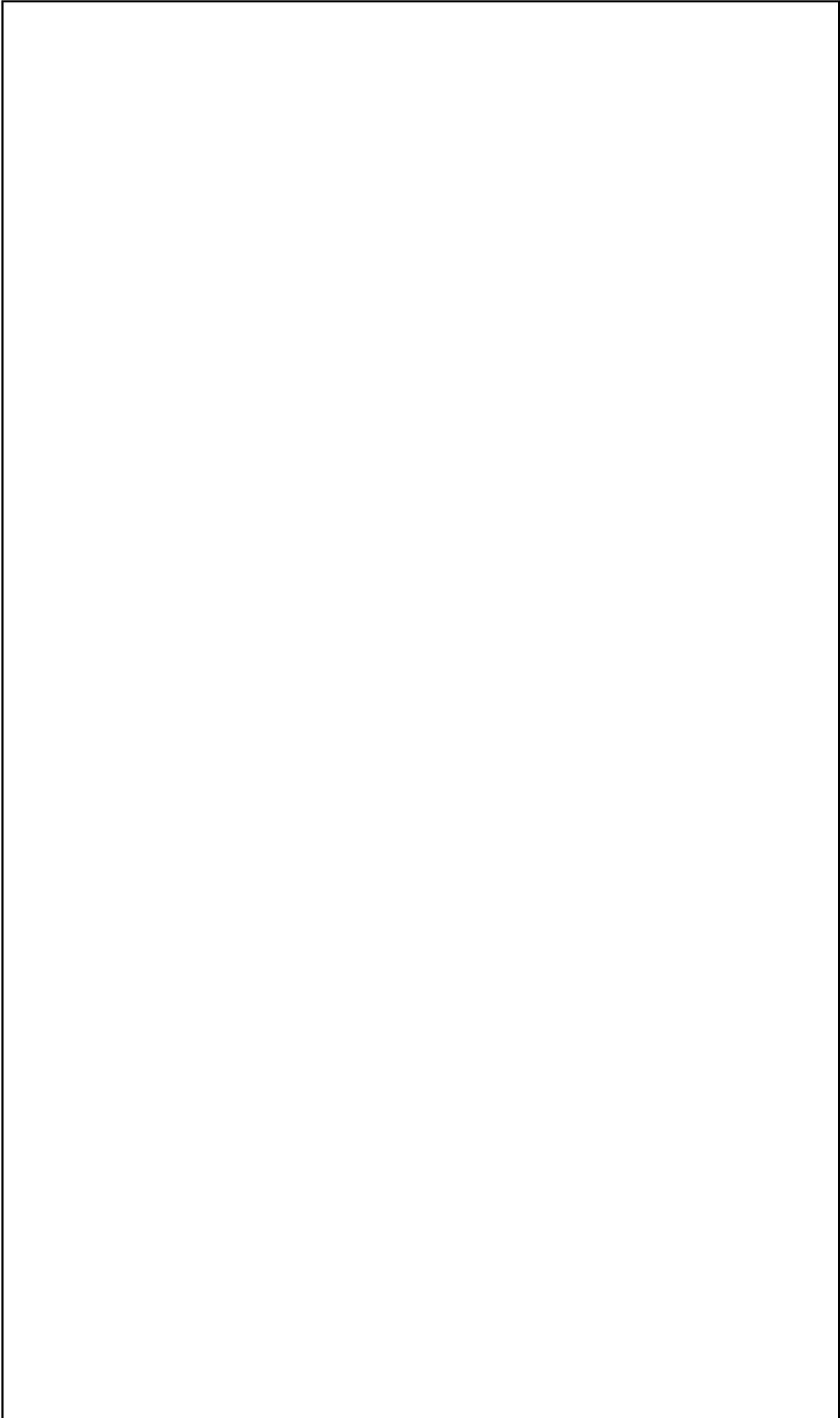
Mulher do PA Sete Barracas – São Miguel do  
Tocantins – TO, pilando amêndoa.



Caminho para o PA Santa Cruz – Esperantina –  
TO.



Palmeiras devastadas por fogo.





Local de compra e venda de Carvão de casca de Babaçu na Comunidade 20 Mil. Sede da AMB em Buriti – TO.

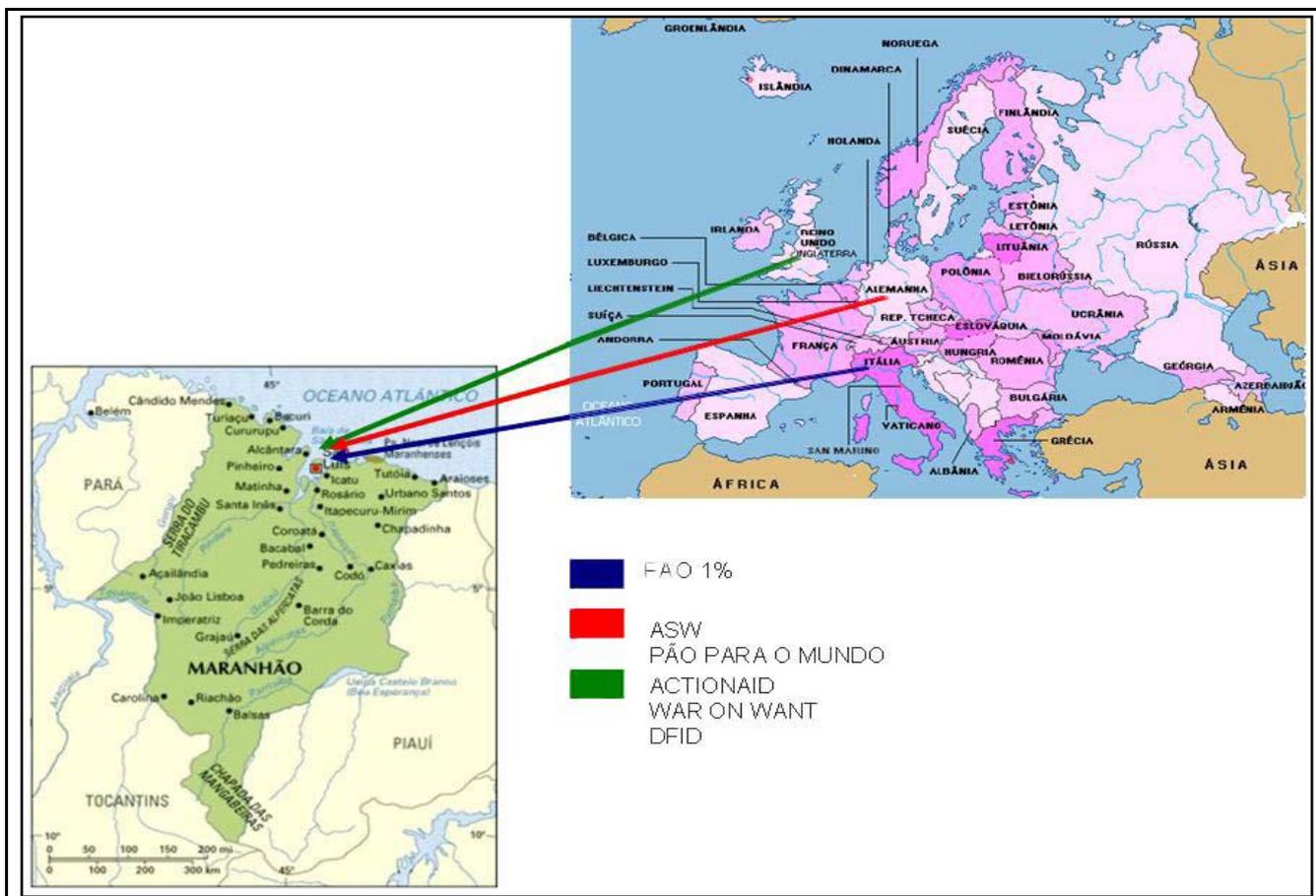


Material de divulgação.



Homem quebrando coco.

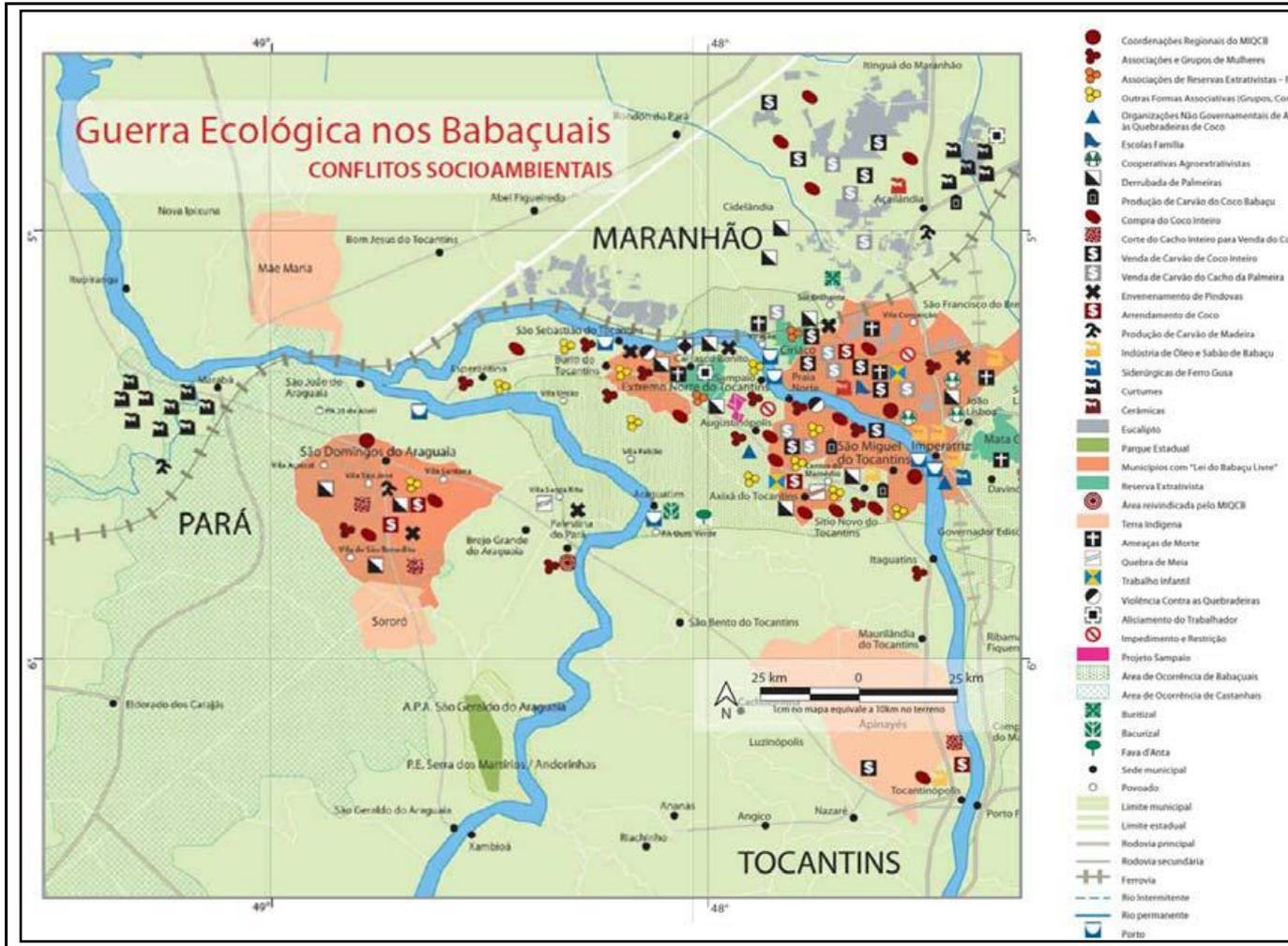
## ANEXO A – REDE DE INSTITUIÇÕES QUE FINANCIAM PROJETOS E AÇÕES DO MIQCB.



Mapas das agências que financiam o MIQCB

Fonte: Carvalho Martins, (2008).

## ANEXO B – MAPA DA “GUERRA ECOLÓGICA NOS BABAÇUAIS”



# ANEXO C - CÓPIA DO JORNAL PINDOVA (INFORMATIVO BIMESTRAL DO MIQCB)

## 4 CAPINZAL DO NORTE APROVA LEI BABAÇU LIVRE



Foto Elias Rodrigues/Presidente da Câmara de Capinzal do Norte. Fontoura (vereador) Maria Adalina (Coordenadora Geral do Miqcb Socorro e Ginebra (Grupo de Amizade de São José dos Mouras) e Francinete Braga (Assessora do Miqcb no Regional Mearim) e o vereador Francisco Galeano autor da lei.

A câmara municipal de Capinzal do Norte-Ma aprovou o Projeto de Lei nº 31/2007, de autoria do vereador Francisco Galeano que trata do livre acesso aos babaçuais, foi sancionado pelo gestor municipal Ekomar Miranda no dia 08 de dezembro de 2007. Os principais objetivos da lei são: garantir o livre acesso das quebradeiras de coco babaçu aos babaçuais, não queimadas do coco inteiro, fim das derrubadas indiscriminadas das palmeiras e do envenenamento das pindovas.

Na ocasião da sanção da lei as quebradeiras e quebradores de coco babaçu se emocionaram e chorando,

então arremeteram aquele que se tornou o hino das quebradeiras de coco babaçu: "Hei, não derrube essas palmeiras, he não derrube essas palmeiras, tu já sabes que não podes derrubar precisamos preservar as riquezas naturais".

*"Mulher quebradeira Quebrando coco e quebrando Preconceitos, buscando direitos..." Francinete Braga.*

Em comemoração ao dia internacional da mulher o MIQCB em parceria com o STR de Igarapé Grande realizou uma atividade. E na oportunidade foram discutidas as leis Maria da Penha e a Lei Municipal Babacu Livre, acompanhada de uma negociação na câmara de vereadores daquele município, onde foi entregue um documento ao presidente daquela casa no qual tratava da importância da lei e o benefício que irá trazer para todas as Quebradeiras de Coco Babaçu e para os municípios em geral visto que a maioria da população vive da quebra do coco babaçu.

### Festa do Babaçu ano II 10 de novembro de 2007

Babaçu Livre, Em Canto, Prosa, Verso e Feira, ano II. De maneira lúdica criativa e imersiva fez o grito das quebradeiras de coco babaçu ecoar longe, um lamento nativo sendo a "voz das palmeiras" que clamam por socorro, procuramos sensibilizar as pessoas a partir da arte da contemplação do belo, da alegria, da degustação, das imagens silenciais, do toque, da magia de experimentar o novo. Além de tudo isso, foi possível expressar parte da mística cultural da realidade socioeconômica, o encontro serviu como momento de inspiração para reafirmar a identidade das quebradeiras de coco babaçu, levantar a auto estima e renovar esperanças.

"A festa do babaçu trouxe muita alegria, aproximou pessoas. Um evento que mexeu com muita gente, um extra movimento, destacou como positivo o aumento da divulgação que é mostrar-se à sociedade envolvente, foi um espaço de experiências, o casamento da riqueza do babaçu com a forma de trabalho e acatada da comunidade. Feito pelas mulheres quebradeiras de coco oferecido à sociedade, foi visível a animação, um momento de inteira troca de experiências, a mistura de fato de saber e saberes, uma forma de exigir políticas públicas, disse Maria Querubina da Silva Neto.



Abertura do Evento



Música do Evento

## REGIONAL IMPERATRIZ

*"Ó de casa à de fora Santos Reis que está chegando Ó Santos Reis que está chegando"*

A regional de Imperatriz de forma lúdica contemplando uma das manifestações culturais do povo na Reserva Extrativista do Ciriaco a tradicional Festa dos Reis.

A regional compreende a importância desses momentos para continuar acompanhando e encontrando caminhos para superar as dificuldades. Como diz Querubina, "É preciso

fortalecer o elo das boas relações formando um grande arco-íris capaz de colorir e embelezar os espaços" e a única maneira de encontrarmos passos certos para as novas melodias na ciranda do povo.

Foi na alegria do encontro que os moradores de Ciriaco, Reserva Extrativista de Quebradeiras de Coco Babaçu, participaram das festividades alusivas a Santo Reis, festa também conhecida como Reisado.

O lavrador Coladino e sua esposa a quebradeira de coco babaçu, Maria Jose, primeiros moradores do povoado

Ciriaco, trouxeram consigo essa tradição, festejada há muito tempo por seus antepassados.

Para manter viva, essa tradição, recebem todos os anos em sua casa inúmeras pessoas para a celebração do Reisado. Toda a comunidade se manifesta e participa efetivamente deste ato de fé. A beleza da festa e precebidia na religiosidade daquela comunidade, no desejo de manter vivos os valores que constituem a cultura daquela comunidade.

## "O crime continua" Preservar os Babaçuais é preciso!



A regional de Imperatriz reafirma seu empenho contra a devastação dos babaçuais. Em todos os municípios está acontecendo o envenenamento das pindovas de maneira assustadora. Na reserva da Mata Grande, no município de Davinópolis (que ainda não foi efetivada), onde um fazendeiro que se diz dono acontece o envenenamento em grande escala, e essa prática que é antiga, se renova. O presidente da

ATRAMAG, José de Ribamar fez recentemente uma denúncia ao IBAMA, a Regional está acompanhando, caso não seja tomado as providências devidas acionaremos o Ministério Público.

Por tanto continuaremos as discussões sobre preservação dos babaçuais e a Lei de livre acesso. São ações que objetivam combater essa prática criminosa.

**PINDOVA**  
Informativo Bimestral do MIQCB

**MIQCB**  
MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU  
Maranhão • Piauí • Pará • Tocantins

Ano IV - Nº 10  
Abril/Maio de 2008

## BABAÇU LIVRE



MIQCB reivindica ao Presidente Lula, aos parlamentares do Congresso Nacional e aos órgãos competentes:

1. Edição de uma Medida Provisória que torna "Livre Acesso aos Babaçuais e Proibe as Derrubadas de Palmeiras de Babaçu";
2. Parcerias favoráveis do Congresso e do Presidente ao Projeto de Lei nº 231/2007;
3. Que o IBAMA não autorize nenhuma derrubada de palmeiras de babaçu, se o mesmo não tiver efetivamente condições de fiscalizar a cococação;
4. A punição dos que cometem crimes ambientais, devastando babaçuais e outros recursos naturais como os castanheiras, os bacurizeiros, seringueiras;
5. O desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a utilização integral do coco babaçu e apoio para que as organizações das quebradeiras de coco tenham acesso às mesmas;
6. Estabelecimento de diálogo com o MIQCB sobre a utilização ou não das amêndoas de babaçu para a conversão em biodiesel;
7. A imediata efetivação da implantação das reservas extrativistas Mata Grande (MA), Ciriaco (MA) e Extremo Norte (TO);
8. A criação da Reserva Extrativista Encosta da Mata, no município de Penabaz, na região da Baixada, no estado do Maranhão;
9. Criação de Reservas Extrativistas de Babaçu no sudeste do Pará, nos municípios de Palestina do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e outros, de maneira a fortalecer a luta contra as devastações;
10. Melhorar na operacionalização da política de Compra Direta pela CONAB, possibilitando que os produtos oriundos do extrativismo do babaçu também possam ser adquiridos;

No dia 10 de julho, completará um ano que estivemos em Brasília em uma audiência pública, na câmara federal, no auditório Nereu Ramos, onde o mesmo ficou lotado com a presença de 300 quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

Na luta para que seja aprovada a lei babaçu livre, mais uma vez apresentada pelo então deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Na ocasião foi entregue aos representantes daquela casa, governo federal, ministérios, entre outros órgãos públicos, uma carta contendo informações sobre a situação vivida pelas quebradeiras de coco babaçu, bem como suas reivindicações.

Mais uma vez nos deparamos com uma situação de descepo por parte daquele poder, dificultando a votação de uma lei que é de benefício pra uma população tradicional que sofre por falta de algo legal que as ampare.

**Vozes Troçadas da Carta.**  
Nós, Quebradeiras de Coco Babaçu dos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, reunidas e representadas pelo Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu -



**Informativo Bimestral do MIQCB Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**

Tiragem: 2 mil exemplares  
Planejamento Gráfico: Walney Silva  
Jornalista responsável: Benedita Freire  
Fotos: Action aid - Brasil, Arquivo do MIQCB.

Colaboraram com esta edição:  
Cledeneuza, Zulmira Santos, Clenilde Bezerra,  
Francinete Braga, Zezé, Querubina,  
Ana Cleide e Action aid-Brasil.

Endereço: Rua Nascimento de Moraes (Rua 1) 437  
São Francisco - São Luís-MA - Telefone: (98) 3268-33-57  
Email: miqcb@miqcb.org.br - comunicacao@miqcb.org.br  
Site: www.miqcb.org.br

Apoio:

**ANEXO D - AVE MARIA DAS QUEBRADEIRAS**

Ave palmeira

Que sofre desgraça.

Malditos derruba,

Queima, devasta.

Bendito é teu fruto

Que serve de alimento

E o leite da terra,

Ainda dá sustento

Santa mãe brasileira,

Mãe de leite verdadeiro.

Em sua hora derradeira,

Rogai por todas as quebradeiras!

(Socorro Silva)

## ANEXO E – LEI ESTADUAL

**LEI Nº 1.959, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.**

Publicada no Diário Oficial nº 2713

**Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências.**

O Governador do Estado do Tocantins,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São proibidos a queima do coco babaçu, inteiro ou *in natura*, para qualquer finalidade, a derrubada e o uso predatório de suas palmeiras no Estado do Tocantins, vedadas ainda, as práticas que possam prejudicar a produtividade ou a vida do babaçu.

§ 1º. É permitida a derrubada de palmeiras de coco babaçu no Estado do Tocantins:

- I - se necessária a execução de obras, projetos ou serviços de utilidade pública ou de interesse social, assim declarado pelo Poder Público, sem prejuízo do licenciamento junto ao órgão ambiental competente;
- II - com o objetivo de estimular a reprodução das palmeiras, aumentar a produção do coco ou facilitar a sua coleta;

III - nos casos de raleamento, obedecido o disposto no art. 3º desta Lei.

§ 2º. Para fins do disposto no inciso I do §1º deste artigo, o órgão licenciador deve indicar as medidas de compensação ambiental a serem adotadas pelo responsável.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica ao carvão produzido da casca do coco de babaçu em caieira, pelas quebradeiras de coco e comunidades tradicionais.

Art. 2º. As matas nativas constituídas por palmeiras de coco de babaçu, em terras públicas ou devolutas são de livre uso e acesso das populações agroextrativistas, desde que as explorem em regime de economia familiar e comunitário, conforme os costumes de cada região.

Parágrafo único. Em terras privadas, a exploração é condicionada a celebração de termo de acordo entre as associações regularmente constituídas de quebradeiras de coco de babaçu ou de comunidades tradicionais e os respectivos proprietários.

Art. 3º. É permitido o trabalho de raleamento nas áreas de incidência de palmeiras de coco de babaçu, desde que obedecidos os seguintes critérios:

- I - sacrifício prioritário de palmeiras fêmeas senis;
- II - manutenção de, no mínimo, oitenta palmeiras produtivas e oitenta palmeiras jovens em cada hectare desmatado, obedecendo ao espaçamento máximo 10m x 10m;
- III - utilização de meios adequados de desbaste, que não comprometam a vegetação remanescente;
- IV - vise melhorar a produtividade e facilitar o acesso aos babaçuais, sendo permitido o manejo da vegetação associada.

Parágrafo único. O trabalho de raleamento é condicionado à autorização do órgão ambiental competente.

Art. 4º. Compete ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS e à Companhia Independente de Polícia Ambiental - CIPAMA a execução e fiscalização do cumprimento desta Lei, podendo para tanto, celebrar convênios com órgãos federais, municipais e com a sociedade civil organizada.

Art. 5º. O infrator desta Lei, independentemente das sanções civis, penais e administrativas previstas e da obrigação de reparação do dano causado, deve incorrer no pagamento de multa:

I - no valor de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 por unidade, quilo, metro de carvão vegetal ou metro cúbico, para aquele que receber ou adquirir, vender ou expor à venda, transportar ou que tenha, para fins comerciais ou industriais, carvão de coco de babaçu inteiro ou *in natura*;

II - no valor de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00, para aquele que conduzir palmito extraído de palmeira de coco de babaçu, ressalvada as condições mencionadas no § 1º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A inobservância das demais infrações não tipificadas nesta Lei, sujeita ao infrator às sanções previstas na legislação ambiental em vigor, em especial as previstas na Lei Estadual 771, de 7 de julho de 1995, e Decreto Federal 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 6º. O produto da arrecadação da multa instituída nesta Lei é recolhido ao Fundo Estadual do Meio Ambiente e revertido para a recuperação de áreas de babaquais e para o desenvolvimento de políticas públicas em favor das comunidades de quebradeiras de coco de babaçu e das comunidades tradicionais.

Art. 7º. O Poder Executivo e suas autarquias ficam proibidos de conferir benefícios, sob qualquer instrumento, aos infratores desta Lei, devendo constar estes em relação organizada pelo órgão ambiental competente.

Art. 8º. Com o propósito de estimular a instalação de unidades industriais que visem o aproveitamento integral do coco de babaçu, é proibida a comercialização interestadual do coco de babaçu inteiro ou *in natura*.

Art. 9º. A quebra do coco de babaçu em duas ou mais partes, processadas em qualquer ambiente, sem o aproveitamento do mesocarpo e da amêndoa, não justifica a carbonização das referidas partes, que assim, não são consideradas cascas para este efeito.

Art. 10. Ao Poder Executivo incumbe a elaboração de normas complementares que julgar necessárias ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. É revogada a Lei 1.366, de 31 de dezembro de 2002.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 14 dias do mês de agosto de 2008; 187º da Independência, 120º da República e 20º do Estado.

**MARCELO DE CARVALHO MIRANDA**

Governador do Estado